

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier*
(*depoimento, 1993*). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p. dat.

JOÃO PAULO MOREIRA BURNIER
(depoimento, 1993)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática
entrevistador(es): Celso Castro; Maria Celina D'Araujo
levantamento de dados: Equipe
pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe
sumário: Priscila Riscado
conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias
copidesque: Leda Maria Marques Soares
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
data: 09/12/1993 a 30/12/1993
duração: 10h 20min
fitas cassete: 11
páginas: 198

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Aeronáutica, Anticomunismo, Ato Institucional, 1 (1964), Ato Institucional, 5 (1968), Carlos Lacerda, Carlos Lamarca, Caso Parasar (1968), Chile, Edgar Stuart Angel, Eduardo Gomes, Espionagem, Força Aérea Brasileira, Forças Armadas, Golpe Militar no Chile (1973), Golpe de 1964, Governo Costa e Silva (1967-1969), Governo Emílio Médici (1969-1974), Governo João Goulart (1961-1964), João Batista Figueiredo, João Paulo Moreira Burnier, Ministério da Aeronáutica, Márcio Moreira Alves, Márcio de Souza e Melo, Panamá, Partido Comunista Brasileiro, Regime Militar, Repressão Política, Sobral Pinto, Supremo Tribunal Federal

Sumário

1ª Entrevista: 9.12.1993

Fita 1-A: Início de sua carreira; pioneirismo de sua turma na Escola da Aeronáutica; interesse do entrevistado pela Aeronáutica, influenciado em especial pela Segunda Guerra Mundial; opinião sobre a Segunda Guerra e sua influência para as Forças Armadas brasileiras.

Fita 1-B: Participação do entrevistado, da Aeronáutica e das Forças Armadas na deposição de Getúlio Vargas em 1945; posição da Aeronáutica e das Forças Armadas em relação ao comunismo a aos oficiais comunistas.

Fita 2-A: Longas observações sobre o Golpe de 11 de novembro de 1955, chefiado pelo general Lott.

Fita 2-B: O Golpe de 11 de novembro de 1955, chefiado pelo general Lott (continuação); lembranças da revolta de Aragarças e a participação do depoente.

Fita 3-A: Revolta de Aragarças e a participação do depoente (continuação).

2ª Entrevista: 16.12.1993

Fita 3-B: Considerações sobre os participantes da revolta de Aragarças; comentários sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Fita 4-A: Relato sobre a necessidade da criação de um Serviço de Informações da Aeronáutica e da participação do depoente em cursos de informações no Panamá.

Fita 4-B: Recordações do contato travado com militares latino-americanos em seu curso no exterior e do pensamento desses militares com relação ao avanço do comunismo na América Latina; relato sobre a conspiração contra o presidente João Goulart, que levaria ao golpe militar; participação do entrevistado no movimento conspiratório para o golpe militar de 1964.

Fita 5-A: Participação de Burnier no movimento conspiratório para o golpe militar de 1964 (continuação); os grupos militares, seus principais personagens e atuação no golpe militar; participação do depoente no período anterior ao golpe.

Fita 5-B: Avaliação da importância dos movimentos de quebra de hierarquia para o êxito do movimento militar; escolha de Castelo Branco para a Presidência da República.

3ª Entrevista: 23.12.1993

Fita 6-A: Avaliação do governo de Castelo Branco (1964-1967).

Fita 6-B: Cassações ocorridas durante o período militar e inquéritos policiais militares (IPMs); escolha de Costa e Silva para a presidência; comentários sobre a relação entre os serviços secretos das várias forças, inexistência de superposição entre elas e função do entrevistado no CISA.

Fita 7-A: Doença de Costa e Silva, atuação da Junta e a escolha de Médici para a presidência da República; ineficiência, incapacidade das forças policiais civis e militares de reprimir os movimentos de esquerda e os comunistas.

Fita 7-B: Informações sobre o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); considerações sobre o Caso Parasar.

Fita 8-A: Longos comentários sobre o Caso Parasar.

Fita 8-B: Comentários sobre o caso Parasar (continuação).

4ª Entrevista: 30.12.1993.

Fita 9-A: Documentação relativa ao caso Parasar; ida para o comando da 3ª Zona Aérea no Rio de Janeiro; observações sobre o relacionamento do entrevistado com o Comandante do I Exército, Sizen Sarmento; o caso Stuart Angel.

Fita 9-B: Técnicas de interrogatório; afastamento do brigadeiro Márcio de Souza Melo da Aeronáutica e de vários militares "revolucionários" dos postos que ocupavam.

Fita 10-A: Avaliação dos governos Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo; campanha do general Frota para a presidência da República.

Fita 10-B: Observações sobre o fim do regime militar e o período de transição; o legado dos governos militares e suas falhas.

Fita 11-A: Comentários sobre o legado dos governos militares e suas falhas.

1ª Entrevista: 09.12.1993

M.A. - Brigadeiro, bom dia...

J.B. - Meu nome completo é João Paulo Moreira Burnier.

M.A. - Brigadeiro, obrigada por ter atendido ao nosso convite e vamos começar a trabalhar. A primeira questão que a gente tem para o senhor é saber exatamente como se deu a sua opção pela Aeronáutica, como o senhor resolveu seguir a carreira militar.

J.B. - Bom, eu devo iniciar agradecendo a oportunidade que tenho de rememorar histórias da minha vida, e também histórias do próprio Brasil. Respondendo à pergunta feita, devo iniciar dizendo que desde a infância, desde a minha juventude, eu era um curioso, um entusiasmado pelas histórias militares. Então eu lia muito, tanto no ginásio como na própria Escola Militar. Mas antes disso mesmo, na juventude, eu fazia muitos brinquedos em casa. Eu tinha muitos irmãos, éramos sete, e cada um de nós era um país. E no terreno lá de casa nós brincávamos de guerras. E nessas guerras nós reproduzíamos as guerras passadas. As guerras púnicas, as guerras de Napoleão. Porque eu tinha um gosto extremo pela história das guerras do mundo. Daí, prosseguindo, eu também era filho de oficial de Marinha, irmão de oficial de Marinha, a quem ajudei durante muitos anos na carreira da Escola Naval. Eu levava uniforme para ele, estava sempre em contato com os companheiros dele, e também com os meus tios, primos do meu pai e com o almirante José Maria Penido e outros. Então esse conjunto de fatores nos levou a começar a raciocinar sempre com a vida militar. Com o correr dos anos, eu, entusiasmado pela grande guerra mundial – aliás, pela guerra da Espanha primeiro, em que os alemães fizeram várias experiências utilizando a aviação militar que eles tinham desenvolvido muito, quer dizer, engrandecendo muito a parte de aviação, tanto na parte de material quanto na parte de táticas de combate, com a criação do Stuka, do Lápis-Voador (Dornier), e vários outros aviões que utilizavam em bombardeios maciços, bombardeios de área, coisas que eram novas e que estavam acontecendo no mundo, já em 1936, na Guerra da Espanha. Em 1936, 1937. Quando chegou na guerra mundial, em 1939, as coisas se desenvolveram mais ainda. Então a força aérea alemã, Luftwafe, em compactos ataques à Inglaterra, em compactos ataques à França, Polônia, levou à destruição de todas as forças armadas polonesas que foram pegas de surpresa, que em 15 dias foram levadas à derrota completa,

João Paulo Moreira Burnier

e o próprio Exército francês foi levado pego de roldão, e em 30 dias se entregou; também temos a retirada de Dunquerque, que foi quando os alemães jogaram os ingleses para dentro do mar, com aqueles ataques maciços e violentos da Blitzkrieg – divisões blindadas acompanhadas do ataque aéreo, quer dizer, de ajuda imediata, de apoio imediato. E com isso, a guerra foi subindo. Aí veio a grande batalha da Inglaterra, em que a aviação alemã se jogou para bombardear, para destruir o poder de resistência do povo inglês, e aí os alemães empregaram os últimos tipos de aviões. Aí começaram a empregar posteriormente bombas voadoras, bomba voadora nº 1, nº 2, tudo, mas antes disso a aviação estava fazendo um estrago danado. Por outro lado, os aliados, através dos ingleses, preparados com os Spitfires e os Hurricanes, fizeram uma defesa maravilhosa, tanto que tinha aquela velha história, aquela velha frase do Churchill: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos” quando da defesa da Inglaterra feita pela aviação inglesa, Royal Air Force. Esse espetáculo, o conjunto de tudo isso, levou-me a seguir a carreira militar. E seguindo a carreira militar, dentro da Escola Militar do Realengo – entrei em 1939 – quando chegou em 1940 tive que escolher a minha arma. Minha primeira arma escolhida foi a aviação. E a segunda foi a infantaria. Eu era realmente um homem de ação, meu feitio é ação, de operações. Então, entusiasmado com isso, prossegui, mas aí criaram o Ministério da Aeronáutica em 1941. Então, na passagem do ano de 1940 para 1941, automaticamente passei da Escola Militar para a Escola de Aeronáutica, que ainda era muito incipiente. Nós andávamos fardados de cadetes da Escola Militar e tudo. E foi aí que se deu a minha vocação, o meu interesse pela Força Aérea e, principalmente, pela vida militar.

M.A. - O senhor disse que tinha sete irmãos?

J.B. - Sete irmãos.

M.A. - O senhor era mais o novo?

J.B. - Não. Eu era o número quatro.

M.A. - Quantos dos seus irmãos são militares?

J.B. - Militares, só um deles, o número dois, que era oficial de Marinha. Mas já morreram todos. Eu sou o último vivo. Todos eles já morreram.

M.A. - O senhor tem algumas lembranças do seu tempo de Escola Militar, de Escola de Aviação Militar?

J.B. - Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos.

M.A. - Como era a escola? O senhor foi da primeira turma?

J.B. - Eu fui da primeira turma formada já no Campo dos Afonsos. Eu entrei em 1939 na Escola Militar do Realengo, em 1940 terminei o segundo ano fundamental – porque quando eu entrei para a Escola Militar, o curso era de três anos. Ao entrar no Ministério do Exército, mudou de três para quatro anos. Então, em vez de um ano fundamental e dois anos de armas, eu fiz o primeiro ano e o segundo ano fundamentais na Escola Militar de Realengo. Isso serviu para fazer a caracterização da minha formação básica militar. Por isso que a minha segunda arma, se por acaso eu não pudesse ir para a aviação, seria infantaria, pelo entusiasmo que eu desenvolvia pela vida militar. O combate de infantaria realmente é o mais importante na guerra. Ninguém ocupa terreno sem a infantaria. A cavalaria ataca, desbarata, a artilharia destrói, a aviação destrói, abre caminho, domina os ares, ajuda, mas quem ocupa o terreno é a infantaria. A engenharia ajuda também fazendo pontes e tudo mais, trabalho de apoio, intendência de apoio, mas quem ocupa o terreno é a infantaria. Tanto que o meu filho mais velho é agora coronel de infantaria do Exército brasileiro. Acho que de tanto entusiasmo que eu tinha pela arma infantaria, que ele conseguiu. Mas eu fiquei na aviação, passei no exame de saúde, fiz os exames todos, e quando passei na Escola de Aeronáutica, no ano de 1941, comecei a fazer o curso e fui o primeiro da minha turma a sair piloto solo. Eu fui o primeiro da minha turma a voar sozinho pela primeira vez num avião. Na Escola da Aeronáutica, eu me lembro muito bem. Nós íamos ainda fardados de cadete da Escola Militar e ganhamos o direito de usar um pombinho, uma aguiazinha na farda, mas era um pombinho mesmo. Aquilo era um orgulho fabuloso para nós, porque nós éramos da Escola Militar, mas também do futuro Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira. Aquilo foi formidável. Os instrutores nossos ainda andavam fardados com o uniforme do Exército. Mas o importante mesmo é que a arma nasceu dentro do Exército. Mas veio muita gente da Marinha porque havia a aviação naval também. Então, além da minha turma da Escola Militar, entraram também da Marinha, outros do quarto ano da Escola Naval. Também perderam um ano de

curso, porque tiveram que ir para o primeiro da Escola de Aeronáutica, ou seja, o terceiro ano de curso. Então, entraram vários companheiros da Escola Naval. Também naquela ocasião, faziam até uma propaganda toda esquisita: casa, comida, roupa lavada e ainda dinheiro para o mês, para ser oficial da Força Aérea Brasileira, piloto militar. Nós reclamávamos um pouco dessa propaganda, mas tinha que criar. Houve aquela campanha da aviação dos Diários Associados, desenvolvendo a campanha para a criação da aviação civil, desenvolvendo o entusiasmo do povo pela aviação. Então aqueles montes de aviõezinhos pequenininhos eram doados para a campanha, para poder desenvolver a aviação civil, eram os Pippers. E na Escola da Aeronáutica, começamos a voar nos antigos aviões Stiglitz, que eram os que vinham da Escola Naval, vinham da aviação naval; os Stearman vinham do Exército, e o Muniz nº 6, que era de fabricação nacional, fabricado no Brasil, de invenção do major brigadeiro Muniz. Bom, o interessante dessa fase é que eu vinha com uma formação militar muito séria, muito firme, porque aqueles dois anos na Escola Militar me deram uma convicção formidável do que era a vida militar e do que era a carreira militar. Ah bom, também entraram civis. Entraram engenheiros civis, engenheiros civis como químicos, como Francisco Bacha, que agora é brigadeiro na reserva. Tinha outro de São Paulo que era engenheiro civil, o Neiva de Figueiredo. Vieram outros civis formados, mas nenhum advogado, nenhuma profissão de letras. Só engenheiro civil e engenheiro químico, mais pessoal da área de matemática.

M.A. - Mas eles vieram para a escola para serem professores?

J.B. - Não. Para serem alunos. Cadetes. Entraram, houve concurso de admissão. Eles entraram como candidatos. Também oficiais da reserva, como o Montenegro, que está vivo até hoje, pediram para ir para a Escola de Aeronáutica, e apesar de já oficiais, fizeram o curso como cadetes. Nós éramos muito moços e eu era um dos mais jovens da turma. E o interessante é que na Escola da Aeronáutica começou a haver disputa no meio social do Rio de Janeiro, porque a Escola da Aeronáutica era coisa nova e nós éramos fardados da Escola Militar, mas com brevezinho. O pessoal da Escola Naval era fardado de azul, mas não tinha o brevezinho. Então os da Escola Militar que tinham o brevezinho chamavam a atenção das moças e da sociedade local.

C.C. - E o senhor acha que o prestígio do cadete, do militar, em geral, nessa época era maior?

J.B. - Era muito bom. Embora tivesse acabado de haver a tal campanha do “vento levou”. Uma luta danada que houve aqui no Rio de Janeiro, quando inventaram que um cadete tinha sido atacado por uma moça no cinema, lembrando a história de *E o vento levou*. Nós fizemos uma reação violenta. Toda a Escola Militar veio para o Rio de Janeiro. A Cinelândia ficou em polvorosa. O sujeito falava em *E o vento levou*, apanhava.

C.C. - Que história é essa, brigadeiro?

J.B. - Na época inventaram a história de que um cadete da Escola Militar, dentro do cinema, foi agarrado por uma moça...

C.C. - Ah, ele era agarrado pela moça.

J.B. - É, pela moça. Mas uma situação esquisita, não é? Porque ele se machucou, a moça ficou com a mão toda cheia de sangue. Enfim, era essa história. Então começaram a dizer que estavam abusando da parte sexual. Então nós fizemos o contrário. Fomos para a rua para acabar com essa história. Pedimos, pedimos, mas não adiantava. Então viviam botando papelzinho na rua, distribuindo folheto de *E o vento levou* e dizendo: “Cuidado com os cadetes!” Aí nós resolvemos acabar com isso da noite para o dia. Então os oitocentos cadetes da Escola Militar saíram à rua – isso era na Escola Militar ainda. Ocupamos toda a Cinelândia. Metade em trajes civis, a outra metade fardada. Os próprios oficiais da Escola também vieram ajudar. E a polícia, próxima, ficava aguardando. Então o sujeito provocava um cadete na rua, fazendo deboche dele, na mesma hora apanhava do militar à paisana. Metia o braço nele. O cadete com o espadim, aquele espadim que nós usávamos, metia o braço nele também. Enfim, numa tarde, num final de tarde, princípio de noite, nós acabamos com essa história. Nunca mais ninguém falou nessa história no Rio de Janeiro. Impressionante. Uma reação violenta mesmo. Nós combinamos tudo, marcamos tudo, e quando saímos da Escola Militar, saímos para valer mesmo, para poder acabar com essa história e não deixar mais ninguém falar mal da gente. E acabamos mesmo. E o pessoal acabou reconhecendo que aquilo era uma infâmia e estavam numa tentativa de desmoralização da gente. Porque nessa época já começava a haver a preocupação em tentar desmoralizar os militares. Bom, essa foi a primeira reação.

M.A. - O senhor terminou a Escola da Aeronáutica e como segue a sua carreira militar?

J.B. - Até terminar o meu curso na Escola de Aeronáutica, eu voei no Stearman, avião primário biplano, onde sai solo. Depois, voei no avião de curso básico onde se aprende acrobacias e vôo de grupo. Depois, continuei em instrução de navegação e vôo noturno e por instrumentos nos aviões Vultee, que vieram dos Estados Unidos e que possuíam grandes novidades para nós: eram monoplanos, asa baixa e usavam FLAP (dispositivo usado para reduzir velocidade de pouso e conseqüente diminuição de rolagem na pista). No final do curso, utilizamos para tiro aéreo e terrestre, bombardeio rasante, vôo noturno e por instrumentos o avião North-American T-6. Nossa aviação estava começando. Naquela época nossa aviação militar do Exército e da Marinha juntas não tinha mais que 150, duzentos oficiais pilotos. Tinha uns 30 sargentos pilotos. O resto tudo era aviação civil. E que também era muito pouco. A aviação era muito incipiente. E estávamos em época de guerra. Em 1939 começou a guerra. Então, para operações de guerra, patrulhamento e outras missões não tínhamos como fazer. Éramos deficientes em material e pessoal. Não tínhamos pilotos. Em 1941, surgiram os primeiros indícios para o Brasil entrar na guerra. Nesta época começamos a receber aviões modernos para patrulhamento do litoral. Recebemos aviões PBY-Catalinas, PV1 e PV2 Ventura, Hudson – bimotores de bombardeio, P-40 – caças e Vengeance - bombardeio. Os americanos entregavam os aviões para nós fazermos patrulhamento na costa brasileira contra os submarinos alemães e italianos, mas como fazer se não tínhamos quase piloto algum? Então o que acontecia é que cada base aérea tinha oito, nove pilotos, desde Belém, Amapá, São Luís, Fortaleza, Natal, Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre. Quer dizer, em todas essas bases aéreas e nos outros campos de aviação intermediários, nós tínhamos aviões de patrulha. Mas como ter gente para a isso? Tivemos que iniciar cursos rápidos para adaptar nossos pilotos já existentes a esses novos aviões - USBATU (United States Basic Training Units - Unidades de Treinamento Básico) e intensificar a formação em ritmo acelerado de novos pilotos. Por isso, criaram o Ministério da Aeronáutica, para poder ampliar o quadro de oficiais aviadores. Foi o que aconteceu. Na Escola de Aeronáutica começamos a formar. Diminuíram o curso. De quatro passou para três anos. Quando eu passei para a Escola da Aeronáutica, a turma que estava atrás de mim, no primeiro ano fundamental, quando veio, veio para a minha turma. Minha turma que era só de 15, 22, de aviação, recebeu mais cento e tantos da turma anterior do Exército e da turma da Marinha também anterior. Ficaram fazendo curso junto comigo. Então ao terceiro e quarto ano,

juntaram-se o primeiro e segundo anos fundamentais da Escola Militar e do segundo e terceiro da Escola Naval. Juntaram-se todos ali dentro da Escola de Aeronáutica, mas nós não tínhamos instalações ainda condignas. Então nós tínhamos um edifício grande, tinha vários alojamentos nesse edifício. Esse edifício nós chamávamos de pombal. O comandante era o coronel Henrique Dyott Fontenelli, o Fom-Fom, famoso Fom-Fom. O comandante do Corpo de Cadetes, Dario Azambuja, que veio de Marinha, era capitão-de-mar-e-guerra. E começamos a ter o curso. Os instrutores eram do Exército e da Marinha. Capitão Ortegal foi o meu instrutor, era tenente... Enfim, se você quiser depois eu me lembro do nome deles todos. Mas assim de imediato eu não lembro. Então esse pessoal todo começou a dar lição para nós. Nós estudávamos no Campo dos Afonsos. Não tinha pista de concreto, não. Era tudo gramado. E tinha quatro tipos de decolagem. Uma para o sul que era caveirosa (perigosa), que ia para cima dos morros, pequenininha, dando as costas para a Vila Militar. Muito pequenininha. A pista grande era a da internada da Polícia Militar, dava para a cidade e, ao contrário, quando o vento trocava e vinha de leste para oeste. E a pista de decolagem para serviço militar era muito pequena e tinha muito pouco vento norte. Bom, então na Escola da Aeronáutica nós tínhamos uma barraca no meio do campo, o campo era grande, todo gramado; ali ficavam os instrutores, na outra barraca ficavam os alunos. Então as turmas tinham aula de manhã, à tarde e à noite. Dando instrução ali com os sargentos ajudando. Os aviões paravam em fila, conforme o vento. Durante o curso, houve vários incidentes, companheiros morreram, mas principalmente, o principal é que havia uma grande camaradagem, e realmente uma grande união entre o pessoal que veio de Marinha e do Exército. Todos pensavam que havia muita disputa, mas não houve nada. Até os oficiais já formados, capitães, tinham ligeiras reclamações porque o pessoal que veio de Marinha e passou para a Aeronáutica, a Marinha deu uma promoção antes. Então eles passaram já um posto acima. Com isso, passaram à frente de oficiais que eram do Exército no mesmo posto anterior, e que ficaram atrás deles. Apesar desses pequenos problemas iniciais, foi muito bem feito, e o ministro Salgado Filho, conseguiu segurar – ele foi o primeiro-ministro da Aeronáutica – conseguiu segurar. O brigadeiro Trompovski era o chefe do estado-maior, conseguiu segurar e evitar alguns equívocos que podiam ter surgido. Mas não surgiram muitos não. E no meio dos cadetes, esse então não houve nada, porque o entusiasmo era a aviação. O valor de tudo é que nós estávamos voando. Nós tínhamos conseguido aquilo que era nossa vontade. Era voar. Aí fizemos um curso muito bonito, trocamos de uniforme e passamos a usar os uniformes só da Aeronáutica. Isso era o final do ano. E, em 1942, saímos formados aspirantes aviadores.

A partir de 1942, com o elevado número de aspirantes recém-formados, foram mandados para as bases Aéreas de operações militares, cerca de 55 aspirantes aviadores, enquanto outros 50 a 60 ficaram na Escola de Aeronáutica, nos Afonsos, para serem instrutores dos futuros pilotos. A partir dessa data, a FAB, em três anos, triplicou o seu número de pilotos, todos eles com nível profissional igualado ao das forças aéreas das grandes potências (é só recordar os feitos do 1º Grupo de Aviação de Caça na Itália e a atuação da aviação de patrulha em nosso litoral). Eu fui um dos escolhidos para ser instrutor na Escola de Aeronáutica e tenho a honra de dizer que, neste ano de 1942, coloquei brevê de piloto em 1939 dos 150 aspirantes aviadores formados neste ano. Todos eles atualmente já na reserva e muitos deles como tenente-brigadeiros.

C.C. - Brigadeiro, como é que o senhor e o pessoal da sua turma acompanharam o início da Segunda Guerra Mundial? Porque, em geral, no país houve uma divisão entre pessoas mais simpatizantes do Eixo e mais simpatizantes dos Aliados. Como a sua turma acompanhava o desenrolar da guerra na Europa?

J.B. - Bom, com relação à sua pergunta, devo dizer o seguinte. Na turma militar, o que nos entusiasmava eram as façanhas, os resultados de aviação militar alemã conseguia, obtinha na guerra na Europa. Tanto na Guerra da Espanha quanto na Segunda Guerra Mundial. Mas isso não quer dizer que fosse entusiasmo pelo partido político que dominava o país, o nazismo, o fascismo. Não. Inclusive o fascismo já tinha mandado ao Brasil os aviões Savoya-Marchetti. Aqueles ratos voadores enormes, aqueles aviões trimotores italianos. Tinham vindo os hidro-aviões na travessia do Atlântico, aqueles que possuíam motor em cima das asas; um em frente ao outro, de costas. E todos esses vôos eram desenvolvimento de aviação. Então nós tínhamos interesse ou entusiasmo pelo desenvolvimento da aviação. Do avião como avião, desde Santos Dumont até a utilização agora na aviação militar. Então, desde a Escola Militar eu nunca senti nenhum entusiasmo pela Alemanha como nazista, pela Itália como fascista, ou pela Inglaterra ou Estados Unidos como democracia. Porque, para o Brasil, a Inglaterra ainda é até hoje império. Mas não era esse entusiasmo. Realmente nunca houve discussão a respeito da parte política. Havia discussão sobre a capacidade ou a grandiosidade da nova máquina militar que tinha sido criada. Quando apareceu os Stuka, quando apareceu o Lápis-Voador, quando apareceram as fortalezas voadoras. Apareceu o Messerschmidt, o Spitfire, que eram máquinas maravilhosas. O Spitfire era um avião que voava em grande velocidade e pousava em 80 metros. Qualquer

campo de terra ou de grama, um Spitfire pousava. Isso dava uma maneabilidade fantástica. O que interessava eram as táticas que estavam sendo usadas. Quando os alemães inventaram pela primeira vez o avião a jato, primeiro o jato, depois o foguete (em 1941 houve o primeiro vôo operacional do primeiro avião de caça a jato, fabricação Messerschmidt, o Me 262 Swallow, e depois, em 1944 houve o primeiro vôo de outro Messerschmidt, o Me 163 Komet – avião foguete), um espetáculo aquilo. O avião decolava, o foguete tinha dois minutos de duração de impulsão. No primeiro minuto de vôo ele, com a força de seu foguete, decolava, subia acima do nível de vôo dos bombardeios inimigos (fortalezas voadoras) e em seguida, após localizar a esquadrilha inimiga, fazia uso do seu segundo foguete para atacar o alvo escolhido e, como um raio, passava no meio da esquadrilha atacante e regressava a sua base. Saía com trem de pouso de duas rodinhas e pousava com uma sapata feito esquí. Esses aviões começaram a destruir fortalezas voadoras e os americanos nem sabiam como acontecia isso. Então havia discussões sobre as táticas dos desenvolvimentos militares que estavam acontecendo, mas não a favor da parte política. Realmente, no governo, na época e na própria imprensa, havia muita gente que lutava e falava bem dos alemães. Falava bem do desenvolvimento que a Alemanha estava tendo com Hitler, do Mussolini na Itália. Mas também havia muita gente que atacava. E dentro do governo podia haver opiniões a respeito. Entretanto, quando começou a haver o ataque dos submarinos alemães e italianos aos navios mercantes brasileiros, começaram a morrer brasileiros e a serem afundados os navios brasileiros, então a revolta foi crescendo dentro das próprias forças armadas. Então quando chegou em 1942, que nós entramos para a guerra, nós estávamos nos preparando para ir combater o regime nazista e o regime fascista que tinham nos levado ao horror, à traição, ao ataque submarino, que não distinguia guerreiros de civis. E aquilo era impressionante, nós tínhamos que lutar contra o regime que estava utilizando essa máquina militar que era poderosíssima contra pessoas indefesas, pessoas que não tinham nada com isso. E o Brasil não tinha estradas. Todas as comunicações, até a tropa brasileira que ia para o nordeste ou para o sul, tinha que ir por mar, porque não havia estradas de rodagem. A Rio-Bahia era precaríssima, não existia praticamente. Então nós tínhamos dificuldade. Tinha que mandar tanque e viaturas militares e equipamentos militares para o Nordeste. O navio que foi afundado, que levou o Brasil praticamente a entrar na guerra, estava com um batalhão inteiro de infantaria dentro dele e morreu um coronel que era até pai de uma moça que morava em frente à minha casa, aqui na Pontes Correia, ali na Tijuca. Então isso provocou o quê? Provocou uma revolta muito grande. Mas dentro da Escola Militar, entre os cadetes,

tanto de Exército como de Marinha, como aqueles que vieram da vida civil, como Bacha, o Pernambuco e outros, não havia discussão, não havia divergência de opiniões, não havia preocupação nessa parte política. Havia, sim, interesse e entusiasmo, e nós vivíamos falando das máquinas militares, das maravilhosas máquinas que estavam surgindo e que estavam auxiliando a encurtar a luta, do poder aéreo que cada vez estava se desenvolvendo e se afirmando como uma nova poderosa arma, cada vez mais, estava dominando todas as outras. Japão foi derrotado nas batalhas navais, que nunca existiram como batalha naval. Os navios nem se avistavam e os aviões destruíam os navios e os porta-aviões dos outros. Com isso, a maior batalha naval que houve na guerra americana contra os japoneses, quem venceu foi a aviação. Os navios nem trocaram tiros entre eles. Os aviões decolavam, porta-aviões daqui, e de lá, lutavam entre si e destruíam os porta-aviões inimigos, obrigando os outros navios de superfície da área de combate a fugir. Na guerra do teatro do Atlântico Norte, na Europa, o maior encouraçado alemão foi destruído pela aviação inglesa também. Um torpedo bateu na hélice do *Bismarck*, o *Bismarck* começou a rodar, e aí vieram os outros navios, torpedearam e afundaram-no. Mas antes houvera combate naval, entre o *Bismarck* e o poderoso *Hood* – encouraçado inglês, por exemplo. O *Bismarck* destruiu três encouraçados ingleses em poucos minutos com descargas automáticas dos canhões deles, que estavam com mira, tudo automatizado. Quer dizer, essa parte nós discutíamos e a guerra submarina também. Agora, a parte política nós não entrávamos não. Mas quando entramos na guerra, aí sim, aí nós começamos já a trabalhar e a lutar contra o fascismo e contra o nazismo. Aí sim. Aí já era decidido.

M.A. - Brigadeiro, e qual foi a influência da Segunda Guerra Mundial sobre as forças armadas brasileiras?

J.B. - Bom, em primeiro lugar, para o Exército brasileiro foi fundamental. Porque nosso Exército não tinha nem idéia do que era uma campanha militar dos tempos modernos. Então foi preciso até reorganizar tudo. Desde o uniforme até equipamentos de campanha, tudo. As armas também eram muito antigas. Começaram a ser modernizadas todas as armas, tanto as armas leves como as armas pesadas. Na parte de aviação nem se fala. Nós não tínhamos nem pilotos para a guerra. Não tinha piloto para a fazer patrulha. Não tinha pilotos nem para a combater nos céus da Itália. Então, nós começamos a formar pilotos de uma maneira rápida nos Estados Unidos, no Brasil, dentro da Escola da Aeronáutica. Primeiro dentro da Escola de Aeronáutica. Formamos cem a duzentos pilotos, acabamos

no fim de dois anos, com oitocentos pilotos militares. Agora, para os Estados Unidos nós mandamos várias turmas. Vários candidatos civis, que era o pessoal da reserva, oficiais, que eram candidatos à aviação da reserva e que foram para os Estados Unidos fazer curso. Fizeram curso na Marinha e no Exército americanos. E formamos mais de trezentos pilotos lá também, que eram oficiais da reserva. Voltaram para o Brasil e vieram como oficiais da reserva. Nossas bases aéreas começaram a receber aviões americanos. Primeiro eram os americanos que traziam os aviões e nos entregavam aqui no Brasil. Depois nossos oficiais já iam buscar. Nós podemos dizer que na rota de Texas, América Central, todo norte da América do Sul e toda a costa brasileira até Natal, nós podemos dizer que de cem em cem quilômetros, tinha um avião quebrado ou destruído. De tantos aviões que nós trouxemos de lá para a cá. Mas que os americanos também trouxeram. E quando houve aquela ponte, a ponte da vitória, que fez a invasão da África, ali por essa área passaram milhares de aviões ida e volta, atravessando o Atlântico, levando material para a Europa. Então a influência dessa guerra na Força Aérea brasileira foi fundamental. A Força Aérea que era um núcleo pequeniníssimo, pequenino e quase inútil, quase sem equipamento militar, principalmente aviões de primeira linha, “bum”, estourou. Começou a receber T-40, Hudson, Ventura para avião de patrulha, B-17. Aviões que nós nunca tínhamos visto. E, naquela época, a grande novidade para a nós era trem retrátil, era *flap*, era *slot* para reduzir a velocidade na hora do pouso e aumentar a sustentação dos aviões, enfim, metralhadoras acopladas. O P-40 com suas metralhadoras no nariz, o P-47 com metralhadoras nas asas, o Ventura...

M.A. - Agora, esse equipamento que os senhores estavam recebendo era basicamente americano. Isso não trazia problema de manutenção para a Força Aérea?

J.B. - Claro, acrescia-se a este problema que a nossa Marinha de Guerra também começou a receber navios novos, equipamentos novos ; por exemplo, meu irmão era oficial da Marinha, era capitão-tenente, e estava embarcado num navio que não tinha mais do que 50 metros, que era o tal do *Caçapau*. Era o casco de madeira, imagina, e blindagem em cima. E foi um dos oficiais de Marinha que mais tempo de mar teve durante a guerra. Ele era forte, jogava até water-pólo no time da Escola Naval. Ele embarcou, ia para o alto-mar fazer proteção de navios mercantes isolados ou em comboio. Esses pequenos navios eram uma máquina espetacular para a época. Um navio rápido, embora desconfortável para a tripulação, principalmente quando o mar estava agitado, quase não permitindo, por dias e horas seguidos, qualquer descanso para a tripulação. Nessa época... o cruzador Bahia, um

dos nossos melhores cruzadores ligeiros, emborcou quando em patrulha, e perdeu toda a sua tripulação; outro navio, o destroyer *Camacua*, que virou também numa manobra infeliz no mar alto, mar forte, que virou e se perdeu e afundou. Morreu uma porção de gente. A Marinha também recebeu destroyer, um monte de navios também destroyer e caçaferro para poder melhorar nesse patrulhamento costeiro, porque os nossos navios mercantes eram ou desacompanhados...

[FINAL DA FITA 1-A]

J.B. - (...) ou acompanhados só por navios americanos quando passava algum comboio americano pela costa saindo desde a Argentina até lá em cima no Golfo do México. Então as três forças armadas brasileiras se transformaram, vamos dizer assim, em um ano, da água para o vinho. Porque fomos obrigados a fazer um esforço tremendo para adaptar tudo isso. Bom, você falou sobre suprimento e manutenção. Todo o suprimento e manutenção eram trazidos para o Brasil em aviões grandes de transportes americanos para suprir esses aviões. E nessa época o serviço americano foi espetacular. Eles traziam e faziam depósitos enormes. Tanto que, quando acabou a guerra, quando os americanos entregaram as bases aéreas de volta para o Brasil, em Belém, em Fortaleza, em Natal, em Recife, em Salvador, aqui no Rio também, havia armazéns, vários armazéns, atonetados de material sobressalente, que eram os excedentes da guerra e que foram usados pelo Brasil durante muitos anos, sem qualquer indenização aos norte-americanos. Então realmente, durante a época da guerra, muito pouco avião, mesmo norte-americano, parou por falta de peça, tal o volume de suprimento que os americanos mandaram para cá. A eles interessava que as nossas costas, os nossos céus, principalmente as nossas costas, fossem patrulhadas e defendidas por pilotos brasileiros e tripulantes brasileiros. Era uma das exigências que nós fazíamos também. Não queríamos interferência de estrangeiros fazendo serviço que nós devíamos fazer. Aí deve-se levar em consideração a atitude do brigadeiro Eduardo Gomes, que era coronel, depois brigadeiro, mas foi comandante da 2ª Zona Aérea, que era em Recife, e que teve uma atuação fantástica em contato com os americanos. E o almirante Jonas Howard Ingram, comandante da 4ª Esquadra Norte-Americana e do Teatro de Guerra do Atlântico Sul, que teve uma capacidade tremenda de ligação conosco, ficou gostando muito dos brasileiros e se entusiasmou com o trabalho nosso. Então de Amapá até Florianópolis, a patrulha toda era feita por brasileiros. Os americanos só fizeram dar o curso inicial dos aviões. O Ventura, por exemplo, era um avião de patrulha, exigia uma

tripulação grande. Tinha que treinar todo esse pessoal. Então nós fizemos cursos em cima de cursos. Noite e dia nós trabalhávamos. Para ter uma idéia, nesta época, eu estava na Escola de Aeronáutica. Eu tinha saído de aspirante em 1942 e continuei como instrutor de 1942 a 1945. De 1942 a 1944, aliás. Nessa época, como instrutor, eu dava instrução de manhã, à tarde e à noite. Só eu botei no fim de um ano, brevê de piloto em 39 novos pilotos brasileiros. Só eu. Dando aula de manhã, à tarde e à noite. Eu morava na Tijuca, depois morei em Niterói. Eu saía de casa às quatro e meia da manhã e voltava para a casa oito, dez, 11 horas da noite. Todos os dias, para a dar instrução no Campo dos Afonsos a turmas de primeiro, segundo e terceiro anos da Escola de Aeronáutica, formando pilotos. Dos pilotos que eu formei, a maioria deles já está na reserva, tenente-brigadeiro na reserva. Era o Protásio e outros, há muitos anos já na reserva. O Berenger, todos eles chegaram a tenente-brigadeiro, chefe do estado-maior. Bom, o Valdir de Vasconcelos, que foi ministro do EMFA, o Valdir. Todos esses homens eram cadetes na minha época. E eu botei brevê nesses homens na hora da formatura. Para a senhora ter uma idéia do esforço que nós fizemos para a desenvolver isso. Mas quanto ao suprimento, a senhora não tenha dúvida. Tanto da Marinha quanto da Aeronáutica, nós fomos supridos em tudo. E conseguimos manter essa Força Aérea vigiando esse Brasil inteiro de costa a costa. De Florianópolis, do Rio Grande do Sul, desde a cidade do Rio Grande, nós tínhamos aviões de patrulha desde o Rio Grande até o Amapá. Nós cobrimos essa área toda. Os nossos aviadores utilizando esses aviões que eram entregues ao Brasil, grátis, não eram pagos, não eram nada, eram da ajuda americana para a guerra, esses aviões nos ajudaram a fazer esse trabalho. E desse pessoal, desses pilotos, muitos morreram, mas muitos abateram muitos submarinos alemães e italianos. E se deve a eles um grande número de vitórias nessa área. Está respondida a sua pergunta?

M.A. - Brigadeiro, qual foi a sua atuação e a atuação da Aeronáutica na deposição de Vargas em 1945?

J.B. - Com o final da guerra, ou melhor, com o regresso da Itália das Forças Expedicionárias terrestres brasileiras e do primeiro grupo de caça que teve brilhante atuação na Itália, no Brasil já começavam a surgir reclamações contra o regime ditatorial que existia e que era dirigido por Getúlio Vargas. E havia também a campanha que estava começando já a ser iniciada do “Queremos Getúlio”, do quererismo. Então, essa situação levou a reclamações por parte do ministro do Exército, general Gaspar Dutra, que tinha acabado de visitar a Força Expedicionária Brasileira lá na Itália. Com o regresso dele, ele

comunicou ao Getúlio que o pessoal estava chateado, que os militares estavam aborrecidos porque estavam se iniciando aborrecimentos, porque eles estavam lutando contra o fascismo e o nazismo, que eram duas ditaduras violentas, e quando acaba, no Brasil, estavam dirigidos dentro de um regime ditatorial que vinha desde 1937, com a implantação do Estado Novo. Então em função disso, e já repercutindo, em 1943 houve um manifesto dos mineiros, pedindo a redemocratização do país, um manifesto feito pelo governador de Minas, por intelectuais, políticos de Minas Gerais contra o estado de coisas do Estado Novo. Posteriormente, já em 1945, o manifesto dos intelectuais de São Paulo, dos escritores e intelectuais, então reclamando contra a situação brasileira, que estava muito fechada, com censura e outras coisas mais, e a coisa não estava correndo como o pessoal esperava. Getúlio, em 29 de fevereiro, se não me engano, fez um decreto, na época era decreto, iniciando, abrindo a campanha eleitoral, dando início a uma campanha eleitoral, prometendo fazer eleições em seguida. E começou a liberar. E fez também um decreto, uma anistia, em que liberava todos os presos políticos, inclusive dando margem para que o Partido Comunista Brasileiro se reorganizasse. Então, Luis Carlos Prestes, que estava preso com a mulher dele desde 1936, logo depois da Revolução de 35, foi libertado também, e, junto com o tal do coronel Canabarro, começaram a fazer a campanha e começaram a desenvolver grande campanha dentro das forças armadas, aproveitando a situação de dúvida que estava no meio dos militares, principalmente na oficialidade, que não compreendia como que tinham morrido milhares de pessoas na Europa, brasileiros na Europa e no mar, em defesa de uma suposta democracia, quando no Brasil era ditadura. Então essa revolta começou a crescer, começou a se desenvolver. Mas, por outro lado, Getúlio Vargas, influenciado também por seus amigos pessoais – embora tivesse mandado Agamenon Magalhães, que era o governador de Pernambuco, lançar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, que era seu ministro da Guerra, para presidente da República, e para combater a candidatura que a UDN estava botando na rua, que era o brigadeiro Eduardo Gomes – começou a desenvolver a campanha do “Queremos Getúlio”, do quererismo, pensando naquilo que tinha acontecido na Argentina, que estava acontecendo na Argentina, que era o peronismo. Que era o “Queremos Perón”, e que acabou na Argentina quando Perón foi preso. Posteriormente, foi libertado pelo povo e levado à chefia do governo pela massa popular, porque os sindicatos comandavam essa manobra junto com os chefes de polícia da época, que eram os carabineiros, que foi até um assunto chamado peronada. Então, à semelhança disso, no Brasil, começou a se desenvolver a campanha do quererismo. Então os militares começaram a ficar preocupados com isso. Meu Deus do

céu, se aqui começou a dar também apoio aos sindicatos e os comunistas liberados completamente, estão desenvolvendo campanha violentamente – porque a Rússia também tinha sido vencedora na guerra. Então, o regime comunista também estava em alta, vamos dizer assim. Então, para segurar essa situação, só havia um jeito. Era chegar para o presidente e dizer: “Olha, tem que parar com isso, senão a gente não acredita mais que o senhor queira sair. Que o senhor queira fazer eleição mesmo.” E a dúvida começou a crescer, e a campanha do queremismo começou a crescer, então os militares resolveram retirar o Getúlio.

Então, em face desse fato que estava acontecendo na Argentina e no Brasil, o incremento do queremismo, culminou a situação toda com a insatisfação dos militares e a insatisfação do povo também, pela dificuldade em acreditar que o presidente Getúlio Vargas queria sair e realmente dar o poder para outro. Subiu a um clímax quando ele nomeou, no dia 24 de outubro, o irmão dele, Benjamim Vargas, que era um elemento desclassificado, um elemento que até criminoso era, já tinha até morto gente em boate, enfim, um homem desse para chefe de polícia. Então, com a chefia de polícia na mão de Benjamim Vargas e com os sindicatos na mão do grupo de João Goulart e outros, que estava uma exceção violenta com a história do queremismo, então começou a se pensar: “Bom, daqui a um dia vai ficar incontrolável a situação.” Bom, e além disso, havia também um desregramento muito grande no país. Uma indisciplina muito grande. E o governo cada vez apertava mais. Cada vez fazia mais vigilância para a evitar a coisa de se avolumar e crescer mais. No dia 24 de outubro, com a nomeação de Benjamim Vargas (Bejo Vargas), o general Góis Monteiro, que era ministro do Exército, pediu demissão. Porque a nomeação do Benjamim Vargas era uma afronta à nação toda. Então houve o primeiro ultimato ao presidente. O presidente, então: “Não, vamos temporizar.” E ficou temporizando. Mas não deu. No dia 29 de outubro ele tirou o Benjamim Vargas, mas quando tirou o Benjamim Vargas para poder satisfazer os militares, para nomear um coronel do Exército, a essa altura do jogo já os militares estavam reunidos, já tinha havido ligação entre Marinha, Exército e Aeronáutica, e a descrença era total. Ninguém mais acreditava que o Getúlio quisesse realmente sair do poder. Então, houve o ultimato ao presidente da República e, surpreendentemente – mas também porque não tinha outro apoio, porque não tinha condições nenhuma de reação, porque as forças militares foram todas unidas – ele resolveu renunciar para se retirar para o Sul, para São Borja, e entregar o poder. Mas naquela época não tinha nem vice-presidente, porque era regime ditatorial, nem a Câmara nem o Senado estavam funcionando. Então não tinha ninguém na linha

sucessória para continuar. Então, os ministros militares resolveram convidar o ministro José Linhares, que era o presidente do Supremo Tribunal Federal para assumir o poder, e foi o que aconteceu. Assumi o poder. E a minha participação nessa fase toda, é que eu era primeiro tenente aviador, tinha muito pouca atuação, mas era entusiasmado como todos os outros. No dia 24 de outubro, nós entramos em prontidão, eu vim para a base aérea do Galeão, e lá na base aérea do Galeão já encontramos lá os coronéis-comandantes e tudo, e por ordem do ministro da Aeronáutica na época, começamos a nos preparar para a fazer a deposição de Vargas, nem que fosse necessária à força. Mas havia uma preocupação de nós todos. É que na base aérea de Santa Cruz, que era a base aérea mais forte do Brasil naquela época, estava sediado o primeiro grupo de caça. Tinha acabado de chegar da Itália, com aqueles aviões maravilhosos que eram os P-47 e os pilotos de combate, que eram espetaculares. Então, nossa preocupação grande era aquilo. Então, nós chegamos em prontidão no dia 24 de outubro, entramos na base e começamos a preparar nossos aviões no Galeão. Eu tinha saído da Escola da Aeronáutica meses antes, tinha vindo para a base aérea do Galeão, e na base do Galeão tinha ido para o 3º Grupo de Bombardeio Médio. Eram os B-25 que tinham chegado novos dos Estados Unidos para a fazer o curso de USBATU, que era um curso de preparação dos pilotos e da tripulação. Porque aí eram oito tripulantes, então era necessário preparar bombardeador, metralhadora de cauda, metralhadora de torre, superior, laterais, mecânico, rádio-telegrafista, piloto e co-piloto. Tudo isso é uma equipe. Então os americanos tinham que dar o curso USBATU em quatro meses para preparar nossa equipe brasileira. A Força Aérea já estava desenvolvida, o 3º GBM (3º Grupo de Bombardeio Médio) já estava no Galeão, e começamos a preparar os aviões, começamos a armar os aviões com bomba, com metralhadora e tudo, para poder agir quando fosse necessário, se houvesse alguma reação por parte do Getúlio. O ministro do Exército era o Góis Monteiro, que o Dutra não deixou sair, e deu ordem para a Vila Militar, o general Alcio Souto dirigiu-se para o palácio do Catete, cercou-o e o Getúlio não pôde fazer mais nada. Então, na hora que nós fizemos isso, nós começamos a armar os aviões B-25, com a preocupação da base aérea de Santa Cruz, que na época era comandada pelo coronel Ari Neves. Os pilotos do 1º Grupo de Caça estavam em casa, na cidade, e quando foram chegando, chamados a se apresentar na base aérea de Santa Cruz, o comandante Ari Neves, em vez de permitir que eles fossem para o hangar do Grupo de Caça (que era o enorme e antigo hangar que abrigara o Zeppelin, que hoje ainda é utilizado) determinou que os pilotos permanecessem nos alojamentos, praticamente detidos para evitar qualquer reação, já que eram liderados pelo seu ex-comandante na

guerra , coronel Nero Moura, amigo pessoal de Vargas. Mas no Galeão, por sua vez, nós tínhamos o coronel Gibson, que era o meu comandante na base aérea do Galeão, o 3º Grupo de Bombardeio Médio (3º GBM), o Gibson era excepcional, oficial que foi da guerra da Itália também, oficial comandante muito firme, mas também muito amigo de Getúlio Vargas e, principalmente, do tenente-coronel Nero Moura, que tinha sido comandante do grupo de caça. Mas o Nero Moura trabalhava na cidade. O major Monteiro Machado trabalhava na cidade também. Então, o coronel Gibson, quando chegou lá no 3º GBM, deu ordem para a preparar os aviões B-25, distribuir serviço, e eu era auxiliar de operações, comecei a comandar toda aquela parte de preparação dos aviões, para se caso necessário, atacar Santa Cruz, não os aviões nem o pessoal, mas sim a pista. E inutilizando a pista de decolagem, os aviões não podiam decolar. Então nós estávamos preparando os aviões para fazer bombardeio lá em Santa Cruz, caso fosse necessário. Aí houve essa dissensão, porque a preocupação de todos era com relação ao coronel Nero Moura, que era muito amigo de Getúlio, que tinha sido comandante do grupo de caça na Itália, e que poderia a qualquer momento fazer um levante lá, ou tentar fazer um levante lá. Então, o Ari Neves teve essa preocupação de impedir que os oficiais aviadores, que eram pilotos de caça experimentadíssimos, pilotos de combate mesmo, fizessem isso. E nós tínhamos também no Galeão, além dos aviões B-25, na base do Galeão tinha um Parque de Aeronáutica. E lá chegavam os aviões P-47, que vinham dos Estados Unidos e da Itália. Eles cobriam o avião todo com uma borracha, e o avião vinha embarcado para não estragar. Todo o avião, inteirinho, todo ele emborrachado. Chegavam aqui, tiravam essa borracha, preparavam o avião, viravam o motor, preparavam o motor, o avião ficava pronto, armado e tudo, e já estava pronto para a combate. Então pegamos três P-47 e começamos a armar os P-47 também. Aí apareceram lá o capitão Délio Jardim de Matos (que mais tarde, como tenente-brigadeiro, foi ministro da Aeronáutica) e o capitão Edmundo. Estiveram lá e ficaram no 3ª GBM enquanto o pessoal do parque preparava os aviões. Então seriam os dois P-47 pelo menos para combater os de lá. Mas a gente não tinha experiência de guerra nenhuma e os outros tinham. Então, a preocupação era não deixar os P-47 lá de Santa Cruz decolar. E todas as ordens estavam sendo dadas e enquanto isso estava havendo esse quipocró todo de discussão, e lá dentro da base do Galeão houve um incidente mais sério. O coronel Gibson, que era comandante do 3º GBM, nervoso com o que estava acontecendo com Getúlio e com Nero Moura, então telefonou para a cidade e perguntou: “Nero, precisa você mandar chamar o pessoal da Itália para ir para lá, para Santa Cruz.”, telefonou para o major Monteiro Machado, também piloto, herói do 1º

Grupo de Caça, mandando-o dirigir-se para Santa Cruz. Telefonava também para o chefe do estado-maior da Aeronáutica, telefonava também para o ministro da Aeronáutica, e xingava-os: “Aqui é o coronel Gibson, isso é uma indignidade o que estão fazendo! O pessoal do Grupo de Caça está sendo julgado como capaz de defender Getúlio, e sem ser consultados nem nada, estão sendo detidos na base. Isto é uma covardia! Isto é uma traição! Não se deve fazer isso! Vai acabar havendo distensão entre nós todos!” Aí nessa hora, eu era o primeiro tenente aviador e tinha meu auxiliar também, o tenente Carvalhal. Entramos na sala, estava o Délio e o Camarão sentados em frente à mesa dele, e ele falando ao telefone, xingando todos os chefes da Aeronáutica. Eu entrei com a metralhadora na mão e disse: “Coronel Gibson, o senhor vai me desculpar, mas eu não posso permitir isso. Eu estou tomando essa atitude extrema porque é uma barbaridade o que está acontecendo aqui. O senhor está ofendendo as autoridades militares, quando o senhor acabou de dar ordens para preparar os aviões, e o senhor, como nosso comandante, está fazendo uma coisa dessas. É a pior situação de todas. Nós não sabemos o que vamos fazer.” Aí ele pegou e jogou a pistola dele em cima da mesa e disse: “Délio, pega esta porcaria aí que eu vou me apresentar ao coronel Loyola Daher para me considerar preso lá. Eu não aceito essa traição que tão fazendo com o pessoal da caça.” E foi para a lá e se apresentou, e ficou preso mesmo na base. Bom, a minha atuação política começou a haver aí, porque nessa época, eu já tinha opinião política a respeito. Achava que não devia continuar aquele regime. E minha atividade foi muito pequena. Minha atividade foi só dentro do meu grupo de bombardeio. Não tive outra atividade externa nem outra ligação qualquer. Eu, apenas como oficial aviador, fui chamado no plano de convocação de emergência, cheguei na minha base, atravessamos, naquela época na base não existia a ponte no Galeão, atravessávamos de barca. Entramos todos na barcaça da ponta do Caju e viemos para a ponta do Galeão. Entramos na base e começamos a trabalhar. Quando chegou de madrugada, toda a situação estava completa, o Getúlio tinha se rendido. Então não havia outra saída mais. E a atuação minha foi pequena, foi só essa parte de tomar parte, de intervir com um comandante meu, porque ele estava escangalhando com as autoridades, e a parte de Santa Cruz que não chegou a ser efetuada, porque lá o coronel comandante de lá segurou a situação toda.

M.A. - Em 1945 o senhor votou no brigadeiro Eduardo Gomes?

J.B. - Foi. No Eduardo Gomes.

M.A. - A Aeronáutica, nessa época, já era favorável a Eduardo Gomes?

J.B. - Toda a Aeronáutica era praticamente UDN porque, embora houvesse muitos oficiais que nós sabíamos que eram esquerdistas...

M.A. - Na Aeronáutica?

J.B. - Na Aeronáutica havia sim senhora. No próprio grupo de caça. O coronel Fortunato, era tenente Fortunato, depois capitão Fortunato, era o homem que fez aquele escudozinho do... (escudo símbolo do 1º Grupo de Caça, quando em operações de combate na Itália), esse era um comunista. Casado com uma comunista também. Um incidente muito interessante que havia contra ele é que quando nós éramos, eu acho, aspirantes a aviador, ele convidou vários de nossos companheiros para irem até o morro para assistir a mulher dele fazer uma preleção lá, e o Brandini, que já morreu, o Becker, que ainda está vivo, foram lá e ficaram surpreendidos com a atividade dessa mulher, que era a mulher dele, junto aos comunistas, no trajeto do morro. E palmas, discurso dela, e o diabo a quatro. Precisava ver como existia. E o Fortunato estava no grupo de caça, tinha ido combater os nazistas lá na Itália. Também o Luis Felipe Perdigão Medeiros da Fonseca, da minha turma, que veio de Marinha, também era um esquerdista violento. Acabou trabalhando no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Morreu por um acidente de aviação aqui. E também no Sul já tinha havido uma série de coisas. Um outro colega meu de turma, Sebastião Dantas Loureiro, também da minha turma, e junto com outros oficiais – ele era tenente – recebia ordens do sub-oficial Adão, que era o chefe da célula comunista dentro da base aérea de Canoas. Isso aconteceu em época anterior, na época quando foi fechado o partido, foi preso o pessoal todo. Logo depois de 1935. 1935 não, 1942, 1943, uma coisa assim. Houve um inquérito lá e o Sebastião também foi expulso da Força Aérea e mais outros oficiais. E os oficiais solteiros moravam numa espécie de republicazinha na cidade. E nessa republicazinha o pessoal ia distribuindo livrinhos para se ler, sempre contra o imperialismo americano, sempre a favor da Rússia soviética, e foi desenvolvendo esse grupo, até que foram descobertos e chegou-se logo à conclusão do inquérito, e o capitão Sebastião Dantas Loureiro recebia ordens do sub-oficial Adão porque era auxiliar dele dentro da manutenção da base aérea de Canoas. E foi expulso da Força Aérea também. Você vê como a infiltração estava grande nessa época e já havia...

C.C. - Dentro do Partido Comunista o inferior dele era hierarquicamente superior.

J.B. - Exatamente. E ele recebia ordens dele. Do sub-oficial Adão. O Sebastião Dantas Loureiro, que está vivo ainda, está expulso da Força Aérea, sofreu um inquérito naquela época. Eu só não tenho a data exata disso.

C.C. - Mas a presença desses oficiais de esquerda ou comunistas dentro da Aeronáutica continua até 1964?

J.B. - Sim. Continua e amplia. Esse pessoal, não. Mas outros também apareceram. Muitos esquerdistas apareceram. Em 1964 foi uma coisa séria, muito grande mesmo.

C.C. - O fato do PCB ter voltado à atividade não diminuiu...

J.B. - Não. Pelo contrário. Desenvolveu muito, porque a Rússia soviética estava em ascensão. Lembra? Estava em ascensão. A Guerra Fria toda estava sendo feita e eles estavam em ascensão. Era uma potência disputando a hegemonia mundial com os Estados Unidos. Então aquilo era um incentivo tremendo para eles.

M.A. - Brigadeiro, como é que o senhor explica a entrada dessa influência comunista dentro das forças armadas?

J.B. - Bom, na época que eu estou falando aqui, era mais fácil porque o Brasil era mais atrasado, era mais deficiente, sem comunicações, sem recursos, sem transportes, sem contato entre o pessoal do interior, pessoal mais pobre, pessoal mais classe média e classe rica. Mas nas forças armadas, já existe uma hierarquização automática. Quase que um socialismo. No socialismo você tem um mecanismo de receber dinheiro, já tudo hierarquizado. Nas forças armadas, já está tudo hierarquizado. Então é mais fácil se entender porque que o militar aceita essa organização rígida, hierárquica, e também rígida em soldos e vencimentos em escala crescente ou decrescente conforme o local onde você estiver considerando. Bom, então o militar aceita com certa facilidade esses aspectos. Mas não quer dizer com isso que os militares sejam tendentes à parte esquerdista. Não. Os militares não são tendentes. O principal é a estrutura social do país e, principalmente, a

hegemonia e a soberania do país. Isso ele não abre mão. Então essa que é a coisa mais fácil. Agora, é lembrar também que no meio militar, principalmente os aviadores, a parte de aviação, nós visitamos o Brasil inteiro. Então o oficial aviador, muito mais que o oficial do Exército e o oficial de Marinha, tem contato com as populações mais pobres, com as regiões mais pobres, mais miseráveis do Brasil. Nós viajamos desde o Oiapoque até o Chuí. Desde Natal até lá, Tabatinga. Nós viajamos todo o interior. O Correio Aéreo Nacional (CAN – que foi um dos fatores primordiais de integração de todo território brasileiro, tendo sido incluído na constituição brasileira como uma instituição nacional), pousava fazendo integração em território nacional em quase todo território brasileiro. Nós saíamos, por exemplo, daqui, e íamos até Belém pelo interior. Então nós recebíamos pedidos no caminho da população, para comprar pão em Belém. Mas nós só íamos voltar uma semana depois. Recebíamos dinheiro, chegávamos em Belém e comprávamos pão, manteiga, goiabada, coisas que no interior não tinha. Nós comprávamos porque eles pediam para comprar. Você veja como era a coisa. Então nós tínhamos uma ligação muito íntima com a população. Portanto, os oficiais aviadores se entusiasmavam muito mais e se irritavam mais com essas diferenças sociais que existiam no país. E com isso, como todo jovem tem loucura pela justiça, ele é muito desprendido. O jovem tem muita pena de você, mas daqui a pouco ele está falando sobre futebol ali adiante. Quer dizer, ele não se aprofunda, mas de qualquer maneira, principalmente o oficial aviador tinha muito contato com as populações carentes interioranas e era muito moço. Eu, por exemplo, cheguei a major com 28 anos. E o oficial do Exército para a chegar a major demora quase que 35.

Voltando atrás um pouco, na questão hierárquica é preciso lembrar o seguinte. Nas forças militares existem três linhas: a direção geral, que são os oficiais-generais, os oficiais superiores, que formam os Estados-Maiores; os oficiais subalternos, capitão, primeiro tenente e segundo tenente, que são o pessoal de execução de ação; e a outra parte, que são os subalternos, os sub-oficiais, primeiro, segundo e terceiro sargentos cabos. Esse é um pessoal de tropa, de execução. Pois bem, esse pessoal de tropa não comanda, mas sente uma influência muito grande. Porque você vê que em 1964, quando os sargentos quiseram ser deputados, é porque queriam já extrapolar das suas funções. Porque o sargento e o sub-oficial são formados para cumprirem ordens, comandados pelos tenentes e capitães, que por sua vez recebem instruções e orientação de caráter geral dos oficiais superiores, que são os majores, e os coronéis, que por sua vez seguem a política dada pelos oficiais generais, os três postos últimos lá em cima. Então isso também provoca entre essas camadas uma diferenciação de vencimentos e uma diferenciação de anseios. Por exemplo,

o pessoal subalterno às vezes não se conforma. Sargentos nossos passaram em grande número a se formar como médicos, engenheiros civis, dentistas, advogados. Então são homens que estão culturalmente progredindo e começam a se chocar com os tenentes que saíam da Escola da Aeronáutica, e que eram limitados somente à parte militar de execução. Só depois, nos cursos superiores, é que eles vão começando a melhorar seus conhecimentos gerais. Então os sargentos antigos, os primeiro e segundo sargentos já formados como advogados, dentistas e outros, procuram ou sair da carreira militar ou na carreira militar já procuraram outra linha, por exemplo, linha de medicina, linha de médicos e tudo, ou vida civil, como existem muitos deles. Então havia um choque de anseios, de vontade, que estava praticamente seguro pela hierarquia militar. Essa situação pode provocar, como provocou em 1964, situações gravíssimas. Eles queriam ser deputados, ser eleitos deputados. Lembram-se dessa história? Da revolta dos sargentos? Então isso procura ver também essas coisas. Como também foram contra a chibata antigamente. O pessoal marinho fez aquela revolta na armada contra a chibata. O marinho era submetido a castigos corporais (punição disciplinar de tradição secular), até que houve a revolta na armada e conseguiu-se acabar com essa coisa.

[FINAL DA FITA 1-B]

J.B. - Por outro lado, os oficiais eram considerados com outro nível e com outra situação. Então essa distinção entre oficiais e subalternos é que cria também dissabor dentro da hierarquia militar. Porque eles também vão se desenvolvendo culturalmente e seus anseios e desejos vão sendo ampliados e são contidos pela hierarquia militar. Isso muitas vezes pode provocar explosão. E o Partido Comunista explora isso violentamente. Provoca justamente na insatisfação e no anseio de ampliação do desejo de comandar, explora a situação para desenvolver essa sua atuação no meio de cabos, sargentos, para provocar contra os oficiais. Era o que aconteceu em 1964 naquela reunião do Automóvel Clube do Brasil. Você lembra aquela reunião que houve lá com o João Goulart? Dos gorilas? Os gorilas eram os oficiais. Os sargentos é que eram apoiados pelo João Goulart, mesmo no Automóvel Clube do Brasil. Bom, aí, em função disso, a hierarquia militar às vezes ajuda e às vezes prejudica a infiltração comunista. Mas somente a convicção, a formação, a formação militar do homem é que vai controlá-lo e colocá-lo dentro da situação, porque não existe democracia dentro do quartel. O que o comandante diz tem que ser obedecido. É regulamento, não vai ser discutido pelo sargento, pelo tenente e pelo capitão. O coronel

João Paulo Moreira Burnier

quando dá uma ordem, está acabado. Tem que ser cumprida. Só se ele sair fora dos trâmites legais. Só se ele se exceder. Aí pode haver insurgimento, não tem problema nenhum. Normalmente não existe uma democracia. Existe uma hierarquização e uma seqüência de ordens, e a seqüência de cumprimento de ordens. Essa que é a preocupação nossa e por isso o Carlos Prestes achava que era mais fácil a penetração no meio militar do que no meio civil. Por causa da insatisfação que cria entre os diversos níveis da hierarquia militar. Nesta época também, é preciso lembrar que Luis Carlos Prestes tinha saído quando Gaspar Dutra assumiu a presidência da República e fechou o Partido Comunista. A senhora lembra disso? Na hora que fechou, o Prestes se mandou para Rússia, e no Brasil, continuou o partido todo na clandestinidade. Bom, mas há uma importância muito grande que eu vou dizer agora. Desde a Revolução de 30, eu não tenho dúvida nenhuma, a gente vai ver que o chefe militar era um civil, era Getúlio Vargas. Mas em 1945 mais uma vez se afirmou isso. Os militares obrigaram o ditador a se retirar. Ele se retira para São Borja, e lá, com a política dele, apoiou a campanha do Dutra, que acabou sendo eleito. Mas o que é importante dizer é o seguinte: os militares, na hora que depuseram o presidente da República Getúlio Vargas, presidente da República não, o ditador Getúlio Vargas, nessa época, eles tiveram a preocupação não de um deles assumir a presidência, mas sim de procurar no meio civil alguém que assumisse isso. Porque eles achavam que cabia a eles, aos militares, a manutenção do país, quer dizer, o bem da nação, tanto na soberania física quanto na soberania psicológica ou moral ou política. Manter a integridade territorial e manter a integridade psicológica, ou moral, ou política do país. Então na mesma hora que fizeram isso, que depuseram essa autoridade, procuraram no meio civil alguém para substituí-lo. E encontraram a pessoa do ministro José Linhares, que era o presidente do Supremo Tribunal Federal. Mostrando mais uma vez, inequivocamente, que os militares sempre procuram um civil para dirigir a nação brasileira nos momentos de crise, porque eles, os militares acham que qualquer excesso que cometam pode provocar... Então eu queria ler esse pedacinho que preparei: “Os militares, ao colocarem o José Linhares, o presidente do Supremo Tribunal Federal na presidência da República, no comando geral da nação, deram mais uma vez demonstração inequívoca da preocupação dos chefes militares em manter o poder político e civil da nação nas mãos de civis.”

M.A. - Brigadeiro, vamos falar de novembro de 1955? Qual foi a influência desse episódio dentro das forças armadas e qual foi a sua participação no movimento?

J.B. - Bom, ao iniciar essa resposta, devo começar por 1954, com a morte ou o suicídio do presidente Getúlio Vargas, que era presidente eleito. Nessa época, o Brasil estava num tumulto só, completo. Dificuldades de toda ordem, greves e, principalmente, na administração pública federal uma total depravação, talvez semelhante à de hoje, ou talvez menor até que a de hoje. Mas isso era fechado e ninguém tinha capacidade de fazer um retrospecto, de levantar as acusações. A morte de Getúlio, o mar de lama realmente iniciado com a morte do major Rubem Vaz, naquele atentado da Toneleiros, levou a Aeronáutica a tomar a seu cargo a iniciativa de iniciar, porque já estávamos com preocupações sobre a situação do país. Mas com o ataque que foi feito a Carlos Lacerda e a morte de Rubem Vaz, a Aeronáutica então realmente se uniu e resolveu agir para detectar os criminosos e comprovar as ligações que havia entre os criminosos e o palácio do Catete, porque nós estávamos convencidos disto. Como estamos até hoje. Então, naquela época, com a campanha que fizemos, com o inquérito que foi aberto no Galeão para apurar o responsável pela morte do major Rubem Vaz, nós chegamos à conclusão de que a atuação do Benjamim Vargas ficou sempre em dúvida. E até hoje estamos convencidos que Getúlio Vargas suicidou-se, ou foi morto pelo próprio irmão Benjamim Vargas. Dúvida que nós tivemos na época e que até hoje eu não me convenci do contrário. Mas, de qualquer maneira, estava se revelando que o mandante do crime não era o Gregório Fortunato, mas sim alguém mais alto, alguém mais interessado em calar a boca de Carlos Lacerda, que estava devassando todos os detalhes da infiltração desmoralizante da corrupção, da negociata, do café. Uma coisa tremenda mesmo. Estava uma coisa estupenda. A denúncia de Carlos Lacerda acertava em cheio. Todas as acusações do que o governo do Getúlio estava sendo responsável. E a tentativa de Getúlio de desmoralizar os oficiais, inclusive com o almoço que fez ao coronel Mamede e outros. Então a oficialidade das forças armadas, em especial do Exército, mas principalmente, da Aeronáutica, exacerbadas com a morte do Rubem Vaz, fez todo o levantamento e conseguiu chegar às últimas conseqüências, com a prisão do Gregório Fortunato e do assassino do major. Bom, na continuação disso, o presidente Café Filho assumiu, procurou durante o ano e pouco que ficou no governo diminuir estas tensões, fez várias obras, iniciou várias inaugurações de várias coisas importantes no país, mas mesmo assim não conseguiu evitar que a revanche continuasse. Principalmente pela atuação do general Lott, que, inexplicavelmente, continuava fazendo, vamos dizer assim, vigilância sobre os oficiais que eles chamavam de conspiradores. Realmente nós todos éramos revolucionários. Nós queríamos realmente que mudasse a coisa. Que se fizesse uma limpeza, uma mudança no

país. E continuávamos conspirando. Continuávamos reunindo vários grupos, no norte, no sul, no centro, Minas, nordeste. E o general Lott continuou fazendo vigilância sobre isso com o pessoal dele. Isso veio provocando pouco a pouco animosidade muito grande contra o general Lott, principalmente dentro da Marinha e da Aeronáutica. Mas no Exército também se avolumou muito isso. Tanto que havia o pessoal lottista e o pessoal anti-Lott. E vários incidentes houve aí, oficiais que se recusaram a cumprimentar o general Lott e tudo. Nessa época eu tinha ficado doente, tinha ido para São José dos Campos, a pedido, para fazer o curso de Engenharia Militar, já que estava suspenso de vôo. Tinha ido para São José dos Campos para fazer curso no ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica – Universidade de Engenharia da Aeronáutica). Fomos eu e mais 22 oficiais. Eu era o mais antigo, era major. Eu já tinha curso de estado-maior, quer dizer, não precisava mais fazer curso nenhum, mas mesmo assim eu fui fazer curso de Engenharia para poder continuar a carreira militar. Eu tinha tido uma pericardite e com isso estava proibido de vôo. E o tratamento poderia ser feito e iria ficar bom, como eu fiquei. Bom, fui autorizado a voar. Voei de novo. Fiz os exames todos, me recuperei completamente. Não era infarto, foi pericardite, a parte externa do coração que tinha sido afetada, um vírus qualquer, e continuei o curso de Engenharia. Mas nesse tempo nada impedia que lá, em São José dos Campos, no ITA, apesar dos estudos, eu continuasse a ver a situação do país cada vez mais grave, mais séria. Estava se discutindo a parte da campanha eleitoral que estava em pleno desenvolvimento. Quando estava nessa época, cerca de julho, eu tomei conhecimento nas reuniões que havia de oficiais, no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, então, havia reuniões quase que semanalmente, e o Lott sempre perseguindo, sempre procurando, e transferindo os oficiais para vários lugares. Os anti-lottistas eram castigados, botados no ostracismo. Oficiais brilhantes eram colocados sem função, completamente sem comando nenhum, mandados para lugares afastados, em Santo Ângelo, na Bahia, no Acre, em Mato Grosso, enfim, ele ia distribuindo os oficiais. Os aspirantes do Exército, os mais bem situados na Escola Militar, primeiros de turma e tudo, eram colocados em áreas bem longínquas, até no Acre, em guarnições distantes. Um primeiro-tenente, um aspirante do Exército, primeiro de turma, um comandante do pelotão ficava lá, completamente desolado, porque era um homem que não combinava ou não estava de acordo com a política que o Lott vinha fazendo dentro do Exército. Bom, quando chegou em julho de 1955, mais ou menos, eu tomei conhecimento por várias informações, de que o Lott, ou melhor, o general Odilo Denys, que era o seu chefe do estado-maior, estava preparando um plano preventivo contra a tentativa dos tais golpistas, como éramos considerados, de impedir a posse de Juscelino.

Porque achávamos que ele estava sendo ajudado pelos comunistas, que estavam numa campanha tremenda. Embora estivessem na clandestinidade, eles continuaram atuando, e bastante atuantes, principalmente dentro das forças armadas. Em função disso, eu pedi transferência do ITA, fechei minha matrícula lá no segundo ano da Escola de Engenharia, e para não haver dúvida a respeito do futuro, eu pedi até as minhas notas que eram publicadas no boletim, para não haver dúvida que eu tinha saído por vontade própria e não por exigência escolar, ou por falta de capacidade de fazer o curso. Vários companheiros continuaram fazendo o curso. Houve vários incidentes, porque nós éramos oficiais já e ficavam fazendo uma turma separada porque a turma do ITA era uma turma de civis. Nós estudávamos juntos e houve vários incidentes lá com o vice-diretor, com o diretor, porque nós estávamos estudando intensivamente, fazendo curso em quatro meses, um curso de um ano do ITA, que era uma brutalidade. Isso depois de 16, 14 anos sem estudar, tendo saído da Escola Militar já nessa época. Eu era major. Saí e vim transferido para base aérea do Galeão. Mas quando cheguei na base aérea do Galeão, em final de setembro já, nas reuniões que tinha perto da praça Saens Peña, reunindo oficiais do Exército, oficiais de Marinha, oficiais da Aeronáutica, nós, nessas reuniões, tomamos conhecimento, dia 11 de outubro, que dentro de um mês, dia 11 de novembro, precisamente, seria dado o golpe do Lott, o golpe preventivo com orientação do general Odilo Denys para impedir, para acabar com a resistência da Aeronáutica e da Marinha. Cheguei ao Rio de Janeiro, pedi licença, vim ao Rio, saí da base e fui falar com o brigadeiro Grun Moss, que era comandante da Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica: “Brigadeiro Grun Moss, aconteceu isso assim, assim. Eu tenho informação que o coronel Rui Moreira Lima está indo para Santa Cruz aliciar oficiais para esse plano de 11 de novembro, e vai ser feito mesmo. E os chefes da parte do Exército são o coronel Alexino Bitencourt, e o irmão dele, comandante da área do Batalhão de infantaria Blindada, ali em Campinho, e todos eles já têm missões, inclusive algumas já foram transmitidas a alguns oficiais que tomam parte do plano. E esses oficiais nos comunicaram e nós estamos dando ciência ao senhor.” O brigadeiro Grun Moss, oficial excelente, brilhante e, principalmente, muito ético e muito correto, ele, em vez de mandar fazer uma investigação sigilosa, mandou chamar o coronel Rui Moreira Lima, mandou chamar os outros oficiais, e indagou pessoalmente: “É verdade que está acontecendo isso assim, assim?” Claro que foi negado por eles. E não tomou outra providência. Com o correr dos dias, cada vez mais informações vinham complementando, acertando a coisa do que ia ser feito. No dia 3 de novembro o Café Filho ficou doente, aí ficou mais preocupante ainda para nós, porque sem o Café Filho no poder, viria um outro

substituto. Veio o presidente da Câmara, o Carlos Luz. Então o deputado Carlos Luz assumiu a direção, mas só tomou posse também no dia 9. E quando ele foi assumir dia 9, ele já veio, naturalmente, calcado por uma porção de pessoas e também por conversas com outros – o Café Filho e outros – e fez um novo ministério. Mas dentro dos ministérios militares, ele manteve o brigadeiro Eduardo Gomes como ministro da Aeronáutica. Nomeou o ministro Amorim do Vale para ministro da Marinha, porque era um dos elementos, vamos dizer assim, do grupo da Marinha, que junto com Pena Boto e outros, eram os homens que eram contra o general Lott e contra a situação de descalabro que estava havendo, principalmente, na parte política do país. Aí, o Carlos Luz, tirou o general Lott do Ministério da Guerra e nomeou o general Álvaro Fiúza de Castro. Bom, você sabe muito bem que no Exército o que manda é a escala hierárquica. A saída do Lott e a vinda do Álvaro Fiúza de Castro viria desarmar completamente o esquema do general Lott ou de quem quer que seja, para poder segurar o Exército do lado deles. Então o general Lott pediu 24 horas ao Luz, para passar a direção do Exército ao substituto. E essas 24 horas implicavam que no dia seguinte, dia 11 de novembro, é que seria feita a passagem do comando, às quatro horas da tarde. Na madrugada do dia 11 de novembro, o general Lott determinou a todos os comandos militares via rádio, lá de cima da torre do Exército, numa rede que se ligava a todos os comandos militares do Brasil, do Exército. Ele determinou um plano secreto, mandou para todos lá, botou todo mundo em prontidão determinando o cumprimento de missões do tal que já estava todo fixado, preparado. Então na madrugada de 11 de novembro, no Campinho saiu o Batalhão de infantaria Blindada lá do general Alexino Bitencourt e veio cercar a parte do Galeão na minha base. Mas acontece que eu também, por outro lado, ciente disso e sabedor do que estava acontecendo, tinha falado com o coronel Manuel Vinhas, ainda está vivo, hoje é brigadeiro, que era o comandante da base. Eu tinha sido transferido de São José dos Campos, do ITA, para a base aérea do Galeão. Aí fui nomeado chefe pessoal. Chefe pessoal implica ser responsável pela defesa da base aérea do Galeão. Então, independente disso, comecei já a preparar a defesa do Galeão. Cheguei em setembro, final de setembro, e em outubro comecei a preparar, e já quando chegou em novembro, quando a coisa ficou mais feia, eu disse: “Bom, agora realmente vai acontecer. Acontecer o tal Plano Formiga” de que nós tínhamos ciência. Então eu fui lá para a base e comecei a preparar a defesa. Comecei a preparar tripé. Nós tínhamos muitas metralhadoras ponto 50, mas são metralhadoras de avião. Então mandei preparar tripés de infantaria, armei lá no Parque Aeronáutico, que tem na base do Galeão. Preparei os tripés para poder botar as metralhadoras em cima e poder fazer o

funcionamento. Então, preparei 50 metralhadoras ponto 50, que a Aeronáutica não tem grande defesa terrestre, mas com essa preparação, eu preparei realmente a base do Galeão para ser defendida. E na véspera do dia 11 de novembro, eu ocupei aquele hospital da Ilha do Fundão que está construído, que é o hospital das crianças. Naquela época tinha só armação de concreto e algumas partes que tinham paredes de tijolo. Ali eu coloquei dez metralhadoras ponto 50 para bater, cobrir a ponte que tinha sido construída entre o continente e a Ilha do Fundão e a outra ponte antiga que ligava, aquela grandona, aquela que ligava a Ilha do Fundão à Ilha do governador, no Galeão. Então nessas duas pontes eu preparei a defesa. Atrás da base tinham uns morrotezinhos que depois foram devastados, terraplanados. Mas tinham uns morrotezinhos, dali mesmo eu preparei as metralhadoras ponto 50, que trabalham com 1.500, dois mil metros de distância do tiro. E lá no esqueleto do hospital da Ilha do Fundão eu preparei a defesa daquela ponte lá. Coloquei muitos barris de... Porque eu também tinha informação do Exército. Uns oficiais do batalhão de Campinho, que tinham ligação conosco, nos avisou por telefone que o batalhão estava saindo, tudo blindado. Saindo de lá de Campinho para vir numa operação que ia cercar a base do Galeão. Nessa hora eu interditei a ponte do Fundão, botei tambor de gasolina, tambor de óleo em quantidade enorme e na outra grandona também, eu mandei preparar, botar, pontos de dinamite, cargas de dinamite, para explodir, se fosse necessário, a ponte grande que vem para base do Galeão. Bom, correram as horas, quando chegou lá pelas cinco horas da manhã, cinco e meia, mais ou menos, da manhã, eu tinha também interditado toda a passagem, todo o trânsito que sai do governador para passar pela ponte na frente da base do Galeão. Eu parei ali o trânsito e não deixava passar ninguém, a não ser que fosse revistado e examinado. Parece que eu estava adivinhando tudo. E ali eu detive vários oficiais da Aeronáutica e do Exército que estavam passando para ir para a cidade. Cinco e meia da manhã é uma hora cedo demais para quem ia para a Escola do Estado-Maior do Exército ou da Aeronáutica. Mas ali eu detive vários coronéis da Aeronáutica, vários incidentes. Tive que atirar em um carro lá. Prendemos oficiais que não tinham explicação porque iam para cidade a essa hora. Eu detive os oficiais, prendia e trazia para o comando aqui do edifício de comando da base aérea do Galeão, um edifício chamado nº 13, bem ali em frente do relógio, bem ali em frente à pista de passagem dos carros. Então, em função disso, eu interditei ali e comecei a vigiar. Aí peguei vários oficiais da Aeronáutica. Porque vários oficiais da Aeronáutica se apresentaram no Exército. Houve uma prontidão dada pelo Lott, e eles em vez de virem para as nossas bases, ou para os seus quartéis, foram diretamente para as bases do Exército, o quartel do Exército. Então nessa

ocasião, vários oficiais, inclusive meu compadre, o coronel Terra de Faria que era major e outros foram para se apresentar ao Exército, e vieram dentro dos carros de combate, se dirigindo para cercar a base do Galeão. Quando chegaram à Ilha do Fundão, na primeira ponte, a ponte pequena, quando eles passaram lá, nós demos a primeira rajada de metralhadora. Eles pararam lá. “Não atira! Nós não passaremos.” Mas eu tinha tropa no chão, tropa de infantaria, pouca coisa. Eram três pelotões, uma companhia de infantaria de guarda. Tropa fraca, sem experiência muito grande de combate, mas pelo menos, suficientemente armada para poder fazer face a um ataque tendo um morrinho na frente e uma ponte com vários obstáculos. Atirei. Eles pararam lá e ficaram do lado de lá. Jipe, carro de combate, tudo parado do lado de lá, fecharam a ponte lá. E do lado de cá da Ilha do governador, na ponte grande, eu também tinha tropa na trincheira. Chamei os oficiais da base todos, dei função para cada um. Distribuí para cada tenente-comandante o seu pelotãozinho. Nós não somos organizados feito o Exército, somos diferentes. Então na hora de botar o pessoal dentro de trincheira, além de infantaria, nós podemos usar os sargentos. Temos sargentos em quantidade muito superior ao normal do Exército. Temos cabos também em muito maior quantidade do que cabe a cada companhia, a cada pelotão do Exército. Então nós temos que fazer arranjos. Isso tudo foi preparado. Quinze dias antes eu comecei a fazer isso. Mas também tinha tomado preparação contra o coronel Scafa. Engraçado, o coronel Scafa que tinha sido encarregado do inquérito do Galeão na época de 1954, agora era contra nós, e era prefeito da base aérea do Galeão. E ele tinha levado para lá 45 pistolas 45. Quinze dias antes do dia 11 de novembro, eu tinha, com ordens do coronel Vinhais que era o comandante da base, dado comunicação a ele que iria recolher essas armas para a base. Então ele: “Mas por que vou entregar?” Eu falei: “Porque o comandante da base quer fazer conferência do armamento”. Aí ele falou: “Mas não pode ser feito aqui?” E eu: “Não. Ele quer que seja feita lá.” Enfim, essa foi a maneira que eu encontrei para poder tirar essas armas da mão do prefeito, que era o coronel Scafa, de quem nós tínhamos dúvidas sobre sua reação. Não deu outra. Tirei esse armamento todo. No depósito de material bélico da base, eu tirei todo o material da base e transportei tudo isso para dentro das prisões dos soldados e cabos (xadrez da base). Tirei toda a munição do depósito da base para dentro das prisões e montei guarda e segurança aí. Então todo o armamento da base aérea do Galeão ficou nas minhas mãos e subcontrolado por mim, dentro da prisão da base, quer dizer, completamente fora da mão de outras pessoas que quisessem meter a mão em armamento. Então com isso eu preparei a defesa da base, mandei preparar os aviões Douglas. Antigamente, tinha uma escada que a gente punha na

porta do avião. Tirava a porta fora, punha a escada, e eu mandei preparar uns tipos de trilhos, artefatos de madeira e metal, presos no chão do avião no vão da porta, para poder por ali jogar as bombas de cem libras que eu mandei armar, preparar e espoletar. Todas as bombas eu botei já nos hangares. Para fazer os aviões Douglas voarem e jogarem essas bombas se necessário. Dei ordem a partir de oito horas da manhã para todos os Douglas decolarem e ficarem circulando em cima dos rádios faróis. Porque o Exército também fechou o nosso controle de defesa aérea, de comunicações, de toda área em Manguinhos. Então, com isso, nós ficamos com mais de 15 aviões Douglas em cima da base aérea do Galeão, voando, esperando ordens minhas. Eu botei os aviões Douglas em cima voando em volta do radiofarol. Não sei se vocês sabem o que é radiofarol, mas o radiofarol é um sinal em que você liga pelo rádio compasso no avião, e que você fica dando voltas, fazendo elipses, curvas em volta dele em vários níveis. Então eu botei os Douglas todos lá em cima voando, armados com bombas de cem libras todos ele dentro, e com ordem dos pilotos de serem utilizadas ou sobre o Exército que estava ali em frente à Ilha do Fundão, ou sobre qualquer outro alvo que eu dissesse. Bom, era essa a situação. Então o Exército parou em frente à ponte. Mandou um emissário falar comigo. Veio um jipe com um major, e o major que veio foi o major que me denunciou. Tanto que eu avancei no pescoço dele quando ele chegou na base do Galeão, cá dentro da base, depois de passar as duas pontes. Eu peguei o pescoço e chamei ele de frouxo, de diabo a quatro. Nem me lembro o nome dele. Não consigo mais lembrar dele. Bom, ele foi a coronel. Esse major me disse na ocasião que nada pudera fazer no quartel dele, porquanto o coronel Alexino o surpreendeu, pois quando ele (o major) chegou ao quartel, a unidade já estava toda de prontidão, sob o comando do general Alexino, em ordem de marcha. Ele teve que vir e tentou nos avisar durante o trajeto, mas não conseguiu. Bom, e ele veio como emissário do Alexino para dizer para mim para entregar a base. O coronel Vinhais nessa hora estava na base, retirou-se para o interior da Ilha do Governador para ir para casa de um amigo que eu não sei qual é. E eu praticamente fiquei no comando da defesa, porque era eu o comandante de defesa da base do Galeão. Eu era o chefe pessoal. Eu recebi esse major, me insurtei contra ele, falei muita coisa. Falei que não entregava a base coisa nenhuma, que era para ele se retirar. Ele veio com bandeirinha branca, voltou com bandeirinha branca, e ficaram lá na parte do continente, fora da ponte do Fundão. Aí eu disse: “Mas não passem, que eu atiro em vocês.” Aí ficaram lá do lado de lá da Ilha do Fundão, na ponte, e eu fiquei do lado de cá. Aí nesse meio tempo aconteceram vários incidentes. Apareceu daqui a pouco uma lanchinha correndo. Lá dentro vinha o coronel Fortunato, do Exército, foi meu amigo

depois na Revolução de 64. Veio na lanchinha e se apresentou lá dentro da base aérea. Veio de lanchinha lá do Caju para cá. Bom, lá no aeroporto Santos Dumont, era o Comando da 3ª Zona Aérea. Quando o Exército cercou o aeroporto Santos Dumont e o comandante da 3ª Zona Aérea deu intimação para eles se entregarem, o tenente-coronel Roberto Hipólito da Costa, que nessa época era oficial do estado-maior do 3º Comar, pegou o Norte-América e em vez de vir para pista decolar como se decola normalmente naquela pista de cimento, ele decolou ao contrário. Ele pegou o avião na porta do hangar e decolou direto ao contrário. Passou por cima da Escola Naval, veio e pousou no Galeão. Então recebi mais um reforço do Hipólito. O Hipólito chegou, se apresentou a nós lá e então ficou junto conosco lá na defesa. E na base do Galeão, no desenvolvimento interno, houve vários incidentes interessantes, inclusive um desagradável. Prendi vários oficiais. Inclusive um deles disse para mim: “Não, mas a minha religião não permite brigar irmão contra irmão.” Aí falei: “Então você está preso.”

[FINAL DA FITA 2-A]

J.B. - E chamei o Espinola, major Espinola que era da Escola de Estado-Maior e tinha vindo para nos ajudar: “Olha, leva esse homem lá, preso lá nos alojamentos.” E montei uma sala, e botei o pessoal que se recusava em pegar em armas lá preso. Era muito pouco. Dois ou três só. O resto tudo já estava em campanha, tudo já estava disseminado, abrindo trincheira em todo canto, ali da ponte grandona para dentro da base aérea. Tinha o Comando de Transporte Aéreo, depois tinha a Escola do Estado-Maior, depois vinha a base do Galeão. Dali em diante já ninguém mais passava, também na Ilha do Fundão ninguém passava porque estava fechado lá. Bom, nessa situação, quando veio a ordem por telefone ou por rádio, não sei, para a base, não sei precisar, mas era ordem do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, que estava se retirando do Ministério da Aeronáutica, embarcando no navio Tamandaré. Por ordem dele, nós devíamos deslocar todos os aviões dali para Cumbica, São Paulo. Então ficamos na dúvida de quem ia e quem não ia. Então eu resolvi que o pessoal de vôo, mecânicos e sargentos de manutenção se dirigissem dentro dos aviões, dos Douglas, para Cumbica. Os aviões estavam no chão, eu botei dentro do avião esses mecânicos e esses sargentos, a parte de manutenção, todo material de manutenção que pudesse levar, e decolamos todos e fomos para Cumbica. Inclusive eu também fui num desses aviões para Cumbica. Mais ou menos, lá pelas três horas da tarde. Aí nessa hora o coronel Vinhais já tinha voltado à base e resolveu, por

ordem do brigadeiro Eduardo Gomes, que ia entregar a base ao Exército. O Exército entrou na Ilha do Fundão, retiramos a infantaria toda, veio e ocuparam a base do Galeão. E nos já tínhamos nos deslocado todos para São Paulo. Chegamos em São Paulo lá pelas quatro e meia, três horas da tarde, e lá fomos recebidos pelo brigadeiro Scholl Serpa, Milton Scholl Serpa, que era o comandante da base aérea de Cumbica. O sub-comandante dele era o brigadeiro Coqueiro, na época era tenente-coronel. Chegamos lá, e para nossa surpresa, já encontramos os aviões Gloster de Santa Cruz. Nessa época não era mais os P-47, eram os Gloster que estavam em Santa Cruz, e já tinham se deslocado de Santa Cruz. Então ficamos sabendo a história que se passou em Santa Cruz. Em Santa Cruz, quando o Exército, junto com o batalhão de Engenharia que tem lá, cercou a base, o coronel Ari Presser Belo foi para o portão da guarda, mandou chamar o emissário do Exército, ficou conversando, tabulando se entrega ou não entrega a base. Mas a finalidade deles é para que permitisse que o pessoal da base de Santa Cruz se deslocasse, os aviões se deslocassem para Cumbica. Mas antes do pessoal se deslocar para Cumbica, vários cabos, sargentos, mas principalmente cabos da base aérea de Santa Cruz, fizeram uma manobra maravilhosa. Pegaram uma turma de caminhões, fizeram um comboio de caminhões e carros, inclusive carros que seguram bombas, carro especial para segurar bomba, puseram bombas, munição de tiro, canhão do Gloster, muito material desse, puseram em cima dos caminhões e se deslocaram por terra de Santa Cruz para Cumbica, em São Paulo, sem passar pela Rio-São Paulo. Só por vias internas, por aquelas estradas vicinais. Por fora. E saíram às oito horas da manhã de Santa Cruz e chegaram em Cumbica lá pelas três horas da tarde. Todos os sargentos e mecânicos dos aviões Gloster, dos aviões de combate, os Gloster bimotores que substituíram os P-47. E chegaram lá para poder dar apoio ao grupo que decolou todo e foi para Cumbica, lá pelas dez horas da manhã. E o coronel Presser Belo ficou discutindo com o comandante, o general que estava cercado a base de Santa Cruz. Enquanto estavam discutindo, os aviões estavam se deslocando e o pessoal já tinha saído por terra para ir para Cumbica. Com isso conseguimos ludibriar a vigilância do Exército e transportar para Cumbica todos os aviões de combate que tinham no Rio de Janeiro e os aviões de transporte no Galeão. Pois bem. Isso foi o que se passou imediatamente no dia 11 de novembro no Galeão e em Santa Cruz. Agora nos Afonsos não podia sair nada, porque o Exército é ao lado, não tinha avião de combate, só tinha avião de instrução, porque a Escola de Aeronáutica ainda era ali, e o Exército ocupou tudo aquilo, e não podíamos fazer mais nada. Na base aérea dos Afonsos, todo o pessoal também decolou e foi para Santa Cruz, foi para Cumbica. Só ficou lá o tenente-coronel, o major, que era o sub-comandante,

que ficou lá para entregar a base ao Exército, porque o Exército também ocupou aquela área lá. A base dos Afonsos fica ao lado da Escola da Aeronáutica. Aí chegamos em Cumbica, encontramos lá o brigadeiro Scholl Serpa, que fez uma reunião conosco, com todos nós, e lá também encontramos cerca de duzentos aviões. Toda força aérea praticamente se deslocara para Cumbica. Então em Cumbica nós tínhamos condições de fazer qualquer reação de aviação. Enquanto isso, o *Tamandaré* saiu barra afora, com o presidente da República, com o Eduardo Gomes, com o almirante Pena Boto, o almirante Heck, era capitão-de-mar-e-guerra, saiu barra afora o *Tamandaré*, levaram aquele tiro do Forte de Copacabana – e na minha opinião o tiro foi propositadamente errado, que não tinham intenção nenhuma de cumprir ordem de afundar o *Tamandaré*. Saíram com o *Tamandaré* e foram para Santos. Veio a ordem do Carlos Luz, do Eduardo Gomes, para que todo pessoal que estava em Cumbica aguardasse ordens lá em Cumbica. Então nós saímos de noite de Cumbica, um mau tempo danado, chuva, raio, diabo a quatro, decolamos. Três aviões saíram de Cumbica e fomos para Santos. Chegamos em Santos e eu era dos mais espoletados aqui, porque estava indignado com o negócio. Dali fui falar com o brigadeiro Eduardo Gomes que já estava recolhido em seu quarto. E eu me lembro muito bem que o coronel Geraldo estava na escada do alojamento de oficiais lá em Santos e disse: “Não, o velho está dormindo” Eu falei: “Não. Eu não tenho nada que o velho está dormindo. Vamos acordar e vamos falar com ele.” O coronel Geraldo insistiu: “Mas ele está dormindo.” Eu retruquei: “Não. Nós vamos falar com ele.” Passamos na frente dele, batemos na porta, acordamos o brigadeiro Eduardo: “Brigadeiro Eduardo, nós estamos com duzentos aviões em Cumbica. Estamos prontos para combater. Tem arma, munição, tem tudo e podemos nos deslocar. Mas tem um plano para o senhor. Podemos nos deslocar para Florianópolis, lá tem um depósito de munição muito grande, e de lá podemos começar a apoiar qualquer operação militar que quisermos fazer por São Paulo. O pessoal aqui está com capacidade de reação, o pessoal do Exército contra o Lott, e nós temos a possibilidade perfeitamente de fazer essa reação.” E o brigadeiro: “Não, mas a minha ordem é vocês todos voltarem. E vamos fazer o seguinte. Amanhã de manhã, às nove horas, eu estarei em Cumbica. Lá eu vou assistir à decolagem de vocês para vocês se apresentarem no Rio de Janeiro ao novo ministro por ordem do presidente Carlos Luz. E ele não quer derramamento de sangue e não quer que haja reação.” Então, em função disso, nós voltamos indignados, mas voltamos. O brigadeiro Eduardo tinha uma autoridade muito grande sobre nós. Voltamos todos para Cumbica. Em Cumbica preparamos os aviões, e a partir de nove horas, com a chegada dele lá, fomos nos deslocando um por um dos aviões,

decolando e pousando no campo do Santos Dumont, onde foram se acumulando os aviões e nós nos entregando às autoridades, àquelas pessoas que tinham assumido o Ministério da Aeronáutica, por ordem do Eduardo Gomes, por ordem do Lott. E esses oficiais chegaram, mandavam o pessoal circular para casa, aguardar ordens, ou outros que mandaram prender na hora. Aí foram prender, e prenderam seis oficiais. Os seis oficiais foram levados à presença do brigadeiro Alves Seco no gabinete do ministro, que era no Ministério da Aeronáutica ali em frente. Um deles era eu. Então, um por um, eram chamados na frente do Alves Seco. O Alves Seco estava com dez homens armados na sala ao lado, e nos recebia no gabinete dele, mas com os dez homens lá armados. Chegava, perguntava quem éramos, nos apresentávamos, ele dava instruções: ou prendia ou mandava para casa. Então, chegou lá a minha vez: “Tenente-coronel Burnier estava no Galeão e estou me apresentando aqui por ordem do brigadeiro Eduardo Gomes.” Ele disse: “O senhor é um excelente oficial, formidável, não sei o quê, tem muita ação e tudo, mas o senhor é um elemento perigoso. O senhor vai ficar preso até decisão em contrário. Pode se retirar.” Eu me retirei, me levaram. Aí um colega meu de turma também, que aliás, em 1964, já era esquerdista e foi afastado também, nos levou preso para o Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, que é na Avenida Brasil, ao lado do Batalhão de Carros de Combate do Exército. Aí chegamos lá, nos apresentamos ao comandante, fomos recolhidos aos aposentos. Éramos seis presos lá. Eu, Veloso, Lameirão, Lebre e outros. Uns seis, e ele escolheu os seis que eram os mais ativos para ficarem presos lá. E lá ficamos. Ficamos lá dez dias. No fim dos dez dias ele mandou liberar e nós ficamos à disposição do pessoal da Aeronáutica para reclassificação. Aí me mandaram voltar para base aérea do Galeão. Cheguei lá, me apresentei na base aérea do Galeão, tinha assumido o comando da base o coronel Pereira Pinto. Quando eu me apresentei a ele, eu disse: “Mas eu não gostaria de trabalhar com o senhor.” Ele disse: “Por quê?” Respondi: “Porque o senhor se apresentou ao Exército e eu não aceito isso.” Então ele falou: “Está muito bem. Então o senhor vai se apresentar agora mesmo ao brigadeiro Francisco Teixeira lá no Comando de Transporte Aéreo.” Concordei: “Está certo.” Saí dali e fui lá para o Comando de Transporte Aéreo procurar o brigadeiro Teixeira. Francisco Teixeira, não sei se você o conhece, mas é um brigadeiro da Força Aérea Brasileira e era comunista. Morreu já. Mas era comunista mesmo. Um dos principais elementos comunistas que a Força Aérea Brasileira teve. Quando o brigadeiro Francisco Teixeira me recebeu: “Burnier, porque você não vem servir conosco?” Eu afirmei: “Eu não gostaria de servir com o senhor. Não concordo com suas opiniões, com suas idéias, e não gostaria de servir com o senhor.” Ele disse: “Então vou ter

que pedir para botar você à disposição da diretoria de pessoal.” Respondi: “Sim senhor. É só isso?” “É. Pode sair.” Me retirei. Ele me transferiu, me botou à disposição da diretoria de pessoal, e eu fui me apresentar no dia seguinte ao diretor de pessoal da Aeronáutica. Essa foi minha atuação específica no 11 de novembro e as conseqüências de toda ela. Bom, conseqüências disso. Esse incidente que houve no 11 de novembro, criou realmente uma divisão grande dentro das forças armadas. A Força Aérea Brasileira era muito pequena, e poucos oficiais ficaram favoráveis ao Lott. E no Exército também não era grande o número de oficiais favoráveis ao Lott. Mas principalmente por causa do Denys. No Exército o pessoal era mais ligado ao general Denys do que ao Lott. Mas como o Denys foi o inventor do negócio, eles ficaram coesos, unidos. Então por isso o Exército conseguiu fazer essa manobra contra nós. Mas realmente criou uma situação muito grave de divergência e de desconfiança entre os oficiais a partir dessa data. A conspiração continuou mas, de qualquer maneira, sempre havia a preocupação de que no meio dos companheiros poderia ter alguém para nos denunciar ao Lott ou a quem quer que seja. É parte do governo. Agora, o que é fundamental dizer é que o golpe do Lott – que era preventivo contra a suposta possível tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, que já tinha sido eleito – é uma falsidade. Porque o golpe já estava marcado. Tinha nome, chamava-se Plano Formiga. Foi denunciado a mim no dia 11 de outubro, numa reunião de oficiais da ativa, que se fazia na casa de um oficial do Exército perto da praça Saens Peña. E nessa reunião, que foi até na casa do Sousa Mendes, nessa reunião, nos foi comunicado por esse major do Exército de que o plano era o Formiga e seria deflagrado no dia 11 de novembro. Então essa história de que o Lott fez isso porque foi substituído é mentira. Já estava programada a data, estava o nome do plano, e o plano foi executado exatamente como foi dito para nós. Cerco das bases e inutilização de todas as bases. Em Porto Alegre houve um incidente violentíssimo, porque lá, quando o Esquadrão de Caça quis reagir, os sargentos cortaram o comando de freio dos aviões e os aviões não podiam decolar. O coronel comandante do esquadrão ficou indignado, houve uma briga violenta. O coronel da base também tentou impedir. Os sargentos ocuparam o depósito de material bélico, tiraram armas, ocuparam, prenderam oficiais. Em Porto Alegre, em Canoas, a coisa foi muito séria também. E o comandante da base, posteriormente comandante da Zona Aérea, fez um inquérito e ficou constatado tudo isso. Mas não aconteceu nada a ninguém. E os oficiais foram presos, os sargentos foram presos, foram transferidos. Mas houve um incidente muito sério. Lá em Fortaleza também houve um incidente muito sério, porque as bases todas foram fechadas pelo Exército. Então houve um clima realmente muito

antipático, muito desagradável de desconfiança entre o Exército e a Aeronáutica. E na Marinha acontecia semelhante. Mas a Marinha tinha uma vantagem. Tinha fuzileiro naval. E todos os comandos navais da Marinha sempre têm um fuzileiro naval. E o fuzileiro naval o pessoal do Exército respeita porque é tropa de terra também e tropa profissional. Quer dizer, mais eficaz que qualquer batalhão de infantaria do Exército naquela época. Porque era tropa profissional formada por soldados profissionais. Soldados, cabos, sargentos, que permanecem o tempo todo como soldado. Então os fuzileiros navais impuseram mais respeito e eles não entraram nas bases navais. Mas na Aeronáutica, a infantaria de guarda nossa era muito mal preparada, muito mal equipada, não tinha equipamento de defesa muito grande, então é mais fácil eles cercarem e intimarem a entrega. Realmente houve nessa época uma grande desavença dentro as forças armadas, provocada pela atitude do general Lott. Eu também gostaria de falar o seguinte: o general Lott, é preciso não esquecer, o general Lott anteriormente passara três anos fazendo o curso de estado-maior na França e em contato com o pessoal da Sorbonne, ocasião em que deve ter sofrido a influência da política esquerdizante que começava a dominar as elites intelectuais francesas, as teorias de Marcuse e outros, do padre Debray e outros, sobre amor, amizade, não sei o quê, sobre fazer amor e não fazer a guerra. Desde essa época já começava a haver isso. E nós temos a preocupação de que o general Lott, quando fez o curso lá, deve ter tido muita ligação com o pessoal de esquerda lá da França. E tanto isso que, logo depois de 11 de novembro, começou a se avolumar a campanha para lhe dar a Espada de Ouro. Está certo? E havia a influência dele pelos sindicatos e a ligação dele com os sindicatos de trabalhadores brasileiros. É essa preocupação, esse envolvimento dele com essa situação é que levou ele depois a se candidatar. Mas já mostrou quem ele era. E queriam dizer que ele era um soldado reto. Ele foi escolhido pelo Juarez Távora para ser ministro do Exército. Mas por quê? Porque era um sujeito apolítico – não era apolítico coisa nenhuma. Esse era político, e tanto era político que tomou a teoria do negócio de defesa da legalidade – que também era conversa fiada, porque antes do 11 de novembro ele já tomara atitudes de impedir o presidente Café Filho de reassumir o governo e depusera o seu substituto, o Carlos Luz; além da história do tal Plano Formiga, já se sabia que ia ser deflagrado dia 11 de novembro, e não era nada de que seria preventivo contra a tentativa dos golpes, dos golpistas. Era exatamente com a finalidade de tomar esse país e entregar esse país ao Juscelino Kubitschek, que tinha sido eleito pelo grupo comunista mesmo. Foi a grande votação que o Juscelino teve, foi grande a influência mesmo dos comunistas, que em 1945 tinham agido com o Iedo Fiúza, a favor do Iedo Fiúza. Precisa ver a votação que ele teve

naquela época, que era inexpressiva comparada com os outros dois, mas que desenvolvida e apoiada pelo PSD, PTB, a coisa cresceu muito. E mais nove anos de diferença. E foi isso que levou o país a ficar nessa situação irritante, difícil, porque realmente houve uma cisão grande entre a oficialidade das três forças armadas. Inclusive no meio dos sargentos. Os sargentos também começaram a se dividir nessa época. Porque muitos sargentos da Aeronáutica – não na Aeronáutica, mas muitos sargentos da Aeronáutica – eram e expressavam suas opiniões contra os famosos golpistas, que éramos nós. Mas tinha outros também que eram favoráveis a nós, que era a grande maioria. E que vieram futuramente facilitar o movimento de Aragarças, o movimento de 64, porque daí para frente a coisa foi se avolumando muito e muito, até chegar no 64, que foi uma coisa muito séria mesmo. Era isso que eu tinha a dizer.

M.A. - O senhor expôs aqui longamente esse movimento conspiratório. Qual era a razão de ser desse movimento contra o governo estabelecido?

J.B. - A minha resposta é a seguinte. Naquela época nós tínhamos acabado de sair daquele grande problema que foi a morte do Getúlio, o crescimento do queremismo, o “queremos Getúlio”, e com a morte de Getúlio houve uma paralisação mesmo. Mas estavam surgindo novos líderes trabalhistas, novos líderes esquerdistas, e entre eles, e principalmente entre eles, estavam Jango Goulart, Brizola no Sul, todos eles amigos de Getúlio Vargas. Então esses homens começaram a fazer combinações com o Lott. E a infiltração comunista dentro desses sindicatos se avolumava dia a dia. Inclusive dentro das próprias forças armadas, como já falei anteriormente algumas vezes. Então nossa preocupação é que de um momento para o outro poderia haver aquilo que nós não queríamos. Era a eleição de um presidente que começasse a voltar, como em 1945, à liberação do Partido Comunista, à infiltração, como aconteceu agora em 1992, com o Collor. Que voltou direto com tudo que era comunista no governo e que continua na mão do presidente Itamar. Os principais órgãos, inclusive o líder do governo na Câmara, é o ex-secretário geral, líder do Partido Comunista do Brasil, o senhor Roberto Freire. Naquela época a nossa preocupação era essa. Nós não queríamos que o país fosse dominado e dirigido pelo pessoal comunista. E na época também, era a época da Guerra Fria no mundo, então a efervescência mundial era toda favorável à Rússia, que era toda poderosa, que apoiava todos os movimentos, mandando dinheiro, facilitando as campanhas todas. Então era um perigo que nós estávamos sentindo a cada dia. E a nossa preocupação é que o governo do Juscelino, que

tinha que sido apoiado abertamente pelos comunistas, viesse a facilitar essa vinda. E quando ele escolheu para vice-presidente João Goulart, nós não tínhamos dúvidas que iam tentar fazer o que fizeram antes, levando os sindicatos, os pelegos dos sindicatos a se juntar e levar essas lideranças todas para a direção do governo. Então nossa preocupação era impedir que isso continuasse e conseguisse se efetivar. Que foi o que aconteceu? Chegaram à presidência, o Kubitschek chegou à presidência eleito com seu vice-presidente, e menos de um mês depois o Veloso já fez a revolta de Jacareacanga. Demorou um mês para ser debelada, e a primeira revolta do Veloso era uma espécie de protesto, porque todo mundo dizia assim: “Não, basta um sair que todo mundo acompanha.” Porque as forças armadas já estão preocupadas demais e não têm saída. Quando abrímos os olhos, dentro dos quartéis vamos ter que brigar de novo nos quartéis, como brigamos em 1935. Então, antes que acontecesse, era preciso fazer alguma coisa, como Lott fez em 11 de novembro. É preciso fazer alguma coisa preventiva para evitar isso. Mas o controle do Lott e do governo sobre nós, que continuávamos conspirando, era para manter a ferro e fogo a situação. Então o Veloso fez a revolta de Jacareacanga com o Lameirão e levou o pânico durante um mês à rota Rio-Belém, centro do Brasil. Agora, em seguida, ou melhor, três anos depois, se iniciou a revolta de Aragarças, que vai ser uma pergunta que eu vou responder. Nessa revolta já denunciava tudo isso e a corrupção estava ampliada e muito mesmo. A construção de Brasília deu possibilidade enorme para isso. É o tal método do governo Juscelino, que todo mundo hoje em dia enaltece mas é preciso não esquecer que ele desenvolveu, fez as metas dele, à base de empréstimos. Isso o pessoal esquece de dizer. É base de empréstimo. Uma coisa brutal o que ele fez de empréstimos. Aí que começou realmente o endividamento violento do Brasil na época do Juscelino. Quando acabou a revolução, que nós fechamos e tomamos conta da coisa, não se apurou tudo, porque o governo Castelo Branco segurou muita coisa. Mas a realidade foi essa. A infiltração era grande mesmo. A corrupção tinha deflagrado em todos os sentidos. E como o Partido Comunista só vence, só floresce com o caos social do país, de uma nação, como aconteceu na Rússia, como aconteceu em outros países do mundo todo, só floresce como na Itália. A Itália está hoje debaixo de um controle danado dos comunistas por causa da máfia. Uma coisa tremenda, uma bagunça completa aquilo lá. A Venezuela também está embaixo de uma corrupção tremenda lá, tanto que o presidente de lá também foi impedido. O Perez também foi posto para fora também por causa disso. Porque não há outro caminho para o Partido Comunista senão explorar a miséria, explorar a bagunça, explorar as desigualdades econômicas, as desigualdades de classes, explorar o roubo e a corrupção em seu favor.

“Está vendo, os comunistas não fazem isso.” Como não? Olha o que aconteceu na Rússia soviética. O que se descobriu lá? O que a Nomenklatura fez lá na Rússia soviética, lá em Moscou e em toda a Rússia? Aquelas belíssimas propriedades ao lado do Mar Negro para o pessoal da Nomenklatura ir lá passar as férias de fim de ano. E tudo isso é de corrupção. O Partido Comunista fica de fora, vê a destruição e a desmoralização das autoridades governantes na época da democracia, com isso vai deteriorando a moral do pessoal e o desespero do pessoal, que começa a apelar para o regime socialista para poder fechar tudo. E nessa hora, quando ele toma conta disso, ele põe a polícia política para funcionar e ninguém faz mais nada para reagir. Passam-se 70 anos, como se passou na Rússia com a KGB dominando a maioria... Eram dois milhões de comunistas num país de 140 milhões de habitantes. E lá a Rússia foi dominada durante 70 anos. Caiu porque o povo não suportou mais, porque aquele engodo de que o socialismo ia levar ao nirvana não aconteceu. Então no Brasil, naquela época, nós tínhamos esse pensamento. E nós tínhamos preocupação no que estava acontecendo. As forças armadas seriam a principal visada por eles. O próprio Lott só deixava assumir o comando das unidades quando o oficial chamado pelos comandantes, que eram nomeados por ele, dizia que ia ser leal ao seu ministro do Exército. Como na Bolívia aconteceu, antes de entrar o Vítor Paz Stensoro? Na Bolívia aconteceram várias revoluções. Em 1952 lá era o seguinte: o oficial que não jurasse lealdade, não a constituição do país, não a direção do país, mas sim à direção do Partido Comunista, ele era eliminado do Exército boliviano. No Brasil a coisa estava se encaminhando para isso. Então a nossa preocupação era essa situação grave que estava acontecendo. Então nós estávamos conspirando contra essa situação, para evitar que isto ocorresse.

M.A. - O senhor participou da revolta de Aragarças e teve um papel importante. O que foi exatamente o movimento Aragarças? Foi uma revolta contra JK, contra a desistência do candidato Jânio Quadros ou contra Brizola?

J.B. - O movimento Aragarças foi feito contra a renúncia do Jânio Quadros à sua candidatura à presidência da República. Foi uma maneira que nós tivemos de permitir que Jânio Quadros tivesse razões para voltar à sua candidatura à presidência da República. Porque seria impossível essa eleição ser vencida por ele ou por outro qualquer candidato, considerando que o candidato do governo era o general Henrique Lott. Então a principal finalidade foi essa e isso foi dito ao ex-ministro da Viação e Obras Públicas, aquele

paulista que construiu Paulo Afonso, o Marcondes Ferraz. Isso foi dito ao ministro Marcondes Ferraz pessoalmente por mim para que dissesse ao Jânio Quadros. Nós estávamos fazendo o movimento de Aragarças para que ele pedisse a apaziguamento de ânimos, voltando a se candidatar. Isso foi realizado, comandado, e idealizado por mim, com a adesão de vários companheiros, e não se tornou continuado por causa da falta de adesões de outros companheiros, o que posteriormente vou dizer. Bom, acontece que o movimento foi feito nessas condições, mas também tinha outros objetivos. Era alertar o país contra a brutal desagregação moral e a corrupção que estava implantado dentro do sistema do governo Kubitschek. E também para denunciar a conspiração que havia sido detectada por nós – e por nós eu digo os nossos companheiros todos, inclusive o Veloso, que também foi testemunha dessa conspiração que havia com João Goulart e Brizola para depor o Kubitschek e criar a república sindicalista. Esses foram os principais objetivos da revolta de Aragarças.

M.A. - Como é que o senhor sabia desse plano?

J.B. - Espera aí. Eu posso dizer isso também. Então a revolta de Aragarças foi feita dessa maneira. Naquela época as comunicações entre o Rio de Janeiro, o Sul e o resto do país eram feitas de uma maneira singular. A transmissão do Rio para fora era feita aqui no antigo campo de Mangueiros, naquela área de Mangueiros, onde tinha um campo de aviação. Ali era a estação transmissora. E a receptora era feita pela Radiobrás aqui em Jacarepaguá, no campo de antena de Jacarepaguá. O coronel Veloso, naquela época, estava sem função e tinha conseguido esse emprego lá na Radiobrás, porque ele era um grande engenheiro eletrônico. E estava trabalhando lá em Jacarepaguá na Radiobrás. E ele gravou, nessa época, a conversa entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. No Rio era Jango Goulart, no Sul era o senhor Brizola. E nessa gravação ele constatou, e nós todos escutamos essa gravação, que o Brizola contestava ou respondia às perguntas de João Goulart, fazendo os acordos necessários para a conspiração que estava em desenvolvimento. Mas nós não tínhamos as perguntas de João Goulart de cá, nem a falação de João Goulart de cá, só tínhamos as respostas de Brizola. Essa gravação foi feita somente com o que vinha de Porto Alegre para cá. Então nós ficamos certos daquilo que estava acontecendo. Então não tinha outra saída. No Exército, e vários já descreveram essa situação, os tais conspiradores, ou melhor, os golpistas, estavam muito disseminados no país. Estavam muito descrentes, porque estavam sofrendo punições, a pressão do general

Lott, que os transferia para várias circunscrições militares fora dos comandos. Então tinha um excelente coronel, o Reis, que estava no Sul – hoje é general Reis –, lá em Santo Ângelo. Outro estava na circunscrição de recrutamento. Quer dizer, são estabelecimentos militares que não têm força nenhuma. Todo esse pessoal do Exército estava jogado nessa situação, sob a vigilância do Lott. Então não tinha como fazer. Estavam descrentes, levando prejuízo, porque naquela época o oficial só recebia dinheiro para a transferência, ou pagamento para suas despesas de transferência, só uma vez. Por exemplo, o Veloso. Foi transferido três vezes num ano. A primeira recebeu ajuda, as outras duas ele teve que fazer por conta dele. Você já imaginou a despesa que o oficial tem?

[FINAL DA FITA 2-B]

J.B. - (...) Naquela época ganhávamos muito pouco mesmo. Então o sujeito ficava numa situação terrível. Cheio de dívida, com filhos e tudo. Como é que ia fazer para sustentar sua vida? A parte de estudo, tudo era terrivelmente difícil. Muitas vezes o oficial era transferido e nem levava a família, porque não tinha como levar. Não tinha recursos para poder pagar a transferência da família. É preciso lembrar disso tudo. Hoje em dia está uma situação terrível também com esses cortes de orçamento. O governo transfere o oficial, o oficial vem fazer curso aqui no Rio, e na hora de voltar, não pode ser transferido. Não pode porque o governo não tem dinheiro para pagar as passagens. Naquela época não se tinha nem direito a segunda e terceira transferência no ano. E agora não tem nem dinheiro para pagar. Bom, mas naquela época era um desespero entre nós. Os emissários do Exército, da Marinha e da Aeronáutica saíam para contactar os companheiros de fora. Voltavam com informações cada vez piores: o pessoal estava desanimado. Tem gente que não quer nem ouvir falar mais em conspiração, em consertar o Brasil, porque está levando tanta pancada na cabeça, que não tem como continuar nem a viver. Do nordeste também saiu um general para cá, saiu um coronel para o sul. Nós tínhamos combinação com vários homens brasileiros. Um deles era o presidente da Cruzeiro do Sul, o outro era o seu vice-presidente, ainda vivo. Cruzeiro do Sul, que depois virou Varig. Esses homens nos davam passagens. Eu tinha um monte de passagens em branco em casa e dava para os oficiais do Exército, oficiais da Marinha, para viajarem para estabelecer os contatos para nos organizarmos. Eu viajei muitas vezes para o Nordeste também, a pedido do pessoal Exército, para contactar oficiais do Exército. Então eu tinha conhecimento, a minha conspiração era de tal ordem, que as minhas ligações eram em todos os estados brasileiros. Eu viajava daqui a Belém do

Pará, ou ao sul, falando com todos os comandantes das unidades do Exército. Isso tudo implica em despesa de hotel, de restaurante, de comida. E nós não tínhamos dinheiro para isso. As passagens eram fornecidas pelos diretores da Cruzeiro do Sul, mas despesas de comida nós tínhamos que pagar do nosso próprio bolso. Nós não tínhamos caixinha para fazer isso. Nós não recebíamos ajuda de ninguém. Então nós fazíamos a conspiração por puro idealismo, porque nós estávamos convencidos que tínhamos que impedir essa marxização do Brasil, essa comunização do país. Nós tínhamos que impedir que eles tomassem conta do país. Então nós fazíamos todos os sacrifícios. E mais, estávamos sabendo que no Sul a coisa estava crescendo. Com as conversas entre Brizola e Jango Goulart, nós constatávamos que aquilo iria estourar a qualquer momento. Então começamos a nos preocupar e trabalhar para evitar isso. Bom, então houve o levante de Jacareacanga, comandado pelo Veloso junto com o Lameirão, que depois o Paulo Vítor aderiu. Durou um mês e depois foi abafado: o Kubitschek conseguiu passar por cima. Quando chegou em dezembro, 3 de dezembro de 1959, eu fiz a revolta de Aragarças. Mas antes de fazer, eu tive que pensar muito. E tomei a decisão. Um belo dia, estava viajando para Corumbá, pensando a respeito: “Eu estou querendo que os outros tomem a atitude. Por que eu também não tomo?” Vou fazer a revolta de Aragarças, para provocar, para ver se o pessoal adere. Já tinha tido contato com muitos companheiros do Nordeste todo, muitos companheiros do Sul e do centro, tinha contato com a polícia de Minas, com o general Salgado, que estava na reserva, em Minas, com o comando da polícia militar de Minas, com o coronel Caravó, da polícia militar de São Paulo. Eu tinha contato direto com o Ademar de Barros, que depois financiou muitas coisas para a nossa Revolução de 64. No Nordeste, tinha contato com oficiais da Bahia, com oficiais de Recife, com oficiais de Natal, com oficiais de Fortaleza, com oficiais de Belém. No Sul, oficiais do Exército também buscavam informações. As informações vinham cada vez mais desagregadoras. Mais desalentadoras. A renúncia de Jânio Quadros em candidatar-se à presidência da República foi a gota d’água para a minha decisão. Então, com essa decisão minha de fazer a revolta, de tomar a atitude, eu saí de Corumbá, estava fazendo correio aéreo militar, pousei em São Paulo, fiz um pouso técnico em São José dos Campos, saltei do avião, fui procurar o coronel Veloso, meu companheiro de turma, lá no ITA. Conversei com o coronel Veloso, que estava dormindo, eram duas horas da manhã, e vim a saber que ele ia fazer uma revolta dentro três dias. “Não faça isso, Veloso. Espera um pouquinho, que eu vou fazer a minha revolta de Aragarças, vou para o Rio de Janeiro, e dentro de uma semana ou duas nós saímos para isso.” Aí ele também topou. Então ficou combinado que,

em vez de sair de São Paulo, ele iria para Campo Grande fazer o levante com os aviões de combate de lá. Então eu voltei para o Rio de Janeiro e aqui conversei com companheiros, arregimentei oficiais do Exército, oficiais da Aeronáutica; houve, até, um oficial de Marinha que me forneceu os projéteis de lança-foguetes da bazuca, me deu a caixa com a munição, mas não quis tomar parte. Esse mesmo oficial de Marinha foi o homem que comandou a tropa de fuzileiros navais que veio do Rio de Janeiro a Brasília a pé, na inauguração de Brasília, levando uma lancha pela estrada; foi uma grande decepção. Esse oficial de Marinha que me deu a munição, quando chegou a hora, roeu a corda, só deu a munição. Pois bem, um oficial do Exército, o major Tarcísio, me conseguiu a bazuca numa unidade do Exército – assim, bazuca, já tínhamos um armamento pelo menos em condições de fazer o primeiro impacto. Já tínhamos algumas armas, conseguimos outras. Arregimentei material de saúde para ferimentos, foi meu irmão, o médico Egberto Penido Burnier, até que me ajudou a fazer isso, juntei tudo isso, e da minha casa, no dia 2 de dezembro, saí, fui ao Clube da Aeronáutica, e falei com outros oficiais. Três deles deixaram de tomar parte: era um coronel aviador, disse que iria fazer negócios em Fortaleza e teria um prejuízo muito grande; ele confundiu interesse pessoal com aquele entusiasmo, aquela ação, de idealismo puro que estávamos nós. Meu irmão, que também era oficial de Marinha, me disse: “Meu irmão, parabéns pela sua coragem pessoal e física, mas eu não tenho essa coragem física de fazer isso. Agora, eu vou te dizer uma coisa. Você está lutando só por idealismo. Vai levar na cabeça. Se você fosse interesseiro, se só tivesse interesse, você poderia ter algum apoio. Mas você não vai ter porque você só está visando idealismo”. E meu irmão também não foi comigo. Então, com isso, fui para outros oficiais. O coronel do Exército Mendes da Silva topou, e o capitão Tarcísio também topou ir. Então peguei mais oficiais da Aeronáutica, coronel Lebre, o coronel Teixeira Pinto, o capitão Barata, e civis, como o advogado doutor Mendes de Moraes, filho do velho Justo de Moraes, que sempre foi nosso companheiro, um grande entusiasmado nosso; o Charles Herba, que era engenheiro civil e mecânico aqui no Iate Clube do Rio de Janeiro; o doutor Roberto Sousa, que era empresário; o Vanderlei, que trabalhava com a Brasil Central lá em Aragarças, o irmão dele também. Então saímos todos aqui do Rio de Janeiro de avião. Planejamos com o Barata. Me comuniquéi com o Veloso, ele sairia de São Paulo, iria para Campo Grande, lá encontraria o coronel Fontenele, que junto com mais dois oficiais, sairiam lá com três aviões T-6, armados com metralhadoras e porta bombas, que têm um trilho para lançamento de foguetes, com foguetes da base aérea de Campo Grande, e que iriam se encontrar conosco em Aragarças. Do outro lado, em Belo Horizonte, o capitão

Mascarenhas, Washington Amud Mascarenhas, ficaria lá em Belo Horizonte, receberia o Leuzinger, que sairia do Rio na véspera, o Etienne que sairia daqui com o avião Beechcraft da rota Rio-Manaus, e lá em Belo Horizonte pegaria um avião que pernoitava lá todas as noites, da Cruzeiro do Sul, um Douglas, colocaria o armamento da base de Belo Horizonte lá dentro, a munição, e iríamos para Aragarças também. E por outro lado, aqui no Rio de Janeiro, sem que ninguém soubesse, nós tínhamos um acordo com o comandante da Panair, sobre o seqüestro de avião que aconteceu entre o Rio de Janeiro e Belém. Ele levaria o Constellation no vôo e o capitão Teixeira Pinto iria como passageiro, fiscal de rota, autorizado ficticiamente pelo brigadeiro Teixeira, comandante da 3ª Zona Aérea, com carimbo do Clube de Aeronáutica, em vez de ser Ministério da Aeronáutica. Era uma ordem que eu falsifiquei, inclusive a assinatura de Francisco Teixeira, assinei e falsifiquei. Ele pegou o avião e seguiu na véspera de noite. Ele saiu daqui do Rio e nós saímos do Galeão. Então o Eber Teixeira Pinto, saiu do Rio de Janeiro no Constellation junto com o comandante do avião, que já estava de acordo. O co-piloto, a aeromoça e o radiotelegrafista não estavam cientes de nada. Ele sairia daqui e faria o desvio de rota. Falei com Belém do Pará, com o coronel que estava na parte de suprimento lá em Belém. Colocou gasolina na cidade de Manga, aqui em Minas Gerais, bem no centro do Brasil. Botou 80 mil litros de gasolina, para reabastecimento se necessário. O plano, quanto ao seqüestro do Constellation seria, na altura da cidade de Barreira, desviar-se para a esquerda e seguir para pousar em Aragarças. Nós sairíamos daqui do Rio de Janeiro com três Douglas, o Mascarenhas sairia de Belo Horizonte com um Douglas e mais um avião T-6 armado, e de Campo Grande sairia o Veloso com o Fontenele e mais dois oficiais com aviões armados também. Bom, planejado dia 2 de dezembro, saímos à noitinha do Clube da Aeronáutica para perto da base aérea do Galeão, em uma paracinha perto do Correio Nacional, paramos e ficamos escondidos ali. O Barata veio nos ver. Aqui no Rio, queriam ir também, dois amigos que eu tinha no Morro da Formiga, o civil Perdigão, o crioulo Perdigão, muito meu amigo, era um líder lá no morro, e mais um amigo dele que tinha o apelido de... Enfim, eram homens que eram decentes, honestos, mas que eram pobres. Mas que queriam ir conosco, e eu não deixei ir, porque poderíamos perder, como nós perdemos, e iam ser muito prejudicados, porque eram civis sem possibilidade nenhuma. Eles nos levaram de caminhão, do Clube da Aeronáutica, o material de saúde, e mais a bazuca, armamento que nós tínhamos aqui, metralhadora de mão e tudo, levamos tudo para essa área ali perto da base do Galeão. À noite, o Barata foi ali, entrou dirigindo um caminhão na base, o Lebre na boléia, e nós todos escondidos debaixo de uma lona, e com todo esse material embaixo

dessa lona. Entramos na base, o Barata dando a instrução de vôo, estavam três Douglas voando, e um Douglas saiu para dar instrução, dizendo à torre que estava saindo para dar instrução, eu saí no outro, e o Veloso saiu no outro. Mas também tínhamos já combinado com o coronel Gustavo Borges e o Lameirão que nós entregaríamos a ele nosso manifesto e eles iriam avisar o Carlos Lacerda, para o Carlos Lacerda saber que nós íamos sair, mas para que ele se preparasse para se defender porque iam atacar ele, dizendo que ele é que era o chefe disso aqui. E o Carlos Lacerda não tinha nada com isso. Nem tinha ciência de nada. Ia saber na hora que o Borges e o Lameirão entregassem a ele o documento. Esse o planejamento todo: íamos para Aragarças, de Aragarças tomaria Barra do Garça, depois iríamos para tomar Cachimbo, depois iríamos tomar Santarém e chegaríamos em Jacareacanga. Bom, repeti a tomada do Brasil Central, porque no Brasil Central os meios de comunicação era muito pequenos, as comunicações eram pequenas e também muito pouco apoio aéreo, pouco rádio. Era mais distante para os pára-quedistas chegarem com facilidade, embora Aragarças estivesse perto de Brasília. Bom, e de lá, então, com o apoio do Constelation, o plano era o seguinte: quando alguma unidade do Exército, algum comandante do Exército topasse, nós enviaríamos o Constelation para fazer a ligação. Com um avião de grande radiação, como era o Constelation, eu poderia alcançar qualquer lugar do Brasil. Essa é que era a idéia. Mas nós não tínhamos ainda firmado nenhum acordo, nenhuma combinação firme nem com o pessoal de Unidades de Engenharia do Nordeste, nem com o pessoal do Exército da Bahia, nem de Recife, nem de Belém, nem de Fortaleza. Mas tudo isso fazia parte de um plano que já tinha sido escrito por mim, montado todo, e com possíveis adesões que poderiam acontecer. Como no Sul também. Bom, saímos e fomos para Aragarças. A ida de aviões T-6 armados teria frustrado qualquer aproximação de avião de transporte de tropa que quisessem lançar pára-quedistas sobre a nossa área. Como vamos ver adiante, o fracasso da vinda desses quatro ou cinco T-6 armados quebrou a espinha dorsal da defesa e execução do nosso plano. Na hora que Veloso ia pegar o avião para ir para Campo Grande, se encontrou no aeroporto de São Paulo com o Fontenele, já vindo embora com a família toda. Eu tinha mandado passagem para que o Fontenele mandasse sua família para o Rio, mas ele deveria esperar o Veloso, lá em Campo Grande, para sair. Ele disse: “Olha Veloso, diz ao Burnier que eu não vou poder sair, porque eu vi que não tenho possibilidade de sair de lá, e com isso, pifa a sua ida para lá, porque eu estou desistindo do negócio.” “Mas Fontenele, não tem mais jeito de mudar. Vai sair hoje à noite. Não tem mais jeito.” “Não, mas eu não posso. Não posso fazer nada.” Então o Fontenele voltou com a família para o Rio, e o Veloso em vez de ir para Campo Grande,

veio para o Rio de Janeiro. Ainda chegou a tempo, foi até ao Galeão, e saiu nessa noite conosco daqui. Então nós perdemos toda a possibilidade de ter aviões armados, que eram os T-6 lá de Campo Grande. E saímos três aviões daqui. Eram três C-47, aviões de transporte. Saímos de noite, depois de cinco minutos de voar aqui no Rio, dando instrução, falando com a torre, saímos para Aragarças. Quando amanheceu o dia, já estávamos quase chegando em Aragarças, os três Douglas. Em Belo Horizonte, o Mascarenhas, o Leuzinger, e o doutor Mendes de Moraes tentaram colocar as baterias dos aviões Douglas da Cruzeiro do Sul, mas eram baixinhos todos eles, mesmo um em cima do outro, não conseguiam colocar a bateria no lugar. Então tiveram que desistir à última hora. O armamento já estava todo na pista para colocar no Douglas. Não pôde ser usado o Douglas. O Etienne, que devia ter levado o Beechcraft para lá, da rota Rio-Manaus, não levou. Que era um avião que podia transportar. Mas encontraram um avião Beechcraft particular de porta aberta. Abriram. Era um avião de um deputado. Estava cheio de maçãs e um guarda-chuva. Então eles entraram no avião e decolaram de lá para não falhar com a palavra, e foram para Aragarças. Chegaram lá em Aragarças e perguntaram: “Cadê os aviões, cadê os Douglas e os T-6 ?” “Ah, o Douglas não pôde sair porque não conseguimos colocar a bateria. Então nós trouxemos pelo menos esse avião aqui.” Esse avião é desarmado completamente. É um avião de passageiro, é particular, sete lugares só, mas veio cheio de maçã e o guarda-chuva. Em pouco tempo, chegou o Constellation com o Teixeira Pinto, trazendo o avião com mais 30 passageiros, entre eles o Remi Archer, que era um dos passageiros do avião. E dentro do depósito de carga do Constellation, vinha um caixão com um cadáver de uma mulher. O marido dela chorava, pedia: “Por favor, deixem levar o cadáver da minha mulher para Belém. Meu Deus do céu.” E eu numa situação terrível, porque não ia fazer nada. Não podia deixar o avião seguir. Precisávamos desse avião. Então, nessa manhã, começamos a reabastecer o Constellation. Pegamos todos os passageiros e levamos para o hotel. Perguntei se algum deles tinha arma. Nenhum tinha arma. Depois um outro Beechcraft chegou. Era um piloto, era um correio de Campo Grande vindo de Belém para Campo Grande. Quando o avião pousou, nós prendemos o tenente, o primeiro tenente, e o major, porque eles não toparam participar de nosso plano. Botamos eles junto com os passageiros do Constellation lá no hotel lá em Aragarças. Um deles tinha uma arma, mas não falou nada. Um sargento nosso escutou a conversa entre eles, e fizemos uma ação meio violenta contra eles, e tiramos a arma deles. Eu saí, peguei um carro, atravessei, fui para o outro lado do rio, fui para a cidade de Barra do Garça. Lá, chegamos na estação dos Correios e Telégrafos. Perguntei: “Vocês transmitiram alguma

coisa?” “Não. Não transmitimos nada.” Olhei em cima da mesa. Tinha um rádio para o general Lott, comunicando à Vossa Excelência que nessa hora chegou aqui já o avião com revoltosos, querendo saber o que Vossa Excelência quer fazer. Anunciou minha presença aqui. Aí eu arranquei todo o equipamento do rádio, peguei todos eles e levei para a cadeia. Bom, mas tinham cinco soldadinhos da polícia militar lá que resolveram aderir, mas com fuzis muito vagabundos, com fuzis de 1908, aquele antigo. Trouxemos o campo, e ficaram tomando conta dos aviões. E enquanto isso, estamos reabastecendo o avião. O Constellation, uma barbaridade, não é brincadeira. Então levamos o dia todo e a noite toda do dia 3 de dezembro fazendo esse trabalho. Para encher o tanque. Quando chegou no final do dia, de madrugada, enchemos o tanque. Então o avião estaria pronto para ser usado. Nesse meio tempo, eu falei com o Veloso: “Olha, Veloso, a situação está grave, Brasília é aqui pertinho. Eles podem mandar aviões. Pelo rádio nós estamos escutando”. Os sargentos eram a nosso favor e transmitiam em código Morse para poder não ser descoberto. Eles sabiam o que estava acontecendo. Todo mundo sabia que estavam sendo movimentados aviões com pára-quadristas para nos atacar em Aragarças. Então ele disse: “Olha, Burnier, antes que aconteça alguma coisa, eu vou-me embora para Cachimbo e Jacareacanga.” “Está ok, Veloso, então você vai embora.” Ele com Barata seguiram adiante. Dois aviões foram para lá. Eu fiquei com o Douglas e com dois Beechcraft lá em Aragarças. Bom, aí nessa noite nós resolvemos fazer o seguinte: eu, com o Edmundo Vanderlei, o civil, que trabalhava naquela área lá, com o irmão, dele e mais uns quatro ou cinco trabalhadores que resolveram me apoiar, saímos de caminhão pela estrada e fomos para a cidade que fica entre Cachimbo e Aragarças, Xavantina. Uma cidade logo adiante, com uns 80 ou cem quilômetros adiante. Chegamos de madrugada, surpreendemos os sargentos radio-telegrafistas fazendo o serviço. Quando eu intimei para eles se renderem, um caiu da cadeira. Foi gozado, todo mundo riu na hora. Aí prendemos o sargento lá, mas o sargento estava a nosso favor também, e ficamos lá. Eu cheguei lá de madrugada, tomamos Xavantina, tivemos contato com os sargentos, os sargentos se renderam, mas na realidade acabaram ficando do nosso lado também. Mas no caminho para lá, nós passamos por vários acampamentos de construção de estradas, por esse caminho, em cada lugar que eu parava, falava para todo o pessoal, entusiasmava e incentivava e começava a aparecer muita gente. Apareceram mais uns 30, mas não tinha mais arma. As armas eram poucas. Tínhamos levado só aqueles cinco fuzis lá dos soldados do destacamento lá de Barra do Garça. Chegamos com nossa metralhadora de mão e a bazuca. Tomamos Xavantina, ocupamos lá tudo, juntamos toda a gasolina num ponto, e no dia seguinte, com a

informação que estava chegando a hora dos pára-quedistas atacarem em Aragarças, nós mandamos trazer os aviões todos de Aragarças para Xavantina. Então os Douglas e os Beechcrafts vieram para Xavantina. Nessa hora, eu achei que devia mandar alguém fazer uma passagem em varias cidades circunvizinhas para acabar com as estações de rádio. Porque o radiofarol orienta os aviões. E sem radiofarol o pessoal fica sem orientação, fica mais difícil a navegação lá. Então o Leuzinger se ofereceu para ir, e, junto com mais dois civis e mais cinco ou seis homens, trabalhadores daquela área, saíram com o avião para pousar em vários lugarezinhos, em várias cidadezinhas em volta de Aragarças e Barra do Garça, para arrebentar a estação de rádio, tirar o radiofarol do ar. E em cada lugar desses apanhar arroz, porque nós tínhamos que ter comida para todo mundo que estava em Xavantina. Primeiro, ele passou em três campos isolando as estações de rádio que saíram do ar. O radiocomunicações e o radiofarol. Mas antes de pousar em Aragarças, ele viu embaixo dois Douglas que não eram nossos. Então ele sabia que alguém tinha chegado lá. Devia ser os pára-quedistas do Exército. Ele não viu o pessoal de pára-quedista. Mas viu os dois Douglas. Aí resolveu pousar para se certificar. Quando pousou, foi que ele viu do meio de uma mata, dos lados, soldados do Exército apontando metralhadoras e tudo ali do lado. Ele aí chegou lá no fim da pista, virou o avião, voltou de cá, e arremeteu os motores para vir embora, voltar. Nessa hora ele recebeu os primeiro tiros do pessoal do Exército. Os tiros bateram no pneu, depois no motor esquerdo, aí o avião começou a pegar fogo e rodou. O pessoal todo do avião caiu fora, saiu correndo. Todos os que estavam dentro do avião foram presos, exceto um crioulo, que era trabalhador lá daquela estrada, que saiu correndo, entrou no mato e desapareceu. Meses depois nós viemos a encontrar com ele. Ele tinha conseguido correr para ir lá para perto de Xavantina, para o acampamento dele, nessa noite sem parar e chegou lá, nesse dia, sem parar. E conseguiu fugir. Agora os outros não. Foram todos presos, inclusive o Edmundo Vanderlei e o capitão Leuzinger. Estes foram transferidos para o Rio de Janeiro, para responder a inquérito aqui no Rio, e para responder a processo. E o avião pegou fogo. Eu, depois de uma hora e pouco, não tendo notícia do avião do Leuzinger, decolei com o Beechcraft com o Mascarenhas do lado, e com algumas granadas do lança-foguetes. Cheguei, sobrevoei e vi aquele fogo pegando, aquela fumaça. Está lá o avião. Com raiva, mandei o Mascarenhas jogar umas três granadas dessas de bazuca pela porta do avião. Mas o Mascarenhas, também como oficial aviador, e péssimo militar, péssimo conhecedor de armamento militar, não tirou o grampo. Então a bomba caiu no chão mas não explodiu. Pousei em Xavantina. Aí peguei o avião e resolvemos: “Bem, Aragarças já está retomado, só tem um jeito aqui. Vamos embora para

Cachimbo.” Então reuni todo mundo, todos os tanques de gasolina, um trabalhão danado. Pegamos um fuzil da polícia e começamos a atirar. A bala fazia “pou” e caía...

C.C. - Não acertava.

J.B. - Bala do fuzil não saía dez metros da boca do cano. Até que entupiu o cano. Uma bala ficou lá dentro. Não posso fazer nada. Tocar fogo, botar rastilho, não saía. Situação muito séria. Não dava. Então pegamos dois Beechcraft e decolamos dois para Cachimbo. Chegamos em Cachimbo, o campo estava todo fechado, com tanque de gasolina na pista, não podíamos descer. Então nós fomos obrigados a...

Chegamos em Cachimbo, a pista toda fechada, falei com a estação de rádio. Cachimbo responde: “Diga a senha!” Digo: “Quero que você abra a pista para a gente pousar”. “Diga a senha, senão não posso abrir.” Aí falei: “Então, por favor, aqui é o major Burnier, coronel Burnier, por ordem do brigadeiro Camarão – que era comandante da Zona Aérea em Belém – para abrir para eu pousar.” “De ordem do comandante, só abro se o senhor disser a senha.” Mas a pista de Cachimbo é grandona, bonita, nova, e a antiga estava aqui, com uma porção de buracos, que tiraram do barro de uma para poder aproveitar na outra lá. Mas estava ainda perfeitamente usável. Então eu disse: “Está bem.” Então eu falei com o Mascarenhas, já tínhamos conversado à tarde, Mascarenhas deu um rasante para que eu viesse atacando a estação de rádio e a pista lá. Era uma belezinha. Foi o Veloso quem construiu aquilo, é uma beleza. Tem estação de rádio, tem casas todas de madeira, todas de pedra, todas casas de pedra, é uma beleza. Tem uma estação de água, feito com aquele... “tum, tum” (um carneiro d’água), automaticamente, sem precisar de energia elétrica. Uma beleza, a cidade é uma beleza. Então, quando o Mascarenhas fazia essa passagem baixa, eu vim com o Lebre e pousei na pista velha. Mas na hora que pousamos, tinha umas crateras de terra que tinham tirado para usar na aterragem da pista. Então uma delas bateu, bateu no rabo do avião, e quebrou a bequilha de trás. Nós paramos lá, demos um cavalo de pau, paramos, saltamos e entramos nesses mesmos buracos com a bazuca e os outros todos ficaram lá. Então ficaram o Lebre e o outro lá no buraco, o outro aqui no outro, e eu com a bazuca aqui. Aí vem um caminhão de lá com sargentos armados com fuzil também, fuzil 1908, e eu com fuzis na mão em cima do caminhão. O caminhão chegando perto, e tinha um desses banheiros que se fazem no meio do campo, que é só fechado de madeira, eu dei um tiro de bazuca e “pá”! Aquilo é fósforo, é uma granada de fósforo da bazuca. Aí estourou aquilo e se apavoraram. “Nos entregamos!” Já era tudo

amigo também, todos eram conhecidos da gente, já eram todos companheiros. Aí entramos para a base. Lá tinha um sargento que era meio esquisito, a mulher dele também, mas mesmo assim ficou meio de guarda, vigiado por nós, e ocupamos, ficamos lá em Cachimbo. Uma vilazinha da FAB, com campo, estação de passageiro e tudo. Ficamos lá em Cachimbo com a estação de rádio à nossa mão, ouvindo as conversas dos legalistas na outra e falando com o Veloso. Aí passamos vários rádios para o Veloso, mas o Veloso respondia de lá: “Burnier, perdi o código. Estou respondendo a você. Estou aqui em Jacareacanga e Santarém está sendo ocupada. Já embarcamos em Santarém, porque está sendo ocupada por forças, por tropas do 1º Comando. E eu acho que vou ter que sair daqui.” “Está bem. Então faz o seguinte, você volta para Cachimbo.” Dei a situação do Rio, falei do Jânio Quadros. Isto era o segundo dia já. Aí ele saiu de lá de noite, de tardinha, mas quando passou em cima de Cachimbo, era de noite já, noite fechada. Mas muita tempestade elétrica, e as estações de rádio lá são muito fraquinhas, como eu disse a você. Nós estávamos com uma estação de radiofarol no ar, mas quando ele passou, ele não conseguia falar conosco e nem conseguimos falar com ele. Então ele passou e foi embora. E nós tínhamos combinado: “Se você não conseguir pousar em Cachimbo, você vai embora”. Porque a ordem era a seguinte. Quando saísse do Brasil, ia para o Paraguai uma turma, outra ia para Buenos Aires, e outra ia para a Bolívia. Cabia a mim ir para a Bolívia. Para ele, caberia ir para o Paraguai. E o Constellation decolou direto de Aragarças para Buenos Aires, com o Teixeira Pinto mais um ou dois, e os passageiros todos também.

M.A. - E o caixão?

J.B. - Ah, o caixão não. O caixão é uma história pitoresca, porque quando o Veloso saiu para Jacareacanga e para Santarém, ele foi num Douglas, e nesse Douglas nós botamos o caixão do homem e o homem também lá e os passageiros. E foram para Santarém. Chegaram em Santarém, encontraram um outro avião civil que eles liberaram, e esse avião levou eles para Belém. Porque o homem não parava de falar, ele nos aborrecia noite e dia. Nos aborrecia, até que nós botamos ele e a mulher dele dentro do caixão e mandamos para Santarém. Foi uma das razões do Veloso seguir adiante na frente. Bom, e dali, nós demos ordens, então eles foram, nós passamos em CW, em código, para o Veloso e ele foi embora para o Paraguai. O Barata pousou em Porto Soares e reabasteceu ainda como se o avião fosse do CAN indo para a Bolívia, e dali “pumba”, Assunção, Paraguai. O Veloso pousou em uma fazenda, reabasteceu o Douglas com gasolina de um trator, decolou de

novo e foi para Assunção. Eu decolei de lá de Cachimbo, porque os pára-quedistas já estavam voltando, já vindo do norte, e de Brasília vieram para Cachimbo, porque já tinham passado por Xavantina, então eu resolvi sair de lá também. Então eu e Lebre, Mascarenhas e o irmão do Edmundo Vanderlei saímos. O doutor Mendes de Moraes estava conosco e não quis ir para a Bolívia. Aí decolamos. Já Roberto Pessoa e Charles Herba foram todos para Assunção, Paraguai. E os outros foram para Buenos Aires. Bom, então eu saí dali e pousei numa fazenda, perto da fronteira com a Bolívia, mas em Mato Grosso, onde pernoitamos. Nessa fazenda onde passamos a noite ouvimos pelo rádio a decisão de Jânio Quadros, para todo o Brasil...

[FINAL DA FITA 3-A]

J.B. - (...) comunicando que, para o apaziguamento dos brasileiros, a volta a calma para todos, ele voltava a se candidatar. Renunciou à renúncia e voltou a se candidatar. Com isso estava nossa missão cumprida. Nós tínhamos conseguido o objetivo principal, que era fazer o Jânio Quadros se candidatar, porque era o único homem capaz de vencer o Lott. E foi o que aconteceu. Não deu outra. Tomamos então a decisão de nos asilarmos na Bolívia. Aí o doutor Mendes de Moraes saltou, porque não queria se asilar. Aí, nessa manhã, nós decolamos dali e fomos para São José e Roboré. E pousamos lá em São José, já com o motor parado, porque tínhamos voado nove horas de vôo (com três decolagens e decolagem gasta muito combustível), quando o avião normalmente só voava sete. Mas o Lebre, grande conhecedor do avião, tinha preparado o avião, voando a 1.300 rotações e 13 polegadas no compressor quando na altitude de cruzeiro, o que gastava muito pouco combustível. Nós conseguimos chegar em Roboré, pousamos lá, aí eu me apresentei às autoridades, era o coronel René Leiton Morales, comandante da 5ª Division do Exército da Bolívia. Me apresentei e fizemos contatos lá com o pessoal, e a partir daí ficamos exilados lá em Roboré. Daí depois fomos para Santa Cruz da Sierra, depois para Cochabamba, onde passamos dois anos lá exilados.

M.A. - Dois anos?

J.B. - Um ano e tanto, quase dois anos. Foi em 1959. Aí acabou a revolta de Aragarças na hora em que saímos lá do território. Então, durou só três dias a revolta porque não houve adesões. Esse foi o movimento de Aragarças, chefiado por mim e a responsabilidade toda

foi minha. Posteriormente, uma coisa interessante que dizem, é que o Kubitschek deu anistia. Não deu anistia. Nós ganhamos no Superior Tribunal Militar, em que foi anulada a acusação de crime de deserção, pois nosso movimento foi considerado ação política. Nós tínhamos feito uma revolta política. Então o Superior Tribunal Militar nos liberou da pecha de desertores, considerou como uma ação política, e com isso nós não fomos mais condenados. Aí voltou o processo à Justiça Civil, onde fomos liberados e voltamos à vida militar; o Jânio ganhou as eleições, o Lebre voltou antes da posse do Jânio, e depois voltou o pessoal que estava na Argentina. O Paraguai, com a pressão do Stroessner e do nosso adido lá, que era o coronel Ricardo Nicol, esquerdista da Aeronáutica, impediu que o Veloso e os outros voltassem ao avião, quando chegaram a Assunção, Paraguai. E o Veloso, muito distraído, chegou a perder o código. O Veloso deixou dentro avião uma bolsa em que estavam todos os meus papéis. A documentação toda do plano de Aragarças, do nosso plano anterior, que era a revolta e a tomada de Salvador, e início da revolta toda do Nordeste, e os nomes dos oficiais todos estavam ali presentes. Não fui eu que perdi, foi o Veloso que deixou dentro do avião. Então, quando o oficial foi lá para examinar e receber o avião, pegou essa bolsa toda. E nessa bolsa, pegou a documentação toda. Com isso, deu uma série de inquéritos aqui no Brasil, contra oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que eram do grupo, vamos dizer assim, do grupo dos golpistas. E todos eles responderam a esse inquérito aqui no Rio de Janeiro, até que nós fomos liberados pela Justiça Civil aqui no Rio, o juiz Pinto Falcão nos liberou. Com a chegada do Jânio Quadros também, que nos autorizou a assumir funções, o Jânio Quadros me chamou a Brasília para me dar o comando do 5º Grupo de Aviação em Natal, e aos outros oficiais também funções todas militares. Quero lembrar que nessa época de Aragarças, nós todos, Veloso, eu e outros, estávamos sem função, adidos à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, e o governo Kubitschek se dizia legalista, democrático e também muito cumpridor de leis; não cumpria lei, nem com Veloso nem comigo. Fiquei dois anos sem função, adido à Diretoria do Pessoal, e o Veloso ficou três anos e tanto, sendo transferido de um lado para o outro, mas sem função. Quer dizer, isso tudo prejudicou e irritava muito a gente. Quer dizer, era uma perseguição surda, sem alarde, e que vivia perseguindo a nós todos. Nada disso a imprensa publicava. Bom, acabou. Bom, finalmente, eu acho que devo falar também sobre a falta de adesões. Não houve adesões realmente, primeiro porque nós não tínhamos adesão, mas não deixaram de cumprir a palavra conosco, nem houve traição nenhuma. Apenas não aderiram, embora vivessem falando que queriam melhorar o Brasil, queriam lutar por um Brasil melhor, lutar por uma instituição mais limpa e uma política mais correta por parte

do governo. Entretanto, na hora que tiveram essa oportunidade de me apoiar ou apoiar aquela revolta que tinha sido iniciada, eles faltaram com a sua pessoal responsabilidade de correr o risco de perder suas carreiras, porque no caso de fracasso, eles podiam perder suas carreiras, como eu também quase perdi. Por sorte nossa, Jânio Quadros ganhou as eleições. Mas quando nós fizemos a revolta, nós não tínhamos certeza que ele ganhasse nada. Nós tínhamos esperança que ele ganhasse. Nós arriscamos tudo pelo ideal. E eles não tiveram coragem de correr esse risco. Viviam falando. Tem muitos colegas do Exército, por exemplo, da Aeronáutica também, que falaram comigo na véspera da revolta de Aragarças: “Coronel, eu vim aqui na sua casa porque eu estou com vergonha de continuar vendo essa pouca vergonha toda.” Eu disse: “Bom, então se você quer tomar uma atitude, a partir de amanhã você esteja em tal lugar assim, assim, que...” “Ah, mas eu estou viajando.” “Donde você estiver comandando o avião, você decola de lá e se apresenta em Aragarças. É isso que eu tenho a dizer a você.” Não foi. Então o sujeito vai na minha casa, fala uma coisa dessas e não vai. Quer dizer, ele não tinha realmente capacidade de vencer a parte material da vida. Eu tinha seis filhos. Seis filhos e vivia em condições pobres. Se não fosse o meu sogro a sustentar minha família, e meus companheiros se reunirem para juntar dinheiro para mandar para a minha mulher e para as mulheres dos outros companheiros, Lebre e outros, nós tínhamos passado situações ruins. Porque podíamos ter perdido a carreira e teríamos ficado no olho da rua. Nós corremos o risco total e eles não tiveram coragem de fazer. E não foram três ou quatro, foram mais de dez, mais de 20. Todos os nomes eu posso botar em relação e botar na fita para vocês. Então eu acho que as adesões faltaram, porque eles não tiveram coragem de se definir, nem de correr o risco de colocar em risco suas próprias carreiras. Não lutaram por um ideal. Não quiseram fazer uma atitude ideal. Queriam fazer uma coisa certa, garantida. Quando se vê um país com essas dimensões continentais como o nosso, com uma população completamente diversificada e submetida a diferenças enormes de posses, sendo que existe uma quantidade enorme de miseráveis, mas não quiseram se sacrificar, porque não querem se sacrificar mesmo. Ele não quis fazer. Então não fizeram porque não quiseram fazer. Qualquer outra desculpa pode pegar para quem quiser, mas não para nós que durante quatro ou cinco anos vivíamos conspirando uma luta por esses ideais. Não para implantar no país um regime de ditadura, não para implantar no país um regime marxista ou socialista com ditadura total. Não. Nós queríamos um país que tivesse essa capacidade de ser democrático e, principalmente, governado por civis. Que nós tínhamos esperanças de que esses civis pudessem consertar

as instituições e a organização interna que está faltando agora também, para que pudéssemos ter uma melhoria para o povo brasileiro.

2ª Entrevista: 16.12.1993

M.A. - Brigadeiro, o senhor queria relatar para a gente o nome dos participantes do movimento de Aragarças sobre o qual nós conversamos.

J.B. - Eu fiz a entrega à senhora dessa documentação, para que a senhora pudesse ler e acrescentasse às minhas declarações.

M.A. - Então vou passar a ler aqui uma nota do brigadeiro da relação dos participantes do movimento de Aragarças: “Na noite de 2 de dezembro de 1959, decolaram da base aérea do Galeão três aviões, pilotados pelos tenentes-coronéis-aviadores João Paulo Moreira Burnier, Haroldo Veloso e Geraldo Labarthe Lebre. E seguiram nestes aviões o capitão-aviador Punaro Barata, tenente-coronel de infantaria do Exército Luis Mendes da Silva, o capitão-aviador Gerseh Nerval Barbosa, o capitão de infantaria do Exército Tarcísio Nunes, os civis Luis Mendes de Moraes, doutor Roberto Rocha Sousa e o engenheiro civil doutor Charles Herva. O segundo grupo que era composto do major-aviador Hebert Teixeira Pinto, que decolou do aeroporto Santos Dumont no Constellation da Panair do Brasil de linha regular da rota Rio-Belém, o comandante do avião, primeiro piloto, também estava de acordo com o levante. De Belo Horizonte o capitão-aviador Washington Amud Mascarenhas e major-aviador Leusinger Marques Lima. Em Aragarças, civis, funcionários da Fundação Brasil-Central, os irmãos Edmundo Vanderlei e Fernando Vanderlei, e o trabalhador do campo Itaituba. Em Belém do Pará, o coronel Dil, que manteve combustível na cidade de Manga, em Minas Gerais. Na parte de comunicações do Rio, participaram o tenente-coronel-aviador Gustavo Borges e tenente-coronel Francisco Lameirão, e como auxiliar de transportes, de armamentos e medicamentos, o civil Luis Perdigão e mais quatro companheiros do Morro da Formiga. Comprometidos com o movimento e que falharam com o compromisso assumido no Rio de Janeiro foram: o coronel-aviador Carlos Moreira de Oliveira Lima, o capitão-aviador Valfredo Almeida e o major-aviador Etienne Bucierre. Em Campo Grande havia o major-aviador Francisco Fontinele.” Essa é a relação dos participantes de Aragarças que o brigadeiro trouxe por escrito, e que eu acabei de ler.

João Paulo Moreira Burnier

Brigadeiro, a gente gostaria agora de conversar com o senhor sobre a renúncia de Jânio Quadros. Como é que o senhor viveu isso. Parece que o senhor se decepcionou um pouco, a exemplo de muitos brasileiros. Então eu gostaria de saber a sua opinião sobre esse evento.

J.B. - Bom, com relação à renúncia de Jânio Quadros, devo inicialmente dizer que ele assumiu o governo com eleições espetaculares, ganhou com uma diferença muito grande do segundo candidato, que era o marechal Lott, e conseguiu aquilo que nós desejávamos há muito tempo. Dar ao país a oportunidade de um político que nós acreditávamos, que fosse capaz de limpar... A própria campanha dele já falava isso, era a campanha da vassoura. Então, limpar a administração pública brasileira e, ao mesmo tempo, reorganizar a administração que estava bastante conturbada com o final do governo do senhor Juscelino e que estava apoiando a candidatura do marechal Lott. A renúncia anterior de Jânio Quadros havia levado a nós todos ao desespero, porque sem a candidatura de Jânio Quadros, nós não tínhamos para quem apelar. Teríamos que aceitar a eleição do marechal Lott, que seria um desastre para nós, já que este homem vinha bastante ligado ao grupo do pessoal do Jango Goulart, principalmente o pessoal trabalhista, o pessoal dos sindicatos, e ele tinha acabado de receber um tempo atrás a Espada de Ouro. Isso representava para nós uma afronta muito grande, e especialmente para o povo brasileiro, uma preocupação maior ainda por causa da infiltração que o Partido Comunista tinha feito nas forças armadas, mais especialmente nos sindicatos, e isso poderia levar o país a um descalabro muito grande. Em função disso, nós ficamos felizes com a volta da candidatura de Jânio Quadros, e com isso a eleição confirmou essa nossa expectativa e ele venceu espetacularmente. Dia 31 de janeiro de 1961 ele foi empossado e teve governo até dia 25 de agosto de 1961, desse mesmo ano, quando ele mesmo renunciou à presidência da República. Ele iniciou o governo, entretanto, fazendo aquilo que ele disse na campanha. Iniciando com medidas duras e mandando apurar todas as denúncias que o governo recebia a respeito de corrupção na área administrativa do governo federal, mesmo no estadual e nos municipais. Ele realmente tomou medidas muito sérias. Mas, por outro lado, também tomou muitas medidas muito ridículas. Proibiu briga de galo e determinou que todo funcionário passasse a usar um tipo de jaquetão, o que era já uma possibilidade muito séria para a área socialista, porque era uma roupa parecida com aquela do Mao Tse Tung. Então ele começou a fazer essas medidas e realmente começou a apurar muita coisa. Ele começou realmente a nos dar, a criar esperança. Mas logo em seguida, ele iniciou a política de

restrições cambiais, acabando com os privilégios cambiais da importação de petróleo, da importação do papel de imprensa, e aí todos nós vimos claramente a sua intenção de restringir a capacidade da imprensa de propagar, providenciar, a capacidade da imprensa de publicação ou publicações, porque naquela época as grandes oposições eram feitas através de rádio, jornais, e revistas. Então, acabar o privilégio do papel dificultava enormemente as empresas jornalísticas que tinham que comprar papel com outro preço. Também acabou com o privilégio na importação do trigo. Isso prejudicou muito. Nós estávamos começando a produzir trigo em quantidade para o abastecimento interno e, com isso, ao fazer restrições à importação de trigo, à concessão de privilégios da importação de trigo, ele dava incentivo para que a produção de trigo crescesse. Criou-se também uma animosidade por parte da Argentina, que via um concorrente aparecer na América do Sul. Mas de qualquer maneira, essa era a política que ele adotou, e estava tudo mais ou menos de acordo com o que ele tinha dito na campanha. Mas aí ele começou a fazer também a política contra os Estados Unidos, na restrição que ele fazia ao direito de autodeterminação dos povos. Via-se perfeitamente que ele fazia isso em benefício de Cuba, que estava sendo atacada pelos Estados Unidos. E essa coisa toda começou a criar problemas na cabeça de todos nós, principalmente os militares, que estávamos acompanhando a política e estávamos preocupados com a situação violenta. Porque a infiltração comunista continuava grande no seio das forças armadas, embora o Partido Comunista estivesse afastado das lides políticas por ter sido cassado, ter sido fechado, no governo do general Eurico Gaspar Dutra. Mas Jânio Quadros continuava dando asas a isso, dando apoio a essa política contrária aos Estados Unidos, e chegou ao cúmulo de chegar no dia 19 de agosto e condecorar, no Rio de Janeiro – aliás, em Brasília, que tinha sido inaugurada a capital – condecorar o ministro cubano Ernesto Che Guevara, que era um homem totalmente do Partido Comunista internacional. Isso foi um choque violento para as forças armadas. E, praticamente, a pedra fundamental em que se basearam os militares, quando passaram da desconfiança à quase certeza de que Jânio Quadros estava mudando completamente para a esquerda, para o lado da esquerda, sua política governamental. Essa foi uma seqüência de atos, seqüência de atividades que foi tirando de Jânio Quadros aquela grande esperança que nós tínhamos de que o governo brasileiro fosse agora dirigido por um homem sério, um homem capaz, e principalmente honesto e com decisão. Além disso, começaram a surgir muitos boatos a respeito do seu comportamento pessoal. Inclusive começaram a surgir boatos, boatos e às vezes confirmações, de bebedeiras que o senhor presidente da República tomava, e com isso, a desvalorização pessoal dele começou a ser muito maior

do que se esperava. No dia 23 de agosto, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, fez uma denúncia pública, fazendo discurso e publicando artigos, dizendo que havia sido convidado, recebido convite do ministro da Justiça de Jânio Quadros, Oscar Pedrosa Horta, para tomar parte num levante, numa manobra política, para colocar o presidente Jânio Quadros como ditador. Se nós voltássemos aos dias de hoje, seria um Fujimori. Porque ele queria se transformar num homem de força, com toda a força, fechando o Congresso, ou pelo menos, eliminando a função do Congresso, e passando a governar por decreto. Essa denúncia teve uma repercussão muito grande e desfavorável totalmente ao senhor Jânio Quadros. No dia 23 de agosto aconteceu isso. E dia 25 ele renunciou, em plena semana do Exército, era 25 de agosto, Dia do Soldado, ele renunciou e partiu para Cumbica, sem maiores explicações. Numa tentativa clara de que, renunciando, automaticamente seria dada posse ao vice-presidente, que era o senhor João Goulart. E ele tinha certeza de que as forças armadas não iam aceitar, tendo em vista as flagrantes, constantes ligações do senhor Jango Goulart com os grupos sindicalistas, dominados totalmente pelos marxistas, pelos comunistas no Brasil. Quando houve a renúncia, a 25 de agosto, a todos nós militares surgiu claro aquilo que tinha acontecido, quando ele era candidato a presidente em 1959, por ocasião do movimento de Aragarças. Já fiz declarações anteriores de que o movimento de Aragarças foi um movimento com a finalidade precípua, principal, de dar a oportunidade ao Jânio Quadros, como ex-candidato a presidente da República, para apaziguar os ânimos no Brasil e voltar a se candidatar. Mas naquela época nós não tínhamos percebido; mas, agora, estava confirmado praticamente para os militares de que, desde aquela época, o Jânio Quadros já tinha na cabeça esse pensamento. Porque é preciso lembrar que naquela época o candidato que seria vice-presidente da República junto a ele seria do PTB, ou seja, o deputado Ferrari. E, naquela época, as injunções políticas e as articulações que Pedrosa Horta e outros amigos de Jânio Quadros fizeram junto aos partidos políticos, levaram ele a abandonar o Ferrari, que era um homem sério, um deputado sério, trabalhista, mas um homem sério e isento de aspectos políticos marxistas ou comunistas, dando lugar na chapa de Jânio Quadros à entrada de Jango Goulart. E, com isso, quando chegou agora na renúncia do presidente, confirmou-se aquilo claramente na cabeça dos militares. Nós estávamos quase com a certeza de que o Jânio Quadros havia renunciado, baseado em que o vice-presidente não estava no Brasil, estava na China comunista, visitando a China comunista, contrariando tudo que se esperava. Porque o Jânio Quadros na sua política também estava desenvolvendo uma política de aproximação com os países socialistas. Tanto que havia reatado relações

diplomáticas com a Rússia, reatado relações diplomáticas com vários países da área socialista, inclusive com Cuba, contrariando tudo aquilo que o governo deveria fazer. Ele deu asas para que na Guerra Fria surgisse novamente a figura imponente e perigosa do império moscovita, do império soviético contra nós. E isso deu um incremento muito grande. Então o elã dos comunistas no Brasil cresceu e nós estávamos preocupados com isso. Então, ele sabia, tanto que ele botou o vice-presidente Jango Goulart na chapa dele; como agora renunciando, e Jango Goulart estando na China comunista, sabia que os militares não iriam aceitar dar posse ao vice-presidente. Porque ele, presidente, saindo, teria que pedir para voltar, porque não iam querer dar posse ao vice-presidente. Mas aí os militares não seguiram seu jogo político e não aceitaram isso. E se recusaram tanto a dar apoio a ele para fazer uma ditadura, como tinha sido denunciado por Carlos Lacerda, porque já estavam completamente desconfiado das atitudes dele, como também não queriam dar posse ao Jango Goulart, que iria levar fatalmente o Brasil a uma república sindicalista, ligada aos comunistas completamente. Então seria transformar o Brasil numa segunda potência comunista dentro da América, à semelhança de Cuba. Sendo que Cuba era uma moedinha de pouca importância, mas o Brasil, com a sua extensão territorial, e com sua população crescendo vertiginosamente, iria ser um apoio fantástico, espetacular para a área socialista, para a área comunista. Então os militares não aceitaram isso e se recusaram também a dar posse a Jango Goulart. Aí veio a situação terrível em que os militares forçaram e obrigaram a assumir a presidência da República o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli, que assumindo a coisa, começou a procurar soluções conciliatórias para evitar que Jânio virasse ditador e que Jango Goulart assumisse a presidência da República. Essa situação estava perdurando muito e estava difícil de resolver. O governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul se insurgiu. Teve o apoio do general comandante do Exército, que, junto com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, se insurgiu contra essa decisão dos militares em Brasília e movimentou tropas para a fronteira do Paraná e Santa Catarina. De Santa Catarina, principalmente. Aí, nessa ocasião, os ministros militares insistiram com a Câmara, insistiram com o presidente Mazilli, presidente da Câmara, e eles encontraram uma solução conciliatória, isto é, transformar o regime presidencialista em regime parlamentarista em que o presidente da República assumiria, mas não comandaria a nação. Ele apenas ficaria como um “dois de paus”, deixando que o Congresso e o seu primeiro-ministro, nomeando os seus ministros, fossem governar o país. Era a solução que se encontrava naquela época, porque os militares não aceitavam dar posse a Jango Goulart. A minha participação nesse negócio todo é o

seguinte: eu havia chegado de Aragarças, depois de um ano e meio de exílio, tinha sido recebido pelo presidente Jânio Quadros, autorizado por ele e nomeado por ele para comandar o 5º Grupo de Aviação em Natal, onde eu me encontrava no dia da renúncia dele. Eu tinha assumido a base aérea de Natal também, porque o ex-comandante saiu e o novo comandante não tinha assumido. Então eu estava no comando da base aérea de Natal e do 5º Grupo de Aviação, uma das mais fortes unidades da FAB em equipamento de ataque. Eu comandava os B-26 em Natal. Assim como eu estava em Natal, também estava em Fortaleza o coronel Roberto Hipólito da Costa, que comandava...

[FINAL DA FITA 3-B]

J.B. - (...) o Esquadrão de Caça, um dos grupos de caça da Força Aérea, também elemento de força. Em Recife estava o brigadeiro Adil com o brigadeiro Coqueiro no comando dos Venturas, que eram os aviões de patrulha também de grande eficácia e dos B-17. E na Bahia, por outro lado, estavam os outros comandantes de base, comandantes do esquadrão onde havia aqueles aviões grandes de patrulha, os P-15. Eram aviões que podiam voar 36 horas e carregavam uma quantidade enorme de bombas. Então nós estávamos com uma força militar muito grande na mão. Nessa época, então, por ordem dos ministros militares, toda a área do Nordeste começou a entrar em prontidão. O general Costa e Silva era comandante do IV Exército, lá em cima em Recife. E em comum acordo com o general Costa e Silva e com brigadeiro Adil, e toda a 2ª Zona Aérea que vinha da Bahia até Fortaleza, nós começamos a entrar em prontidão e começamos a nos preparar para combater, para evitar a posse de João Goulart. Então todos os aviões que vinham da Europa, pousavam ou em Natal ou em Recife ou em Fortaleza. Esses aviões chegavam, eram imediatamente revistados, e eu fui um dos líderes da apuração disso, para não permitir que o João Goulart entrasse no Brasil vindo da China. A informação que nós tínhamos é que ele viria pela Europa e voltaria pelo caminho mais curto. Entretanto, ele não fez assim. Ele veio pelo sul, veio pelo oeste, e entrou pelo Chile e pela Argentina e chegou no Rio Grande do Sul. E foi lá que chegou junto com Brizola, que nessa época já tinha levantado a Brigada, e, com apoio do comandante do III Exército, estava com alguma tropa do Exército se deslocando para a fronteira de Santa Catarina. Nesta ocasião nós recebemos ordens do ministro, nos colocamos à disposição dele, e o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Grun Moss, determinou a ida dos nossos aviões para a área de Florianópolis. Então eu desloquei seis aviões B-26, totalmente armados, com material,

com suprimento e tudo, com todas as instruções de combate, e nos deslocamos com esses aviões para a área de Florianópolis, prontos para combater a possível força do Brizola. Porque nós não aceitávamos, em hipótese alguma, dar posse ao Jango Goulart. Isso era completamente claro na cabeça de todos os oficiais comandantes de unidades. Eu, como comandante da base de Natal e do comando do 5º Grupo, estava em evidência porque também éramos elementos principais disso. E fui um dos homens que mais preparou a unidade para isso. Em seguida veio o governo, veio a solução conciliatória, com a nomeação do primeiro-ministro. O primeiro-ministro foi o doutor Tancredo Neves, que colocou como Secretário da Aeronáutica o brigadeiro Travassos. Era o ministro da Aeronáutica, mas no regime parlamentarista é secretário. Aí o Jango chegou, foi para Brasília, assumiu a presidência da República, mas no regime parlamentarista. O primeiro ato do primeiro-ministro Tancredo Neves e do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Travassos, foi imediatamente dar ordem para substituir o brigadeiro Adil, o coronel Burnier em Natal, o coronel Hipólito em Fortaleza e o coronel Coqueiro em Recife. E o próprio general Costa e Silva também foi tirado do comando do IV Exército, e deslocado para a Diretoria de Pessoal do Exército. Aí houve um fato interessante. Antes do general Costa e Silva se despedir e se deslocar para o Rio de Janeiro, porque demorou para passar o comando – isso demora – o general Costa e Silva veio visitar as unidades dele. E na ocasião em que pousou em João Pessoa, me avisou. Fui eu quem mandou o avião. Mandei buscá-lo para ele vir visitar as unidades do Exército, porque ele estava se despedindo. Ele voltou e chegou em Natal. Chegou em Natal, esteve comigo na pista. Chegamos lá ele disse: “Coronel, o senhor está disponível?” “Estou.” “Então vamos dar uma caminhada aqui na pista.” Então eu saí caminhando junto com ele na pista conversando, enquanto o avião estava reabastecendo para depois seguir para o Ceará, para Fortaleza. Nessa ocasião em Natal, na pista, eu e o general Costa e Silva conversamos e ele disse: “Coronel, o que o senhor acha da atitude do general Amauri Kruehl?” Eu digo: “Olha, eu acho uma atitude pesada, difícil e muito complicada. Porque ele aparentemente é um homem bom, correto, mas por outro lado, é muito amigo do vice-presidente João Goulart. E isso pode levar a problemas sérios para nós.” Bom, aí o general: “O que acontece é que minha preocupação maior é que eles me tiraram aqui do IV Exército e estão me mandando para a Direção de Pessoal pensando que eu vou executar a política deles. Estão completamente enganados. E olha, coronel Burnier, não se preocupe muito não, porque muito mais breve do que o senhor está pensando, nós vamos nos encontrar. Porque eu não aceito fazer a política desses comunistas, desses homens que querem levar o país nosso à desgraça e acorrentá-lo

à área socialista da Rússia Soviética. Eu vou para o Rio de Janeiro, mas o senhor não perca as esperanças porque dentro em breve nós nos encontraremos.” Esse foi o fato principal que aconteceu comigo e o general Costa e Silva na pista da base aérea de Natal, por ocasião da sua despedida e da seguida dele para lá. Em seguida eu também fui transferido e nessa ocasião – eu ia passar o comando no dia seguinte –, chegou um rádio dizendo que eu estava proibido de dar qualquer ordem para o esquadrão. Inexplicavelmente, uma coisa dessas. Aí eu fiquei muito aborrecido, me apresentei ao comandante da base. Nessa época tinha chegado lá o coronel Firmino de Araújo. Eu estive lá com ele e disse: “Olha, coronel Firmino, eu não aceito uma situação dessa. Eu sou um oficial digno, eu sou um oficial capaz. Não posso admitir que tenha um rádio desses desautorizando qualquer ordem que eu dê aqui no grupo.” Eu fui transferido para fora da base de Natal para o QG da 3ª Zona Aérea. Mas nessa ocasião houve essa ordem do Secretário da Aeronáutica, dizendo que eu não poderia dar mais ordem ao Grupo a partir daquele momento e que eu era transferido. Então fiquei indignado com esse detalhe, falei com o comandante da base que não aceitava isso e que não ia esperar o dia seguinte para passar o comando. Ia passar o comando ao meu sub-comandante do grupo, major Canto, nesse mesmo dia, nessa mesma hora, e ia em seguida me deslocar para o Rio de Janeiro, com os meus próprios meios, com o meu automóvel, com a minha família, e não queria mais ajuda nenhuma da FAB. Porque eu não aceitava essa indignidade que tinham feito comigo. E foi assim que aconteceu. Eu passei o comando, nessa mesma tarde, do 5º Grupo de Aviação ao major Canto, e peguei meu carro com minha família e me desloquei para o Rio de Janeiro, via terrestre. Bom, com relação à operação que nós fizemos de busca e detenção ao vice-presidente, caso ele passasse pelas bases aéreas do Nordeste, antes de chegar no Rio de Janeiro, era o tal plano chamado Plano Mosquito. Esse plano seria para deter o avião em que viesse Jango Goulart. Realmente todos os aviões que pousaram em Natal, Recife, Fortaleza e Salvador, vindos da Europa, eram revistados de cima a baixo, do banheiro à cabine do comandante, para evitar qualquer possibilidade de entrada no país, por aquela área, do vice-presidente João Goulart. Houve vários incidentes, mas foi cumprido rigorosamente, e nós estávamos dispostos a prendê-lo independente de qualquer outra situação. Nós não íamos deixar, em hipótese alguma, o João Goulart passar por ali. E em vez de acontecer isso, ele voltou pelo sul. Ele deu a volta ao mundo, voltou pelo lado da Argentina, e entrou no Rio Grande do Sul sob a proteção do Brizola, e de lá então voou para Brasília para assumir a presidência no regime parlamentarista.

M.A. - Brigadeiro, desde quando o senhor passou a lidar com informações?

J.B. - Bom, para iniciar essa resposta, eu devo declarar o seguinte: todo militar sempre lida com informações. Nenhum chefe militar pode deixar de lidar com informações. Nenhum chefe militar e civil também. Porque sem informações do adversário ou do inimigo, você não tem como fazer ou tomar providências para poder preparar o seu país ou a sua unidade para combater. Na Aeronáutica, na época, como no Exército e na Marinha, não havia nenhum serviço de informações organizado, a não ser o serviço de informações militares, ou seja, aquelas segundas seções dos Estados Maiores Gerais, do estado-maior dos Estados Maiores das Divisões, das Brigadas, das grandes Unidades. Essa 2ª Seção de Informações arrecadava principalmente informações que os adidos da Aeronáutica colhiam no estrangeiro, sem ser espionagem nem nada. Colhiam informações dos próprios jornais, aquelas notícias que vinham do estrangeiro, bem como informações sobre o Exército, sobre a Marinha, e sobre a Aeronáutica daqueles países limítrofes do Brasil e também da Europa, sendo com muito mais razão, principalmente, a atenção aos países limítrofes ao Brasil que era onde os prováveis inimigos ou os incidentes eram mais capazes de acontecer: Argentina, Paraguai. A Bolívia estava bastante infiltrada pelo Partido Comunista, e tinha havido várias revoluções comunistas lá. A própria Venezuela. O próprio Peru. Toda a América do Sul estava sendo submetida a uma série de problemas muito sérios. E Cuba, principalmente, que era um satélite direto da Rússia Soviética, depois da revolução de Fidel Castro. Então as segundas seções dos Estados Maiores só colhiam as informações. Mas também junto a elas vinham algumas informações ou informes sobre atividades ou atitudes de alguns oficiais, de alguns sargentos, de alguns cabos, de alguns soldados, sobre roubo de armas, pederastia, atitudes pouco dignas como apropriação indébita de recursos, e esses assuntos todos eram mais ou menos colecionados, mas nem sempre processados corretamente, e muitas vezes ficavam como informe e nunca chegavam à informação. Quer dizer, não havia um processo de averiguação daquele informe, se era verdadeiro ou não. Não havia apuração da sua credibilidade, da sua veracidade e tudo. Por exemplo, se o informante fulano de tal era desonesto porque fazia isso e fez aquilo, ninguém mandava apurar, porque as segundas seções não tinham um pessoal preparado para fazer esse levantamento corretamente, fazer o processamento do informe, para transformar na informação, e essa sim, a informação, é a apuração completa daquele informe. Então ficava-se sabendo que o oficial tal não era digno por causa disso, por causa daquilo e daquilo outro. O sargento tal não era digno por causa daquilo e daquilo

outro. Mas apurado. Não, ficava só no informe. E isso estava prejudicando muito e violentamente a promoção de vários oficiais. Porque chegava um informe de fulano de tal, não era apurado se era verdadeiro ou não, e aquilo ficava constando da ficha dele. Na hora da promoção ou na hora da designação para alguma unidade, aquilo prejudicava o oficial, sem poder ser comprovada coisa nenhuma. Então as segundas seções não trabalhavam 100% porque não tinham pessoal preparado para isso. Começaram então a preparar isso e também a área civil começou a interferir, porque a área civil sempre redundava em penetração nas forças armadas, e naquela época era vertiginosa a propaganda para infiltrar dentro das forças armadas, principalmente no pessoal subalterno, de sargentos para baixo, e entre alguns oficiais também, para preparar e levantar o pessoal a reagir, a impedir de cumprir as ordens militares. E toda força militar é baseada em cima de hierarquia e disciplina. E no momento em que começa a desmoralizar a hierarquia e a disciplina, vai quebrando a força da força militar. E era o que estava acontecendo. No Rio Grande do Sul, com vários oficiais da Aeronáutica, isso foi constatado. Inclusive um colega meu de turma, Sebastião Dantas Loureiro, que era primeiro tenente aviador, que fazia parte do Partido Comunista e que recebia ordens do sub-oficial Adão, dentro da mesma unidade. Na unidade que ele servia, ele como oficial devia dirigir seu sub-oficial, quando acaba, ele é dirigido pelo sub-oficial porque dentro do partido a hierarquia do sub-oficial era maior do que a dele. Você vê o perigo que isso pode acarretar dentro das forças armadas. Mas, também por outro lado, na Marinha começou a haver isso. Os sargentos estavam querendo ser eleitos para deputado e vereador. Queriam o direito de ser eleitos, porque os sargentos naquela época não podiam ser eleitos. Podiam ser votantes, podiam votar, mas não podiam ser eleitos, a não ser que saíssem das forças. E é isso que nós queríamos, que tanto os oficiais como os sargentos, desde que se candidatassem a um cargo eletivo, então teriam que abandonar a força militar. E eles não queriam. Queriam continuar dentro das forças armadas e serem eleitos para a Câmara dos Deputados e Câmara dos Vereadores. Essa situação estava se agravando e, junto a isso, com a infiltração no meio civil. Então a Marinha foi a primeira a perceber isso e criou o Cenimar. O Cenimar começava então a colher informações do Partido Comunista, das ideologias que estavam vindo da Europa naquela época, que era o padre Le Bret, aquela do amor, paz e amor, aquela de 1968, 1964 e 1963, as idéias que surgiam na França, de libertação e consumação dos desejos do homem. Então a parte do sexo foi aberta completamente. Então havia aquela depravação que hoje em dia está em todos os jornais, em todas as revistas, até na televisão é normal isso. A parte de sexo está sendo levada a extremos. Porque era essa a teoria do padre Debret e de

outros pensadores da época, e que estava levando a uma revolução quase que social na Europa. Na França, na Sorbonne, houve lutas intensas entre estudantes. E no Brasil começou a chegar essa repercussão e a coisa começou a perigar. Bom, então em função disso o Cenimar se preparou e começou a fazer a coletânea das informações e o controle das organizações comunistas no Brasil. Bom, e as informações dentro da Aeronáutica continuavam só na 2ª Seção de Informações, apesar de nossas preocupações, apesar de nossas tentativas de organizar e juntar o pessoal. Mas por outro lado isso tinha uma vantagem. É que também o governo não tinha vigilância sobre nós. Porque nós estávamos convencidos de que o país estava caindo cada vez mais na área socialista. E era preciso combater isso. Era preciso preparar a reagir contra isso. Posteriormente ao Cenimar, o Exército também, próximo a 1964, criou o CIEEx, Centro de Informações do Exército. E também começou a entrar na área, para começar a coletar informações da área civil e econômica, para poder juntar os quadradinhos todos para poder fazer a construção do edifício que estava sendo construído aqui no Brasil. A Aeronáutica só veio a tratar disso depois da revolução, já em 1968. Foi quando eu entrei, aproveitando que estava servindo no Panamá como adido aeronáutico e propus ao ministro da Aeronáutica que eu fizesse o curso de informações no Panamá, na Escola das Américas do Exército Americano, e de lá viesse ao Brasil para criar o serviço de informações de segurança da Aeronáutica. Junto comigo foram vários outros oficiais. Então, essa minha tomada de posição junto à área de informações, começou praticamente desde, muito antes, desde a revolução de Aragarças. Porque nós tínhamos informações, mas não era uma organização da Aeronáutica, era uma organização particular. Agora, depois da renúncia de Jânio Quadros, a coisa ficou mais séria, porque nós tínhamos que nos organizar. Mas por outro lado tinha uma vantagem. É que as forças legalistas, o governo, também não tinha grande controle sobre nós, porque não tinha esse serviço organizado. Isso foi o que nos ajudou no que nós chamamos “a preparação da Revolução de 64”, que demorou cerca de um ano e meio, mas que já vinha desde a renúncia de Jânio Quadros, desde a ascensão de João Goulart como elemento perigoso, o que exigiu que nós continuássemos nesse trabalho, que culminou com a Revolução de 64.

M.A. - Além do Panamá, brigadeiro, onde mais o senhor estudou técnicas de informação? E a gente também queria que o senhor falasse um pouquinho como foi esse curso no Panamá.

J.B. - Bom, em 1965, eu era comandante da base aérea de Santa Cruz e estava terminando o inquérito que fiz sobre subversão dentro daquela base e que nos trouxe informações de ramificações sobre subversão que se infiltrou dentro da Escola de Especialistas de Guaratinguetá, na base aérea do Galeão, na base aérea dos Afonsos, na base aérea de Salvador, na base aérea de Brasília. Esse inquérito que foi feito lá em Santa Cruz nos trouxe revelações importantíssimas para o conhecimento do que estava acontecendo, do que realmente aconteceu no Brasil, antes da Revolução de 64. Esse inquérito, além de trazer essas informações, também nos trouxe uma grande experiência no trabalho interrogatório, e uma preparação muito grande de vários oficiais. Nesse inquérito eu utilizei quase todos os oficiais do Grupo de Caça, do Grupo de Aviação Embarcada e da própria base aérea de Santa Cruz, como interrogadores de oficiais e sargentos, que estavam comprometidos na base com a subversão, que era comandada naquela base pelo ex-comandante, coronel Rui Barbosa Moreira Lima – aliás, um dos heróis do Grupo de Caça da Itália, um dos grandes pilotos do Grupo de Caça da Itália, com 91 missões de combate na Itália. Por incrível que pareça, este homem, perturbado talvez pelo seu grande ego, desejava ascender rapidamente na carreira e aproveitando a situação de confusão do governo João Goulart, ele pensou talvez em se aproveitar disso para prosseguir sua carreira mais rapidamente, ou talvez por ideologia. Mas com a Revolução de 64 e com esse inquérito, ficaram comprovadas as suas atividades, até criminosas na minha opinião, que quebravam tudo que se falava praticamente a respeito de hierarquia e a disciplina dentro da Força Aérea Brasileira. Dentro dos quadros da Força Aérea Brasileira. Mas esse inquérito foi bom porque mostrou as ligações que havia e que estavam cada vez mais perigosas. Foi no momento exato que foi feita essa revolução. Porque mais um pouco, nós teríamos perdido o controle. Porque os sargentos organizados em Guaratinguetá, tinham até um comando nacional para todo o Brasil, uma rede nacional de rádioamadores, deles, interligando todo o Brasil. E nessa época, é preciso não esquecer, que o brigadeiro Anísio Botelho, que era ministro da Aeronáutica, permitia que os sargentos do Clube dos Sargentos e sub-oficiais da Aeronáutica se deslocassem pelo Brasil todo fazendo ligações. E essa rede de rádio de Guaratinguetá é que dava apoio de contato entre todos os grupos de sargentos que existiam na Força Aérea Brasileira no Brasil. Em todas as bases aéreas, desde o norte, nordeste, até o sul do país. No centro também. Com essa descoberta e com o levantamento desses dados, nós fomos apurando, apurando, e chegamos até a detectar sargentos membros do Partido Comunista, como ficou provado no inquérito feito por nós em Santa Cruz, com declaração voluntária do sargento. Depois do interrogatório, longo,

ele acabou se confessando do Partido Comunista, voluntariamente. Nessa época até tinha um deles que começou a chorar violentamente, convulsivamente, dizendo: “Agora vocês podem me matar. Eu sou do Partido Comunista mesmo. Isso vai tomar conta do Brasil”. “Ah, então era isso que vocês queriam fazer...?” Então aí ficou comprovado que eles tinham uma rede muito grande, uma penetração muito grande no meio das forças armadas, e isso é que estava degradando toda a hierarquia e a disciplina dentro da Força Aérea Brasileira. Na Marinha aconteceu isso também e o Exército também foi bastante infiltrado. Nesse inquérito nós apuramos ligações de oficiais e sargentos da base aérea dos Afonsos, como as do coronel Paulo Malta, que era o líder dentro da base. Aquele ministro Pinheiro Neto, fazia conferências na base aérea dos Afonsos, na base aérea de Santa Cruz, na base aérea do Galeão, sobre reforma agrária. Fazia palestra sobre reforma agrária na base militar, para soldados, cabos, sargentos, oficiais, desde o coronel até o último tenente, todos presentes, todos discutindo. Isto levava a uma confusão, que não era democracia, era uma bagunça. Queriam realmente tumultuar a hierarquia e a disciplina dentro das forças armadas, dando asas para que houvesse discussões de militares de diversos níveis, quer dizer, entre oficiais e sargentos, de uma maneira espantosa e escandalosamente perigosa. Era o ministro Pinheiro Neto que fazia essas conferências a pedido dos oficiais, vamos dizer assim, tradicionalmente conhecidos como esquerdistas dentro da Aeronáutica. Era o brigadeiro Teixeira, o coronel Paulo Malta, coronel Fausto Gerpe, Ricardo Nicol... Todos esses eram elementos perigosos que trabalhavam dentro das forças armadas entre 1961 e 1964. Esses homens é que estavam levando a essa confusão tremenda. À semelhança do que houve na Marinha. Porque na Marinha, quando houve aquela indisciplina dos marinheiros e fuzileiros navais naquele sindicato dos metalúrgicos, foi um desastre. Foi uma prova cabal de como a infiltração estava na própria Marinha de Guerra brasileira. Bom, então eu estava como adido aeronáutico no Panamá em 1965, porque o ministro Eduardo Gomes me convidou para ser adido no Panamá. Eu não quis aceitar inicialmente, porque achava que não devia ir para lá porque eu queria continuar na base de Santa Cruz porque era uma base mais poderosa da Força Aérea Brasileira naquela época. Onde tinha os aviões Gloster Meteor, aviões de combate e de ataque ao solo. Pois bem, então eu me recusei, agradei ao brigadeiro Eduardo Gomes, que eu não queria aceitar. Ele disse: “Mas por que, você está cansado?” “Não estou cansado, não senhor.” “É bom porque você vai aproveitar, você vai descansar a cabeça, uma espécie de um prêmio ao seu trabalho na revolução.” “Negativo, brigadeiro. Eu não desejo ser premiado. Eu desejo continuar na minha força aérea, limpando, aguardando para que esse Brasil fique limpo da subversão.”

O brigadeiro Eduardo Gomes insistia e o general Muniz Aragão, um dos líderes da revolta aqui no Rio de Janeiro do Exército brasileiro, foi a Santa Cruz e pernoitou lá durante uma noite e no dia seguinte, me convenceu a aceitar essa posição, a aceitar ser adido da Aeronáutica no Panamá, para eu poder sair da área, sair do Rio de Janeiro, porque eu sabia que o ministro Eduardo Gomes não queria que eu continuasse lá. Porque nessa época também havia a seguinte situação: é que o brigadeiro Eduardo Gomes e todos os outros sabiam que eu era muito ligado ao deputado Carlos Lacerda por causa dos incidentes que tinham havido em 1954 e 1955. Havia amizade pessoal e através de vários oficiais colegas meus, nós éramos muito ligados. Então, o governador Carlos Lacerda, que havia tentado ser candidato à presidência da República e não tinha conseguido, estava no governo da Guanabara, e o pessoal pensava que eu pudesse com isso auxiliar as intenções ou a vontade dele. De qualquer maneira essa era a idéia do brigadeiro Eduardo Gomes, mas não era a minha. A minha era continuar no comando da base aérea de Santa Cruz. Bom, mas com essa decisão, esse aconselhamento do general Muniz Aragão, eu voltei ao ministro Eduardo Gomes e disse que aceitava. Que seria benefício para a minha família e eu aproveitava e ia para lá. Então fui para o Panamá. Mas não me desliguei dos contatos com os companheiros. Desde essa época nós continuávamos ligados por causa da Revolução de 64. E o contato com meus companheiros continuava em cartas, em telefonemas. Continuava mantendo contato com o pessoal. Mas dando a idéia de que a Aeronáutica precisava ter essas informações, para ter informações do que o inimigo estava fazendo. Do que os inimigos do país podiam estar preparando ou programando para o futuro. Então precisava ser criado o serviço de informações. Então, na conversa com o ministro Márcio de Sousa e Melo – nessa época já ministro da Aeronáutica – propus a ele o seguinte: que eu fizesse um curso de informações lá, um curso de oficial para poder voltar ao Brasil e criar o serviço de informações. Mas nessa época eu já estava me preparando e tinha estudado bastante o serviço de informações inglês, o serviço de informações norte-americano, e com esse curso que eu faria no final de 1967, eu voltaria ao Rio de Janeiro, ao Brasil, depois do meu tempo de adido da Aeronáutica, com condições para poder implantar ou começar a implantação do serviço de informações na Aeronáutica. À semelhança do que vinha ocorrendo na Marinha com o Cenimar, e no Exército com o CIEEx e que tinha dado excelentes resultados até aquela data. Assim, no final de 1967, princípio de 1968, eu regressei ao Rio de Janeiro. Nessa ocasião, me colocaram no gabinete do ministro da Aeronáutica, aguardando. Fiquei lá chefe da seção A1 de Pessoal, e lá, posteriormente, passei um mês como chefe de Gabinete, no lugar do brigadeiro Sousa e Silva, que tinha

chegado do Canadá e estava doente. Até que ele se recuperasse passei lá um mês, e posteriormente passei para a 2ª Seção do Gabinete do ministro. E na segunda seção, então, comecei a trabalhar com o coronel Maciel e outros oficiais para poder começar a juntar a documentação e preparar o curso. Mas o curso que eu fiz no Panamá surgiu porque existia uma escola de inteligência (informações) militar em Forte Gulig, na cidade de Balboa, no Panamá. E o Canal do Panamá tinha dois pontos, o lado do Atlântico e o lado do Pacífico. O Forte Gulig era do lado do Atlântico, e eu era adido da Aeronáutica brasileira no Panamá, aqui do lado do Pacífico. Então eu me deslocava para o Atlântico e lá fiz o curso da Escola de Gulig. Todo dia ia e voltava, e no fim de seis meses, terminei o curso e vim para o Brasil. E junto comigo foram mandados também mais três oficiais que fizeram curso junto conosco lá na primeira turma. Então, com esse curso de informações de lá e mais as informações que eu tinha do serviço de informações inglês e de informações americano, nós juntamos os dados e criamos a documentação para o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica em 1968, no Rio de Janeiro. Criado esse núcleo, o ministro me designou chefe desse núcleo e então começamos a desenvolver. Esse foi o primeiro passo para a criação do CISA. Chamava-se NCISA, Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica. Essa é minha resposta. Agora vem uma outra pergunta que talvez a senhora queira saber: se tinha outros lugares que foram formados oficiais. Que eu saiba, na Aeronáutica, foram formadas outras turmas de oficiais nessa Escola de Gulig, de informações e contra-informações, e também no Brasil, na Escola Superior de Guerra, existia um curso de informações. Mas era um curso mais de alto nível e não curso de operações, de informações e contra-informações. Agora, além disso também, quando foi criado o SNI, o Serviço Nacional de Informações, dentro do SNI foi criada uma escola, Esni, Escola Nacional de Informações. Funcionou até pouco tempo, até o governo Collor. E nessa escola então foram formados vários oficiais, vários sargentos das três forças armadas.

[FINAL DA FITA 4-A]

J.B. - Aí houve um incremento muito maior. Mas isso já depois da revolução, algum tempo depois da revolução, já no governo Médici. No governo Médici é que desenvolveu mais isso. Mas nesse meio tempo, nós tínhamos cursos mais ou menos preparados por nós vindos lá do Panamá. Fora isso, mais nenhuma informação eu tenho. E com relação ao Exército e à Marinha, eu não tenho qualquer informação a respeito onde fizeram curso.

João Paulo Moreira Burnier

Mas tenho certeza que na Marinha e no Exército, também tinha gente muito bem preparada. Porque aqueles serviços trabalharam maravilhosamente. Isso sem dizer, nem contar vantagem, o serviço de informações da Aeronáutica também trabalhou muito bem, em especial, quando da revolta do capitão Lamarca lá do Regimento de São Paulo, e da sua tentativa de localização e captura lá na área de Iguape. Mas foi uma pressão quase que militar aquilo lá. Foi uma caçada quase que militar. Ele conseguiu, fugir, furar o cerco e vir para a Bahia. Foi o nosso serviço de informações que rastreou sua ida de São Paulo para a Bahia. Porque nós instalamos, tínhamos comprado equipamento de rádio, equipamento de longa distância. Nós tínhamos preparado máquina fotográfica, escuta e tudo mais. Nós é que localizamos a ida dele para a Bahia. Ele veio para a Bahia, e foi através dessa informação que o Exército mandou outros oficiais à Bahia, e foi nessa orientação, nesse trabalho, que nós conseguimos localizá-lo na Bahia, e foi nessa ocasião que ele foi perseguido e morto por forças do Exército, por oficiais do Exército lá na Bahia em pleno campo lá.

C.C. - Brigadeiro, durante o seu curso no Forte Gulig, o senhor entrou em contato com outros oficiais de outros Exércitos latino-americanos? Caso sim, qual era a percepção que havia acerca da luta contra o comunismo, da tentativa do bloco comunista de penetrar na América Latina?

J.B. - Acontece o seguinte. Muita gente moça não sabe, porque não era na época nascida ou não tinha ainda capacidade de trabalho, de ação. Eram quase crianças, nascidos na época. Acontece que a memória do brasileiro vai se esvaindo, por causa da tendência da nossa mídia em desmoralizar tudo aquilo que aconteceu antes de 1964. Porque as escolas de jornalismo foram criadas, foram formadas por professores, por pessoas de esquerda, que dominaram totalmente o corpo docente nas escolas, formando uma enorme chusma de jornalismo que atualmente está em execução. E uma execução de um programa de apoio à área socialista. Um absurdo. Uma utopia como o comunismo internacional, criar capacidade de viver até hoje numa utopia que não há nem mais meios da pessoa entender como é que é possível. E nós não podemos entender, como é que é possível não compreender a falsidade que existe nessas teorias. Pois bem. Essas escolas de formação de jornalistas prepararam esses jornalistas de agora. Mas, naquela época, nós não tínhamos o jornalista comunista, mas tinha já uma infiltração muito grande, e esses homens todos começaram a trabalhar no sentido de desmoralizar as nossas preocupações. Mas a

preocupação era geral. Não era só no Brasil não. O Brasil era o alvo principal. O Komiform russo mandava verbas enormes para o Brasil, para o Partido Comunista aqui, para a infiltração aqui, para pagar curso e tudo. Na Bahia, eu me lembro muito bem, tinha um cabo que era do Correio Aéreo Nacional, que ficava justamente no campo de aviação, encarregado do correio. Esse homem era o chefe comunista dentro da força aérea daquela área. Esse homem é quem dava cursos. Vinham sargentos, oficiais de fora, para ter curso dentro da Bahia. Cursos que eram ininterruptos, continuados, em cujos currículos incluíam assuntos de relacionamento internacional, política e estratégia internacional, para cabos e sargentos. Com que finalidade isso? Só podia ser coisa subversiva mesmo. Porque não tinha outra saída. Não tinha outra desculpa, outra excusa. Pois bem. Não era só na Bahia, mas também no Rio de Janeiro. Cursos continuados. Cursos de três, quatro meses de preparação dessa gente toda. Quer dizer, isso o Brasil inteiro não sabe disso. Porque no governo Castelo Branco, depois dos inquéritos terminados, nada desses inquéritos foram até o fim. Todos eles caíram em prescrição judiciária, isto é, passaram-se os prazos e não foram a julgamento. Porque o general Castelo Branco queria fazer uma revolução democrática, uma revolução administrativa. Não é possível fazer revolução desse jeito. Quer dizer, a revolução a gente tem que agir, fazer, executar. E providenciar coisas para o futuro. E não foi feito nada disso. Quer dizer, nem os inquéritos que ele mandou abrir, nem os que ele autorizou a abrir, que o comando revolucionário autorizou a abrir, foram levados à Justiça. O inquérito de Santa Cruz tem páginas, pilhas de documentos, provas cabais, confissões completas. E ninguém foi obrigado a ser foragido. Com o AI-1, AI-2, o AI-3 não havia foragido de cassações, porque a Justiça paralisava tudo isso. Até no Judiciário Militar havia dois juízes-audidores, das Auditorias Militares da Aeronáutica, que eram dois irmãos, que eu não estou me lembrando do nome deles agora, esses homens eram muito ligados ao Eduardo Gomes, e esses homens eram totalmente ligados à parte esquerdista. O próprio grande advogado, esse Sobral Pinto, porque é um católico apostólico romano, esse homem defendia os comunistas de uma maneira terrível, esquecendo que o mal que esses homens estavam fazendo não merecia defesa de um homem justo como ele, um homem correto como ele. Bom, por outro lado nós tínhamos Justo Mendes de Moraes, que era um grande advogado, que atuava contra esses homens. Mas esse advogado, esse grande jurista, o Sobral Pinto, insistia em defender esses comunistas. Não é nada disso! Esses homens eram criminosos! Aqueles homens estavam preparando a destruição da sociedade brasileira! E mesmo assim ele defendia. Nós não nos conformávamos com isso. Bom, tudo isso que eu estou falando é para poder mostrar que a situação era muito séria. E quando

nós fomos fazer o curso de informações lá em Gulig, nós encontramos lá vários países sul-americanos. Argentina, Chile, Peru, Venezuela, México, praticamente todos os países das Américas. Do Paraguai tinha vários oficiais fazendo curso lá também. Depois da minha turma, outras turmas vieram. Todos sendo formados para preparar... e a idéia geral de todos eles é isso. O próprio coronel do Chile que estava fazendo curso lá comigo, ele estava preocupado com a situação do país dele. “O dia que eu voltar ao Chile, vai ser um problema, porque o presidente Frei é um Kerenski. Então isso vai ser um perigo quando eu voltar para lá. Porque eu vou querer combater esse homem e vão querer me mandar para a presidência da República. E vai ser um choque tremendo para mim.” E foi o que aconteceu. Ele voltou ao Chile, depois do Frei veio aquele outro, o Allende. Aí houve a deposição do Allende, porque ali a infiltração era tremenda. E o Chile é um dos países sul-americanos que tem mais alto nível educacional do povo. Eram os índios araucanos, que com a conquista espanhola, transformaram aquele país num país muito bem orientado, e a infiltração foi fundamental dentro da classe pobre, da classe média. Então o Chile estava sofrendo violentamente a influência também comunista lá dentro. E como ele, na Argentina era a mesma coisa. Com a entrada do Perón, com aquele negócio do peronismo, com aquele negócio da ligação do Perón, dos sindicatos com a polícia, carabineiros lá da Argentina, levou à posse do Perón em 1946, e foi uma coisa terrível. E a desmoralização quase completa da sociedade argentina. E foi aí que começou a haver o descalabro argentino violento. Bom, mas na Colômbia também havia isso. A Colômbia é mais metida com a parte do narcotráfico. Mas na Venezuela também a infiltração era muito grande. E havia muita corrupção. Mas a infiltração era muito grande também. No Peru também era muito grande a infiltração, principalmente no meio dos índios, na área dos mesclados com os índios lá no Peru. A população indígena lá também é muito grande. Bom, mas a relação mesmo com o pessoal dos países sul-americanos foi muito boa, porque todos eles pensavam ou estavam sofrendo a mesma situação que a nossa. Sendo que no Brasil a situação era pior. Que a situação no Brasil tinha sido muito mais grave, porque a infiltração entre 1961 e 1964 foi tão violenta, que por pouco que esse país nosso não cai na mão da área socialista. E isso é o que eu não perdôo a esses jornalistas e a esses políticos, que vivem atacando a Revolução de 64. Não é possível que esses homens, hoje em dia, com a idade de 60 anos, 50 anos, não se recordem, não tenham a coragem de reconhecer o que se passava em 1962, 1963, 1964 nesse país. Foi impressionante o perigo que correu esse país. E não admito como é que esses homens podem, hoje em dia, atacar a revolução, que foi realmente a única coisa que se pôde fazer nesse país, para evitar a queda desse país nas

mãos dos bolchevistas. Mas não tenham dúvida a respeito. Podem procurar toda a documentação a respeito, todos os pronunciamentos de todos os generais da época, de todos os civis da época, de todos os governadores da época, mesmo aqueles que inicialmente foram contra a Revolução de 64, todos eles posteriormente ao concordarem, todos eles concordaram que tinha que haver alguma coisa. Tinha que haver um basta naquela infiltração. Tinha que haver uma tentativa de segurar isso. E mais do que isso. Quando os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná e Ceará se reuniram aqui no Rio de Janeiro para fazer a escolha do futuro presidente, logo depois da revolução, lá pelo dia 5 de abril, nesta ocasião, todos eles achavam que tinha que ser feito algum tipo de legislação para autorizar o futuro presidente a execução de medidas saneadoras. Está muito bem. Porque este presidente, com a Constituição de 1946, era impossível governar o país. Era muito liberal. Então tinha que haver um ato, era o Ato nº 1 que saiu, para dar ao presidente que fosse eleito, no caso foi o Castelo Branco, dar a esse presidente o direito de modificar as coisas e fazer a cassação, a eliminação, a separação, a retirada de determinados políticos, de determinados civis dentro da administração brasileira, como também o afastamento dentro do meio militar, dentro das três forças armadas, de todos aqueles elementos que eram suspeitos e comprovadamente tinham ligações com o Partido Comunista ou com a área esquerdista. E isso foi feito logo após a revolução, antes mesmo da posse, quando houve o Ato Institucional no dia 9 de abril de 1964. Que foi feito e mandado colocar pelo chefe da revolução, pelos três ministros militares, que eram os três chefes da revolução, que eram o general Costa e Silva, o almirante Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo. Executaram o ato, promulgaram, e quem trabalhou nisso foram os juristas Carlos Medeiros e Francisco Campos. E secundado posteriormente pelo ministro da Justiça do Costa e Silva, o Gama e Silva. Mas o Gama e Silva apenas atualizou. Botou para executar. Porque os outros todos foram os que idealizaram, escreveram os atos todos, inclusive a apresentação ao governo. Bom, então as minhas ligações com eles era essa, muito boa, o curso foi muito bem dado, muito bem feito. Não tinha nenhuma idéia de engrandecer os Estados Unidos. A idéia era de combate realmente às idéias marxistas. Estávamos em plena época da Guerra Fria. Era colocar aqueles oficiais, aqueles homens que estavam lá e posteriormente sargentos também fizeram curso lá, mas o propósito era colocar aqueles homens todos dentro da idéia. Estudavam o que era o comunismo. O que era o socialismo. Socialismo não é como o pessoal de hoje em dia, que pensa que é assistente social. Não é. Socialismo é uma doutrina econômica dura, ditatorial, e só pode ser implantada no regime ditatorial. Porque

ninguém aceita trabalhar para os outros, sem ter pelo menos a recompensa da sua parte no trabalho. E é o que o capitalismo, o capitalismo liberal permite. Não o capitalismo selvagem, mas o capitalismo liberal permite. Bom, essas é que são as informações que eu tenho. O curso é muito bom, tanto na parte prática como na parte teórica. A parte teórica foi muito bem desenvolvida por professores de diversos lugares, americanos, espanhóis, de vários lugares e países do mundo. E parte prática de execução muito bem feita também, com exercícios práticos em todas as áreas. De informações e contra-informações. Foi um curso de seis meses muito bem feito e que me preparou muito bem para iniciar o meu serviço aqui no Rio de Janeiro, a criação do serviço de informações da Aeronáutica.

C.C. - Brigadeiro, quando o senhor começou a conspirar contra o governo João Goulart e quais as principais razões da conspiração?

J.B. - Com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, ocorreu que o vice-presidente deveria assumir. Houve, como eu já contei anteriormente, por parte das forças armadas, a recusa de dar posse ao vice-presidente. Houve a solução conciliatória por parte do Congresso de mudar o regime presidencialista para o regime parlamentarista. Com essa mudança, as forças armadas então aceitaram a vinda do Jango assumir a presidência da República, como presidente do regime parlamentarista. E veio a primeira nomeação do primeiro-ministro Tancredo Neves e em seguida, quatro outros primeiros ministros foram nomeados. Mas desde essa época, então começou praticamente e intensamente o trabalho nosso de nos reorganizarmos e nos agruparmos todos. Mas tínhamos um problema. No meio militar era mais ou menos aberto, porque a maioria, a quase totalidade da oficialidade das forças armadas era contra a permanência de Jango Goulart na presidência da República. Mas com o regime parlamentarista a coisa estava atenuada, e muitos companheiros já estavam aceitando a situação como estava. Entretanto, começou a recrudescer. Mesmo no regime parlamentarista, começou a recrudescer, porque o próprio presidente da República dava asas para isso, dava apoio a isso. Então, eu, inconformado com isso, comecei a trabalhar violentamente contra. E começamos a trabalhar e juntando companheiros da Aeronáutica, e falando dia e noite. E nós tínhamos vários amigos na companhia de aviação comercial, e conseguimos passagens de avião para viajar pelo Brasil todo. Por outro lado, no governo nessa época, os comunistas e os próprios sindicatos também estavam se movimentando contra. Então os informes e as informações vieram juntadas em reuniões que nós fazíamos, com o pessoal do Exército, da Marinha e da

Aeronáutica. E com isso nós começamos a fazer ligações com uma porção de companheiros. Eu, por exemplo, me liguei muito ao almirante Rademaker, da Marinha, que era capitão-de-mar-e-guerra e diretor da Ponta da Armação ali em Niterói. Foi das mãos dele que eu recebi pela primeira vez um fuzil FN da Marinha, para servir de modelo sobre o qual nós íamos construir lançadores de granadas de mão e as granadas que iam ser lançadas por esse fuzil. O almirante Rademaker, numa manobra interessante, numa visita que eu fiz a ele lá, com a minha família e tudo, ele foi ao banheiro do gabinete dele e passou pela janela um fuzil para mim, e eu botei dentro do carro e trouxe para o Rio, e comecei a trabalhar nesse fuzil para poder preparar o bocal, o bocal para lançamento de granada, e posteriormente, a fabricação dessas granadas. E aí começamos a trabalhar. Você vê que desde muito antes de 1964, nós começamos a trabalhar. Porque realmente o que nós fizemos foi uma coisa enorme. Mas tínhamos que ter apoio financeiro. E um dos apoios financeiros veio do governador de São Paulo. O governador Ademar de Barros começou a nos ceder verbas para poder agir, para poder construir material. Nós fizemos ligação com o dono da firma Paraíba, ali no Vale do Paraíba, a firma de fabricação de armamento. Era a firma que fabricava os foguetes de aviação para a Força Aérea Brasileira do Grupo de Caça. Era um húngaro e o filho dele. Eram os donos daquela fábrica. E lá tinham dois coronéis, um do Exército e um da Aeronáutica, Coelho Magalhães, que era da Aeronáutica, que trabalhava dentro dessa fábrica. E essa fábrica é que fabricava os foguetes para os aviões de combate Gloster e as cabeças de combate. Porque o foguete tem um tubo comprido e na ponta tem uma cabeça de combate. É uma cabeça de forma cônica, com material explosivo de forma cônica, que batendo na couraça do carro de combate ou na couraça de qualquer navio, mas principalmente do carro de combate, ela concentra o fogo ali, fura, entra e explode dentro do carro de combate. Então nós tínhamos que ter essas coisas. Mas acontece que a única unidade que tinha esse equipamento, esse material, eram os Gloster de Santa Cruz. Então nós conseguimos convencer o húngaro, o dono da firma, a nos dar, a retirar esse material de Santa Cruz como se estivesse em deficiência, com defeito. Ele recolhia isso para a casa dele para reparar e nos entregava através do Coelho Magalhães, coronel Coelho Magalhães, aqui no Rio de Janeiro na esplanada do Castelo. Não tinha edifício, nada, era uma esplanada grande, ficavam milhares de automóveis parados ali. Então nessa ocasião, eles passaram para mim os armamentos. Eu passava os armamentos para o meu carro, meu carro era um carro americano, um velho, muito grande; então esse carro recebia todo esse material atrás e era levado para a minha casa, e para outros depósitos em casas de pessoas aqui na área aqui de Botafogo. E aí nós

mudávamos completamente. A tomada do foguete era com um pino, como se usa hoje em dia para rádio, aquele pino não tinha no Brasil. Nós trocamos aquele pino por um pino desses comuns de eletricidade normal. De dois pinos. Fazíamos essa mudança na fazenda do doutor Luis Mendes de Moraes lá em Teresópolis, e por aí foi feito e foi fazendo. Levava-se numa kombi, tudo escondido, e começamos a fabricar o tripé, tripé de lançamento. Fazíamos esse tripé, e dentro desse tripé tinha uma caixa com quatro faces. Essas quatro faces, cada uma delas pegava um foguete. Então se colocava no jipe e tinha um lançador de foguetes terrestre. Mas como o foguete sai com uma velocidade inicial muito grande no avião, pela própria velocidade do avião, mas no chão tinha que ser o próprio impulso. Tinha que aumentar a carga de ejeção para ele dar a saída pelo menos reta. E a cabeça de combate da frente iria fazer o estrago depois quando chegasse no alvo. Mas o importante era aumentar a carga de projeção do foguete, para ele poder sair em direção reta, para o tiro ser tiro tenso. E nessas minhas experiências depois de preparar o foguete, dos foguetes já preparados, levávamos lá para a praia de Macaé, e lá numa praia em frente ao Forte, muito longe, uns cinco quilômetros de distância, três ou quatro quilômetros de distância do Forte de Marechal Hermes que tinha lá, e que era do comando do major do Exército de origem esquerdista também, nós fizemos o treinamento na praia. E conseguimos constatar que o tiro ia ser reto até seiscentos, quinhentos metros reto, reto, reto. Então sabíamos que podíamos lançar isso a uma distância de cem, 50 metros na cidade e que ia ter resultados espetaculares. Esse armamento era feito aqui em várias funilarias, e em casas que trabalham com metais, aqui no subúrbio aqui do Rio, em Bonsucesso, em Olaria e em serralherias. Então nas serralherias nós fabricávamos os suportes, os trilhos, e também toda a parte elétrica. Fabricávamos, posteriormente; tudo pronto, colocávamos a parte elétrica, o reostato, um, dois, três ou quatro tiros ao mesmo tempo, direto, um tiro, dois tiros, três ou quatro tiros. Então nós fizemos essa experiência lá em Macaé, treinamos isso, fomos lá eu, meu irmão, o coronel Fortunato, tenente-coronel do Exército Fortunato, que também era de artilharia. Nós preparamos tudo isso e começamos a preparar e a armazenar isso tudo na minha casa...

M.A. - Quem pagava a fabricação desse armamento?

J.B. - Esse dinheiro era tirado do governador Ademar de Barros, que nos dava esse dinheiro. Depois que eu consegui o concordo do húngaro que era dono da fábrica Paraíba, eu fui a São Paulo e peitei o governador Ademar de Barros. Ele topou. Então ele me dava

todos os meses cerca de quatro a cinco milhões de cruzeiros, não sei se era cruzeiro ou cruzado, não me lembro qual era a moeda naquela época, mas eram quatro milhões mais ou menos aproximado. Então com esse dinheiro nós pegávamos, dávamos ao húngaro, porque o húngaro tirava esse armamento de Santa Cruz como se estivesse quebrado, estragado, com defeito, e nos entregava. Então ele não podia, ele teria que devolver um outro novo, mas não entregava. Nós pedíamos a ele para não entregar nenhum. Então tiramos todos os foguetes de Santa Cruz, inclusive desarmamos completamente os grupos de caça, e todos os foguetes vieram para nós, para mim, e eu mandava para a força pública de São Paulo também. Eu também construí aqui no Rio nove lançadores de foguete para mim e nove lançadores de foguete para a Força Pública de São Paulo. E esses lançadores de foguete eram fabricados para poder atender o combate contra os carros de combate do Exército que por acaso estivessem contra nós. Porque nós tínhamos informações, por exemplo, que o Rec Mec de Campinho, os sargentos, como na realidade aconteceu, eram favoráveis a João Goulart. Enquanto o comandante era a nosso favor. E o que aconteceu? Os carros saíram desse Campinho, vieram para o Exército, mas chegaram aqui, mudaram de opinião e ficaram do nosso lado, graças a Deus. Inclusive os três que foram para o palácio Guanabara, e que depois passaram para o nosso lado. Bom, mas acontece que essa manobra de fabricação estava sendo feita toda escondida, fazia uma parte num lugar, outra parte em outro lugar e outra parte em outro lugar. Além disso, fabricamos também granada tipo alemã, mas para bocal de lançamento para fuzil da Marinha, que o almirante Rademaker tinha me dado, bocal de lançamento, botava aquela boca no fuzil, e com o cartucho de festim reforçado, era lançado “pum”, e ia a uma altura de cem metros a granada de mão para atingir o inimigo. Ou então jogava com a própria mão com uma distância de 20, 30 metros, era a granada peteca. Nós chamávamos de peteca realmente. Pois bem, com esse bocal VB aconteceu um fato interessante, que na hora de fabricar o bocal, nós chegamos em três lugares diferentes, mas mesmo assim, a base foi feita num determinado lugar, que o engenheiro era francês: “Isso aí é o quê?” “Isso é um eixo para o motor de lancha que nós estamos fazendo. Tentando criar aqui um motor de lancha, porque aqui no Brasil não tem motor de lancha. Tudo é estrangeiro. Bom, ele disse: “Interessante, mas isso se parece muito com a base do bocal VB francês”. E era exatamente isso. Quase que ele descobriu, porque era exatamente copia do bocal VB francês.... Nós demos o plano para ele, e ele estava fabricando, e ele sem querer estava localizando a coisa. Mas não sabia de nada. Fabricou aquelas peças, juntamos com o outro, soldamos no outro, então o bocal do outro estava pronto. Tudo isso nós estávamos preparando, que nós estávamos

preparados ou para tomar Santa Cruz ou para defender o palácio Guanabara. Que o nosso grupo, que era o grupo da revolução que eu fazia, que eu era o chefe, o líder, nós tínhamos muitos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, divididos em 33 grupos. Cada grupo tinha três oficiais. Bom, e aumentaram esses grupos com adesões depois de civis e de outras pessoas quaisquer, mas sob o comando desses três oficiais em cada grupinho desse. E nós fizemos o plano de defesa do Guanabara, com sede na Escola Anne Frank, e também para poder dali irradiar a defesa e fazer todo o conjunto de defesa, que nós tínhamos contato com o secretário de Segurança, que era o coronel Gustavo Borges, nosso amigo e colega de turma, e fizemos o plano de defesa do palácio Guanabara, que posteriormente eu posso contar. Mas, no momento, o que eu queria me referir é a questão da necessidade da conspiração contra João Goulart. Então tudo isso foi fabricado às escondidas – para os senhores verem a deficiência do serviço que eu falei anteriormente. Os serviços de informações eram tão fracos, que não localizaram, em nenhum momento, essa nova atividade. E não foi pouca. Foi bem elevada, bem grande. Fizemos 18 lançadores de foguetes, recebemos cerca de trezentos foguetes da fábrica de Paraíba, trezentas cabeças de combate, umas 50 cabeças de treinamento, para poder treinar antes, fazer, tanto para a Força Pública de São Paulo como para nós, que fizemos aqui em Macaé. Tudo isso foi feito utilizando só o pessoal, meus familiares, companheiros do Exército, companheiros da Aeronáutica, na casa de campo do doutor Mendes de Moraes lá em cima em Friburgo, e também era levado tudo e entregue à Força Pública de São Paulo, na fronteira do estado do Rio de Janeiro com o estado de São Paulo, à Brigada de São Paulo, à Força Pública de São Paulo. Bom, essa conspiração durou cerca de um ano e meio, e quando eclodiu em 1964, nós estávamos preparados realmente para defender. Porque é preciso lembrar também que essa conspiração tinha que ser feita, porque nós não esperávamos nenhuma capacidade de defesa por parte da força pública do Rio de Janeiro. A Polícia Militar do Rio de Janeiro estava fraquíssima. Que tinha havido a criação de Brasília, e toda força pública tinha optado, quer dizer, o pessoal, os oficiais, os sargentos e os cabos antigos permanentes da força pública do Rio de Janeiro, tinham optado ir para Brasília. E tinha ficado aqui no Rio um núcleo muito pequeno. E todo o pessoal novo que chegou, recrutas novos, e oficiais e sargentos novos que começaram a ser formados aqui para a força pública aqui do Rio de Janeiro, eram todos inexperientes. Então o primeiro tiro que houvesse no Rio, ia correr todo mundo. Então esse pessoal não podia oferecer segurança. Então no nosso plano essa força pública ficaria por fora do nosso cerco, da nossa área de defesa, e por dentro ficaria meu grupo azul e branco com 33 grupinhos em

volta, desde o palácio Laranjeiras, isolando o palácio Laranjeiras da área do largo do Machado, a área da praça São Salvador, toda aquela rua até a rua Alice, que ligava Laranjeiras à Tijuca. Nós tínhamos defesa em tudo isso aqui, fechado tudo aqui, e aqui no palácio Guanabara, onde tinha o corte, onde tem agora a Universidade Santa Úrsula. Ali naquele corte, seria fechado também. Então fechamos aquilo tudo, a rua Paissandu, largo do Machado, tudo. Todas as ruas que davam acesso a tudo isso aí, estava tudo fechado por esses 33 grupos. E cada um deles com a defesa do lança-foguetes em cima de jipes. Esses jipes foram recebidos por nós, de presente, da FIESP de São Paulo, que nos mandou nove jipes e foram guardados em casas de senhoras e amigos aqui na área de Botafogo. Tudo dentro da nossa área de cerco. Então, quem tinha uma garagem e era do nosso grupo, guardava esse jipe e mantinha a bateria do jipe e o jipe funcionando dia e noite. Jipes novinhos. Então alguns dias antes da revolta de 1964, nós montamos os tripés nos jipes, já estavam preparados, foi só colocar, aparafusar, estava pronto o tripé, levamos a munição para lá, e essa munição colocada. Você vê que ainda fizemos isso na cara de todo mundo, a polícia não descobriu nada. Porque, no Rio de Janeiro, a própria segurança era o Gustavo Borges, que estava do nosso lado. O Gustavo mandou botar os caminhões de lixo em todos os lugares que nós marcamos, para fechar e barrar qualquer entrada nessas ruas que davam acesso ao palácio Guanabara. Fizemos estação de rádio, fizemos nossa sede de defesa na Escola Anne Frank, que eu pedi ao Carlos Lacerda para desocupar, mandar a diretora desocupar a Escola Anne Frank, e lá na Escola Anne Frank nós fizemos nosso núcleo, Centro de Comando do Estado-Maior. Ali recebíamos todo o pessoal, e ali, com essas granadas, com esses lança-foguetes e mais as dinamites que tinha trazido de Belo Horizonte, na véspera, dia 29 e dia 30 tinham vindo de Belo Horizonte, e logo que se instalou lá o general Guedes, resolveu tomar Belo Horizonte e ocupar os postos de gasolina de Minas, eu saí de Belo Horizonte com meu automóvel, com a caminhonete, trazendo caixas enormes de granada...

[FINAL DA FITA 4-B]

J.B. - (...) bastante dinamite gelatinosa, viemos pela estrada, paramos em Juiz de Fora, avisei ao ajudante de ordens do general Mourão de que a revolução já tinha estourado, que o governador de Minas ia fazer um pronunciamento à tarde. Ele saiu, foi avisar o Mourão lá em São João del Rey, e prossegui para o Rio. Cheguei aqui no Rio, soltei o alarme, quer dizer, o alarme para todos os companheiros. Nós tínhamos uma rede, um avisava para três.

João Paulo Moreira Burnier

Cada um desses avisava mais três. E três mais três. E assim os 33 juntos foram chamados e se reuniram na base, perto da Sears, e no palácio Guanabara e, posteriormente, na Escola Anne Frank. Lá, cada um deles recebia granada de gás dada pelo Secretário de Segurança, três granadas de gás lacrimogêneo que o Borges nos dava, e três dinamites dobradas assim. Ah, espoleta de dinamite também fabricamos aqui, espoleta de dinamite. Espoleta para granada de mão. Nós fabricamos aqui também nessas serralherias, fabricamos as espoletas com aquela carguinha de explosivo, colocávamos, dobrávamos, tinha um coronel do Exército que passava o dia inteiro e a noite inteira enrolando aquela banana de dinamite. Então cada um recebia, cada homem desse, cada chefe de grupo e os dois auxiliares recebiam três granadas de gás, três granadas de dinamite para explodir, uma peteca e os lança-foguetes. E esses jipes, cada um tinha uma tripulação específica. Rua Paissandu, rua Alice, rua Farani, não é? Rua que vem para aqui para Botafogo. E cada um desses lugares, em cada esquina, atrás de cada árvore ficava o jipe parado com trilho apontado para cruzar a rua. Então qualquer carro de combate que atravessasse, levaria o tiro direto. Não havia como se defender disso. E o gás lacrimogêneo jogado de cima dos edifícios no chão, nos carros de combate do Exército. Nós sabíamos que os carros de combate têm uma aspiração para ar condicionado lá dentro, entra o ar puxado por baixo, esse ar chega. Mas os tripulantes não têm máscara contra gases. Então todos eles iam começar a chorar e não iam poder dirigir mais. Iam jogar essa granada de gás na rua, e iam aspirar aquilo e não iam conseguir trabalhar com a máquina. Bom, então nós preparamos dessa maneira a defesa do palácio Guanabara. E isso foi eficazmente feito. Mas tudo seria feito até duas horas da manhã. Duas horas da manhã, com o contato que nós tínhamos com a força pára-quedista, que tinha sido tomada na véspera pelo general Muniz Aragão, nós esperamos que ela viesse nos substituir a partir de três horas da manhã, para nos substituir, porque a nossa força era de oficiais tudo a civil, com lenços azul e branco no pescoço, a única coisa de identificação, não tem mais, mas que com o clarear do dia, seria identificado facilmente. Então a tropa pára-quedista viria pela rua Alice, por cima, se identificaria, entraria e substituiria nós todos na defesa real, a defesa do palácio Guanabara em que o Carlos Lacerda estava fazendo a reunião, a defesa central, e mais, tinha instalado lá, por ordem do Gustavo Borges, a grande estação de rádio que deu o pronunciamento do Carlos Lacerda e as comunicações que ele fazia continuamente contra o governo Goulart. Não é isso? E mais: a proximidade desse palácio com o palácio das Laranjeiras era muito grande, então quiseram barrar fortemente essa passagem, para evitar que os fuzileiros navais de lá rompessem a barreira dos soldadinhos da Polícia Militar, que eram fraquíssimos, era tudo

recruta, e posteriormente se chocaria com a nossa linha de defesa, que eram os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com mais três, quatro. Tinha grupo que chegou lá a ter 15 civis adeptos. Então esses grupos eram criados, eram juntados, então uma coisa inicial que foram cerca de cem homens, passou no final, quando terminou a revolta, a ter mais de trezentos nesses 33 grupos. Além disso, tinha um grupo de número 33, que era da Escola do Estado-Maior do Exército, formado por oficiais, só por oficiais da ECEME. Eram homens que agiam diretamente fora, para prender os líderes do Grupo dos Onze e o sindicato dos estivadores. Começaram a fazer uma limpeza geral na cidade. Essa conspiração foi durando um ano e tanto, e deflagrada dessa maneira final, e tudo isso foi feito em contato sempre com o grupo do general Costa e Silva, grupo do general Sizen Sarmento, grupo do almirante Rademaker, do almirante Pena Boto e principalmente do Heck. Na Aeronáutica tinha o brigadeiro Moss, tinha o grupo do brigadeiro Márcio, tinha um grupinho que ficava junto do brigadeiro Francisco de Melo, que ficou chefe da revolução, mas não tinha, efetivamente, um grupo organizado antes. Mas, organizado grupo antes e ativo era do brigadeiro Moss, o brigadeiro Muniz e o brigadeiro Márcio. Eram três emes da Aeronáutica. Muniz, Moss e Márcio. Esses três brigadeiros, maiores brigadeiros é que tomavam parte, que faziam a conspiração, que tinham junto a eles vários oficiais, coronéis, tenentes-coronéis, capitães, tenentes, para fazer essas ligações e os contatos entre nós. E junto com eles, e ligados com o Exército e com a Marinha. Essa foi a conspiração que nós fizemos e a defesa que nós fizemos aqui no Rio de Janeiro. Agora, além disso, eu tinha contatos muito grandes com Minas Gerais, com o coronel José Geraldo, que era o comandante da Polícia Militar de Minas, o general Bragança, que era oficial da reserva do Exército e era o chefe de toda a reserva do Exército lá em Minas Gerais, e em Pernambuco com vários usineiros a quem eu enviei várias vezes armas e munições compradas aqui de contrabandistas, aqui no Rio de Janeiro. Eram metralhadoras todas tchecas, metralhadora ponto 30 que eu mandei para eles, dentro de caminhões de transporte de fazenda, esses rolos de fazenda, então nós metíamos as metralhadoras, metíamos a munição lá para dentro e enfiava num caminhão que ia nos escoltar para Recife, para Pernambuco, para os núcleos de ataque ou de revolucionários lá da área civil lá do Nordeste. Em São Paulo nós tínhamos contatos com vários oficiais, inclusive com comandantes de batalhões lá de São Paulo, Caçapava também. E em São Paulo, principalmente com a Brigada Militar (Força Pública) de São Paulo, que eram cerca de 50 mil homens, mas muito pouco armamento. Então fui obrigado a fazer importação, até contrabando num avião Constellation trazendo milhares de cartuchos de infantaria, porque

a força pública de São Paulo não tinha munição nem para um dia de combate. Nem meio dia, nem dez horas de tiro. Então nós tivemos que fazer contrabando de munição pago. Dinheiro para trazer munição dos Estados Unidos para chegar aqui depois. Mas não do governo americano não, era contrabando mesmo de armas, de munição. E trouxemos para dentro sabe de quem, das fazendas daquele rei do café, numa fazenda ali perto de Sorocaba. Bom, então, nós tínhamos em São Paulo, além da brigada, o contato com o pessoal da FIESP e, principalmente, com esse dono da fábrica Paraíba, e também com o rei do café que é o Senhor Lunardelli. E, autorizado por ele, nós utilizamos as fazendas dele desde Mato Grosso até São Paulo, até Sorocaba, onde chegou o último avião, trazendo armamento e munição que nós trouxemos de contrabando dos Estados Unidos. Também no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, nós tivemos contatos com vários oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica, da reserva, da ativa, mas escondido também, só contato telefônico, nós tínhamos ligações telefônicas quase que diariamente para eles, denunciando o que estava acontecendo no Rio, enfim, fazendo a divulgação de informações, de informes que existiam, que chegavam para nós daquilo que estava acontecendo, as mudanças das medidas que o governo fazia para tentar impedir a progressão da nossa conspiração, mas ao mesmo tempo a nossa conspiração prosseguia através dos mesmos contatos. No Rio Grande do Sul nós tínhamos o coronel Breno Olinto Outeiral, que estava aleijado em casa, mas era uma cabeça prodigiosa e tremendamente patriota. Também havia o capitão médico Carlos Maia de Assis, que era também outro grande patriota, homem corajoso. Esses homens serviram de ponte de ligação com vários civis, advogados, e pessoas da confiança, da própria brigada do Rio Grande do Sul, mas principalmente do pessoal do Exército e o pessoal da fronteira, porque esse pessoal todo estava desterrado lá em circunscrições militares. Mas o pessoal da cavalaria estava no comando das unidades. E por aí foram feitos os contatos. Havia lá o perigo do Brizola. Então nós tínhamos que neutralizar muito o Brizola. Mas mesmo assim conseguimos com bastante trabalho e bastante elementos de ligação lá. E, posteriormente, quando se for descrever a Revolução de 64, vai se ver que houve realmente uma coisa muito séria, que foi a tentativa do Brizola de organizar o Grupo dos Onze lá no Sul, quando João Goulart se deslocou para lá, e poder fazer a reação contra a revolução. Mas não conseguiu êxito, ficou desmoralizado, e acabou tendo que se submeter à força militar do general comandante do III Exército, que assumiu todo o controle do Rio Grande do Sul. Bom, o que a gente estava falando mais? Eu queria fazer uma retificação. É que eu esqueci de falar na grande figura do coronel Canavó, ex-comandante da Força Pública de São Paulo. Foi com este homem que eu iniciei todos os

contatos com a Força Pública de São Paulo. E através dele e do comandante do Regimento de cavalaria, que fica ali perto da Estação da Luz, que recebeu meus lança-foguetes e os foguetes, esse homem eu quero fazer essa homenagem especial, porque esse homem foi um dos principais articuladores da revolução em São Paulo. E mais, da entrada total da Força Pública de São Paulo nessa manobra, nessa operação. E lembrar também um fato interessante. O general Carlos Luiz Guedes, comandante da Região Militar de Belo Horizonte, antecipando-se aos pronunciamentos do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e do general Mourão Filho, ocupou, já na noite de 30 de março, todos os postos de gasolina da região de Belo Horizonte, colocou toda a tropa na rua, deflagrando o movimento de 1964, iniciando realmente a rebelião dos estados contra a presidência da República, contra o governo do senhor João Goulart. Tanto assim que eu saí da noite de 30, saí de Belo Horizonte, já trazendo dentro da caminhonete que eu vinha vindo, dirigindo, junto comigo o capitão aviador Washington Amud Mascarenhas e mais um civil, nós vínhamos trazendo caixa de dinamite para ser usada no Rio de Janeiro, na nossa defesa que nós estávamos preparando aqui no Rio de Janeiro, no nosso grupo azul e branco. Agora, no caminho, passamos em Juiz de Fora e aí falei com o ajudante de ordem do general Mourão, que lá em Belo Horizonte já havia sido tomadas essas providências pelo general Guedes, e que ele avisasse ao chefe dele, o general Mourão, que estava em São João del Rey nas festividades lá da escola. E vim para o Rio de Janeiro, e aqui no Rio deflagrei todo o esquema de defesa do palácio Guanabara, depois de ter um contato pessoal na minha casa com três oficiais de Santa Cruz, que acharam mais prudente em vez de atacar Santa Cruz com meu grupo azul e branco, eu fizesse a defesa do Guanabara, porque lá em Santa Cruz se responsabilizavam que o Rui Moreira Lima não iria utilizar aqueles aviões de maneira alguma. A defesa de Santa Cruz seria por eles anulada, porque eles tinham capacidade de dirigir todos os restantes dos oficiais de Santa Cruz. Então, tranqüilizado com relação à Santa Cruz, eu falei com o Gustavo Borges e joguei segundo a minha segunda opção, que era a defesa do palácio Guanabara, baseada na Escola Anne Frank, como eu declarei anteriormente. E aí foi feito todo o plano, e neste plano também estava incluído o Secretário de Saúde, que preparou com antecipação de seis meses os hospitais da área interno a esse círculo que nós fizemos em volta do palácio Guanabara, todos os hospitais, para serem hospitais de sangue, isto é, hospitais que se houvesse feridos, eles tivessem condições de poder atender esse pessoal que tivesse ferido lá. Então essa é que é a retificação que eu queria fazer, a complementação que eu queria fazer sobre a pergunta anterior. Então agora estou à sua disposição.

C.C. - Brigadeiro, eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre a coordenação desse movimento de conspiração. E se o senhor vê esse movimento mais como núcleos independentes de conspiradores, como se fossem ilhas de conspiração ou se havia um comando centralizado, ou em que momento passou a haver uma ligação mais direta para combinar datas e ações.

J.B. - Bom, o que eu sei, os que estavam mais ligados entre si, eram os grupos do Exército, embora fossem formados por oficiais gerais que não tinham muitas ligações entre eles. Por exemplo, o general Castelo Branco não queria conspirar. Não queria conspirar, não conspirava e se recusava a tomar parte ativa. Ele tinha sido legalista a vida toda, e tinha essa desculpa. Mas o general Costa e Silva chefiava realmente um grupo muito grande, do qual fazia parte dele o general Jaime Portela e o coronel Andreazza. Que eram os homens mais ligados a nós. Mas no grupo do Castelo Branco, que era chamado grupo da Sorbonne, esse grupo tinha muita ligação com o general Golberi do Couto e Silva, de quem eu tinha me desiludido completamente quando propus a ele uma unificação e uma conspiração de grande porte. O general Golberi me desencantou, inclusive denunciou a nós como tendo conspirado. Foi uma época, uma fase em que nós ficamos muito preocupados, porque o general Golberi foi desacatado por mim na ocasião, na casa dele, inclusive do mesmo padrão que eu, mesmo posto que eu, ele era coronel e eu era tenente-coronel, porque eu disse na cara dele: “General Golberi, é a última vez que eu venho à casa, porque eu não acredito que o senhor queira fazer revolução. O senhor quer fazer um acordo. O senhor quer fazer um ajuste, e eu não posso acreditar que haja possibilidade desse ajuste. Então eu, tenente-coronel aviador João Paulo Moreira Burnier, não aceito fazer mais ligação com o senhor. Vou me ligar com outros grupos do Exército, com outros oficiais do Exército, com quem eu já tenho contato, mas com o senhor acabou completamente qualquer ligação. Porque acredito que o senhor esteja querendo praticamente ficar na tona como uma rolha para amanhã tomar parte da direção desse país.” E me retirei da casa dele bastante aborrecido e fui procurar o Juca Burro, que era filho do Dutra: o Ulhoa Cintra. Fiz ligação com ele, excelente caráter, excepcional, e fizemos ligações com ele e com os grupos que ele também comandou.

C.C. - Quem era o grupo do Golberi?

J.B. - Era o grupo que posteriormente levou o Castelo Branco à direção.

C.C. - Geisel...

J.B. - Geisel nunca foi de revolução. Nem o Orlando nem o Ernesto Geisel. Tanto que houve incidentes seríssimos, quando da vitória inicial, dia 1º ou 2 de abril, quando o general Orlando Geisel estava na Vila Militar e o general Costa e Silva nomeou para várias unidades da Vila Militar outros oficiais, e lá ele não quis dar posse a esses oficiais. Houve um incidente muito sério entre os dois, e o general Costa e Silva demitiu do comando da Vila Militar. O general Geisel teve um quiprocó muito sério com o general Sizeno, que era um baluarte do general Costa e Silva. O general Sizeno realmente era uma capacidade de trabalho muito grande e um elemento excepcional na revolução, e um homem que congregava, tinha em torno de si a maioria dos oficiais revolucionários do Exército. Era um homem que era querido por todos, e quase foi ele escolhido presidente da República em vez de Médici. E perdeu essa possibilidade, essa oportunidade, porque na ocasião da votação para escolher de novo, para substituir o general Costa e Silva, entrou o general Médici. Por quê? Porque o general Sizeno Sarmiento tinha problemas familiares. Que eu não desejo transcrever aqui nem declarar, mas com isso criou no meio dos oficiais gerais, que escolheram o general Médici para presidente da República em detrimento do general que era do Nordeste, o Albuquerque Lima. O general Médici foi escolhido. Mas quem iria ganhar tranqüilamente era o general Sizeno. Mas era um excelente oficial, era um homem que toda a oficialidade do Brasil tinha confiança. Esse homem, se tivesse sido escolhido no lugar do general Médici, eu acho que esse país teria ganhado muito com essa decisão. Mas, infelizmente, na ocasião, foi escolhido o general Médici. Bom, mas voltando ao fato da época, esses grupos todos, principalmente os da Aeronáutica, que se ligavam ao brigadeiro Moss e ao brigadeiro Márcio, nós tínhamos ligações com eles, mas eram totalmente independentes. Tanto que quando eu resolvi tomar a defesa do palácio Guanabara, eu não consultei ninguém, eu resolvi fazer e fiz. Comuniquei ao governador Carlos Lacerda e ocupei a área, e saí para a rua para valer. Na mesma hora não havia decisão nenhuma e eu tomei e ocupei a área. Outros oficiais, outras ligações de oficiais em outras áreas tiveram atitudes muito boas também. Mas acontece que, no Rio de Janeiro, a atitude do azul e branco foi decisiva para obrigar ao senhor João Goulart a se retirar do Rio de Janeiro. Porque ele não deu chance nenhuma que os fuzileiros navais, que estavam defendendo o palácio das Laranjeiras, se deslocassem contra o palácio Guanabara. Que nós

resolvemos isolar e isolamos realmente a área. Bom, agora, além disso na Marinha havia no Clube Naval... Começaram a se reunir vários almirantes. Mas os almirantes principais que tomaram parte na Marinha foram o almirante Heck e o almirante Rademaker, que também por suas influências pessoais gruparam grande quantidade de oficiais de Marinha. E na época, os oficiais de Marinha, principalmente os da Esquadra, que tinham sido ligados ao almirante Pena Boto, estavam bastante perturbados por causa das revoltas que estavam havendo dentro de cada unidade da Marinha. Houve unidades em que os marinheiros jogaram borda afora vários oficiais, uma espécie de repetição daquilo que houve na Rússia, na revolta do encouraçado Potenkin. Então na Marinha a revolta começou a ficar muito pesada, mas não havia um grande controle da oficialidade sobre a Marinha ou sobre os sargentos e os cabos de Marinha. E mais, os fuzileiros navais estavam na mão do almirante Aragão, embora houvesse lá um capitão-de-mar-e-guerra, que posteriormente foi comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, que foi ao Corpo de Fuzileiros Navais. O Aragão fugiu, e assumiram o comando lá. Mas mesmo assim o Corpo de Fuzileiros Navais ficou praticamente sem ação. Porque estava sendo dominado pelo Aragão, tinha tido muita revolta e não tinha ação de comando, não tinha unidade de ação. Então, por isso, o Corpo de Fuzileiros Navais ficou praticamente paralisado dentro da Ilha das Cobras. E na defesa das instalações da Marinha, muito deficientes, e tão deficientes que os almirantes depois assumiram o Ministério da Marinha, indo pessoalmente a pé, e assumiram o gabinete do ministro da Marinha. O almirante Rademaker, aqueles todos que eram as “irmãs Diones”: Rademaker, Cavalcante, Heck e tinha mais dois. Tinha mais dois também, mas não há meio de eu lembrar agora.

M.A. - Eram cinco, não é?

J.B. - Eram cinco.

C.C. - Por que “irmãs Diones”?

J.B. - É porque era apelido que se usava naquela época por causa das cinco gêmeas nos Estados Unidos. Todos eles pensavam da mesma maneira, todos eles eram do mesmo jeito. Então esses homens assumiram o Ministério da Marinha e começaram a comandar. Teve um boato uma hora lá, um boato dia 3, se não me engano, de abril, de que ia haver uma noite de São Bartolomeu, que o pessoal do clube dos Onze ia reagir, ia fazer isso e fazer

aquilo outro, tanto que botaram os navios para se movimentar dentro da Baía de Guanabara para poderem atirar em qualquer direção em defesa e apoio às forças terrestres. Mas não houve nada disso, foi tudo boato. Não aconteceu nada. Eles se acovardaram completamente. E posteriormente nós sabemos que o que aconteceu na Aeronáutica é a prova disso. O brigadeiro Teixeira, que era o comandante da 3ª Zona Aérea, que era comunista declarado e conhecido, reuniu na base aérea do Galeão os comandantes da base de Santa Cruz e outros, e nessa reunião com os comandantes foi o brigadeiro Válder Bastos o ministro da Aeronáutica, Anísio Botelho, também estava lá, o gago, e no jantar à noite, o brigadeiro Teixeira, o Ricardo Nicol e vários outros comunas estavam lá. O irmão dele também, o primo dele também, todos eles estavam lá... O Monteiro, o Faruk, estavam todos eles lá. Aí, nessa reunião, o coronel Rui Moreira Lima queria propor começar a ação de defesa, de reação, na base de Santa Cruz. Ele disse: “Negativo. Nós estamos completamente sem capacidade. São Paulo já aderiu também. É uma situação que não é possível controlar mais.” E o general Nicol, o coronel Nicol, que não estava nessa reunião, estava vindo da Europa para cá num avião do Correio, estava em Recife, falou no telefone para cá para o Rio. E o Teixeira então resolveu propor o seguinte: “Bom, já que nós estamos sem condições de reação, eu prefiro perder os anéis a perder os dedos. Então, recomendo a vocês que não haja reação e que entreguem pacificamente todas as unidades.” Então os oficiais se retiraram, foram se apresentar às unidades deles, posteriormente foram todos presos, e o próprio brigadeiro Teixeira também foi preso posteriormente, e todos eles posteriormente foram cassados pela revolução e foram alijados da Força Aérea pelo Ato Institucional nº 1, ato da revolução. Bom, mas esses grupos todos tinham uma orientação geral, não eram grupos centrais, exceto no Exército que tinha um grupo central que era do Costa e Silva. Esse grupo realmente é que manobrou todos os outros grupos e fez ligações com todas as unidades do Exército, todos os outros QG do Exército, e foi obtendo, inicialmente no próprio Ministério do Exército, no nono andar, mas posteriormente dentro de um na cidade. Porque todos esses grupos de oficiais tinham um, dois e três, e ficavam os oficiais revolucionários localizados em ligação telefônica, faziam os contatos e faziam as ligações que eles queriam. E através do major do Exército que era o Brito, que era o chefe das Comunicações do Ministério do Exército do Rio. Esse homem foi fundamental para eles para fazer ligações com as unidades do Rio de Janeiro. Lá em cima no Ministério do Exército tem uma sala, que é a sala de rádio, e é fechada e os elevadores são cerrados, as portas são fechadas, e ninguém passa para o lado de lá. E daquela área lá então eles faziam ligação para o Brasil todo, através da estação de rádio do Exército. E dali houve a

ordem de comando; foi-se sabendo das informações e foi-se articulando um por um. E todas as áreas foram acompanhando a revolução. Tanto em Recife – com a prisão do Arraes – como em Belém – com a deposição do governador – em Fortaleza o Távora também ia ser deposto, mas acabou mandando um general lá para apaziguar os ânimos. Bom, mas os grupos todos eram praticamente os mesmos, exceto os do Exército, que foram posteriormente os que fizeram o levante em Minas Gerais, com o general Mourão. O governador de Minas Gerais é que começou a acionar e a comandar todos eles. Na Aeronáutica, por exemplo, meu grupo azul e branco não tinha nada a ver com o grupo do brigadeiro Moss e do brigadeiro Márcio. Tanto que eu saí do palácio Guanabara, depois de consolidada a vitória e da saída de Jango Goulart do palácio Laranjeiras, com a adesão dos três carros de combate do Exército que estavam no palácio Laranjeiras e passaram para o nosso lado. Inclusive estavam lá dentro dos carros de combate, que eram completamente nossos. Eram oficiais do Exército excepcionalmente muito bons e que passaram para o nosso lado. Foi até uma festividade grande que houve lá. Então nós abandonamos a área de defesa do Guanabara e viemos independente de qualquer ordem de quem quer que seja. Saímos por nossa decisão, por minha decisão, saímos, passamos na praia do Flamengo, estava lá a UNE toda cheia de problemas, com repercussão, gritaria. Quando nosso grupo passava pela praia do Flamengo, os grupos de agitadores que estavam na UNE foram dispersados e afastados da área.

C.C. - Não houve resistência?

J.B. - Não houve resistência nenhuma. Todo mundo correndo. Não tinha mais ninguém lá. Todo mundo correu. Paramos, nós fomos com vários automóveis, vários caminhões, cheio de armamentos e tudo, com os gafanhotos. O nome do lança-foguetes que eu criei foi gafanhoto. Então esse lança-foguetes foi trazido e levamos para o Ministério da Aeronáutica. Chegando em frente ao Ministério da Aeronáutica, ali na Churchill, paramos em frente a ele, cercamos o ministério, a guarda toda fugiu, nós subimos, chegamos no 11º andar, estavam lá os brigadeiros, coronéis, todos reunidos, brigadeiro Márcio, brigadeiro Melo lá. Até acharam graça que eu cheguei lá de macacão, capacete de aço, metralhadora na mão, granada de mão pendurada no bolso, como se fosse um oficial de Exército em combate. Aí eu falei: “O que é que estão achando graça aí? Quem é o palhaço que está achando graça aí?” Aí houve aquele silêncio, aquele bloqueio. “Não, coronel, não tem problema, é que nós estamos achando interessante que o senhor está equipado.” “É. Mas

vim aqui para brigar. Alguém vai reagir?” “Não. Não.” “Então brigadeiro Melo, o que se faz agora?” “Bom, eu queria que o senhor tomasse o QG da 3ª Zona para dar posse ao brigadeiro Dario Azambuja.” “Está ok.” Então eu saí dali, me desloquei, fui para o aeroporto Santos Dumont, não, para o QG da 3ª Zona Aérea que estava instalado no primeiro hangar, ao lado da estação de passageiros do aeroporto Santos Dumont. Aí parei ali em frente, botei todos os carros e lança-foguetes gafanhotos apontados para lá, intimei a guarda, a guarda se entregou, o coronel Alvarez saiu de lá, prendemos o coronel Alvarez que era o sub-comandante do brigadeiro Teixeira. O Teixeira não estava lá. Aí ocupamos o QG da 3ª Zona, demos posse ao brigadeiro Dario Azambuja, ele assumiu lá. O chefe do estado-maior dele foi o coronel Franciscute. O coronel Franciscute foi ser chefe do estado-maior dele, ocupamos ali, botamos algumas das nossas pessoas já tomando conta, ajudando a guarda, demos o comando à guarda, mas não percebemos que o adjunto do comandante oficial de dia, sabe quem era, era o sargento Prestes, que tinha sido chefe da revolta dos sargentos em Brasília. Nós não percebemos na ocasião, era muito difícil reconhecer a pessoa, não conhecia pessoalmente nem nada. Saímos dali, entregamos ao brigadeiro Azambuja, o coronel Franciscute assumiu a chefia do estado-maior, e fomos para o Clube da Aeronáutica, ao lado. O Clube da Aeronáutica, antiga estação da Panair, ali antigamente era um hotel e tudo ali, aí nos localizamos, paramos, todos os armamentos, todos os gafanhotos, tudo ali. Aí tivemos a denúncia de que o sargento Prestes é que era o adjunto do Oficial de Dia do QG 3. Então eu falei por telefone ao Franciscute: “Franciscute, ou você substitui esse homem ou eu vou ter que voltar aí para prender ele.” Aí o Franciscute: “Não, Burnier, pode deixar.” Mas uma hora depois ele ainda estava de adjunto. Aí eu saí com minha tropa de novo, com meu pessoal, quer dizer, pessoal de azul e branco, pessoal do Exército, Marinha e da Aeronáutica, sargentos, oficiais, civis, tudo, voltei com o pessoal lá, entrei no QG de novo, prendi toda a guarda de novo, aí prendi o sargento Prestes e trouxe ele para o Clube da Aeronáutica. No Clube da Aeronáutica, no hotel, cada quarto virou uma prisão. Então começamos a botar oficiais, sargentos, mas separado. E nosso grupo começou a sair com viaturas, para buscar, como o pessoal do Exército tinha feito também, os tais chefes de sindicatos, Grupo dos Onze, porque nós tínhamos a relação deles.

[FINAL DA FITA 5-A]

J.B. - Inclusive o pessoal da Panair, da aviação civil, pessoal do sindicato da aviação civil. Nós prendemos o Melo Bastos, começamos a prender uma porção de gente. E eu fui pessoalmente com mais dois colegas, inclusive meu filho mais velho também, na rua São Salvador, no Rio Comprido, na boca do túnel, naquela rua perto da Paulo de Frontin. Ali, ao lado daquela igreja tinha um edifício, e nesse edifício morava meu colega de turma, o tenente-coronel Afonso Ferreira Lima. Bom, cheguei lá, prendi ele também, trouxe ele preso porque ele era um dos esquerdistas principais na parte da Aeronáutica. Trouxe ele preso também, tive um incidente sério com a família dele, com a mulher dele. Eu sabia que ele estava armado: “Você está armado”. “Não. Não estou.” “Está. Tira a mão do bolso do pijama.” Aí ele estava armado. “Me dá a sua arma para cá.” Prendi. “Você vai mudar a sua roupa e rapidamente. E na minha presença. Senão você poder fazer outra molecagem.” Então levei ele preso para o QG 3 e para o Clube da Aeronáutica. Aí comecei a receber presos civis e militares. Mas aí do nordeste, do sul, começaram a chegar aviões trazendo o pessoal preso, os comandantes, os oficiais, os sargentos da Bahia, de todo canto. O pessoal vinha, chegava no aeroporto Santos Dumont e dali era transportado preso para o Clube da Aeronáutica. E o Clube da Aeronáutica começou a encher de gente. Virou uma espécie de campo de concentração. Tinha quartos lá que tinha mais de 30, tudo sentado no chão. Levantava um dedo era para ir ao banheiro fazer xixi. Dois dedos para ir fazer no banheiro dois. Assim ficamos controlando esse pessoal durante dez, 15 dias. Até que não podia continuar numa situação dessa, com esse pessoal todo dentro do clube. Aproximava-se a data da eleição do presidente.

M.A. - E eram civis e militares que estavam ali?

J.B. - Ah, tinha de todo jeito. Civil, militar, tinha de todo jeito. Separados mais ou menos hierarquicamente. Oficiais aqui, sargentos ali. Mas sem ninguém poder falar um com o outro. Tudo sentadinho, com um civil ou um oficial com arma na mão apontada e controlando eles deitados no chão. Recebiam comida, tudo, sentadinhos no chão. Eles ficavam ali, dormiam ali, tudo ali naquele lugar, sem sair do lugar e sem poder conversar entre eles. Era proibido conversar. Bom, e assim ficamos ali quase uma semana. Até que por ordem, por ordem não, por proposta minha ao novo chefe de Gabinete do ministro da Aeronáutica. O ministro era o brigadeiro Vanderlei e o coronel Paulo Sobral assumiu o gabinete. Tive um incidente com o Paulo Sobral muito sério, porque o Paulo Sobral disse que não sabia nem de revolução. Por que tomar providências com os presos se não sabia

nem de revolução? “Então por que você aceitou ser chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica de uma revolução? Então você devia sair daí. Bom, então você não quer saber. Então vou tomar providências.” Fui lá para o depósito da Aeronáutica no Rio de Janeiro, transferei todos os presos que estavam no Clube de Aeronáutica para os prédios e hangares do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, situado na Avenida Brasil ao lado do BCC do Exército, e passei ao comandante de lá todos esses presos. Para eu poder ficar liberado. Porque todo o meu grupo azul e branco estava todo mobilizado já fazia dez dias. Todos civis, militares de vários lugares tinham que voltar para as suas unidades. Tinham que se apresentar. De modo que todos se apresentaram às suas unidades de origem, oficial da ativa, não era só da reserva não, oficial da ativa, da reserva da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. E assim foi desfeito então o grupo azul e branco. Posteriormente houve uma cerimônia no palácio Guanabara, em que o governador Carlos Lacerda fez questão de distribuir um escudinho para cada um, e publicamente falar comigo a respeito do que tinha se passado anteriormente em Aragarças. E posteriormente, então, foram reatadas nossas conversações, começamos a trabalhar juntos, e eu fui posteriormente mandado para a base aérea de Santa Cruz, a meu pedido mesmo, e o brigadeiro Moss foi para a base aérea do Galeão. Mas aí os grupos começaram a se dividir e a se reorganizar tudo. Tudo à base do novo ministro da Aeronáutica, que era o brigadeiro Vanderlei. Foi uma pena, porque poucos dias antes do Castelo Branco assumir a presidência da República, mas não tinha assumido ainda, nós fomos ao QG dele que era aqui em Copacabana, Copacabana ou Flamengo, uma coisa assim, numa casa residencial, nós fomos lá e nos recebeu. Fomos eu, o coronel Mendes da Silva e o doutor Mendes de Moraes e mais um oficial que eu não me lembro agora. Conversando com ele: “General Castelo Branco, o senhor vai ser eleito presidente da República, porque todos nós estamos querendo o senhor. O general Costa e Silva não está interessado, quer continuar no comando do Exército. Então nós queremos conversar para o senhor se lembrar da Aeronáutica, para trazer tranquilidade, paz e desenvolvimento à nossa força aérea. Queríamos que o senhor nomeasse um dos três brigadeiros começados por M: brigadeiro Muniz, brigadeiro Márcio ou brigadeiro Moss.” “Ah, eu não conheço, vou consultar a Aeronáutica, tenho que consultar os outros também. Mas que história é essa que vou ser o presidente?” “General Castelo Branco, o senhor vai ser escolhido por nós. Então o senhor vai ser o presidente da República.” “Ah, Burnier, mas eu sou muito feio.” Eu disse: “Olha, general, mais feio do que o senhor era o Dutra. E o Dutra foi eleito pelo povo. Então o senhor não tenha dúvida de que o senhor vai ser o presidente da República, porque nós queremos que o senhor seja o presidente da

República.” Isso foi um fato que se passou entre mim e o general Castelo Branco na casa dele, antes de ele ser presidente da República. Ele foi eleito realmente presidente da República por nós, colocado lá por vontade do Exército e também apoio dos governadores de Minas, São Paulo e Guanabara, que haviam se reunido antes e forçado a mão com o general Costa e Silva para aceitar. Porque o general Costa e Silva achava que ele não devia ser presidente. Mas ele acabou sendo aceito, muita, muita fofoca, muitas tentativas de interferência dos irmãos Geisel, mas de qualquer maneira saiu ele. Assumiu no lugar do deputado Mazilli, que estava em Brasília. E foi empossado presidente da República dia 15, se não me engano. Porque no dia 9 tinha saído o ato institucional promovido pelo general Costa e Silva. As ligações realmente estão confirmando tudo. A Revolução de 64 foi iniciada por causa do caos político, caos econômico, caos social, mas um caos de verdade mesmo. Não é brincadeira, não é sonho, não é fantasia, não. Era uma bagunça esse Brasil. Era em todos os lugares. Faltava luz, faltava gás, greve disso, greve daquilo. Uma confusão tremenda. O próprio presidente da República incentivava as coisas. E foi num crescendo cada vez maior até permitir a indisciplina nas forças armadas. As forças armadas estavam apavoradas, os chefes militares estavam apavorados, preocupadíssimos com a situação, porque a disciplina e a hierarquia estavam completamente sendo arrastadas a zero. Tanto com o levante dos marinheiros como a recusa dos fuzileiros navais de prender esses marinheiros. Posteriormente o comício da Central do Brasil, que foi uma vergonha danada. No comício da Central do Brasil, nós estávamos preparados para atacá-los. Acabamos não atacando.

M.A. - Ah é? Conta aí, os senhores queriam atacar o comício?

J.B. - É. Nós tínhamos uma sala alugada naquele edifício Chevrolet que fica defronte, um edifício que fica na praça Onze, de onde podíamos observar perfeitamente o desenrolar do comício, e caso ele degenerasse em distúrbios e possível ataque ao quartel general do Exército, nós concentramos grande número de oficiais das três forças armadas nas imediações do edifício e sob o controle de um grupo que estava na observação, na sala alugada, de onde poderíamos determinar auxílio a qualquer tentativa de assalto por parte dos elementos do comício. Isso no dia 13 de março, se não me engano. Bom, depois, então, a situação piorou com a situação do Automóvel Clube, aquela reunião com os sargentos, no dia 30 de março. Aí fomos chamados de gorilas, queriam sair dali para matar os gorilas, atizados pelo pessoal. E os próprios ministros compareceram a essa coisa, e

ninguém tomou providência alguma. Isso foi o fim do mundo e alguns dias depois então estourou a revolução.

C.C. - Brigadeiro, gostaríamos de uma avaliação sua a respeito da importância desses movimentos de quebra de hierarquia para o êxito do movimento. Porque alguns militares que nós entrevistamos disseram que, mesmo com penetração comunista no Brasil, o João Goulart teria agüentado até o fim do governo se não houvesse essa interferência na hierarquia das forças armadas. O que o senhor acha disso? Se ele não tivesse tomado uma posição de neutralidade nesses movimentos teria agüentado até o fim do governo?

J.B. - Não. Não agüentava. Porque isso seria negar o que ele estava preparando. Pensar o que você está dizendo, seria negar o que ele estava preparando. Ele estava preparando a tomada do poder pelas forças esquerdistas. Ele tinha que fazer isso. Mas para fazer isto, só tinha uma solução. Ele tinha que ter o apoio do militar. Mas como ele teria o apoio do militar, se ele não estivesse infiltrado com o pessoal dele? Como teria apoio? Não podia ter. Porque as forças armadas não iriam aceitar a instalação, a implantação de uma república sindicalista, virada especificamente para a parte socialista. Não podia aceitar. Porque não aceitam em hipótese alguma que esse país virasse, “bolchevizasse” e, de uma hora para outra, virasse uma Cuba. Não podia aceitar. Então ele teria que penetrar nas forças armadas, aliás, os bolchevistas tinham que entrar nas forças armadas para tentar impedir, paralisar, como houve lá na Tchecoslováquia. O Parlamento votou e, à noite, os deputados que tinham votado contra, foram presos ou mortos. E o Exército ficou paralisado. No Brasil ninguém aceitava o Exército ficar paralisado. Mas por que entregar o país dessa maneira? De jeito nenhum, em hipótese alguma. Não podíamos fazer isso. Então nós estávamos convencidos de que ele não iria parar. Ele ia continuar. Ele queria transformar esse país num país socialista. Mas como ele ia fazer isso sem as forças armadas? Não tinha condição. Então não podia ser aceita essa idéia. Tanto que o Kruel, quando telefonou para ele lá de São Paulo, falou com ele pessoalmente: “Presidente, se o senhor tirar o Abelardo Jurema, a CGT e outros talvez paralisem esse movimento.” Aí ele disse: “Não posso, eu tenho outros compromissos assumidos. Não dá.” Mas acontece o seguinte. Isso foi o Kruel que pensou assim. Outros talvez pudessem ter pensado assim. Mas de jeito nenhum, em hipótese alguma. Porque ele não podia era paralisar mais. Ele fez esse movimento e esse movimento estava empurrando.

C.C. - Mesmo que ele tivesse fechado o CGT no dia 31, e a UNE?

J.B. - Mas ele não podia fechar. Se ele fechasse o CGT, ele seria deposto pelo próprio CGT. E talvez assassinado até. Porque ele não podia mais voltar. Quer dizer, pensar que alguém pode se encaminhar numa direção e de uma hora para outra mudar essa direção não dá. De jeito nenhum. Mas não pode mudar. Porque ele não tinha condições de mudar. O país estava todo infiltrado, como está infiltrado até hoje. Todos os órgãos de comunicações, toda a direção, a primeira direção e a segunda direção estão na mão dos esquerdistas no país. É impressionante. “Ah, porque nós caçamos muita gente na revolução de 1964 e 1968.” Muito bem. Nós caçamos muita gente, mas em compensação, quantos estão se movimentando aqui fora? Quantos estão, quantos votos teve o Partido Comunista aqui? É impressionante. Porque você esquece o conjunto. E nós das forças armadas trabalhamos sempre com a idéia do conjunto. Não se pode raciocinar só com um estado, um município. Tem que ver o Brasil todo. A infiltração é muito grande em todas as áreas. Essa história de que queremos democracia, não queremos totalitários, não queremos ditadura, é conversa. Porque na realidade, naquela época, a Camde¹ saiu na rua com mais de cem mil pessoas. A classe média e a classe alta que saíram na rua. Não veio trabalhador para a rua. Por quê? Porque eles estavam controlados. Então mesmo que o Jango quisesse deter, ele não tinha como fazê-lo. Ele ia ser empurrado, ia ser alijado, e ia outra pessoa para o lugar dele. Não tenham dúvidas a respeito disso. Porque a infiltração estava demasiada. E nas forças armadas, nós estávamos preocupados, porque a quebra da hierarquia, a quebra de disciplina, já tinha sido rompida em vários lugares. Dentro dos pára-quedaistas, teve uma hora, que sabe o que aconteceu? Os oficiais se reuniram no lado de cá, botaram todos os sargentos do lado de lá, e disseram: “Bom, nós vamos nos retirar para dentro dos nossos alojamentos. No momento em que voltarmos, dentro de meia hora, se algum sargento sair vai haver combate.” Os sargentos não saíram. Mas por um milagre. Porque se dois ou três tivessem saído de lá, ia haver confronto dos sargentos, oficiais e pára-quedaistas, no dia da revolução. Foi por isso que não vieram nos ajudar no palácio Guanabara. Ninguém no Brasil sabe disso. Essa é que é a verdade. Chegou a esse ponto. E com isso eles não saíram lá da Vila Militar, não atravessaram toda a Tijuca, não atravessaram a rua Alice e não vieram nos substituir na defesa do palácio Guanabara. Então os coronéis lá diziam que não podiam porque não tinham condições. Não tinham condições de mandar tropa para cá,

¹ Campanha da Mulher pela Democracia.

comandada por sargentos e por oficiais. Não tinham condições. Você vê como estavam as coisas. Estavam gravíssimas. Na Marinha, os oficiais de Marinha serem jogados da borda do navio para dentro d'água! Como é que o Jango Goulart ia voltar disso? De jeito nenhum. Como o pessoal da Marinha podia aceitar o Jango Goulart? Ou a ditadura sindicalista? De jeito nenhum. Em hipótese alguma. Quer dizer, com essa infiltração, se ele quisesse continuar não teria condições. Pensar de outra maneira é inocência ou despreparo político/ideológico, porque não há possibilidade de voltar dessa situação.

C.C. - Então, no início da revolução, como é que se deu a escolha do Castelo Branco?

J.B. - Logo depois da revolução, no início da revolução, o general Costa e Silva se dirigiu para o Ministério do Exército e lá no nono andar resolveu assumir o comando do Exército. E na ocasião ainda perguntaram a ele na frente do Castelo Branco e ele declarou: “Eu vou assumir porque sou o mais antigo”. E assumiu o comando. E mandou comunicar a todos os comandantes que ele tinha assumido o comando do Exército, das forças terrestres. E nessa ocasião, houve a primeira conversa dele com o Castelo Branco. Mas as atividades continuavam muito intensas, muito grandes, precipitando tudo. O general Mourão esteve lá no palácio do Exército, chegou no dia 2, se não me engano, e chegou antes da tropa dele. Chegou lá e foi procurar o general Costa e Silva. Ele ia reivindicar o comando da Vila Militar ou o comando do I Exército, já que ele tinha sido o iniciador da revolução de 31 de março. Aí o general Costa e Silva mostrou a ele que dentro de um mês e pouco ou mais, ele passaria para a reserva compulsória. Aí ele disse: “Não. Mas eu posso continuar.” “Não. Não pode. Pela lei você não vai poder continuar. Maio você vai cair na compulsória, vai ter que ir para a reserva. Então o que adianta você assumir o comando e depois ter que sair? Então é melhor você assumir a Petrobras.” Ele foi à Petrobras, não quis aceitar, mas foi à Petrobras, e lá soube que o presidente da Petrobras só pode ser nomeado pelo presidente da República. Não tinha presidente da República, ele não poderia ser nomeado. Palhaçada, porque estava em revolução, e isso não tinha nada a ver. Mas de qualquer maneira foi a desculpa que deram e ele voltou ao Costa e Silva. Costa e Silva continuou insistindo que ele fosse para lá, mas não quis dar de jeito nenhum o comando do I Exército para ele. Porque na realidade eles tinham preocupação com o general Mourão, porque o general Mourão tinha se precipitado e iniciado a revolução sem ninguém saber. E tanto que, quando o Castelo Branco soube que ele tinha levantado, queria que ele voltasse atrás, e que o governador de Minas Gerais também voltasse atrás no pronunciamento, o que era

praticamente impossível e não aconteceu. Então o Costa e Silva não queria dar o comando a ele porque tinha dúvida de amanhã ele tomar uma iniciativa também desse tipo e jogar tudo por água abaixo. E tinha que ser muito bem feita a coisa para ele não despertar reações e evitar conturbação dentro do próprio Exército. E com isso o Costa e Silva conseguiu evitar e ele não foi nomeado. E não o nomeou comandante do I Exército. Mas convidou o Orlando Geisel. E o Orlando Geisel deu esse bolo maior ainda aqui na Vila Militar, pois não quis dar posse aos oficiais que o Costa e Silva tinha nomeado para comandante das diversas unidades, principalmente para o Regimento de Obuses, que era o coronel Freixinho. E o Orlando Geisel disse: “Não. Eu não vou nomear.” Aí houve um quiprocó entre os dois no telefone. Posteriormente o general Costa e Silva o demitiu do comando da Vila Militar. Com isso o Costa e Silva assumiu toda a direção da coisa e continuou mandando. Mas o general Castelo Branco começou a ser falado por vários grupos de governadores que, na realidade, queriam para si a nomeação. E o Costa e Silva, por incrível que pareça, queria nomear um civil. E insistia em todas as reuniões que ele fazia, com todos com quem conversava: “Acho que deve ser um civil, e não um general, porque senão pode ocorrer o que aconteceu na proclamação da República”. Aí podia surgir a luta entre dois generais, como surgiu com Deodoro e Floriano.

C.C. - O senhor sabe quem era o civil preferido dele?

J.B. - Não sei. Não sei dizer. Mas sei que um não era. Foi o Carlos Lacerda. Porque na primeira reunião que houve entre o governador Carlos Lacerda, estava de secretário da reunião o general Sizenô Sarmento. Estava lá o governador Carlos Lacerda, o governador Ademar de Barros, o governador Aluísio Alves, o governador de Minas Gerais, o Magalhães Pinto, e mais uns dois ou três. Ah, o governador do Paraná também estava. Era major do Exército Nei Braga. Nessa reunião, Carlos Lacerda tomou a palavra, e entusiasmado com o jeitão dele, desabrido, disse que devia ser o Castelo Branco o presidente, não sei o quê, embora ele pudesse reivindicar para ele mesmo o direito de revolucionário, o direito de também ser eleito. E caiu na bobagem de levantar o dedo para o Costa e Silva. Costa e Silva retrucou violentamente: “Não levante nunca mais o dedo para mim. Eu não aceito isso em hipótese alguma.” O incidente foi controlado por Juarez Távora e outros, mas a reunião foi suspensa.

C.C. - Porque ele levantou o dedo para o Costa e Silva?

J.B. - Porque tinha medo que o Costa e Silva, não nomeando o candidato Castelo Branco, que o Costa e Silva amanhã virasse ditador, no comando da força militar. Mas o próprio Lacerda queria colocar o Castelo Branco como presidente da República. Isso foi contornado pelo Juarez e pelo outro, pelo Sizen, que suspendeu a reunião, porque já estava muito tarde. Nessa noite o Costa e Silva pediu ao Rademaker para ir falar com o Carlos Lacerda. O Rademaker foi lá na casa do Carlos Lacerda. Depois de esperar uma hora e tanto, conversou com o Carlos Lacerda, ficou sabendo que o Carlos tinha ficado muito magoado com a discussão. Tanto que no dia seguinte houve outra reunião. O Carlos Lacerda não foi. E nessa reunião, então, ficou decidido, e no final, o general Costa e Silva acabou aceitando, concordando e aceitando a indicação do general Castelo Branco para presidente da República. Mas também estavam querendo o Castelo Branco para presidente da República o Orlando Geisel e o Ernesto Geisel. E houve um incidente também muito sério com o general Sizen, general Jaime Portela, coronel Jaime Portela no gabinete do Costa e Silva, porque o Ernesto Geisel achava também que tinha sido desaforo do Costa e Silva tirar o irmão dele do comando da Vila Militar. O incidente foi com o Ernesto, mas tudo por causa do Orlando, que tinha sido substituído do comando da Vila Militar. Aí o general, o Jaime Portela que era coronel, disse na cara do Ernesto Geisel: “Não. Tanto ele como o senhor também nunca foram da revolução. Os senhores aderiram agora na revolução. Mas os senhores nunca tomaram parte.” E a verdade, verdade mesmo é que Ernesto Geisel e Orlando Geisel nunca tinham sido da revolução. Nunca tinham conspirado. O próprio general Castelo Branco só resolveu tomar alguma atitude, não conspiratória, mas condenando o governo, no discurso que fez no final do curso da Escola de Estado-Maior. Mas mesmo assim não era conspiração. Era apenas uma opinião dele sobre a situação do país que estava grave e merecia reparo. Mas não conspirava. Mas o pessoal do deixa-disso, pessoal da Sorbonne, começou a cercá-lo para eleger o homem. E conseguiram elegê-lo. E o Costa e Silva não conseguiu que as forças políticas indicassem um substituto. Embora tivesse aparecido o nome do Gaspar Dutra, que acabou agradecendo ao pessoal do Congresso, porque queriam botá-lo também como candidato para presidente da República. O Gaspar Dutra acabou cedendo, quando soube que o Costa e Silva tinha aceitado, permitido, que o Castelo Branco fosse candidato. Então, o Gaspar Dutra saiu da relação. Mas havia um outro também que era candidato a presidente da República na época. Era o Krueel. As forças políticas estavam querendo levar o general Krueel, que era comandante do II Exército lá em São Paulo, para presidente da República.

Mas também não teve repercussão e acabou se desfazendo a candidatura. E a escolha do Castelo Branco foi por pressões dos generais, pressões dos governadores e aí acabou o Costa e Silva aceitando, permitindo que a coisa se fizesse. Mas estava uma situação terrível. Porque pela constituição, eles não tinham capacidade de poder fazer a limpeza que queriam fazer. Nem tomar as providências que queriam tomar, tanto na parte econômica como na parte social, como na parte jurídica. Então mandaram chamar os juristas Medeiros e Francisco Campos para promover a escrita do ato institucional, que foi acabado e preparado, veio da mão dos governadores, sofreu modificações, voltou para eles, eles retificaram de novo, e no dia 9, então, foi expedido e assinado pelo Costa e Silva e pelos outros dois comandantes militares, o Rademaker e o brigadeiro Correia de Melo. Foram aceitos e foram lançados e promulgados pelo comando revolucionário. Foi o ato institucional que deu plenos poderes ao presidente da República para fazer e desfazer em todos os campos as modificações necessárias para que a revolução se implantasse e fizesse as correções necessárias na administração do Brasil. Mas independente disso também já estavam começando a escolher os ministros para governar junto com o Ranieri. O Mazilli veio ao Rio e acabou aceitando todos eles, inclusive os próprios militares. Ele aceitou e os manteve como ministros lá. E foi acertada então a indicação pela Câmara dos Deputados da escolha do general Castelo Branco para ser eleito. E foi eleito pelo Congresso, em votação lá no Congresso.

[FINAL DA FITA 5-B]*

* A fita 5-B não foi gravada integralmente.

3ª Entrevista: 23.12.1993

C.C. - Brigadeiro, qual a sua avaliação do governo Castelo Branco?

J.B. - Ao final da segunda entrevista, eu me referi a essa pergunta, dizendo que o governo do presidente Castelo Branco foi, em minha opinião, um governo revolucionário, mas sempre voltado para medidas administrativas, esquecendo-se de que era todo poderoso em

qualquer área para fazer reformas profundas e punir responsáveis pela situação que foi criada e que chegou a ser criada no governo João Goulart. Poucos dias antes da indicação e eleição de Castelo Branco para candidato à presidência da República, o general Costa e Silva aceitou que o general Castelo Branco fosse candidato, porque ele, Costa e Silva, continuava no firme pensamento de que não deveria ser um militar o candidato a presidente da República. Embora o Congresso já tivesse se reunido, declarado vaga à presidência da República, e dado posse ao deputado Ranieri Mazilli para a continuidade da administração pública, o general Costa e Silva achava que devia ser um candidato civil, um civil notável, um civil escolhido pelas elites vitoriosas da revolução, e não um militar. Para evitar que pudesse acontecer o que ocorreu na proclamação da República entre Deodoro e Floriano, e que estremeceu logo de início o regime republicano instaurado naquela época. Do mesmo modo, ele raciocinava que uma revolução como essa, que embora não tivesse havido resistência militar ou resistência armada de grande porte, não se podia esquecer que o país estava bastante infiltrado pelas idéias marxistas e pelas idéias esquerdistas da época, dos princípios principalmente do padre Debray e Marcuse, da teoria de que tudo era válido, de que o que valia era o amor e devassidão de costumes. Então essas teorias estavam devastando a mentalidade da juventude e a mentalidade da época. Então ele achava que não devia ser um militar para evitar possíveis confrontos num futuro próximo, logo depois da vitória da revolução. Mas mesmo assim ele acabou, por insistência dos governadores de vários estados, de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, que insistiam nessas reuniões, e insistiram com o general Costa e Silva. E na segunda reunião, dia 3 de abril, 3 ou 6 de abril, se não me engano, o general Costa e Silva acabou aceitando que fosse convidado, fosse aceito o general Castelo Branco para ser candidato a presidente da República. Já havia naquela época outros candidatos prestes a tomar parte. Convenceram o próprio general Dutra pelo PTB que ele devia fazer força para que ele fosse candidato, para poder voltar a vigorar o regime do passado. E também o próprio general Amauri Kruel, que estava sendo candidato do PSD. Os deputados e o próprio presidente, que era Juscelino Kubitschek, estavam com a esperança que, com a indicação do Amauri Kruel, pudesse haver uma reversão nessa vitória da revolução. E assim evitado a ação dos revolucionários vitoriosos. Entretanto, as coisas continuavam ocorrendo, e parece-me que no dia 7 e 8 de abril de 1964, o general Castelo Branco, instado pela sua assessoria, que em especial tinha principalmente o coronel Golberi como um dos seus assessores, enfim, o pessoal da Sorbonne. Sorbonne era o antigo pessoal que tinha tomado parte na ESG, Escola Superior de Guerra, e era o pessoal, os oficiais e civis

que tinham tido muito contato com a parte francesa, e queriam contemporizar as coisas e evitar um confronto maior entre os políticos da época. Então, em face dessa assessoria do general Castelo Branco, que não tinha qualquer ligação com o general Costa e Silva, essa assessoria induziu o general Castelo Branco, sem dar conhecimento ao general Costa e Silva, a procurar o PSD e marcou um encontro dele, Castelo Branco, com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Marcado esse encontro, o general Castelo Branco foi à residência do deputado Joaquim Ramos. Nessa reunião o Juscelino não compareceu, mas compareceu no lugar dele o almirante Amaral Peixoto, que era um dos líderes do partido. E grande parte da bancada. Nessa reunião o general Castelo Branco apareceu, conversou-se bastante a respeito de um possível apoio do PSD ao general Castelo Branco, à sua candidatura, mas como o Juscelino não estava, após uma conversação longa, amistosa mas longa, ficou marcado para o dia seguinte uma nova reunião com a presença então do Juscelino Kubitschek que viria. A impressão que temos é que Juscelino Kubitschek aproveitou a oportunidade para saber primeiro o que o Castelo Branco queria para depois então tomar parte na reunião. Realmente aconteceu isso. No dia seguinte houve uma nova reunião no mesmo local com as mesmas pessoas, e apareceu o Juscelino Kubitschek. Nessa ocasião, por 20 minutos, Juscelino Kubitschek e Castelo Branco se retiraram para uma outra sala. A conversação só foi revelada posteriormente por Ibrahim Sued, um mês depois da posse do Castelo Branco na presidência, e também confirmada pelo chefe da Casa Civil do Juscelino, Osvaldo Penido. O apelido de família era Vadinho, na época já era um grande bon vivant, e posteriormente tornou-se o grande bêbado, e ganhou até um prêmio do Juscelino no final do governo, um cartório, para poder viver o resto da vida fácil. Um cartório por toda a vida, vitalício.

C.C. - Ele era seu parente?

J.B. - Ele é meu primo, esse Osvaldo Penido. Infelizmente uma ovelha negra da minha família. Então, nessa reunião que houve lá, dizem que o Castelo Branco, conversando com Juscelino, que pouco a pouco o Juscelino foi levando o general Castelo Branco a fazer promessas para o futuro. Nessa ocasião, dizem, não há comprovação disso, porque a conversa era a dois, embora tivesse sido afirmado posteriormente por várias pessoas. E houve esse compromisso do general Castelo Branco com o Juscelino, de que o presidente Castelo Branco iria preservar os deputados do PSD de qualquer cassação, de qualquer punição, e também aceitaria colocar um membro do partido como vice-presidente, o que,

aliás, ocorreu. Então, com base na chapa futura, foi vice-presidente o doutor José Maria Alkmin, que era membro do PSD, do partido do senhor Juscelino. Aí então, após essa reunião e após essa entrevista com o Juscelino, realmente o PSD estava todo voltado para votar em Amauri Krueel, que era para o PSD uma oportunidade de voltar a zero a Revolução de 64. E com essa promessa feita ao Juscelino, houve uma reviravolta, e o PSD, na votação no dia 11, votou em massa, quase em massa no general Castelo Branco, e foram eleitos o Castelo Branco, e o Alkmin para vice-presidência. Essa atitude do general Castelo Branco, sem dar conhecimento ao general Costa e Silva, que era o chefe da revolução toda de 1964, embora tivesse dois companheiros, Melo da Aeronáutica e Rademaker da Marinha, já mostrava que a assessoria dele era viciada e completamente comprometida com os processos e os métodos da política anterior que acabara de ser destruída ou acabara de ser contida pela revolução vitoriosa de 1964. Era mais uma manobra que o general Castelo Branco aceitara da sua assessoria. E isso trouxe já uma grande desilusão a respeito das suas atitudes futuras. Bom, mas além disso, depois da eleição – ele tomou posse no dia 15 – e logo após, ele já começou a fazer também um desgaste muito grande dentro das forças armadas, certamente, não temos dúvida alguma, provocada pela sua assessoria, e em especial pelo coronel Golberi do Couto e Silva, já naquela época uma figura bastante discutida, e na nossa opinião pessoal, um engulista equivocado. Inclusive o livro que ele escreveu, que é sobre geopolítica do Brasil, qualquer pessoa que ler este livro vai chegar à conclusão final que a gente não sabe exatamente o que o coronel Golberi ou o general Golberi do Couto e Silva queria dizer. Ele era general da reserva, porque ele nunca foi general da ativa, ele era coronel e tinha direito a uma promoção e então vira general da reserva. Então esse homem que se tornou bastante pernicioso dentro do governo Castelo Branco foi um dos responsáveis pela política que ele, Castelo Branco, adotou. Tanto que na Aeronáutica foram afastados todos os brigadeiros que realmente tomaram parte da conspiração da revolução. E na Marinha a mesma coisa. Quiseram afastar também o almirante Rademaker. Só não fizeram com o Exército, porque o Exército não podia, porque era a força que estava na mão do general Costa e Silva. E eles não tiveram coragem nem de mexer. Então repare que o início do governo dele já foi tentando diminuir a força dos revolucionários dentro do primeiro governo logo revolucionário. Bom, por isso ele nomeou para ministro da Aeronáutica o brigadeiro Vanderlei, um homem que não tinha tomado parte em coisa alguma da conspiração da revolução, embora tivesse um passado do pai dele, que foi morto na Revolução de 30 lá no Nordeste. Mas isso não representa nada. Mas que tinha sido mandado para Porto Alegre,

logo depois da revolução, dia 2 ou 3, e nessa ocasião, em Porto Alegre, quando foi assumir o Comando da 5ª Zona Aérea, por ordem do comando revolucionário, ele foi alvejado a tiros pelo coronel, tenente-coronel Alcântara, que estava no comando da Zona Aérea, por causa da fuga do brigadeiro e do chefe do estado-maior dele lá de Porto Alegre, logo depois do levante, da revolta de 1964. Então o coronel Alcântara assumiu o comando da 5ª Zona Aérea. O brigadeiro Vanderlei chegou lá junto com o coronel aviador Roberto Hipólito, que era um oficial muito sério, muito correto. Era coronel Roberto Hipólito, foram lá para assumir o comando da 5ª Zona Aérea. O coronel Alcântara na hora recebeu instruções para passar o comando, não quis passar, desacatou o brigadeiro Vanderlei e atirou nele três vezes. Os tiros, um passou, bateu de raspão na orelha, outro no braço esquerdo, furou a manga da camisa mas só feriu um pouquinho o braço, e o terceiro ele atirou em cima do coronel Roberto Hipólito, porque, ao ouvir os primeiros disparos, entrou na sala em que os dois se encontravam. Na sala de comando da 5ª Zona Aérea. O coronel Roberto Hipólito foi alvejado pelo coronel Alcântara, e uma bala bateu no alisar da porta em que ele tinha entrado. Aí ele disparou a metralhadora, o coronel Roberto Hipólito disparou a metralhadora e acertou os sete tiros no peito do coronel Alcântara que, ainda ferido de morte, caiu no chão e ainda disparou um quarto tiro no chão, morto. Foi o único homem, realmente homem, que tinha a sua opinião e que reagiu à força, militarmente, contra a ocupação da revolução. Então, em face desse incidente, os assessores do general Castelo Branco aconselharam-no a nomeá-lo ministro da Aeronáutica. Pois bem. Agora um fato interessante. Entre o dia 11 e o dia 15, que foi a posse dele na presidência da República, eu, na época, coronel Burnier, tenente-coronel Burnier, fui junto com o doutor Luis Mendes de Moraes, filho do grande jurista Mendes de Moraes, e também junto com outro general de quem não me lembro o nome. Daqui a pouco vou lembrar. Fomos ao QG da revolução, onde se encontrava o general Castelo Branco. Ele ainda não tinha sido eleito pela Câmara, nem tinha tomado posse. Ele estava ainda candidato. Foi logo depois da reunião do Alto Comando, da reunião dos governadores com o general Costa e Silva, que o Costa e Silva aceitou a indicação dele para ser candidato à presidência. E logo no dia seguinte eu fui à casa dele junto com o doutor Mendes de Moraes, para ir conversar com ele a respeito da indicação do ministro da Aeronáutica. Nessa reunião, durante a palestra que mantive com ele durante muito tempo, disse a ele das necessidades, das angústias do Ministério da Aeronáutica, dos problemas que estavam havendo dentro do Ministério da Aeronáutica em face do último governo, da atuação do último Ministério, da indisciplina, da quebra de hierarquia, da infiltração esquerdista que estava dentro do Ministério, e pedi a

ele, que ele, como futuro presidente da República, não se esquecesse de nomear para ministro da Aeronáutica um dos três brigadeiros que tinham seus nomes principais, que eram nomes de guerra, começavam com a letra M. Era o brigadeiro Moss ou o brigadeiro Muniz ou o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo. Insisti com ele nisso e ele: “Ah, vou levar em consideração seu pedido.” Aí conversamos bastante tempo: “Coronel Burnier, eu sou muito feio. O senhor acha que eu vou ser presidente da República? Sou baixinho, cabeça de arataca.” Eu disse: “Olha, general Castelo Branco, o general Dutra – isso foi textual – o general Dutra, que era muito mais feio que o senhor, foi eleito em votação livre e aberta. Em votação popular e aberta. O senhor vai ser imposto por nós. Nós vamos querer a sua posse como presidente da República. Então o senhor vai ser colocado na presidência da República por nós, então não tem dúvida que o senhor vai ser o presidente da República.” “Ah coronel, muito bem. Em todo caso vamos levar em consideração.” Infelizmente, a primeira desilusão foi que um dia após a posse dele, no dia 15 de abril, o general Castelo Branco nomeou como ministro da Aeronáutica não um desses três brigadeiros indicados por nós. Eu estava representando na época o pensamento da jovem oficialidade da Força Aérea Brasileira. Revolucionária, é claro. Então ele nomeou o brigadeiro Vanderlei para ministro da Aeronáutica. E chamou para o seu gabinete, na época, o coronel Paulo Sobral. E numa das passagens depois dessa data, quando indagado por mim, quando eu fui vestido de macacão de vôo, metralhadora na mão, cheio de granada de mão pendurada no macacão, capacete de aço, fui lá, me dirigi à sala do Paulo Sobral, chefe de Gabinete do brigadeiro Vanderlei, ministro da Aeronáutica. Isso já em 1964, logo no início, logo depois da revolução e da posse do general Castelo Branco. Fui lá falar com ele o que eu fazia, o que eu ia fazer com os setecentos presos que eu tinha no Clube da Aeronáutica, que tinham chegado de fora. Oficiais, sargentos, cabos, soldados e civis que estavam presos no Clube da Aeronáutica, sob a minha guarda. E o que eu ia fazer com esses homens, que não era possível continuar nessa situação. Tinha que ser levado isso para um local mais apropriado, um quartel da Aeronáutica, ou um quartel qualquer. Aí o coronel Paulo Sobral disse: “Bom, o que eu posso dizer? Eu nem sabia dessa revolução, Burnier.” Aí eu me aborreci intempestivamente com uma frase bastante violenta: “Então o que o senhor está fazendo nessa função? O senhor aceitou ser chefe de gabinete num comando revolucionário, um ministro de uma revolução, e vem dizer para mim que nem sabia da Revolução de 64? O senhor não pode então, não devia ter aceito essa função.” Aí me retirei abruptamente da sala dele, e tomei a iniciativa de levar todos esses presos que estavam no Clube da Aeronáutica para dentro do depósito da Aeronáutica no Rio de Janeiro, numa unidade ali

na avenida Brasil ao lado do 3º BCC, que era o Batalhão de Carros de Combate do Exército. Bom, isso eu fiz para poder ver como é que, logo depois da posse dele, nós da Aeronáutica já estávamos bastante aborrecidos, bastante tristes com as primeiras providências do general Castelo Branco na presidência da República. Bom, durante o governo dele, logo no primeiro ano, ele tomou várias medidas. Porque cassação já tinha havido 114 antes de ele assumir, feitas pelo comando revolucionário. Por ordem do general Costa e Silva e dos dois ministros, brigadeiro Correia de Melo e almirante Rademaker, tinham sido feitas 114 cassações, logo depois da expedição do AI-1 ou do Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. Essas cassações, em especial na Aeronáutica, foram muito boas, porque foram muito bem selecionadas, e repercutiu muito bem. E do Exército e da Marinha também teve uns três deputados que foram cassados, que na nossa opinião foram muito bem feitas. Agora, em seguida, entrou o governo Castelo Branco funcionando, aí tomou, logo no seu primeiro ano de governo, grandes e profundas medidas em praticamente todas as áreas – nas áreas econômica, rural, bancária – e tomou medidas profundas mesmo na economia, embora tivesse arcando com a responsabilidade dessas cassações que estavam pesando sobre o governo dele. Bom, o general Castelo Branco logo determinou que fossem feitos inquéritos policiais militares para apurar as atividades contrárias à revolução e principalmente subversivas, levadas mais para o lado do marxismo ou do socialismo marxista. Em todas as unidades militares foram feitos vários inquéritos sobre isso, e a nós da Aeronáutica coube fazer na base aérea de Santa Cruz um grande inquérito. Mas todos os inquéritos nas investigações feitas, talvez por falta de vontade política de execução disso, não iam até o fim. Esse inquérito começado, por exemplo, em Santa Cruz em 1964, um mês depois da revolução, quando foi terminado em 1965, princípio de 1965, foi terminado, mandado para a Justiça Militar, e pasmem os senhores, a própria revolução deixou cair em prescrição judiciária esse inquérito que, aliás, foi terminado por mim, quase completado por mim lá em Santa Cruz quando fui comandante da base em 1964 até 1965, até junho de 1965, e nessa ocasião esse inquérito acabou sendo guardado, seguiu para a Justiça Militar, não deu prosseguimento, e caiu em face da morosidade. Ele e quase a maioria dos inquéritos dessa época. O inquérito sobre a Caixa Econômica, o inquérito sobre a indústria automobilística na época do Juscelino, o inquérito da própria construção de Brasília, não deu punição para ninguém porque não entrou na justiça. Não entrou nem na Justiça Civil nem na Justiça Militar. Então esses inquéritos todos foram praticamente abandonados pelo governo do general Castelo Branco, talvez orientado pela sua assessoria direta, com a nefasta influência do coronel Golberi do Couto

e Silva, que levou a uma péssima impressão dos revolucionários sobre o seu governo, em face da pouca vontade de fazer a punição daqueles que tinham levado o país ao caos e principalmente para cortar a influência do marxismo, da ideologia marxista dentro das universidades, e em especial das universidades de jornalismo, e também dentro das forças armadas. Essa era a preocupação nossa. Bom, e no segundo ano de governo do presidente Castelo Branco começou a se desenvolver o problema da luta da compra de um porta-aviões, e a luta entre a Aeronáutica e a Marinha. Isso foi uma discussão muito séria, muito grave, e acabou caindo na situação de que o ministro da Marinha e o ministro da Aeronáutica, para solucionar o problema, tiveram que pedir demissão, porque o presidente Castelo Branco deu o direito à Marinha de ter avião, mas a unidade aérea seria da Aeronáutica, sendo comandada pelo porta-aviões, pelo comandante do porta-aviões, e não pelo comandante da Força Aérea, que tinha um aeroporto praticamente no mar. Essa discussão foi muito séria e levou a uma diminuição de confiança entre as duas corporações. E só trouxe uma coisa. Sentiu-se perfeitamente que isso tinha sido provocado para poder dar hegemonia ao Exército, em detrimento das outras duas forças armadas brasileiras. Para que na revolução subisse, ascendesse a hegemonia do Exército sobre as outras duas forças. Porque, já nessa época, já se discutia que a Revolução de 64 tinha sido basicamente garantida pelo Exército. Mas iniciada pela Aeronáutica e pela Marinha, porque tinham sido as duas forças, principalmente a Aeronáutica, que tinha sido a força mais forte nas primeiras atividades tanto de conspiração como de influência na criação do ambiente para estourar a Revolução de 64. E no final desse segundo ano de governo também o general Castelo Branco começou a fazer reformas eleitorais violentas e, inclusive, acabando com os partidos políticos, e criando uma lei eleitoral que só permitia a criação de mais dois partidos. Então foram extintos os partidos políticos e isso trouxe um trauma muito grande. Aí vem a história daquele compromisso do Castelo Branco com o PSD do Juscelino. Além de o próprio Juscelino ter sido cassado pela revolução, também foram cassados vários deputados de lá. Porque lá não podia deixar de ser, porque o PSD era um dos partidos mais influentes do governo João Goulart, e tinha sido um dos responsáveis pelos gastos, pelos empréstimos, pelas roubalheiras, pelos absurdos que estavam acontecendo na área financeira e trabalhista do governo João Goulart. O governo que tinha sido deposto pela revolução. Então não podia deixar de haver punição desses homens, que eram os principais acusados. Inclusive contra o Juscelino havia acusações gravíssimas tanto de apropriação de bens públicos como também da sua permissividade com relação ao roubo do patrimônio público nacional. Bom, no terceiro ano do seu

governo, o general Castelo Branco não melhorou essa situação. Nós fomos obrigados a editar o Ato nº 2, que renovava o poder punitivo da revolução, isso porque também se estava criando com isso – o senhor vê a maldade da assessoria do general Castelo Branco – uma faca de dois gumes. Tanto podia punir os antigos membros do governo Goulart e do Juscelino, vindos da política passada, como também podia atingir os próprios companheiros da revolução. Porque nesta época, no terceiro ano governo, estava em luta o não desejo do grupo do general Castelo Branco de aceitar o general Costa e Silva como seu substituto. Eles não queriam deixar o general Costa e Silva ser candidato à presidência da República. Estavam forçando a mão para que ele não fosse eleito, não fosse ser candidato. Então criaram esse AI-2, não tenham dúvida a respeito, com a finalidade dupla...

[FINAL DA FITA 6-A]

J.B. - Então criaram esse AI-2, não tenham dúvida a respeito, com a finalidade dupla de atingir tanto os anti-revolucionários como os revolucionários. Porque estavam pensando nisso. Mas, nessa época, eu estava fora do Brasil. Porque em junho de 1965, depois de insistentes pedidos dos companheiros, principalmente do marechal Eduardo Gomes eu fui para o Panamá. Em 1965, eu era o comandante da base aérea de Santa Cruz, quando recebi a visita do general Castelo Branco (já como presidente da República) que fora ver a situação que estava a base. Tudo estragado, a base completamente abandonada. Resultado do proposital e intencional trabalho do ex-comandante, que era o Rui Moreira Lima, que é herói de guerra, mas um péssimo soldado e um homem que queria continuar se aproveitando da situação de João Goulart, porque esperava que a república sindicalista vencendo, ele seria rapidamente levado ao fim da carreira. Embora ele não precisasse de nada disso, porque já era um herói consagrado da guerra mundial. Foi um dos pilotos que fez mais missões de combate na Itália, e tinha o peito cheio de medalhas e de real valor. Bom, mas infelizmente ele foi, na minha opinião pessoal, absorvido por essas idéias de grandeza e se perdeu nesse comportamento, levando a base de Santa Cruz, uma das bases mais poderosas do Brasil, a ficar em péssimo estado de conservação, péssimo estado de utilização. Isso levou a uma revolta dos sargentos, dos cabos, que ficavam revoltados com a maneira como eram tratados dentro da base. E isso é que ajudou a ele a se tornar um líder popular, não militar, mas popular no meio dos sargentos. Mas que com isso foi levado a um inquérito e colocado como indiciado, e acabou sendo cassado pela Revolução de 64, logo no início dela, no tal inquérito IPM que foi feito por nós e terminado pelo brigadeiro

João Paulo Moreira Burnier

Vinhais, e que acabou caindo em prescrição judiciária e não acabou sendo julgado pela Justiça Militar, e passou do prazo. Mas de qualquer maneira, o general Castelo Branco foi lá, mostrei todo o estado que estava a base. Dois, três dias depois, foi o ministro da Aeronáutica lá, o brigadeiro Eduardo Gomes, para me convidar para ser adido da Aeronáutica no Panamá. Eu disse que não queria aceitar, que queria continuar no Brasil. E ele disse: “Não, mas você precisa descansar.” “Não preciso descansar. Não estou cansado.” Eu desejava continuar. “Não, mas é um prêmio.” “Eu não desejo ser premiado.” Eu tive assim uma altercação grande com o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, para não aceitar o cargo. Infelizmente ou felizmente, não sei, o general Muniz Aragão, que era muito meu amigo e que eu tinha ajudado na época da revolução a assumir, a tomar o comando dos pára-quedistas na Vila Militar, isso no dia 31 de março de 1964, ele foi lá à base, passou lá dois dias comigo, me convencendo a aceitar. Porque de qualquer maneira ele tinha conhecimento de que eles iam me tirar do comando da base porque estavam com receio de possíveis ligações minhas com o governador Carlos Lacerda, de quem eu era amigo e fui amigo durante muito tempo, e eles estavam preocupados com isso. E o brigadeiro Eduardo Gomes estava convencido ou assessorado pelo grupo, pelo *staff* dele, de que eu deveria sair e ser levado para fora do Brasil. E estavam me oferecendo ser adido no Panamá. Eu recusei, mas o general Muniz Aragão me convenceu – aliás, morreu ontem, está sendo enterrado hoje, agora de manhã. O general Muniz Aragão está sendo enterrado hoje, uma das grandes figuras da Revolução de 64 e um dos grandes militares desse país. Morreu ontem e está sendo enterrado hoje. Hoje, dia 23 de dezembro de 1993. Pois bem, então o general Muniz Aragão passou lá dois dias comigo, acabou me convencendo. Então eu telefonei para o ministro da Aeronáutica: “Bom brigadeiro Eduardo, pode me nomear que eu vou aceitar”. E, realmente, no dia 11 de junho de 1965, eu embarquei num navio aqui no Rio de Janeiro, porque minha senhora não andava de avião, e saí barra afora e fui para os Estados Unidos. Mas nessa ocasião do meu embarque, convém lembrar que eu tive uma das maiores satisfações da minha vida. Na base aérea de Santa Cruz, o grupo de caça com seus aviões novos, Glosters Meteor, os aviões P-16 da aviação embarcadas e o próprio comandante da base naquela ocasião, que foi o comandante do grupo de aviação, que era o coronel Paulo Costa, também um dos heróis da Segunda Guerra Mundial, um excepcional oficial, eles fizeram uma demonstração, quando o meu navio saiu comigo com a minha família barra afora aqui no Rio de Janeiro. E fizeram uma maravilhosa demonstração de vôo. Todos os P-16, todos os aviões de transporte da unidade. E na saída da barra, os aviões de caça fizeram um verdadeiro circo no ar, no céu. Passaram entre os

mastros do navio, a alta velocidade, rasante, junto do mar, ao lado do navio, enfim, uma demonstração maravilhosa, uma coisa fantástica. A ponto de eu chorar, de correr as lágrimas dos olhos de satisfação, de alegria, de ver aquela beleza daquela demonstração, daqueles companheiros, em reconhecimento ao trabalho que eu tinha feito nesse país. Mas de qualquer maneira, foi uma coisa excepcional. Uma coisa indescritível mesmo. Bom, e fui-me embora para os Estados Unidos e só voltei em janeiro de 1968, depois de dois anos e meio como adido lá no Panamá. Bom, mas voltando ao general Castelo Branco, nesta época, a coisa estava feia e eu estava no Panamá, mas sempre em contato telefônico e por carta com todos os companheiros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha. Por incrível que pareça, eu era talvez um dos oficiais da Aeronáutica que mais tinha contato com oficiais do Exército e da Marinha. Isso porque, durante a conspiração, eu recebi do Bento Ribeiro, presidente da Cruzeiro do Sul, passagens em branco. Eu mesmo preenchia para que oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica viajassem pelo Brasil para fazer as ligações entre os diversos grupos. Eu mesmo oferecia todas essas passagens aéreas, que o Bento Ribeiro tinha colocado em minhas mãos em confiança para eu poder ajudar a fazer as ligações. Pois bem, então eu estava no Panamá e em contato com essa gente toda. E aí comecei a receber as informações todas do que estava ocorrendo. E que no Brasil a coisa estava feia, porque o grupo do Castelo Branco, o grupo que assessorava o general Castelo Branco não queria deixar que o general Costa e Silva fosse candidato a presidente. Essa luta ficou tão tensa, tão violenta, inclusive depois do AI-2, Ato Institucional nº 2, que era a tal faca de dois gumes, que houve uma reunião na Vila Militar. E nessa reunião, que nós chamamos de reunião decisiva, avisado pelos companheiros do Rio e de Washington, eu cheguei a comprar no Panamá, passagens de ida e volta para vir ao Brasil, imediatamente, assim que tivesse informações maiores. Se fosse necessário viria para cá para segurar o pessoal da Aeronáutica, que eram companheiros nossos da revolução. Então o general Costa e Silva foi à Vila Militar, e na Vila Militar, deu um ultimato final. Então a Vila Militar exigia do presidente Castelo Branco a decisão final de se ele ia permitir ou não ao Costa e Silva ser candidato a presidente da República. E feito esse acordo, feito esse compromisso, na Vila Militar, para exigir definitivamente a candidatura do general Costa e Silva. O general Castelo Branco resolveu aquiescer e aí o general Costa e Silva saiu do Ministério do Exército, e como candidato, passou a visitar vários países da Europa e também o Brasil. Nessa ocasião, numa dessas visitas, é que houve o primeiro atentado subversivo, terrorista nesse país. Que foi o que provocou realmente o início da escalada terrorista no Brasil. Foi no dia, se não me engano, 16 de dezembro de 1966. O candidato

Costa e Silva estava chegando no aeroporto de Guararapes, acompanhado de uma grande comitiva, em Recife, quando estourou uma bomba que foi colocada dentro de uma mala no aeroporto. Então, nessa ocasião, com a explosão dessa mala, morreram duas pessoas, um jornalista e um almirante e ficaram feridas 14 outras pessoas. Bom, então o general Castelo Branco terminou o seu mandato criando duas coisas muito importantes. Ele criou o SNI, Serviço Nacional de Informações, que anteriormente, de menor amplitude, chamava-se Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. E também o último ato dele foi a criação da Lei de Segurança Nacional. Mas também preparou uma constituição e apresentou ao Congresso para vigorar a partir da data em que o general Costa e Silva assumisse a presidência depois de eleito, no dia 31 de janeiro de 1967. Então a apreciação nossa sobre o governo Castelo Branco, vocês podem deduzir, principalmente na Aeronáutica, não foi muito favorável. Porque além de ele não dar aos revolucionários da revolução a oportunidade de dirigir a força aérea que eles desejavam, que eles sonhavam, ele prejudicou muito o desenvolvimento da Aeronáutica, jogando a Aeronáutica contra a Marinha, no problema da aviação naval, e com isso levando a subir, a se distinguir a hegemonia do Exército sobre todas as atividades da revolução. Contendo muito o ardor, os conhecimentos, o entusiasmo e principalmente a altivez e o idealismo dessa gente toda da revolução. E contendo as posições do almirante Rademaker, ele provocou também na Marinha a contenção dessas forças da Marinha, uma das forças que sofreu muito com a infiltração comunista dentro das suas fileiras. É por isso que nós temos esta avaliação do governo Castelo Branco. Embora ele tenha feito através de seus ministros da Economia um belíssimo trabalho. Inclusive ele mudou a moeda, numa tentativa ainda de continuar a melhorar a situação financeira do Brasil. Era isso que eu tinha a falar a respeito dessa minha opinião sobre o governo Castelo Branco.

C.C. - Brigadeiro, como eram feitas as cassações, o que o senhor achou delas, e como eram feitas?

J.B. - As primeiras cassações foram baseadas em relações feitas por indicações de militares e civis, referentes a militares e civis também que tinham tomado parte nas atividades, tanto subversivas como perniciosas e desonestas dos governos anteriores. Tanto de Juscelino quanto de Jango Goulart. Essas relações foram tiradas dos arquivos das segundas seções dos Estados Maiores e das unidades, porque não é só no estado-maior que tem 2ª Seção. As pequenas unidades também têm segundas seções. E lá estavam arquivadas todas as

informações a respeito de militares e de civis que tinham alguma atividade, e que era importante anotar. Mas naquela época se anotava principalmente a parte militar das três forças, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Agora, com relação ao departamento de segurança pública dos diversos estados, também existiam arquivos. E nesses arquivos também, por denúncia de revolucionários dos estados ou mesmo revolucionários que vieram a ter ação federal, essas denúncias eram feitas, e eram tirados esses nomes das informações. Então essas denúncias eram coligidas em cada área dessas, com essas informações e também com o serviço do SFICI. Do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, que existia aqui no Rio de Janeiro e que tinha ramificações em todos os estados. Era o antigo SNI. Quando o presidente Collor acabou com o SNI eu achei um absurdo. Um presidente da República não pode, em lugar nenhum do mundo, trabalhar ou governar um país sem informações, sem informações de todas as áreas, de todos os campos do poder nacional: econômico, militar, psico-social. Todas essas informações têm que ser colecionadas e analisadas, e colocadas à disposição do presidente da República, de seu *staff* e de seus ministérios, para poderem governar um país. Principalmente um país das dimensões e da população como é o Brasil atual. Quer dizer, o Collor, quando acabou com o SNI, ele cometeu o maior crime que podia fazer contra o próprio país. E contra ele mesmo. Ou então ele queria realmente evitar que alguém soubesse das atividades dos seus amigos, PC Farias e outros. Porque eu não acredito pessoalmente que ele seja um homem desonesto. Bom, mas agora, com relação ao que nós estávamos falando, essas relações eram feitas e em cada nome dessas relações, eram colocados todos os atos e fatos relativos a essa pessoa que motivaram a sua indicação para ser punido pelos atos da revolução. Assim eram feitas essas relações, juntadas dos ministérios, selecionadas pelos Estados Maiores dos ministérios, e depois eram levadas ao Alto Comando Revolucionário que também possuía um *staff*, e fazia por sua vez uma última avaliação. Muitos escapavam, mas a grande maioria não. A primeira então foi espetacular, caiu em cheio na área militar. E somente três deputados foram cassados nessa época. Foi o AI-1 do general Costa e Silva, antes de assumir o governo do Castelo Branco. Bom, essa era a parte de como surgiam essas listas e eram feitas essas cassações. Bom, o ministro da Justiça recebia tudo isso por ordem do Comando Revolucionário. Então ele emitia os atos punitivos de cada um. Tanto tirando direitos políticos, como cassando e demitindo, botando na reserva oficiais. Na reserva, quer dizer, reformados, como se fossem mortos. Tinham saído da carreira militar mesmo. E no meio civil, do mesmo jeito, demitidos sumariamente. Hoje em dia fala-se muito em injustiças que houve. Deve ter havido algum excesso, talvez algum excesso de

vingança de algum companheiro, principalmente da parte civil, de um companheiro contra outro, mas acho dificilmente, porque eram muito bem selecionados. E os homens que fazia a seleção eram homens muito credenciados, de caráter muito bem formado. Inclusive a cassação de Juscelino, a cassação de Carlos Lacerda, a cassação de Ademar de Barros, embora tivessem ajudado, principalmente Ademar de Barros, que foi um dos esteios da Revolução de 64, tivesse me perturbado bastante, eu não pude deixar de concordar, porque realmente esse homem ia levar o estado de São Paulo a um desastre. Naquela época ele queria emitir bônus do estado de São Paulo. Ele ia destruir a economia do estado de São Paulo. Quer dizer, a locomotiva do Brasil ia ser destruída por um ato impensado ou mal dirigido, mal orientado do governador Ademar de Barros, um homem que foi um dos principais esteios dessa revolução. E o Carlos Lacerda entrou em choque com a direção da revolução, e com isso tornou-se inviável a sua eleição como civil candidato à presidência da República. E com isso, ele magoado, se afastou dos militares e da revolução, e começou, entrou na tal Frente Ampla, para poder combater a Revolução de 64 e tentar voltar atrás. E nessa ocasião, então, ele foi acompanhado, foi inspecionado, foi avaliado e julgado. Ele tinha um gênio e um caráter incontroláveis. Ele não obedecia, não seguia uma norma correta, uma norma reta, tinha variações muito grandes, e sua personalidade não se submetia a qualquer controle. Então os militares não puderam aceitá-lo, aproveitá-lo na presidência da República. E com isso, ele passou para o outro lado, ele entrou em contato com Jango Goulart e tudo mais, e a revolução foi obrigada a apelar e a tomar a atitude de cassar o senhor Carlos Lacerda.

C.C. - E os IPMs?

J.B. - Com relação aos IPMs, os Inquéritos Policiais Militares, eles foram determinados pelo Castelo Branco, mas tinham que seguir as normas, não da revolução, mas sim as normas do Processo Penal Militar. Ora, todos nós sabemos que esse processo, como até hoje, é bastante moroso, bastante lento, e tem muito pouco apoio. Então os próprios auditores não têm grande capacidade de trabalho, por causa da falta de meios para trabalhar, e apesar de ser um regime revolucionário, a coisa continuava a mesma. Faltavam os meios para poder fazer. E a lentidão disso levou os inquéritos a ficarem esperando uma eternidade. Depois de terminados os inquéritos, o julgamento demorava um, dois, três anos para chegar a uma conclusão. Havia a falta de vontade política do governo federal, que não desejava a apuração: uns porque achavam que não tinham que dar satisfação à lei, outros

porque eram revolucionários, e outros porque não concordavam com o próprio inquérito. Enfim, acontece que a maioria deles, 90%, caiu em prescrição judiciária e não teve efeito fundamental. Inclusive aquele que eu fiz na base de Santa Cruz, e que apurou a grande rede de conspiração que havia dentro da Força Aérea Brasileira. Foram ouvidos oitocentos militares e civis. Foram indiciados cerca de setecentos oficiais, 150 sargentos, 25 ou 30 cabos da Aeronáutica. Acabou não dando resultado de punição alguma na área judiciária, ficando apenas na parte de inquérito e sendo cassadas as pessoas por ato institucional, porque era impossível aguardar mais tempo. Isso é o que eu tinha para falar a respeito disso. Mas acho, finalmente, que tantas cassações, principalmente as cassações da Aeronáutica foram muito bem feitas e muito bem selecionadas. Não creio ter havido um único caso de injustiça. Agora, com relação aos IPMs, realmente na Aeronáutica como nos outros Ministérios, fracassaram por falta de continuidade ou morosidade do processo e caíram em prescrição judiciária realmente.

C.C. - Brigadeiro, o senhor participou das articulações para a escolha do Costa e Silva?

J.B. - Praticamente a pergunta já foi respondida em comentários anteriores. Entretanto, taxativamente, realmente sim, tive. Acompanhei, embora estivesse no Panamá como adido da Aeronáutica desde junho de 1965, como declarei anteriormente, eu tinha contato telefônico com Washington junto à Embaixada do Brasil, com o adido da Aeronáutica do Brasil lá em Washington, que era o coronel Roberto Hipólito da Costa, e posteriormente, o coronel Carlos Afonso Delamora. E também no Rio de Janeiro, com todos os companheiros do Exército. Eu fazia ligações quase que diárias com os companheiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E mais, cartas e tudo, porque nós precisávamos acompanhar a situação, porque o grupo do general Castelo Branco, quer dizer, os assessores do general Castelo Branco estavam dificultando, criando dificuldades para aceitação por parte do general Castelo Branco da candidatura do general Costa e Silva para a presidência da República. E chegou a um clímax em final de 1965, levando a uma decisão final que foi feita na Vila Militar, em que as unidades do Exército ali localizadas, comandadas na sua maioria, na quase totalidade por homens da revolução, que tinham sido colocados lá pelo próprio general Costa e Silva. Num almoço grande que houve lá, exigiram a aceitação por parte do presidente da República, que acabou declarando publicamente lá para os oficiais do Exército, que estava aceita a candidatura do general Costa e Silva. E que ele podia iniciar a sua candidatura e iniciar sua campanha, deixando a

direção do Exército. Ele deixou a direção do Exército, fez a sua campanha, e aí como já disse anteriormente também, ele fez visitas a vários países estrangeiros, visitas ao Brasil todo, para firmar a sua pessoa, a sua figura na opinião pública de todos. Acho que não tem mais nada.

C.C. - Em 1968, voltando do Panamá, o senhor está na Chefia da Seção de Informações do Gabinete do ministro Márcio de Sousa Melo, de quem se torna o chefe de gabinete. Como eram as relações entre os serviços secretos das várias forças? Havia superposição ou não, e quais eram as suas funções nesses cargos?

J.B. - Essa pergunta tem um equívoco muito grande. Eu só cheguei do Panamá, em janeiro de 1968. E ao chegar ao Brasil, eu fui indicado por ordem do senhor ministro para ser oficial de gabinete do seu ministério. E foi determinado a mim que assumisse, por escrito, por decreto, a Chefia da Seção A1 (GM-1), encarregada de pessoal do próprio gabinete do ministro da Aeronáutica. Então eu não entrei direto para a 2ª Seção. Eu primeiro fui para A1, e aí permaneci de janeiro até a data de 16 de abril de 1968, quando o brigadeiro Sousa e Silva, que era titular da Chefia do Gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio Sousa e Melo, ficou doente. Com o brigadeiro Sousa e Silva ficando doente, o ministro determinou, em portaria, que eu assumisse interinamente a chefia do gabinete. Fiquei lá do dia 16 de abril até o dia 29 de abril de 1968. Apenas 13 dias passando a função novamente ao brigadeiro Sousa e Silva, quando ele retornou do seu descanso, porque ele estava doente e precisava descansar. Então ele reassumiu dia 29, e eu passei a direção do gabinete para ele. Nessa ocasião eu fui promovido a brigadeiro do ar, e é interessante notar que nessa ocasião eu era o número 21 na escala hierárquica dos coronéis e o número 13 na lista de escolha para promoção. E o general Costa e Silva, ao fazer a promoção, me promoveu a brigadeiro, e com esta minha promoção eu passei à frente de cerca de 13 companheiros coronéis da Aeronáutica. Aparentemente, esse ato do general Costa e Silva teria sido em benefício da minha carreira militar. Na ocasião da apresentação dos brigadeiros ao general Costa e Silva – porque é normal toda vez que acontece uma promoção de um oficial general, que ele vá à presença do presidente, agradecer a promoção – nessa ocasião eu me dirigi ao presidente Costa e Silva, na hora em que me apresentei e disse: “General Costa e Silva, eu agradeço a sua promoção. Em todo o caso, o senhor não sabe o mal que fez à minha carreira e a mim. A minha promoção, passando à frente de vários companheiros, seguramente vai me prejudicar e vai criar uma

maledicência muito grande.” Ele: “Não se preocupe, brigadeiro, eu tenho confiança no que fiz.” Mas realmente isso veio prejudicar a minha carreira no futuro, porque os homens, vaidosos e sempre orgulhosos de suas carreiras, não perdoam terem sido caroneados. Este é um termo que se diz na gíria militar. Na promoção eu estava em evidência, mas eu não tive nenhuma interferência. Não foi por minha culpa, nem por minha vontade, nem meu pedido. Foi decisão do presidente da República, que é o único capaz de promover um oficial de qualquer força armada a oficial general. É prerrogativa específica dele dada em constituição. E essa promoção minha veio provocar mais tarde o meu afastamento prematuro da força aérea, por vingança do retorno da suposta legalidade. Bom, de qualquer maneira eu fui promovido a brigadeiro, fiquei adido ao gabinete, mas continuando como oficial de gabinete do ministro. Um oficial de gabinete, aguardando funções. Aí o ministro da Aeronáutica me nomeou para chefiar a 2ª Seção do Gabinete do ministro, que é a Seção de Informações. Que faz a coleta das informações dos oficiais e que ajuda nas informações para o ministro da Aeronáutica.

[FINAL DA FITA 6-B]

J.B. - Ali permaneci durante alguns meses, e preparamos a documentação para o ministro da Aeronáutica. Então, como eu disse, fiquei como oficial de gabinete, e o ministro me nomeou então para assumir a chefia da 2ª Seção do Gabinete do ministro, que é a seção de informações. E nessa função permaneci até o dia 24 de julho de 1968, quando foi criado por decreto o NCISA, Núcleo do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. E assumi a função de chefe do NCISA no dia 25 de julho de 1968. Interessante notar que quando estive como adido do Panamá, como já contei, ainda permaneci mais três meses lá, para terminar o meu curso de informações. Então cheguei e comecei a assumir essa função, e comecei a organizar. Para vocês terem uma idéia do ridículo que era a 2ª Seção de Informações do gabinete do ministro da Aeronáutica, ela constava apenas de um auxiliar, que era o telefonista da seção e mais um tenente e o coronel Maciel, que era o antigo chefe. Então, quer dizer, eu assumi, eu, brigadeiro Burnier, o coronel Maciel e o tenente Pinto e um auxiliar. Essa é que era a 2ª Seção que vinha há anos e anos funcionando dessa maneira. Para vocês terem uma idéia do ridículo da falta de gente, da falta de capacidade dessa organização. Pois bem, em seguida eu assumi, preparei toda a documentação, preparei tudo a respeito, à semelhança do CIEEx e do Cenimar. O CISA foi criado, foi desenvolvido e se transformou realmente numa seção importantíssima. A

João Paulo Moreira Burnier

cabeça do serviço de informações da Aeronáutica. Foram criadas seções de operações, seções de arquivos, enfim, toda uma organização completa de informações que começou a atuar, e que posteriormente vocês vão ver, teve atuações bastante eficazes e completas no combate à subversão.

C.C. - Brigadeiro, como o senhor resolveu a questão de pessoal? O senhor falou que só tinha duas pessoas.

J.B. - Bom, eu lembro que, quando eu fiz o curso de Informações no Panamá, foi por ordem do próprio brigadeiro Márcio, que era o ministro da Aeronáutica. Então me autorizou a fazer o curso. Então havia um compromisso dele comigo de que na ocasião própria, seria desenvolvido o serviço. O pessoal necessário seria recrutado e treinado, preenchendo os quadros a serem criados. Foi feita tabela de pessoal, a organização e a tabela de pessoal correspondente. Então começamos chamando todo o pessoal. Esse pessoal ia fazendo curso no Panamá, ia fazendo curso no Brasil, na Escola Superior de Guerra, e também cursos que nós próprios criamos, porque os primeiros oficiais que fizeram curso junto comigo no Panamá, quando voltamos, eles foram designados instrutores. Se transformaram em professores dentro desses cursos que iam ser feitos. E começou a se desenvolver, porque muitas funções eram de informações e contra-informações. Mas a maioria das informações, de analistas, eram formações que iam sendo selecionadas pouco a pouco. Não era uma coisa necessária obrigatoriamente, uma coisa de chegar e assumir uma função não. Era na prática que ia funcionando e ia criando e ampliando. Então essa tabela de pessoal foi criada, e foi sendo preenchida pouco a pouco. Então o NCISA foi tomando vulto e crescendo, tanto em pessoal e em conhecimentos como em prática. Posteriormente eu recebi autorização e verbas especiais para comprar equipamentos. Então encomendei, autorizado pelo ministro da Aeronáutica, através do adido naval brasileiro em Tóquio, equipamentos de última geração para o serviço de informações. E aí recebi máquinas fotográficas maravilhosas, aparelhos de escuta, aparelhos de visão, aquelas máquinas com aquelas lentes, superlentes de um metro de tamanho, escutas através de parede, escuta telefônica, e todo o equipamento de informações, gravadores de todo tipo. Bom, e mais do que tudo isso, nós compramos na Alemanha um misturador, uma central de misturador de vozes para telefone. E à semelhança do que tinha na Central Telefônica do Exército lá no Ministério do Exército aqui no Rio, e que tem até hoje, nós criamos também na Aeronáutica a linha vermelha, isto

é, uma estação de comunicações que passou a falar com o Brasil inteiro. E todos os altos comandos e grandes unidades da Força Aérea Brasileira passaram a ser interligados ao ministro da Aeronáutica diretamente em Brasília, ou no Rio de Janeiro, como era naquela época. O misturador trazia mais de um bilhão de combinações. Mudava de tempos em tempos a combinação. E tornou quase impossível a decifração de qualquer comunicação telefônica boca a boca. Um sistema muito elogiado na época. Nós compramos, adquirimos e instalamos, e passamos a funcionar. Um fato interessante. Alguns meses depois, certa ocasião, quando eu estava no comando da 3ª Zona Aérea, quando estava de férias viajando para o Paraguai, com o automóvel pela estrada com a minha senhora, fui abordado pela Polícia Rodoviária Federal numa tentativa de achaque. Guardas rodoviários lá no quilômetro 250 entre São Paulo e Curitiba tentaram me achar. E nessa ocasião já tinha mais de 50 automóveis parados lá. Ele estava checando um a um. Quando chegou a minha vez de falar com eles, eles quiseram fazer uma palhaçada comigo, e lá pelas tantas eu dei voz de prisão a eles. Eles reagiram. “Vocês vão ser presos.” Eles acharam graça. Saí dali, fui ao meu automóvel, chamei Brasília por telefone, do meu automóvel. Brasília ligou-se com Curitiba. Curitiba mandou um avião sobrevoar a área. O avião avisou que vinha uma viatura, depois chegou essa viatura ali no quilômetro 250 da São Paulo-Curitiba, e prendemos os dois guardas. Você vê, o serviço funcionava dia e noite. Uma beleza o serviço. E com isso os guardas posteriormente foram expulsos da Polícia Rodoviária Federal. Esse serviço era maravilhoso, trabalhou muito bem, durante anos e até hoje funciona. Era a rede vermelha de comando da Força Aérea Brasileira. É utilizado pela rede de comando. Então essa atividade começou a ser criada. Outra coisa formidável que eu fiz daí, a partir da organização e da implantação, foi posteriormente o combate que nós fizemos à subversão, e em especial o combate ao Lamarca, quando ele fez aquela guerrilha rural lá em Iguape. E diante desse trabalho nós mandamos para a área vários equipamentos, vários conjuntos, várias equipes, e um helicóptero atuando junto às unidades do Exército. Fizeram o cerco do Lamarca e detectaram a sua saída, o rompimento do cerco do Lamarca e a sua ida para a Bahia. Nós fizemos o acompanhamento dele, até que ele foi localizado no interior da Bahia e aí foi morto num ataque que os oficiais do Exército fizeram, e que o CISA deu todos os informes para o Exército poder chegar até lá. E o Lamarca foi morto nessa ocasião. Então no caso do Lamarca, este foi o trabalho do CISA para sua localização e destruição. Posteriormente, utilizamos muito esses serviços nossos de comunicações para ajudar o Exército na guerrilha lá em cima no Araguaia embora o Exército também tivesse muito boas condições de poder trabalhar. Agora, como

eu disse anteriormente, esses serviços eram muito bem relacionados e, em especial, muito bem montados, com ligações diretas entre o centro de operações do CISA, do CIEEx e do Cenimar, do DOI-CODI, com as chefias de controle de operações construídas em várias áreas, com a Operação Bandeirantes São Paulo e com o SNI. Então esses contatos eram muito estreitos e muito ligados. E havia uma confiança total entre nós. Então qualquer oportunidade que aparecia, missões que podiam uma cruzar com a outra, o pessoal operacional era avisado, e dificilmente ocorria qualquer encontro de companheiros na mesma área. Auxiliamos muito o Exército, auxiliamos muito a Marinha, e esses serviços transcorreram muito bem. E nunca houve uma superposição real. Houve sim, uma cooperação muito grande entre todos os serviços, e nenhum deles nunca quis ser superior ao outro. Embora a Marinha tivesse menos meio de comunicações, ela também cooperou fundamentalmente conosco, e o Exército, embora tivesse cometido alguns excessos em suplantar alguma operação que tivesse sido iniciada por nós ou pela Marinha, eles voltavam atrás, reconheciam e passavam a cooperar e a trabalhar 100%. Porque também havia uma coisa fundamental. Havia uma absoluta confiança entre os chefes dos serviços. Entre eu e o Coelho Neto, entre eu e o General Fiúza de Castro e outros.

M.A. - E na Marinha?

J.B. - Na Marinha tinha um comandante que não há meio de eu lembrar agora. Ontem também tentei lembrar, não consegui lembrar, mas eu vou me recordar. Bom, não há de ser nada. Eu procuro dizer depois. Esse comandante da Marinha era muito bom. Tinha vários outros oficiais muito bons também que trabalhavam conosco. Mas o tempo vai passando e a gente guarda o fato, mas não guarda o nome da pessoa. Mas trabalhávamos muito bem. Nunca houve superposição nenhuma.

C.C. - Não é Noronha não?

J.B. - Não. O Noronha é um homem tradicional na Marinha. Era um rapaz até meio engraçado, parecia que o olho era meio fechado.

C.C. - Quais eram as suas funções no CISA?

J.B. - Ah, as minhas funções lá. As minhas funções eram primeiro organização e chefia. Era chefia, organização e autorização de execução das missões. Quando eu tomava conhecimento, a operação já estava em curso. Porque o inimigo não espera a gente para tomar iniciativa. E nós também não podemos esperar. A decisão do chefe é tomar a iniciativa de fazer uma pesquisa ou uma busca. Então você tem que tomar as providências. O telefone da gente vive permanentemente ligado, em qualquer lugar que você esteja, com bip, tudo, rádio, o tempo todo. Os serviços desse país eram muito bons, e nós tínhamos diretamente todas as informações que chegavam de todos os lados.

J.C. - Brigadeiro, como o senhor acompanhou a doença do presidente Costa e Silva e a atuação da Junta?

J.B. - Bom, a doença do general Costa e Silva começou em setembro, se não me engano, setembro de 1969, e nos foi comunicada logo que ele teve o primeiro ataque. O Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica já estava em funcionamento, já estava bem criado, bem ampliado, e já tinha suas raízes misturadas em todas as áreas, em todas as unidades da FAB, colocadas nas segundas seções de Informações das unidades, acrescidas de pessoas escolhidas e selecionadas por nós. Cada um que era selecionado, era selecionado fazendo-se uma verificação. Vocês não sabem, mas qualquer pessoa que trabalhe com informações, é estudada, é visto a família dele, a vida dele, tudo que é dele. É dificilmente no serviço de informações aparece um desonesto, um canalha, vamos dizer assim, porque ele é investigado, em todos os seus familiares, todos os seus amigos. É perguntado, feito uma espécie de “perguntório” em volta de seus amigos pessoais e tudo. E aqui a gente tem uma informação muito grande a respeito do oficial. Nós tivemos nos quadros do CISA a eliminação de dois homens. Um era um sargento, porque se apropriou indebitamente de roupas de um subversivo, durante uma batida que houve num dos aparelhos subversivos. E o outro, um tenente-coronel da FAB que foi pego em flagrante tentando conquistar uma guerrilheira. Ela estava presa. E passou a dar informações a ela. Pegamos essa conversa, botamos ele em flagrante. Agora, a conduta militar dele era irrepreensível, mas a parte sexual dele devia ter falado mais alto, e ele tentou conquistar essa mulher e com isso destruiu a sua carreira. Esse oficial foi para a reserva depois, foi instado a pedir reserva voluntariamente, porque a sua carreira estava cortada. Porque ele não podia agir como agiu. Como este eu acho que não houve nenhum outro caso dentro do CISA que a gente pudesse acusar como falha do pessoal nosso. Bom, então as informações

chegavam de Brasília. Então tivemos a informação de que o Costa e Silva vinha de Brasília para o Rio de Janeiro. Chegou no aeroporto do Galeão e foi recebido por toda a oficialidade das três forças armadas, pelos três líderes militares. Todos foram lá receber o presidente Costa e Silva. Ele ainda chegou em bom estado, andando, caminhando, de pé, ainda deu adeus para todos, saudou a todos quando chegou no aeroporto, mas realmente já se notava que ele estava com dificuldade para falar, tanto que ele não falou com ninguém. Então dali em diante ele foi para a casa dele, para o palácio de Laranjeiras, não sei onde ele foi, mas foi para ali, e dali então ele começou a piorar, piorar, até que houve a sua paralisação total, e com isso a junta dos três ministros militares assumiu a direção do país, e a continuação dessa junta, o trabalho dela continuou como se fosse o mesmo do Costa e Silva. Então não houve uma descontinuidade. Havia reuniões quase que diárias entre esses três ministros militares, e a junta trabalhava em comum acordo, sem nenhuma prepotência de qualquer um de seus membros. E eu me lembro perfeitamente que eram três homens excepcionais. Era o general Lira Tavares, era o almirante Rademaker e era o brigadeiro Márcio Sousa e Melo.

C.C. - E como é que se deu a escolha do presidente Médici?

J.B. - Com a doença do general Costa e Silva, houve um determinado momento que o general Costa e Silva não podia realmente mais continuar, e o cargo foi considerado vago. Então o Alto Comando das três forças armadas, por ordem da junta militar, reuniu os seus oficiais generais. Na Aeronáutica, por exemplo, todos os oficiais generais reunidos na sala do gabinete do ministro da Aeronáutica foram informados da situação e consultados sobre os possíveis substitutos para o presidente da República. Vários nomes foram citados. Apareceram os nomes dos Generais Sizeno Sarmento, o general Albuquerque Lima e o general Garrastazu Médici. Nas discussões, foi colocado o assunto para se discutir à vontade. Todos começaram a conversar entre si, todos eles. Havia grupos que queriam o general Albuquerque Lima, outro grupo queria o general Sizeno e o general Garrastazu Médici. Na Aeronáutica, após um período bastante grande, houve a votação final. Mas a dúvida ficava entre o general Sizeno Sarmento e o general Garrastazu Médici, que estava em segundo. O general Albuquerque Lima em terceiro. Mas na ocasião ainda continuou a haver discussões, e o general Sizeno Sarmento, por questões familiares, começou a perder, e acabou sendo eleito, talvez o menos revolucionário de todos, que era o general Garrastazu Médici, cuja atuação tinha sido só na Escola Militar de Resende, por ocasião de

1964. Mas de qualquer maneira foi um homem que foi selecionado pela Aeronáutica para o primeiro lugar. Na época o general Médici estava no Comando do III Exército, em Porto Alegre, RGS. Na Marinha aconteceu semelhantemente o mesmo problema, tanto que nós tínhamos ligações. Eu em especial tinha muita ligação com o almirante Rademaker, então eu sabia muito bem o que se passava lá também. A dúvida ficou entre o general Garrastazu Médici e o general Albuquerque Lima, lá na Marinha. E no Exército a coisa também correu assim, pelas informações que nós tínhamos. O general Sarmento era muito meu amigo também, nós tivemos contato e eu também fiquei sabendo, inclusive eu fui o único oficial da Aeronáutica a comparecer a uma reunião que houve lá no Ministério do Exército, e nessa ocasião ficou mais ou menos assentado que também seria o general Garrastazu Médici. Talvez fosse o mais selecionado por todos, porque talvez não fosse tão radical quanto os outros.

C.C. - Brigadeiro, o general Sizen Sarmento era o seu preferido na eleição?

J.B. - Eu achava que devia ser o general Sizen Sarmento. Por ser o homem mais revolucionário de todos aqueles que estavam ali. Tinha tomado parte mais decisiva daqueles nomes que foram apresentados na ocasião. E eu era favorável a ele. Meu voto foi ponderado por mim com bastante veemência a favor do general Sizen Sarmento. Mas na votação final acabou sendo indicado o general Garrastazu pela Aeronáutica, pela Marinha acabou sendo ele também, e o Exército acabou votando também nele. Então, em comum acordo, o conjunto foi consensual. Mas foram feitas reuniões separadas. Eu talvez tenha sido o único oficial que soubesse de ligações diretas, não sei se outros também tiveram, mas eu tinha muita ligação direta com o almirante Rademaker, que era o ministro da Marinha e era o dono da guerra na Marinha, era o chefe revolucionário na Marinha, e o general Sarmento, que era um dos chefes do grupo do Costa e Silva. Era o chefe lá do Exército. Eu tinha muita ligação com essa gente e eu podia fazer uma avaliação bem forte. Acho que se não fossem as tendências do general Albuquerque Lima, as tendências políticas, ideológicas dele, um pouquinho mais voltadas para a área socialista, e as situações particulares e pessoais do general Sizen Sarmento, o general Sizen Sarmento teria ganhado disparado dos outros. Mas acabou a maioria escolhendo o general Garrastazu Médici, que foi indicado e posteriormente eleito presidente da República. E de quem não houve nenhum arrependimento futuro, pois trabalhou até bem, embora tenha sido o principal responsável pela minha passagem para a reserva.

C.C. - Brigadeiro, em que momento e de que forma, se chegou à conclusão de que a polícia não seria suficientemente competente para enfrentar a subversão?

J.B. - Bom, desde 1964, com a vitória da revolução, os chefes militares tinham absoluta certeza da incapacidade, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil e da própria Polícia Federal. Incapacidade de controlar a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação, dentro dos órgãos da administração pública, e em especial, dentro das próprias forças armadas. Incapacidade de detectar essas lideranças e impedir a progressão da escalada vertiginosa que estava se encadeando no Brasil. Principalmente pela situação do próprio presidente João Goulart e dos seus auxiliares principais. Inclusive alguns ministros dele. Bom, em função disso, com a vitória da Revolução de 64, nós já não acreditando nessa situação, começamos a fazer controle da população, porque toda revolução, toda guerra, com a vitória das forças militares de um país sobre o outro, no caso do Brasil, sobre o pessoal da subversão, começou a crescer o controle das forças militares, das unidades militares, sobre as informações que vinham da área civil para nós. Em função disso, quando chegou 1968, com o incremento dos distúrbios de rua já em reação ou tentativa de reação contra o governo militar do general Costa e Silva, e com o pedido do governador do estado do Rio de Janeiro, Guanabara, o doutor Negrão de Lima, de que sua Polícia Militar era muito insipiente, não tinha formação de quadros, principalmente porque tinha havido aquela fuga da Polícia Militar do Rio de Janeiro para Brasília. O pessoal novo que foi se apresentar não tinha experiência ainda suficiente para fazer policiamento externo ofensivo. E a Polícia Civil estava bastante reduzida, também tinha sido diminuída bastante, e o seu pessoal não era preparado, não havia a preparação conveniente tanto militar quanto psicológica e intelectual dos seus membros para poder fazer um tipo de combate, um tipo de seleção e de aperfeiçoamento. Sobre ladrão, sobre assassinato podia ser, mas sobre a parte política do país, dificilmente a Polícia Civil tinha gente e pessoal preparado para isso. Os próprios delegados não estavam preparados, e sempre todos eles comprometidos por um lado ou pelo outro, pelas nomeações em suas delegacias. Esses homens eram mais dependentes da política partidária. Então as forças militares que já tinham se infiltrado nessa área, e com o pedido do governador Negrão de Lima, o presidente Costa e Silva determinou em uma portaria de segurança interna, de que os Exércitos, I, II, III, IV e V Exércitos e o comando da Amazônia fossem responsáveis pelas áreas de segurança interna das áreas sob sua jurisdição. Por exemplo, o I Exército no Rio de Janeiro era soberano na

segurança interna tanto no estado do Rio de Janeiro, na Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, estado de Minas Gerais e no estado do Espírito Santo. O II Exército em São Paulo ficaria responsável pelas áreas de São Paulo e Mato Grosso. O IV Exército seria toda a área do Nordeste, dos estados do Nordeste, e assim por diante. Bom, então em função disso, com o pedido do governador Negrão de Lima, o I Exército determinou então que fosse feito o trabalho para estancar aquele vulto, aquele crescimento inopinado feito por estudantes, feito por ativistas de esquerda aqui no Rio de Janeiro. O Exército assumiu o controle da situação, com a cooperação do Ministério da Aeronáutica, das forças também regionais. Por exemplo, no Comando do 3ª Zona Aérea, todas as unidades que estivessem nas áreas jurisdicionadas à 3ª Zona Aérea, também davam cooperação às forças do Exército. E na Marinha a mesma coisa. Dentro das bases navais, foram delimitadas, no Rio de Janeiro, as que correspondiam à segurança do quadro da Marinha e do quadro da Aeronáutica, e o Exército ficava com o restante. Mas mesmo assim, muitas vezes eram pedidas unidades de um lado e do outro para poder cooperar e fazer atividades específicas a respeito disso. Então a atividade do Exército, a influência do Exército, das forças armadas na segurança interna, começou mais fortemente a partir de 1964, mas em especial, a partir de 1968, porque começava a haver as repercussões das tentativas de combate ao regime militar, ou melhor, à direção dos governadores, presidentes militares. Em 1968, realmente a subversão começou na realidade, como já disse antes, com o primeiro atentado terrorista no aeroporto de Guararapes. E aqui eu gostaria de dizer então no nome dos dois mortos, os primeiros mártires, vamos dizer assim, os primeiros dois mortos da ação terrorista subversiva no Brasil. É o jornalista Edson Régis e o almirante Nelson Dias Fernandes. É importante dizer isso porque eram duas pessoas que não tinham influência nenhuma, e foram vítimas violentas desse atentado terrorista que começou realmente a levar as forças armadas a pensar a criar realmente grupos, unidades específicas para combate e repressão à subversão. Criando o DOI-CODI, criando o Centro de Operações Bandeirantes lá em São Paulo, no combate ao pessoal subversivo, ao pessoal terrorista, contra aqueles atentados contra embaixadores. Havia pessoal especializado. Porque realmente a Polícia Civil não tinha condições de fazer isso. Mas no atentado de Guararapes, tiveram mais 14 feridos ainda, por causa daquele atentado à bomba lá, além daqueles dois mortos de que falei.

C.C. - Então como se deu essa decisão de envolver os militares no combate à esquerda, na esquerda revolucionária?

J.B. - Bom, essa pergunta praticamente já está respondida por tudo que eu já disse anteriormente. É por causa da ineficiência, incapacidade das forças policiais civis e militares de fazer repressão a um tipo de ação que estava surgindo. As próprias forças militares não tinham preparo nenhum. Os terroristas começaram a usar uma articulação que vinha do Partido Comunista. Você vê que os MR-8, todos esses movimentos armados contra o regime militar, partiram de uma base central, que era o Partido Comunista. Porque a organização do Partido Comunista, toda ela subterrânea, toda ela escondida...

[FINAL DA FITA 7-A]

J.B. - (...) como se fosse uma máfia, ensinou aos seus adeptos técnicas especiais, técnicas de guerrilha urbana, técnicas de guerrilha rural. Então até apareceram aquelas cartilhas de Mao Tse Tung, do regime lá de Cuba, houve infiltrações aqui, tanto que o Brasil cortou relações com Cuba no governo Castelo Branco por causa dessa infiltração. Havia agentes cubanos aqui no Brasil. Até agentes chineses foram presos aqui no Brasil. Preparavam e matavam o pessoal com injeção especial. Então isso é verdade e foram noticiadas pelos jornais, rádio e televisão. Agora, as forças militares que estavam assumindo o comando dessas operações tiveram que fazer, porque embora não tivessem preparo para isso, a Polícia Civil e a Polícia Militar não tinham condições nenhuma de fazer isso. E era uma coisa nova que estava surgindo. Não era questão de roubo, não era questão de assassinato, de vingança, nada de polícia não. Era tudo porque os subversivos tinham se organizado subterraneamente, clandestinamente, de uma maneira violenta. E mais. Tinham recebido armamentos de fora muito mais pesados do que a Polícia Civil usava. Então as forças armadas foram obrigadas a preparar o seu pessoal. Os próprios serviços de informações, do Cenimar, CIE e CISA, foram começando a adquirir armas especiais para combater esse pessoal de igual para igual, pelo ao menos.. Por exemplo, os subversivos usavam a escopeta, uma carabina 12 serrada pela metade do cano. Em vez de a carabina fazer o foco de balins de chumbo em determinada área numa distância de 30 metros, o diâmetro da área atingida seria de mais de um metro de raio. O disparo passa a espalhar balins quando numa distância de cinco metros, numa área de cinco a seis metros de diâmetro. Então um tiro de escopeta desse atingia uma área de cinco metros de área final, de diâmetro numa área final. Armas completamente diferentes. Metralhadoras israelenses de cadência rápida, armas como essas da OTAN. Então todas essas armas começaram a surgir nas mãos desses

subversivos. Pistola, em vez de ser a famosa 45 de sete tiros, passaram a vir as pistolas de nove milímetros de 14 tiros. Então esses armamentos começaram a surgir, e técnicas também. Como é que se ia fazer para invadir um aparelho de subversivos com este tipo de armamento sofisticado que eles tinham? Um aparelho era um apartamento que era alugado pelos subversivos em que eles se reuniam e onde guardavam os seus assaltos, ou mesmo se reuniam para confabular novos assaltos. Por exemplo, os raptos de embaixadores que aconteceram, raptos de militares que aconteceram. Então para poder combater essa gente, para poder fazer a infiltração, para poder fazer ligação, tinham que ser preparados e equipados esses homens. Então essa preparação foi lenta e muito difícil para nós. As forças militares estavam voltadas para isso, porque as forças estaduais não tinham capacidade de pessoal, nem tinham armamento, nem defesa nenhuma, aqueles coletes à prova de bala, não tinham nada disso para usar. Então fomos obrigados a preparar tudo. O Exército faz o preparo de guerrilhas rurais e urbanas e nós começamos a criar uma espécie de SWAT. Eram os tais pelotões em que eram selecionados homens robustos, homens fortes, homens inteligentes, que pudessem agir quase individualmente. Como se fazia nas unidades de comando no Exército, na retaguarda do inimigo, e individualmente agindo como se fossem sabotadores do território inimigo. Aqui no Brasil, na época da subversão, nessa época pesada, nós fomos obrigados a preparar pessoas especificamente para isso. Fazendo cursos específicos para esse pessoal poder realmente combater. E, além disso, dentro do serviço de informações, foram criados grupos de analistas para analisar as táticas que eles usavam e as contra-táticas que devíamos nós usar para poder infiltrar e descobrir e detectar as ações deles. Essa luta começou desde 1968, com mais incremento, até o final das nossas atividades que praticamente foram em 1974 quando o governo Geisel começou a fazer a distensão.

M.A. - Brigadeiro, a quem o CISA prestava obediência e quem era o seu cliente preferencial?

J.B. - Bom, a resposta é mais ou menos óbvia, porque o CISA era o serviço de informações e segurança dentro do gabinete do ministro da Aeronáutica, para atender o seu cliente preferencial, que era o próprio ministro da Aeronáutica. Como o CIEx foi criado dentro do gabinete do ministro do Exército, para atender o seu cliente preferencial, que era o ministro do Exército. Já o Cenimar era um órgão anterior, mais antigo, e a organização dele já ficava fora do gabinete do ministro, mas se dirigia diretamente ao gabinete do ministro da

Marinha, embora ele tivesse ligações administrativas diretas ao estado-maior da Armada. E de uma maneira ou de outra, todos eles trabalhavam para os seus ministros. E o CISA, no caso, trabalhava para o ministro da Aeronáutica. Porque nenhum chefe militar poderia prescindir de informações. E a chefia do CISA dava diretamente informações ao ministro da Aeronáutica, a pedido ou levando ao conhecimento dele as coisas que aconteciam, em resumos diários e imediatos quando chegava a notícia imediata ou importante. Pois bem, mas dentro do escalão de comando da hierarquia militar, existia o CISA no gabinete do ministro da Aeronáutica, mas as suas ligações eram com todas as segundas seções de todas as unidades militares da Aeronáutica. E nessas segundas seções havia os seus homens, todos eles ligados diretamente ao CISA e aos seus comandantes respectivos. Então as informações que chegavam lá eram disseminadas pelos órgãos interessados, as unidades interessadas, e eram levadas ao conhecimento dos seus comandantes. Então a resposta à pergunta é o ministro da Aeronáutica. Tanto como cliente como a quem prestava obediência. Do mesmo jeito, todos os órgãos subordinados, todas as ligações ligadas ao CISA para baixo, dentro das unidades militares, também eram de atendimento aos seus respectivos comandantes e subordinados, dando ciência ao CISA de que havia dado conhecimento ao comandante daquilo. Então era uma espécie de cadeia de comando para baixo, exatamente na mesma semelhança da hierarquia militar.

M.A. - Brigadeiro, como o CISA se relacionava com o CIEEx, com o Cenimar, CODI, DOI e E2? Como era a rede de comandos na área de informações? Não entrava em choque com a cadeia hierárquica?

J.B. - O relacionamento do CISA com todos os outros órgãos do Exército, da Marinha, DOI-CODI, E2, A2, com todas as outras unidades externas ao Ministério da Aeronáutica, eram feitas através da seção de operações em contatos diretos. Mas não só na cabeça do CISA. Em todos os órgãos de base da administração militar; por exemplo, no Ministério da Aeronáutica aqui no Rio de Janeiro, tinha Ministério da Aeronáutica e tinha 3ª Zona Aérea, comando terrestre. Tinha a base aérea do Galeão, base aérea dos Afonsos, base aérea de Santa Cruz, depósito da Aeronáutica do Rio de Janeiro, depósito geral central de intendência, e todas essas grandes unidades, diretoria de rotas aéreas, diretoria da Aeronáutica Civil, todas elas do Ministério da Aeronáutica dentro do Rio de Janeiro. Então o CISA se dirigia a todos os chefes das segundas seções desses grandes comandos que existiam aqui no Rio de Janeiro. Por sua vez eles se entendiam com as diversas seções das

unidades subordinadas. Na base do Galeão, tinham três grupos de aviação. Esses três grupos se ligavam diretamente, inclusive da base aérea do Galeão. E da base aérea do Galeão comigo, mas também os grupos de aviação. Quer dizer, em informações não existe a preocupação de seguir uma linha direta de comando. Não existe a direção de comando. Porque informações não comandam nada. Informações apenas dão informações ao seu comandante e determina a ação. Então, dentro do Ministério da Aeronáutica, eu comunico ao ministro da Aeronáutica e ele autoriza a fazer a operação, eu faço a operação. Se dentro da 3ª Zona Aérea o comandante da unidade recebe as informações via CISA ou via outra unidade qualquer informações, leva ao conhecimento do comandante da zona aérea, o comandante da zona aérea determina e autoriza a operação. Em hipótese alguma as seções quebrariam a cadeia de comando, porque um coronel chefe da seção da 3ª Zona Aérea, subordinado a um brigadeiro comandante da zona, não poderia tomar uma decisão em contraposição à decisão do comandante da zona. Agora, ele levava ao conhecimento dele. Se por acaso o comandante da zona não queria fazer, não executava ou não determinava coisa nenhuma a respeito dessa informação recebida, isso na opinião do chefe do serviço de informações poderia prejudicar uma ação grande futura, ele, como tinha obrigação de fazer, também comunicava ao CISA aqui em cima. Então o CISA aqui ou agia através do ministro da Aeronáutica para que viesse falar com o comandante da zona aérea, ou diretamente o comando da zona aérea ia falar com o ministro da Aeronáutica. “Olha, estou recebendo essa informação, mas não estou concordando em fazer alguma coisa com ela.” Isso em altos comandos. Mas dentro da base aérea do Galeão, base aérea de Santa Cruz, não. Não é porque o comandante da zona comandava essas bases. Hoje em dia, com a criação dos Altos Comandos de Aviação, isto é, Força Aérea, Comgar, Comando Geral do Ar, Comgep, e por outro lado, unidades aéreas, e no outro lado Comgap, Comando de base aérea e Parque Aeronáutico, então há uma diferença na cadeia de comandos. Mas o serviço de informações continua funcionando do mesmo jeito. Porque o serviço de informações não toma iniciativa, a não ser que seja uma coisa premente, aí é responsabilidade pessoal do chefe da seção, ele não toma iniciativa imediata para agir fora da cadeia de comandos. Ele dá ciência ao seu comandante. Bom, houve vários fatos interessantes para se contar. Eu, por exemplo, estava no Núcleo do Serviço de Informações, no princípio, logo que foi criado o serviço de informações da Aeronáutica, houve realmente certas divergências entre comandantes antigos, que não tinham idéia completa do que era informações e o novo serviço de informações criado. Por exemplo, o brigadeiro Itamar Rocha era diretor de Rotas Aéreas, e eu era o comandante do Núcleo do

Serviço de Informações do gabinete do ministro da Aeronáutica. Recebia informações sobre informes recebidos sobre bandalheiras ou desonestidades praticadas dentro da Diretoria de Rotas. Recebia as informações. O informante não tem responsabilidade com ninguém. O informante a gente não denuncia, porque senão você perde o informante. Se o informante me informa que alguém é desonesto, eu não vou informar ao chefe desse alguém o nome do denunciante, mas sim o informe recebido sobre esse alguém desonesto. Cabe ao chefe do denunciado proceder, através de seus meios (pessoal) a avaliação do informe recebido para ao final, processado esse informe, conhecer da informação e tomar a providência administrativa correspondente. Entendeu? Então o brigadeiro Itamar informado por mim de que dentro da diretoria de Rotas estava havendo roubalheira nas exposições que estavam sendo feitas no aeroporto Santos Dumont, ele ficava indignado, querendo saber quem é que deu as informações para mim. “Bom, o informante eu não posso dizer ao senhor. Agora a informação é essa. Se o senhor quiser apurar, ou o senhor manda os seus agentes apurarem, os agentes de sua seção A2, de diretoria de Rotas Aéreas, ou se o senhor autorizar, eu mando os meus agentes descobrirem e fazerem investigação para descobrirem para saber quem são os implicados nesse caso. “Não. Mas eu quero saber quem são os informantes.” “Mas brigadeiro, informante eu não posso dizer, senão eu perco o informante. Ele nunca mais me dá informação. Agora, o informe que eu estou recebendo é este. Estou transmitindo ao senhor. Ou o senhor manda agir ou não.” Aí o que ele fazia? Ele perguntava diretamente ao acusado dele, funcionário dele: “É verdade que estão dizendo isso de você?” “Não. Não é verdade.” Então voltava para mim e dizia: “Bom, mas ele está dizendo que não é verdade.” “Brigadeiro, nenhum criminoso confessa o crime. A não ser que o senhor tenha alguma prova de que ele tem um crime. Então ou o senhor faz isso ou o senhor faz o que quiser. Agora, o senhor já alertou ao inimigo do Estado, que é esse funcionário, de que ele está sendo vigiado ou ele está sendo denunciado de alguma falha grave. Bom, ele vai tomar mais precauções, mas não importa. Mesmo assim se o senhor quiser fazer a investigação sobre ele, o senhor pode fazer com o seu pessoal daí. O senhor tem gente adequada para isso. O senhor tem 13 sargentos e dois ou três oficiais à sua disposição e pode providenciar isso. Agora, se o senhor não quiser, eu tenho meus agentes de operações aqui. Eu tenho, na minha seção de operações, vários agentes, sargentos e oficiais, que podem fazer a investigação para constatar a falha dele.”

“Não. Isso é quebra de hierarquia.” “Não é quebra de hierarquia.” “Eu estou dando ao senhor os dados. Se o senhor quiser fazer, faz, se o senhor não quiser fazer, não faz.” Pois bem, esses são incidentes que existem, mas que não quebram a hierarquia militar. É

apenas incompreensão de velhos chefes militares despreparados. Agora, se o brigadeiro Itamar fosse um desonesto, eu não iria dizer a ele, eu iria dizer ao chefe dele. Quem é o chefe dele? O ministro da Aeronáutica. Então eu diria ao ministro da Aeronáutica: “Olha, o brigadeiro Itamar está recebendo propina. Então é preciso investigar.” E o ministro da Aeronáutica pode fazer isso. Então era o ministro da Aeronáutica que determinava ao CISA para fazer investigação sobre o brigadeiro. Um exemplo. Lá no Paraguai, havia oficiais adidos. Coronel aviador adido brasileiro no Paraguai. Chegaram denúncias que ele estava gastando seis, sete mil dólares por mês a mais do que o previsto, sem justificativa. Então informei ao ministro da Aeronáutica: “Olha, o coronel fulano de tal, no Paraguai, está agindo dessa maneira.” “O senhor verificou as contas dele...” “Não. No Ministério da Aeronáutica, as contas dele estão falhadas em seis, sete mil dólares. Seis mil e oitocentos dólares. É uma porcaria, mas tem que ter explicação para isso. O senhor quer que mande investigar?” “Manda investigar.” Então, por ordem do ministro da Aeronáutica, com o conhecimento do chefe do estado-maior da Aeronáutica, eu mandei agentes ao Paraguai para investigar o coronel adido. No fim de 15 dias, constatou-se tudo e ele voltou. Realmente ele estava utilizando uma mulher, estava dando dinheiro a uma amante, e justificando essa despesa como se fosse uma agente dando informações sobre a aviação paraguaia. Pelo amor de Deus! Então o ministro da Aeronáutica mandou que eu chamasse o adido. O adido veio ao chamado do estado-maior da Aeronáutica. Sai uma mensagem do estado-maior da Aeronáutica: “Manda vir o adido aqui no Rio para dar explicações”. Aí chegou ao estado-maior da Aeronáutica e veio falar comigo. Tinha sido meu colega de turma, e infelizmente ficou na minha frente: “Olha, fulano de tal, nós temos essa informação, esse informe chegou para nós, nós averiguamos, e realmente você tem essa amante, e você está dando dinheiro a essa mulher, dizendo que é para...” Ele acabou se aborrecendo na minha frente. “E tem uma coisa, o ministro da Aeronáutica já deu a decisão, ou você pede a imediata ida à reserva ou abrimos um processo para você ser expulso da FAB, para reformar você.” Quer dizer, então não houve quebra de hierarquia, apenas as comunicações. É que muita gente não entende essas coisas. Tem gente: “Não. Puxa vida, eu vou chamar o coronel que é meu colega de turma?” Mas e os corporativistas por aí? Não existe a idéia de corporativismo nas forças armadas. Existe a idéia de retidão, de decisão. E é isso que magoa muita gente. Mas é verdade e acontece isso. Bom, eu estou falando da não quebra da hierarquia e não interferência da hierarquia militar com relação à rede de informações em junção com a rede de comando da hierarquia militar. Qualquer

coisa diferente disso não deve ser feita. Deve ficar dessa maneira. Com o conhecimento do chefe dentro da cadeia de comando.

M.A. - Brigadeiro, havia especialização entre os serviços de informação? Por exemplo, quem mais entendia de “Pecebão” era o Cenimar? Havia essa divisão?

J.B. - Em princípio, os serviços de informações de cada arma, do Exército, Marinha e Aeronáutica não têm, nenhum deles, especialização. Dentro de cada serviço, dentro da seção de operações, de informações, de contra-informações, existem áreas específicas dentro de cada um. Por exemplo, dentro do CISA. Dentro da seção de operações e seção de contra-informações existem especializações: oficiais ou sargentos especializados em guardar informações, estudar, são os analistas, cada um dos aspectos. Por exemplo, na Aeronáutica tenho certeza do seguinte: ninguém melhor do que um tenente dentro do serviço para saber sobre igreja progressista, sobre Partido Comunista, interferência das culturas alternativas que tiveram na época, do padre Debret e do Marcuse. Então dentro da seção de contra-informações e informações este tenente representava, e representa até hoje, uma maravilhosa memória e conhecimento e especialização desse assunto. Mas dentro do Exército também tem um também lá desses aspectos, dessa mesma coisa. Na Marinha, a mesma coisa. Então essas informações do “Pecebão” se a Marinha sabia mais do que os outros, é porque a Marinha era mais antiga que os outros. Então as primeiras informações que nós fomos tirar, nós fomos buscar, claro, quando se começou a estudar o assunto, a gente buscou em serviços, no SNI, no Cenimar: “O que você tem a respeito disso assim, assim?” Ele, “pum”, dava o relato. Então você seleciona, estuda, amplia ou não amplia essas informações, e você passa a ter conhecimento de todas as informações. Não existe segredo entre nós, principalmente quando há honestidade de propósito, como era o nosso caso. Nós queríamos descobrir as diversas redes, diversas tendências, e localizar essas lideranças. Então não existia competição. Por exemplo, coube ao Exército fazer a escuta telefônica da casa do brigadeiro Francisco Teixeira, que era oficial da Aeronáutica, oficial da FAB, mas era um homem totalmente comunista. Então nem o Cenimar nem o CISA tinham o controle da companhia telefônica, e o Exército tinha. Então o Exército passou a escutar, a fazer a escuta do telefone do brigadeiro Teixeira a pedido do Cenimar, isto antes da criação do CISA, porque o Cenimar já tinha conhecimento das ligações do brigadeiro Teixeira com a cúpula do PCB. Foi aí, através desta escuta, que em certa ocasião veio ao conhecimento do CISA, trazido pelo CIEEx, de que nas gravações feitas no telefone do

brigadeiro Teixeira, a todo momento aparecia um personagem chamado “Doc”, que pela seqüência da conversação deveria ser oficial da Aeronáutica; em seguida, apareceram os trechos da conversação do brigadeiro Teixeira com o redator-chefe do jornal *Correio da Manhã*, senhor Edmundo Muniz. Realmente, o pseudônimo foi averiguado ser o referente ao capitão médico da Aeronáutica doutor Santos, muito amigo do brigadeiro Teixeira e companheiro dele nas jogatinas no Jockey Clube Brasileiro e companheiro do capitão Sérgio Carvalho, servindo no Parasar. E com relação à conversação com o jornalista Edmundo Muniz, houve o descobrimento da grande injúria que estava sendo feita contra a minha própria pessoa, brigadeiro Burnier, relativa a lançar ao mar, a 40 milhas da costa, 40 personalidades políticas. Esta trama descoberta permitiu-nos averiguar que esta história fora inventada pelo jornalista Edmundo Muniz e levada aos jornais após dar conhecimento ao brigadeiro Teixeira, que, na ocasião, ainda reagiu contra a inclusão do seu nome na relação de políticos a serem supostamente lançados ao mar. Isto motivou, por parte do senhor Edmundo Muniz, na conversação mantida, a resposta de que a inclusão do nome do brigadeiro Teixeira daria maior veracidade a historia inventada por ele.

Voltando ao assunto da pergunta, podemos dizer que havia especialização. E tanto no Exército, na Marinha e na Aeronáutica existe gente especializada em “Pecebão”, gente especializada em igreja progressista, mas não existe nenhuma especialização específica por parte de um dos serviços de informação das três forças, exceto, como vimos anteriormente, quanto aos meios físicos disponíveis.

C.C. - Brigadeiro, quais os grupos de esquerda que mais lhe deram trabalho no CISA, e entre os políticos, quais os que foram mais observados pelo CISA?

J.B. - Bom, do que existiu, especificamente, a preocupação nossa com relação à determinados grupos, e conforme a época, alguns grupos assumiam maior atenção ou menor atenção, maior esforço ou menor esforço na parte de operações, tanto do CISA como do CIEx, como do Cenimar. E às vezes, nós dividíamos entre nós. “Você prossegue nessa área aqui enquanto eu estou ocupado nessa daqui. Você fica naquela de lá, enquanto eu estou ocupado naquela outra.” Então não existia especificamente uma distribuição. E eu não me lembro do CISA ter especificamente preocupação com determinado grupo. Nós sempre tivemos preocupação com os subversivos. Mas não tinha especificamente um grupo, MR-8 ou Lamarca ou outro. Não, não tínhamos. Tínhamos operações de execução, colocadas aranhas contra aranhas, quer dizer, estávamos montando, formando os quadros,

e procurando a infiltração, e os analistas iam indicando o caminho para as operações para este ou aquele serviço, para atender, para buscar aquelas informações. Isso é um grupo de oficiais que faz reuniões diárias, e que eram às vezes chamados de noite, de surpresa, vão dando maior ênfase a esta ou àquela operação. Não existe, para mim, no CISA... Nunca existiu um grupo especificamente preocupado com este ou aquele assunto. Com relação aos políticos ou mesmo militares que poderiam preocupar, também não houve isso. Porque quando havia, surgia algum informe, alguma informação. Por exemplo, havia um grupo desse Moreira Alves – está na revista *Manchete*, até outro dia eu estava lendo ela – no governo militar, numa casa muito bonita no Lago Sul, alugada não se sabe por quem, com dinheiro de quem. Eles confessam, mas não dizem a origem disso. Pois bem, então essa casa foi montada lá, e nessa casa se reuniam de vez em quando, dormiam muitas vezes os elementos que fizeram toda a composição do programa de ação para combater e tentar desmoralizar a Revolução de 64. E que até hoje vem funcionando. Mas essa casa foi montada. Para nós seria chamada aparelho, e foi o Moreira Alves que confessa isso na própria *Manchete*, provando que existia isso. E que os jornais, os jornalistas pseudodemocratas viviam combatendo o governo militar, dizendo que nós fazíamos excessos. Nós não fazíamos excessos, nós combatíamos eles. Então para combater, nós tínhamos que descobrir essas coisas todas. Por exemplo, como é que eles montaram uma rede de esconderijo para esconder o embaixador americano, para esconder o embaixador alemão? Como é que eles montaram tudo isso? Eles tinham que ter núcleos locais em que eles se reuniam, combinavam, tinha uma cabeça que imaginava a operação, melhorava essa operação e a executava. Como o seqüestrador faz hoje em dia: nas favelas tem esse negócio de narcotráfico, de seqüestro, de esconderijos em buracos da casa, e, do mesmo jeito, eles também faziam. E foram esses subversivos, esses políticos e esses rapazes, ou esses moços, que fizeram essa guerra toda. Tinha muito velho também, porque o Marighela já tinha bastante idade. Esses homens utilizaram os conhecimentos dos níveis de guerrilha rural e guerrilha urbana, do Mao Tse Tung, do próprio Che Guevara e outros. Então esses homens foram presos, mas não havia prisão especial para eles. Esse foi um dos erros que a revolução cometeu: não tinha presídios especiais, não tinha dinheiro para fabricar presídios especiais. Tentamos fazer isso e do governo naquela época eu recebi uma vez a instrução para construir um presídio de triagem aqui no Galeão, e posteriormente seria criado um presídio político em Fernando de Noronha, que acabou não sendo executado. O objetivo era poder separar o criminoso político, que é altamente intelectualizado, preparado politicamente, intelectualmente e revolucionariamente, do

criminoso comum, do assaltante de banco, do ladrão, do arrombador de cofre, do auxiliar do motorista de ataque a banco, a carro-forte. E isso deu no que se está vendo agora: equipes fazendo ataques a carros-forte e seqüestros. Seqüestraram agora o maior comerciante de café do Brasil. Está preso, seqüestraram esse homem. Essas equipes de criminosos dentro dos presídios aprenderam com esses criminosos políticos todas essas táticas. E a principal delas qual é? De que a surpresa paralisa a vítima. Quer dizer, um ataque para assaltar o seu carro: ele chega com uma pistola e aponta para você. Só de apresentar a pistola, você já fica paralisado. E se você reage, te matam. Então, hoje em dia o sujeito não reage mais, porque sabe que se reagir, o ladrão vai atirar. Principalmente se for pivete. Menor de 16 anos dispara em você sem dúvida nenhuma. Não tenha dúvida, isso é tática do ataque surpresa. O ataque surpresa paralisa a vítima. Ataque a banco: o ladrão chega no banco e grita: “Assalto!” e paralisa os outros. É o ataque surpresa que deixa o outro mudo. Pois bem, o primeiro que reagiu, morreu. Pronto. Daí em diante em todos os assaltos a banco, ninguém mais reage. Nem policial, nem guarda de banco. Isso é tática ensinada pelos subversivos, nessa época, aos criminosos comuns que estavam em nossos presídios. E esses criminosos comuns são, muitos deles, bastante inteligentes. Aquele da Colômbia, do narcotráfico, era um homem inteligente. Homens que planejam operações enormes, vultuosíssimas. Isso tudo implica em muito dinheiro, porque eles arrecadam dinheiro, alienando esse dinheiro para poder com esses recursos terem outras possibilidades: compra de arma, munição, aluguel de apartamento, aluguel de casa. Isso foi difundido e hoje quase virou uma empresa. Esta preocupação é que nós não tivemos com os criminosos naquela época, e as conseqüências estão aí. Porque também não tínhamos recursos nem experiência para fazer tudo isso. Mas sobre a sua pergunta, nós não tínhamos nenhuma preferência por grupos de esquerda, nenhuma preferência por política social e isso surgia de acordo com o presidente. No caso agora desse Pedro Collor, quando fez a denúncia do PC Farias. Se fosse no nosso tempo, o SNI teria na mesma hora...

[FINAL DA FITA 7-B]

J.B. - (...) quando fez a denúncia do PC Farias. Se fosse no nosso tempo, o SNI teria na mesma hora aberto uma vigilância, uma fiscalização, sobre o que o Pedro Collor havia dito. Então ia ser feita, subterraneamente, toda uma investigação para saber quais eram realmente as ligações dele com o presidente Collor. A imprensa serviu de apoio para isso, para executar isso. Bom, era isso que eu tinha a dizer. Não tenho nenhuma preferência e

João Paulo Moreira Burnier

nem tenho preocupação nenhuma com relação a qualquer político da época que nos tenha dado mais ou menos trabalho.

M.A. - Brigadeiro, por favor, como se dava a integração dos serviços de informação no sentido de não duplicar o trabalho que um outro já estava fazendo? Como é que se fazia a comunicação entre esses órgãos?

J.B. - Pois não. A integração, como disse anteriormente, era feita nas seções de operações de diversos serviços: CIEEx, Cenimar e CISA. Posteriormente foi criado o DOI-CODI e em São Paulo foi criada a Oban, a Operação Bandeirante. Nessas organizações tem um local que recebe as informações. Se ficasse a Oban, só ela, encarregada de fazer as operações em São Paulo, ela não chegaria aqui ao Rio tão cedo. O Brasil não é como Portugal, Espanha ou Itália. Brasil é um continente. Então, chegou a informação do rapto do embaixador alemão. Os serviços de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o próprio DOI-CODI tomaram conhecimento do fato e começaram a lançar informações para colher outras informações. Todos os serviços saíram para colher informações. Bom, aí cada um vai progredindo, mas o progresso às vezes sai com um agente ou com um grupo de agentes numa determinada busca de informe, e essa busca de informe leva a outro, a outro, e não há tempo útil ou rápido demais para poder comunicar ao centro que ele está nesse caminho e que vai tomar essa ou aquela atitude. Ele saiu para operação de busca, e a busca dele foi crescendo e ele foi em frente. Então ele não pode parar, porque se parar, perde a oportunidade.

C.C. - Mas não poderia acontecer uma certa vaidade também, ou seja, um grupo querendo prender os seqüestradores do embaixador?

J.B. - Eu quero lembrar o seguinte. Nós nunca tivemos vaidade em ser o primeiro a fazer isso ou o primeiro a fazer aquilo outro. Nós chegamos à conclusão seguinte: os nossos meios poderiam auxiliar mais ou menos. Então se nós tivéssemos chegado àquela informação antes do outro, com os nossos meios nós podíamos prosseguir. Agora, se nós chegamos àquela operação e achamos que temos os meios para continuar, nós continuamos. Agora, na mesma hora que chega essa informação, no fim do dia, é comunicado a outro que a operação andava num certo sentido. Mas alguns informes não são caracterizados. Não se tem certeza absoluta. Então não vai dar a informação. Nós não

vamos fazer confusão do nosso serviço. Então só sai como informação para outro órgão, se nós tivermos certeza que essa operação está certa. Nunca existiu mesmo, pode dizer quem quiser, uma vaidade. Não existe vaidade. Pelo contrário. Quem que quer arriscar sua vida por vaidade? Ninguém arrisca. Acontecia o seguinte: o sujeito chegava numa operação, e chegava junto nesse local o outro grupo que estava buscando também por outro caminho. Pode haver. Pode ocorrer perfeitamente, como deve ter ocorrido, e ocorreu no caso do embaixador alemão. Aconteceu isso. O nosso serviço não chegou. Mas o nosso serviço muitas vezes chegou antes do outro. Mas qual o interesse meu em dizer que o meu serviço chegou antes do outro? Por vaidade pessoal minha? Mas não sou eu que estou fazendo a ação. Quem está fazendo a ação, atrás de mim, são coronéis, capitães, tenentes, sargentos. Como é que eu vou ficar na preocupação de que o meu serviço é que deu essa informação? Não. O meu serviço realmente conseguiu obter a informação de que o Lamarca saiu de São Paulo e foi para o Nordeste, Salvador. Eu na mesma hora comuniquei ao Exército e o Exército mandou gente atrás. E quem chegou no final da operação? Foi o Exército. Quem atirou nele? Foi um coronel do Exército que atirou na cara do Lamarca. Não é isso? O Lamarca foi morto em ação de combate, no meio do campo, com tropa do Exército, com o pessoal do Exército acompanhando ele. E quem deu essas informações iniciais? Fomos nós lá do CISA. Mas isso tem valor para nós? Não. O valor principal é o seguinte: os serviços de informações militares localizaram o Lamarca e eliminaram esse inimigo do país, do Brasil. Eu acho que saiu um filme sobre esse homem. Um absurdo esse troço. Quer dizer, inacreditável é saber que tem gente com a mentalidade de achar bonito dizer que o combate ao regime militar chegou, elevou a herói esse Lamarca. Herói nada, é um assassino. Um sujeito de vida completamente espúria. Não tem família, não tem nada. Teve amante, vida completamente irregular. Ele roubou, aproveitou, se levou por um monte de elogios. Ele não era um idealista, um comunista de carteirinha não. Ele era um homem que se tornou um comunista como um Prestes no início da Revolução de 1924, que tornou-se comunista depois, no decorrer da vida. Quer dizer, entre eles pode haver divergência, vaidade, para assumir chefias, funções, para ter mais recursos financeiros. Mas nós não. Nós não tínhamos sequer um tostão a mais. Não tínhamos vantagem nenhuma. Tínhamos risco de vida só. Nós estávamos fazendo aquilo por idealismo, e isso o pessoal não acredita. Nós tínhamos convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. O humano não aceita o socialismo, porque é uma doutrina econômica que dá iguais direitos a pessoas diferentes. A senhora trabalha, tem os seus recursos, guarda os seus recursos, e consegue melhorar de vida. Eu sou

trabalhador também, mas não guardo o que ganho, não guardo nada, torno-me um bêbado, sou um sem-vergonha, ou gasto o meu dinheiro todo. Não vencerei nunca em situação boa. Então, por isto, eu vou ter que ter amanhã a mesma função, o mesmo direito que a senhora tem? Não. Cada um tem na sua função na sociedade, tem aquilo que merece. Então como é que eu posso aceitar que a senhora, que foi dessa maneira, e eu, que fui de outra maneira, cheguemos juntos no final, juntos para ter igualmente distribuídas para nós as benesses do Estado. Não. Não pode. Ninguém quer. Ninguém aceita receber coisas iguais de trabalhos diferentes. Ninguém aceita isso. Tanto que as próprias leis da nossa democracia obrigam a isso. As pessoas que desempenham funções semelhantes recebem salários iguais ou semelhantes. Agora, já no regime igualitário, supostamente possível no mundo, igualitário ou socialista, que é uma utopia, eles acham que é possível isso. Quem é que vai abdicar do rendimento do seu trabalho em benefício de outro que sabe que é um vagabundo, um safado? Quem é que vai trabalhar 12 horas por dia, quando o outro trabalha uma hora só recebendo igual? Ninguém vai aceitar isso. Ninguém aceita isso. A senhora vê, a gente tem filho e mulher, então trabalha para obter recursos, para que amanhã esse filho e essa mulher tenham capacidade de viver, sobreviver na nossa ausência, se a gente morrer. Pois bem. O regime socialista não. Diz que garante a sobrevivência dela, mas chega na hora, não é a sobrevivência, é uma miséria que dão a você. Então não está certo isso. Então há revolta. Ninguém aceita a limitação de sua ambição pessoal. Ninguém aceita isso. Aceita em determinado nível. Mas nos outros níveis não vai aceitar. Então é uma utopia. Não se pode chegar a essa igualdade, a esse regime maravilhoso que seria o nirvana, chegar mudando a mentalidade de qualquer jeito. A senhora pensa de uma maneira, eu penso de outra, ele pensa de outra. Embora sejam aproximadas em algumas coisas, no fundo, o que nós ganhamos, o que nós executamos, o que nós trabalhamos, por tudo isso, queremos a recompensa. Nós temos consciência que fizemos. Então eu não quero tudo para mim. Eu quero apenas aquilo que eu tenho direito, e aquilo que eu tenho direito, tenho direito de fazer o que eu quiser com aquilo. E não o que o Estado decida. Recebeu mais de dez mil dólares, então você vai pagar um imposto maior. Aí você começa a reagir contra isso, porque o regime socialista limita a ambição humana. Como se fosse possível limitar a vontade humana. Não existe essa limitação. Mesmo Deus, com todas as religiões que existem no mundo, não se consegue fazer com que todos ajam da mesma maneira. Porque a pessoa humana é um conjunto de vontades e instintos dificilmente controláveis. Essa é a minha opinião. Eu acho que isso aqui, se eu começar a falar, acaba o dia de hoje. Vou falar só sucintamente um relato, e posteriormente, eu entro em detalhes, se a senhora quiser.

M.A. - Então a gente começaria a falar sobre o caso Parasar, e o senhoralaria o que quisesse sobre esse caso.

J.B. - O caso Parasar – e a imprensa deu repercussão – na realidade não foi um fato concreto ou não foi nada daquilo que foi contado e que a história, os jornais e os jornalistas tendenciosos, tentaram dar a impressão. Eu vou começar desde o início para que não haja dúvidas, e eu vou fazer uma seqüência de fatos, e posteriormente, comentários a respeito de cada um deles. Eu estava no Panamá como adido, voltei em janeiro de 1968, fui para o gabinete do ministro da Aeronáutica, para a seção de pessoal, o A1, e lá permaneci por uns dois meses até o dia 16 de abril, quando assumi a chefia do gabinete. Neste meio tempo, no Rio de Janeiro estava havendo muitos tumultos estudantis e, em especial, posteriormente, a morte do estudante Edson Luís no Restaurante Calabouço, antigo restaurante que tinha ali perto da ponte do Calabouço, no centro da cidade, perto do aeroporto Santos Dumont, quase em frente ao Ministério da Aeronáutica. O estudante foi morto em circunstâncias duvidosas. Não se sabia se ele havia sido morto por policiais militares ou por algum policial civil que tivesse atirado nele. Enfim, como a Polícia Civil foi chamada para acabar com o tumulto, porque estavam quebrando o restaurante, reclamando do preço da comida, houve entrevero entre a polícia e os estudantes, e morreu esse estudante Luís. Não se sabe até hoje se era realmente estudante ou apenas um elemento agitador na ocasião. Esse é que é o fato registrado e ele morreu. Então os estudantes começaram, aproveitando da situação, a fazer passeatas e campanhas em toda a área. Então essa passeata foi crescendo, até que fizeram a tal “Passeata dos cem mil”. Essa situação estava gravíssima, porque estavam fazendo depredações. Aproveitavam a oportunidade de fazer protesto, para fazer depredações, invadir e depredar casas comerciais, saques e tudo mais. E inclusive a coisa ficou mais séria ainda quando começaram também a atingir carros oficiais do governo, inclusive militares. O atual brigadeiro Sabac, que na época era major, estava no automóvel oficial, vindo para o Ministério da Aeronáutica. Atacaram e viraram o carro dele, e ele teve que sair do carro. E estava fardado. Tanto que nessa época houve uma instrução dos próprios ministros militares, para que os oficiais andassem em trajes civis na sua maioria, quando transitassem do trabalho para casa e da casa para o trabalho, para evitar uma possível represália por parte de algum agitador intencional e com isso provocar mais incidentes. Mas de qualquer maneira, esses incidentes estavam num auge muito grande e o governador Negrão de Lima achou que não tinha condições de apenas com a Polícia

Militar e a Polícia Civil evitar a continuidade desses tumultos todos. Então solicitou ao I Exército auxílio para controlar essa hostilidade. Programada a tal passeata dos cem mil, os agitadores e o atual deputado Vladimir Palmeira, que era um líder estudantil na época, entraram em ação insuflando a rapaziada, a garotada toda, inclusive estudantes do secundário – estavam no auge das suas agitações – e o Exército então foi chamado, a pedido do governador, para auxiliar. Porque a Polícia Militar e a Civil não tinham preparo nem condições para esse tipo de tumulto, que era de proporções muito grandes. Então o Comando do I Exército colocou tropas na rua e dividiu a área do Rio de Janeiro numa área de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica. A área do Ministério da Aeronáutica, até o aeroporto Santos Dumont, ficava subordinada ao Comando da 3ª Zona Aérea. Outra que pegava do Arsenal de Marinha para frente até a praça Mauá, ficava subordinada, controlado, pela Marinha (1º Distrito Naval), e o Exército ficaria com o resto da área. E, para efeito de trabalho junto com a Polícia Militar e a Polícia Civil, o Exército pegou vários elementos de várias unidades do Exército, que em trajes civis, formavam equipes para se imiscuir dentro da população, da multidão, e localizar os agitadores principais, avisar a Polícia Civil e prendê-los na hora. Por outro lado, pediu então ao Ministério da Aeronáutica uma cooperação para ajudar com alguma força. O Ministério da Aeronáutica recebeu esse pedido no Comando da 3ª Zona Aérea, no Comando Territorial da Aeronáutica. Na Marinha era o Comando do Distrito Naval. E no Exército era o I Exército, que tinha como responsável pela área o comandante de Divisão Blindada general Ramiro Gonçalves, que era o comandante de Divisão Blindada. O comandante de Divisão Blindada solicitou à 3ª Zona Aérea, em nome do I Exército, alguma tropa, alguma força, para poder ajudar na cooperação dessa vigilância dos agitadores. O brigadeiro comandante da 3ª Zona Aérea, na época, era o brigadeiro Sholl Serpa. Ele recebeu esse pedido, chamou o seu estado-maior, seu chefe de Informações, seu A2, que era o major intendente, Nereu Ramos. O major Nereu, então, indicou ao brigadeiro, através do chefe do estado-maior que estava na reunião também, que era o coronel Vercilo, mas este de pronto falou que para mandar uma unidade da Aeronáutica, a única unidade de que dispunham e que era permanentemente capacitada para isso era a Unidade 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento (Parasar) sediada no Campo dos Afonsos, sob o comando do comandante da Escola de Aeronáutica, comando administrativo e disciplinar. Era a 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento. Uma unidade especial constituída por oficiais de varias especializações, infantaria de guarda, intendência, administração e médicos. E sargentos e cabos também de várias especialidades, inclusive mecânicos de vôo, rádio-telegrafistas,

enfermeiros, infantaria de guarda e etc. Entretanto, todos com especializações de pára-quedismo, guerra na selva, sobrevivência no mar e em terra e alguns até com curso de comandos e mestre de salto. São homens que estão muito bem acostumados a agir isoladamente, porque eles podem ser usados em conjunto, mas podem ser usados também isolados. Eles são jogados na selva, em salvamento de desastre aeronáutico e têm que agir com iniciativa própria. Então são homens preparados para ter maior discernimento do que um soldado recruta de um batalhão de infantaria de guarda, ou mesmo um soldado de batalhão de Exército de infantaria, que só sabe cumprir ordens militares e ação militar, mas não tem discernimento para agir sozinho, tomar iniciativa de alguma coisa inesperada que surge. Então o comandante da 3ª Zona Aérea determinou ao comandante da Escola de Aeronáutica, que, por sua vez, mandasse a 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento a se apresentar ao comandante da 1ª Divisão Blindada do Exército. Essa ordem foi dada ao comandante da Escola da Aeronáutica, que era o coronel Lebre na ocasião, que por sua vez deu ordem ao comandante, que era o major Lessa, que por sua vez reuniu cerca de 16 oficiais, sargentos e cabos que foram levados pelo major Lessa para o Campo de Santana, e se apresentaram ao comandante da Divisão Blindada, general Ramiro. O general Ramiro, numa reunião que recebeu os oficiais, sargentos e cabos, chamou o chefe maior deles, que era o coronel do Exército Sá Tinoco, e deu ordens ao Sá Tinoco para dar instruções a eles. Então o Sá Tinoco deu ordens ao major Lessa, em frente dos sargentos e oficiais. Estes se dividiam em três grupos, e esses grupos seriam lançados em várias áreas das Avenidas Rio Branco e Getúlio Vargas, para observar os líderes e agitadores, localizá-los e avisar a Polícia Civil para serem presos e também para verificar o que estava acontecendo. Os subversivos subiam nos edifícios, e lá de cima do alto dos edifícios, jogavam vasos de flor, enfim, algum objeto pesado em cima dos policiais que estavam ali, na Avenida Rio Branco, e com isso, vários soldados já tinham sido feridos assim. Então, se localizassem algum deles, era para que subissem a fim de prendê-los. Aí foi dada essa ordem ao major Lessa, e ele, major Lessa, transmitiu isso aos oficiais, e os oficiais aos cabos e sargentos, divididos em três grupos. Nessa oportunidade, o tal capitão Sérgio, pivô principal do chamado caso Parasar, não estava no Rio, estava de férias em Manaus. E o colega dele, o outro capitão Santos (Doc), também médico, também não estava no Rio, estava em Manaus fazendo curso. Então os outros oficiais, que eram o tenente Magalhães, o capitão Guarany e o major Lessa foram, em diversos grupos, para a cidade e se localizaram lá. Se dispersaram. E começaram a procurar ativistas. Antes de se iniciar a operação, o coronel Sá Tinoco, ao ser perguntado por um dos oficiais da Aeronáutica como proceder em caso

de reação armada por parte de algum ativista, como deveriam eles proceder, respondeu: “Bom, nesse caso, vocês reagem”. E foram embora. Foram lá para a rua, fizeram o patrulhamento, olharam, procuraram. Não houve nenhum incidente, não prenderam ninguém, não aconteceu nada. Chegou nove horas da noite, voltaram, se apresentaram ao QG da 3ª Zona Aérea, ao coronel Vercilo. Em seguida receberam ordem para regressar à sua unidade e de lá voltaram para suas casas. Esta foi a operação da utilização do Parasar na operação contra os estudantes e agitadores nas ruas em abril de 1968. Só isso. Não houve nada mais. Bom, passam-se uns tempos, o capitão Sérgio, intendente e oficial do Parasar, volta de férias, chega no Rio de Janeiro, e em conversas com os sargentos, sabe da operação. “Mas isso é um absurdo! Botar soldado da Aeronáutica, oficial da Aeronáutica, como se fosse meganha na rua! É um absurdo, utilizar a força da Aeronáutica para fazer isso. O Parasar não foi feito para isso. O Parasar foi feito para salvar vidas humanas na selva, socorrer desastre da Aeronáutica.” Enfim, ele se revoltou contra essa indicação. “Ah, mas isso só pode ter sido idéia de algum anticomunista. Só pode ser idéia do coronel Burnier.” Bom, isso ele disse na reunião, para o pessoal dele, e comentou com várias pessoas. Estava revoltado com isso. Diz ele que foi até o gabinete do ministro falar sobre isso também. Enfim, eu não tinha nada a ver com isso. Eu era do gabinete do ministro, não tinha nada com isso. Nunca tinha nem sabido dessa operação. Eu era chefe de pessoal do gabinete do ministro, quer dizer, era o homem que dava informação ao ministro, mandava oficial tal para tal lugar, indicava oficial para tal lugar, mas não tinha nada a ver com operações. Bom, passam-se os dias, e eu assumo a chefia do gabinete no dia 16 de abril, porque o brigadeiro Sousa e Silva estava doente. Nesse tempo, eu vim a saber através de um major de Santa Cruz, que na época era capitão e tinha o apelido de capitão Amazonas, que o capitão Sérgio tinha conversado com ele, dizendo que essa operação do Parasar tinha sido feita à paisana e que os oficiais do Parasar tinham ordens para matar os estudantes e largá-los na rua. Aí ele ouviu falar que tinham sido ordens... “Seguramente foi o brigadeiro Burnier quem mandou fazer isso.” Eu era chefe de gabinete nessa ocasião e fiquei nessa função por 13 dias apenas. Quando soube disso, passei então um rádio para a Escola de Aeronáutica, mandando chamar o capitão Sérgio para vir falar comigo no gabinete. Ele veio, se apresentou: “Capitão Sérgio, o senhor ouviu falar isso assim, assim, assim, e o senhor anda dizendo que eu teria dado ordem para utilizar o Parasar. Eu não tenho nada com isso. Em todo o caso, o senhor disse isso.” “Não senhor, não fui eu, não tenho dito nada disso.” “Tem dito porque o senhor falou isso ao capitão Amazonas e se você quiser, eu o chamo agora aqui para desmentir você.” “Não, realmente eu comentei com ele que

podia ser idéia sua, porque o senhor é anticomunista.” “Mas como é que você inventa uma coisa dessas e começa a difundir?” “É porque o pessoal estava à paisana e a utilização...” “Mas eu não tenho nada com isso. Eu não fiz nada disso. Eu assumi o gabinete na ausência do brigadeiro Sousa e Silva e não tenho que lhe dar satisfações, e não posso admitir que você faça uma coisa dessas.” “Não, não, realmente eu comentei, mas não tem maldade nenhuma.” “Bom, então por favor capitão, fique ciente que se algum dia eu souber que o senhor fez outras declarações desse tipo, eu vou pedir ao seu comandante sua punição severa. Pode se retirar.” Então ele só admitiu que havia levantado falso testemunho contra a minha pessoa depois de eu dizer que o capitão Amazonas estava lá. E foi embora. Não falei mais com o capitão Sérgio. Passam-se os tempos, fui promovido a brigadeiro e estava no Ministério, como chefe de gabinete, como brigadeiro. Dali, no dia 29, o brigadeiro Sousa e Silva voltou ao gabinete, já refeito da doença, passei-lhe a chefia do gabinete e fui trabalhar no A2, na 2ª Seção. Nesse A2 fiquei até ser criado o NCISA, que foi no dia 24 de julho de 1968. Mas nesse meio tempo em que eu estava no A2, começamos a manter a ordem do diário de informações e recebo a informação de que em São Paulo haviam chegado informações de que no Esquadrão de Fotografia Aérea de lá estavam comentando que os aviões não deviam ser armados. Que o avião de reconhecimento foto-aéreo não devia ser armado, para ter redução de peso, para poder combater com mais velocidade, para poder fotografar o inimigo e voltar num tempo rápido. Quer dizer, os rumores eram de que um esquadrão de reconhecimento de foto não é feito para atirar em ninguém, matar ninguém. Mas os aviões estavam armados por causa da situação militar. A ordem do ministro da Aeronáutica na época era que todos os aviões de combate que pudessem ser armados, deveriam ser. Bom, e além disso, chegou o comentário também de que no Parasar, com a chegada do capitão Sérgio, havia um mal-estar no meio dos sargentos, e que ele e o capitão Santos, que tinha chegado também de fora, já agora lá no Parasar, estavam comentando: “É um absurdo essa operação do Parasar, botar o Parasar na rua e à paisana. Ainda por cima à paisana. Não somos meganhas, somos militares... Não vamos trabalhar à paisana para controle de distúrbio de rua.” Eles comentaram os três e achavam que o Parasar era só para salvar vida humana. Não tinham nada com isso. O comandante era oficial de infantaria de guarda, o outro era oficial de infantaria de guarda, o outro era oficial de administração e o capitão Guarany era intendente. Então repare que era uma unidade formada por oficiais de diversos quadros, mas que não tinha nada a ver com suas funções específicas dos seus quadros, e sim, com a função de busca e salvamento, porque busca e salvamento em tempos de paz, cuida de desastres aéreos, e em tempo de guerra,

desloca-se para resgate de tripulação de combate que cai em território inimigo. Esses comentários foram surgindo e criando inquietação lá dentro da unidade. “Se formos chamados, nós não vamos. Nós vamos reagir, vamos fazer indisciplina, mas não vamos.” Então esses informes chegaram ao conhecimento do comandante da Escola da Aeronáutica, que comunicou para o A2 do gabinete do ministro e para o estado-maior da Aeronáutica. Chegou a informação lá de que havia esse descontentamento dentro do Parasar e, lá em São Paulo, o mesmo descontentamento. Tudo isso foi levado ao conhecimento do chefe do gabinete, depois ao ministro da Aeronáutica. Então o ministro da Aeronáutica determinou a mim, Burnier, como chefe do A2, que fizesse uma reunião com o Parasar aqui no Rio de Janeiro, no Ministério da Aeronáutica, ao lado do gabinete dele, no salão de recepção do gabinete, com os oficiais, sargentos e cabos, a tropa toda do Parasar, que era de mais ou menos 25, 30 homens. Ou seja, uma reunião com o comandante de todos eles a fim de que lhes desse instruções e repetisse que a operação do Parasar não era só de salvar vida humana não. E que a utilização dessa tropa do Parasar nessa ocasião tinha sido dentro dos cânones normais disciplinares. E que a utilização deles em traje civil ou militar, era a mesma coisa. Que tanto o militar pode andar fardado, como em traje civil e pode operar em qualquer área dessas. Então no dia 14 de junho de 1968, por ordem do ministro da Aeronáutica, eu passei um rádio para o comandante da Escola da Aeronáutica, pedindo que me enviasse todo o Parasar ao gabinete do ministro da Aeronáutica, para ter uma instrução, uma aula, a respeito do que era a utilização dos aviões de uma unidade militar ou de uma sub-unidade militar, numa operação de distúrbio de rua. Houve essa reunião, eu botei todo mundo em forma, em pé, e passei a falar para todos. Então expliquei para eles aquilo que está escrito na lei de criação da 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento. As operações que cabiam a eles fazer, executar, em tempos de paz e em tempos de guerra; em tempo de guerra tradicional, e em tempo de guerra revolucionária, que era o que estava acontecendo naquela época no Brasil. Aquilo que estava acontecendo no Brasil já não era mais distúrbio, já era quase uma guerra revolucionária, e era guerra ideológica também. Então expliquei para eles que em tempo de paz a Esquadrilha de Busca e Salvamento fazia busca e salvamento no mar, na terra e na selva, e o preparo deles era um preparo muito severo, muito grande, porque eles tinham que ter condições de resistência física e resistência psicológica, para poderem ser jogados no mar para algum salvamento marítimo. Dei o exemplo do que acontecera há pouco tempo, quando oficiais foram jogados no mar para poderem ser recolhidos pelo navio, e o capitão médico teria sido chamado no navio para operar, e fez uma operação com sucesso

a bordo do navio, quando vinha de Santos para o Rio de Janeiro. Segundo, poderiam também ser jogados na selva, para resgatar vítimas de acidentes aeronáuticos. Mas também na selva poderia ter grupos de índios hostis, então deviam ter condições de preparo e defesa para isso.

[FINAL DA FITA 8-A]

J.B. - Por isso que eles andavam armados e preparados, e tinham tido conhecimento de explosivos e tudo mais, porque na selva também se usa dinamite. Vocês não fazem idéia do que é a selva amazônica. Não sei se vocês conhecem, mas acho que não conhecem. São 60 metros de altura de árvores fechadas. Se você tem que botar uma árvore dessas abaixo, com a serra não consegue. Você põe uma dinamite embaixo e “bum”, explode para poder a árvore cair e poder abrir uma clareira. Porque a estação de rádio só fala para fora se tiver antena fora da camada de vegetal da floresta, senão não consegue transmitir. Isso tudo que estou dizendo é verdade. São técnicas de radiotransmissão. Bom, então eu falei tudo isso na parte de paz. Depois passei à parte de guerra. Então falei que de acordo com o que estava acontecendo no mundo, a Guerra do Vietnã, a Segunda Guerra Mundial, os esquadrões de busca e salvamento foram criados, principalmente pelos americanos, para sobrevoar território inimigo. O avião cai, é abatido e cai em território inimigo. Se esse avião estava atacando a força inimiga, e foi atingido, seu tripulante salta de pára-quadras e cai em território inimigo. Então, se um piloto de aviação de combate cai em território inimigo, é aprisionado por um vietcong ou por inimigos quaisquer, vai ser submetido a um interrogatório violento. E em geral, até o segundo tenente piloto de avião, sob tortura, confessa informações valiosíssimas para o inimigo. Porque o inimigo só pode trabalhar também com informações, assim como nós. Então o coronel do Exército do lado de cá numa tropa de infantaria, o máximo que ele pode ter de conhecimento do que se passa à sua frente de combate, é de trezentos metros. Já um piloto, segundo tenente aviador, um garoto que saiu da escola há pouco tempo, que vai voar numa área dessas, tem conhecimento de toda a área. Tem que ter, senão ele ataca amigos e inimigos. Foi o que aconteceu na Guerra do Vietnã muitas vezes. Em vez de ele atacar uma tropa inimiga, ataca a tropa amiga. Ele tem que saber onde está a linha de combate. Então uma coisa que o coronel do Exército não sabe é onde passa a linha de contato entre as forças inimigas e amigas, onde estão localizadas as unidades amigas e as unidades inimigas. O coronel do Exército só sabe das unidades que estão do lado direito e do lado esquerdo e isso, numa

distância de trezentos metros à frente, no máximo. Quando a extensão é grande, dois quilômetros. Mas mais que isso, ele não sabe. Mas o avião voa numa área que assume duzentos, trezentos quilômetros. Na Coreia, do paralelo 42 para baixo era americano, do paralelo para cima eram os comunistas. Pois bem. Então eles sabiam tudo que estava acontecendo ali, porque sabiam onde é que estavam os paralelos. Tem que saber quais as unidades que estão ali para não atacar as unidades amigas. Então eu fui dizendo, explicando, falando para eles tudo isso. Então o Esquadrão de Busca e Salvamento quando vai salvar ou resgatar um piloto, que é importante resgatar para não deixar ele cair na mão do inimigo, vai em helicóptero armado. Helicóptero com metralhadoras dos dois lados, escoltado por aviões de combate. E às vezes não é um só, às vezes são dois helicópteros e até vários aviões de combate ao lado. Pois bem. Ele chega, vai descer. Mas para descer, quando vai se aproximando o local onde está o piloto caído, o helicóptero inimigo procura chegar e prender esse piloto. Então ele é obrigado a ir atirando. Em cinema todo dia se observa isso. Ele vai atirando para poder chegar, resgatar o sujeito e transportá-lo. Enquanto isso os aviões de combate vêm e atacam lateralmente, jogando bomba Napalm, o diabo a quatro, para poder preservar essa ação de resgate do piloto caído. Tudo isso foi dito, tudo isso foi falado, e dei vários exemplos no Vietnã, fora os exemplos da segunda guerra. Então a tropa de busca e salvamento não é especificamente para resgatar vida humana. Ela tem que combater também para fazer essa missão. Dali prossegui e falei também no exemplo da vida normal, da guerra revolucionária. A guerra revolucionária não é na selva, é na cidade. Então expliquei que outro dia o Exército chamou, e a Aeronáutica mandou apresentar o Parasar, que é a unidade de vocês, ao Exército. Essa unidade de vocês foi usada, e em vez de ser usada em trajes militares, foi usada em trajes civis. E os trajes civis foram utilizados para localizar inimigos. Bom, dei a explicação para eles e disse que não se podia confundir uma operação dessas, que acontecera dentro da cadeia de comando, a pedido do Exército. O Exército pediu a Zona Aérea, a Zona Aérea determinou a vocês para irem. Foi isso que aconteceu. Esta foi uma operação militar correta, dentro da cadeia de comando. Como exemplo do que não poderia ser feito, falei sobre uma operação que os pára-quedistas do Exército tentaram fazer contra o governador Carlos Lacerda. O coronel “faz tudo” do Exército, que era pára-quedista, junto com mais outros oficiais e sargentos do Exército, tentou fazer uma operação clandestina para seqüestrar e talvez até matar o governador Carlos Lacerda, mas não deu certo. O governador Carlos em vez de visitar o Hospital Miguel Couto, foi para outro hospital. E com isso eles não se encontraram e não conseguiram raptar o governador Carlos Lacerda. Foram descobertos e foram todos

punidos e expulsos do Exército. Então isto foi uma ação terrorista, porque não estava dentro da linha de comando e da hierarquia militar e principalmente não estava determinada por autoridade competente. Isso não é o tipo de ação que o Exército mandaria executar. Não foi o comando do Exército que mandou fazer isso. Eles resolveram fazer isso como uma espécie de revolta pessoal contra o senhor Carlos Lacerda. Esses atos terroristas não podem ser aceitos por nós. Isso não está dentro da cadeia de comando. Não pode ser executada uma coisa dessas. Bom, falei mais o quê? Bom, falei tudo isto e dei todos os exemplos. Em seguida estava terminada a exposição. Foi mais ou menos uma hora de exposição. Perguntei ao major Lessa: “Major Lessa, o senhor entendeu?” “Entendi.” “Capitão Guarany, entendeu?” “Entendi.” “Capitão Sérgio” – ele não tomou parte da operação terrestre – “o senhor entendeu?” “Eu não concordo.” “Eu não perguntei se o senhor concorda ou não concorda. Eu perguntei se o senhor tinha entendido. Se o senhor não entendeu, o senhor amanhã procura o seu comandante, major Lessa, para tirar dúvidas a respeito.” “Tenente Magalhães, o senhor entendeu?” “Entendi.” “Muito bem, major Lessa, está terminada a exposição, podem se retirar.” Foi esse o fato que aconteceu. Se retiraram, e foram embora. Bom, passam-se uns dias. Eu não soube logo em seguida não, mas o capitão Sérgio, depois que terminou essa reunião, alguns dias depois, comunicou ao brigadeiro Itamar, diretor de Rotas Aéreas, que eu, o brigadeiro Burnier, na exposição feita no dia 14 de junho, teria dito que era preciso matar em tempo de paz para poder matar na guerra. E que o governador Carlos Lacerda devia estar morto, enfim, uma porção de coisas desse tipo, deturpando tudo aquilo que eu tinha falado. Não tinha falado nada disso para eles. Bom, aí o brigadeiro Itamar ouviu isso e levou imediatamente ao conhecimento do chefe do estado-maior da Aeronáutica. O chefe do estado-maior comunicou ao ministro. Aí o ministro da Aeronáutica, ciente disso, sem eu saber também, determinou ao brigadeiro Sousa e Silva que pedisse ao brigadeiro Itamar informações e que o capitão Sérgio declarasse por escrito ou apresentasse relatório do que o brigadeiro Itamar estava falando. Então veio dias depois para as mãos do ministro da Aeronáutica, um relatório que o capitão Sérgio escreveu. O capitão Sérgio tinha feito um relatório, letra de imprensa, letra dele mesmo, assinado Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, declarando: “O brigadeiro Burnier, na reunião do dia tal e tal, declarou durante sua palestra sobre o Parasar que precisava aprender a matar na paz para poder matar na guerra”. Realmente na ocasião em que eu dei a aula, eu disse o seguinte: “Quando o soldado é preparado para ser soldado, aprende a atirar. Então o soldado desde o tempo em que começa a treinar para poder passar de recruta a soldado, ele precisa saber atingir o alvo. Ele precisa treinar durante a paz para

acertar o alvo em que está atirando. Então o soldado mesmo noutras funções, mesmo que amanhã vá ser enfermeiro, médico, mesmo que vá ser infantaria de guarda, vá ser artilheiro, tem, desde o início da sua carreira, que aprender a atirar para matar o inimigo em tempos de guerra.” Pois bem. Ele disse que era para matar na paz para poder aprender a matar na guerra. E que o governador Carlos Lacerda já devia estar morto. Estava escrito no relatório dele. Uma folha assim, muito mal escrita, uma vergonha de apresentação, mas apresentou ao brigadeiro Itamar e o brigadeiro Itamar aceitou, acreditou no que ele disse, e resolveu comunicar. Porque o brigadeiro Itamar estava brigado com o ministro da Aeronáutica. Ele era amigo do brigadeiro Eduardo Gomes e era brigado com o brigadeiro Márcio, porque o brigadeiro Márcio estava reorganizando o Ministério da Aeronáutica e estava acabando com a hegemonia da diretoria de Rotas Aéreas sobre os campos de aviação, sobre as comunicações terrestres e aéreas, e no controle de tráfego aéreo. A diretoria de Rotas estava sendo reduzida na sua capacidade de iniciativa, porque era toda poderosa no tempo do brigadeiro Eduardo Gomes. Mas com o brigadeiro Márcio estava sendo reorganizada, como a diretoria de Material, também estava sendo reorganizada. Na Força Aérea foi criado o Comando Geral do Ar. Então havia essa divergência entre o brigadeiro Itamar e o ministro da Aeronáutica, tenente brigadeiro Márcio Sousa e Melo. Mas socialmente eram amigos, embora na administração tivessem divergências. Quando o Itamar lhe deu essa comunicação, o ministro da Aeronáutica mandou o brigadeiro Sousa e Silva abrir uma sindicância para apurar o que o Sérgio tinha dito. Então o brigadeiro Sousa e Silva não tinha falado nada comigo. Eu era do A2, mas não falou comigo, e começou a ouvir um por um os oficiais do Parasar. Então ouviu o capitão Lessa, ouviu todos os oficiais do Parasar que tinham comparecido e que não tinham comparecido àquela palestra que eu dera. Bom, do Parasar ouviu todos os quatro que estavam lá presentes e mais o major Lessa. O capitão Sérgio foi ouvido, assim como o capitão Santos, embora o capitão Santos e o capitão Sérgio não tivessem tomado parte na operação de rua do Parasar. Aliás, o capitão Santos não estava nem na reunião que fiz no dia 14 de junho. Mas o capitão Sérgio estava. Ele foi ouvido também. Além disso, o major Moreira, da Aeronáutica, do gabinete do ministro, estava lá presente. Eu pedi para que comparecesse à reunião, e ao tenente-coronel do estado-maior da Aeronáutica, que estava passando por ali, eu também pedi para comparecer, permanecer e ouvir. Ouvimos todos eles. Terminada a audiência dos oficiais, ele fez uma apresentação de todo o resultado ao ministro da Aeronáutica. Isso foi feito mais ou menos no mês de julho e agosto. Quando chegou no dia 11 de setembro, o ministro da Aeronáutica mandou uma comunicação ao brigadeiro Itamar, diretor de Rotas

Aéreas, dando ciência do resultado dessa investigação, dessa apuração, dessa averiguação, que o brigadeiro Sousa e Silva tinha feito. Poucos dias antes, o capitão Sérgio, tendo voltado dessa reunião de apresentação do caso ao Parasar, foi para a sua unidade, começou a falar para os sargentos e houve quase que uma revolta lá. Ele conseguiu levar vários sargentos e cabos a ficarem quase que em indisciplina. O capitão Guaranyns tinha feito uma reunião com eles e tinha exigido também que todos assinassem um documento, dizendo que cumpririam ordens sejam elas quais fossem vindas da cadeia de comando. Então os sargentos se recusaram, houve uma agitação muito grande. O coronel comandante da Escola de Aeronáutica aproveitou a oportunidade para reunir os oficiais e pedir a transferência do capitão Sérgio e do capitão Santos, que eram os cabeças dessa coisa interna. Isso eu estou contando porque posteriormente viemos a saber de tudo isso. Bom, então o brigadeiro Sousa e Silva terminou e o ministro da Aeronáutica recebeu essa comunicação do brigadeiro Sousa e Silva, preparou um ofício, chama-se Ofício Secreto 001, de 11 de setembro de 1968, dirigido pelo ministro da Aeronáutica ao major brigadeiro Itamar, diretor de Rotas Aéreas. Nesse documento, que é uma beleza, que tem várias páginas, ele descreve tudo o que se passou, tudo o que foi apurado. Comenta que o capitão Sérgio procurou nesse documento tergiversar e mudar o sentido das palavras, com a finalidade precípua de chegar ao que ele queria. Mostrou que o capitão Sérgio obviamente não podia deixar de, como militar, saber que o soldado é feito, em trajes civis ou militares, para combater, e conseqüentemente para matar, se for o caso, se chegar a esse ponto. Enfim, falou tudo isso. Falou do absurdo do que ele, capitão Sérgio, estava espalhando, da apuração que o brigadeiro Sousa e Silva tinha feito, e no fim, dizia ao brigadeiro Itamar que encaminhava o boletim de punição que punia o capitão Sérgio com 25 dias de prisão, e o capitão Santos com 20 dias de prisão por ter secundado ele em afirmações que não podia dar, afirmações graciosas que tinha feito, porque não tinha comparecido nem a uma coisa nem a outra, mas que vinha tendenciosamente querendo apoiar, e lá no Parasar tinha se envolvido em atividades também de provocar mal-estar no meio da tropa conjuntamente com o capitão Sérgio. Então, estava encerrado o fato. Mas o brigadeiro Itamar, ao receber essa comunicação, depois de ter comunicado ao ministro todo o fato e depois de o ministro ter assumido a responsabilidade de fazer isso, ele ainda continuava querendo ouvir os oficiais do Parasar. Continuando a acreditar que o Sérgio estava certo. Então continuava ouvindo o capitão Lessa, que também por sua vez estava ouvindo todo esse pessoal. Aí quando o ministro da Aeronáutica soube que o brigadeiro Itamar continuava ouvindo e apurando através de questionários escritos, depois de ter recebido o ofício dele de decisão

de punir os dois capitães e da decisão a respeito do incidente, mandou pedir ao brigadeiro Itamar para remeter esses questionários todos para ele. E o brigadeiro Itamar, no dia 26 de setembro, mandou de volta ao ministro da Aeronáutica todos esses questionários feitos e respondidos de próprio punho, questionários que ele, Itamar, tinha preparado, ou melhor, ele e os auxiliares dele, tinham preparado para ouvir os sargentos e oficiais do Parasar, e esses 36 depoimentos de oficiais, sargentos e cabos foram entregues ao ministro da Aeronáutica num documento anexado a um ofício no dia 26 de setembro de 1968. Nessa ocasião, o ministro da Aeronáutica recebeu isso e chamou a atenção do brigadeiro Itamar, dizendo o seguinte: “Brigadeiro Itamar, o senhor não podia ter continuado a fazer isso depois de ter recebido a minha solução. Ao continuar fazendo interrogatórios independentes, posteriores à minha comunicação, o senhor cometeu indisciplina militar.” Então ele puniu o brigadeiro Itamar com dois dias de prisão em casa por este fato: indisciplina militar. Bom, o capitão Sérgio saiu da Escola da Aeronáutica e estava sendo transferido para Recife. Mas só chegou a Recife e se apresentou ao Hospital da Aeronáutica em Recife no dia 4 de outubro. Chegou em Recife no dia 4 de outubro, porque tinha férias, transferência, prazo para se apresentar, viagem e tudo. Chegou lá no dia 4 de outubro. No dia 5 de outubro escreveu, de Recife, uma carta ao brigadeiro Itamar. Estava datada de Recife, letra dele de fio a pavio, quatro a cinco folhas, e assinado Sérgio Miranda de Carvalho. Carta mandada lá de Recife para o brigadeiro Itamar aqui no Rio. Nesta época, o capitão Sérgio já não estava nem mais subordinado ao brigadeiro Itamar e, com este documento, estava cometendo mais uma grave indisciplina militar. Seguramente o capitão Sérgio escreveu esta carta para, inventando novas infâmias e mentiras, renovar sua credibilidade das suas infâmias anteriores, já que havia sido desmascarado e desmoralizado após averiguações mandadas proceder pelo senhor ministro da Aeronáutica. Era necessário obter novos apoios e reafirmar os antigos. E foi aí que, pela primeira vez, falou na inverossímil história de uma proposta para execução de um plano terrorista e que pela primeira vez aparece a figura da explosão do gasômetro. Nós não sabíamos de nada disso no Rio de Janeiro. Então o capitão Sérgio, depois de todo esse fato, depois de tudo encerrado, tudo acabado – ele estava punido, o brigadeiro Itamar também foi punido – ele escreveu essa carta. O brigadeiro Itamar estava de posse dessa carta do capitão Sérgio, que era uma barbaridade. Esta carta declara que o Parasar foi usado contra a vontade do brigadeiro Itamar, que o Parasar foi usado pelo Exército e por ordem do general Ramiro Gonçalves, comandante da Divisão Blindada, para ser utilizado na rua, sem documento de identificação, em trajas civis, armado com armas com os números raspados, e com ordem

de matar os estudantes e deixar os cadáveres jogados na rua. Declara também que eu e o brigadeiro Hipólito da Costa, outro oficial general muito conhecido e muito querido na FAB, também um anticomunista muito sério, dias antes do dia 14 de junho, a portas fechadas no gabinete do ministro da Aeronáutica, tínhamos chamado o capitão Sérgio para uma reunião. Dizia que nessa ocasião tínhamos proposto que ele, como líder do pessoal do Parasar, dos sargentos e cabos, poderia, se quisesse, assumir a função de, junto com sargentos e outros, dinamitar vários estabelecimentos americanos no Rio de Janeiro: a embaixada americana e o depósito do gasômetro ali perto do início da Avenida Brasil e da Rodoviária. Com isso, levaríamos o pânico e o desespero à população, haveria gritos da imprensa, e eu diria que tudo isso tinha sido obra dos comunistas. A partir disso, as forças policiais militares saíam na caça às bruxas para prender os comunistas, o que acabaria com os comunistas em seis meses, e a revolução estaria formidável. Dizia que nós achávamos que ele precisava fazer isso porque os ministros militares estavam muito frouxos, o pessoal da revolução estava muito frouxo, e precisava ativar isso para acabar com essa frouxidão. Nós não sabemos de imediato dessa carta escrita em 5 de outubro. Durante o final do ano de 1968, com o incremento da convulsão social, e em especial, das ações, inclusive da Câmara dos Deputados, contra o governo militar, o presidente da República Costa e Silva foi levado a pedir licença para processar vários deputados, inclusive esse Márcio Moreira Alves. O tal que declarou que as moças brasileiras deviam evitar até contato com os militares, não deviam namorar os militares porque eram uma turma de miseráveis, de cachorros, desgraçados. Porém, a Câmara negou esse direito de processar os deputados. Então o general Costa e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968, expediu o AI-5. Fechou o Congresso, cassou os deputados que devia cassar, prosseguiu na rota da constituição, e intimidou a imprensa. Mas a imprensa, até essa data, vinha publicando continuamente, inclusive essa história do Edmundo Muniz, diretor e redator-chefe do *Correio da Manhã*, sobre a jogada de que o plano do capitão Sérgio consistia em dizer que o brigadeiro Burnier estava planejando jogar a 40 milhas da costa 40 figuras políticas do Brasil, inclusive o general Mourão da revolução. Como o general Mourão estava muito desgostoso, porque não tinha sido nomeado comandante do I Exército, então ele botou o general Mourão também no meio. Falaram em Helder Câmara, Carlos Lacerda e o próprio brigadeiro Teixeira, botou mais cinco nomes. Em conversa gravada posteriormente, pelo CIEEx disse: “Eles estavam dando o nome de cinco, agora eu quero ver eles darem o nome dos outros 35. ‘Quá, quá, quá’.” Riam assim no telefone. Bom, mas não importa. Nós não sabemos de nada disso. No jornal saiu publicado de que no plano

de destruição, de ataque às autoridades, estava incluído jogar no mar, a 40 milhas da costa, 40 personalidades políticas. E dava o nome desses cinco. Estavam faltando os nomes dos outros 35. Bom, isso continuou, mas chegou dia 13 de dezembro, com o fechamento do Congresso e o fechamento da imprensa, acabou tudo. Durante o ano de 1969, o capitão Sérgio, que estava em Recife, continuava nas viagens do Recife ao Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro ao Recife. Ele foi colocado na Intendência lá do hospital. Mas estava apavorado e falou com o comandante dele, que era coronel- médico, diretor do hospital, que realmente ele nunca entendera nada sobre Intendência e não estava ciente de nada. Estava praticamente parado lá e sem fazer nada. Então ele pediu para fazer um curso no Rio de Janeiro, e o coronel de lá permitiu. Mas nas viagens de ida e volta ele vivia mostrando para toda a gente as informações do contato do brigadeiro Itamar com o ministro da Aeronáutica, documentação sigilosa trocada entre eles. A cópia desse documento estava na mão do capitão Sérgio e a pelo menos dois oficiais foi mostrada. E esses oficiais deram ciência disso aqui no Rio. Então, em função disso e da ligação dele também aqui no Rio com outros sargentos, provocando maiores atritos dentro do Parasar, nós mandamos abrir um Inquérito Sumário – PIS, Processo de Investigação Sumário – contra ele. E esse Processo de Investigação Sumário, eu me lembro perfeitamente, tomou o número de 63. Nesse processo que foi aberto, começaram a serem ouvidas várias testemunhas contra ele. Neste meio tempo, inesperadamente, em maio de 1969, mais ou menos maio ou junho, não sei quando foi, nós pegamos uma cópia dessa carta do capitão Sérgio ao brigadeiro Itamar. A cópia dessa carta nós pegamos porque ele mesmo mandou imprimir essas cópias para mandar para o Itamar e para outras pessoas: para o brigadeiro Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e uma porção de gente. Uma dessas cópias caiu na mão da nossa rede de informações e chegou ao meu conhecimento. Esta cópia eu levei para a chefia do Processo de Investigação Sumária e fiz anexar ao processo dele. Então não precisava mais ouvi-lo se ele era ou não era, se fazia ou não fazia subversão. Com esta carta, com a cópia desta carta de próprio punho, assinada por ele, então não havia mais dúvida nenhuma de que esse homem continuava fazendo uma tentativa de desmoralização de um oficial general da FAB, que era eu, e que tinha que haver um fim nisso. Encaminhamos essa carta, depois de ser examinada por dois oficiais do centro de informações, com análise completa. Apresentamos uma queixa completa ao presidente da República para que ele fosse cassado, reformado. Nesse meio tempo, o general Costa e Silva ficou doente, então o processo passou para a mão da Junta Militar. Essa Junta Militar, em setembro de 1969, já com o Costa e Silva doente, se reúne e assina ato, mandando reformar o capitão Sérgio e

cassar os seus direitos políticos por dez anos. Isso foi feito, o capitão Sérgio foi reformado e acabou-se o fato. Isso foi terminado em 1969. Quer dizer, por causa desta carta e em complementação ao que ele continuava fazendo. Era impossível continuar. Então isso é tudo sobre o caso Parasar e não tem nada a ver de verdade, porque eu não falei nada. Bom, passam-se os anos, e em 1978, quando começou a haver a abertura, o general Peri Beviláqua, no Clube Municipal aqui no Rio de Janeiro, faz um discurso e lá pelas tantas relata o caso do caso Parasar na maneira como o Sérgio falava. E mais. De que eu havia dado ordem, nessa reunião, para que ele fizesse a explosão do gasômetro e a explosão do Ribeirão das Lajes. Acrescentando mais um fato ao caso. Nesse momento, em 1978, eu pedi ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Araripe, por escrito – eu já estava na reserva, tinha vindo para a reserva em 1972 – mandei uma carta para ele de 40 e tantas páginas, explicando-lhe tudo isso que eu estou dizendo aos senhores, com muito maiores detalhes. Detalhado completamente. 42 páginas. Nesta carta eu solicitava ao brigadeiro Araripe para tomar providências de liberar toda a documentação das averiguações anteriores, que eram todas classificadas como sigilosas. O brigadeiro Araripe respondeu para mim que só poderia liberar a documentação, se o brigadeiro Márcio, que tinha sido ministro na época, concordasse em abrir mão do sigilo. O brigadeiro Márcio autorizou-me, eu respondi ao brigadeiro Araripe em uma segunda carta, uma semana depois, no dia 14 de março de 1978, dizendo que o brigadeiro Márcio não tinha nada a opor, mas que lembrava ao brigadeiro Araripe que o ministro atual era ele, e ele é que tinha que decidir, e não ele, Márcio. O brigadeiro Araripe me respondeu uma outra carta, dizendo que ia tomar providências, mas que ele é que era o ministro da Aeronáutica e ele é que iria decidir o que fazer. Posteriormente, ele mandou distribuir pelo CISA, já não na minha mão, mas na mão de outros, para todas as unidades da Força Aérea Brasileira, para o conhecimento de todos os oficiais da ativa e da Força Aérea Brasileira, uma nota dizendo que eu, brigadeiro Burnier, nada tivera com o caso Parasar. Eu, com a cópia do documento que escrevi ao brigadeiro Araripe, mandei uma cópia disso ao chefe do SNI na época, uma cópia para o almirante Rademaker e uma cópia para o general Lira Tavares. E uma para o brigadeiro Márcio. Passa 1978, 1979, 1980, e a imprensa continuava publicando as mesmas falsidades e mentiras contra a minha pessoa, a revista *Veja* publicava, a revista *Isto É* publicava, uma coisa horrível. E eu não podia pedir, não podia fazer nada, pois o brigadeiro Araripe não havia liberado a documentação do sigilo a que estava submetida. Então pedi ao brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica de então, por escrito, a abertura de um Conselho de Justificação contra mim, citando todos esses

documentos. Que se fosse apurado que era verdade tudo aquilo, quem devia ser expulso e reformado da FAB seria eu.

[FINAL DA FITA 8-B]

J.B. - O ministro Délio demorou uns dois meses para responder. Acabou dando uma decisão, mandando arquivar o meu pedido, considerando que eu era um oficial formidável, que as informações todas eram erradas, que não tinha nada disso. O despacho do brigadeiro Délio ao meu requerimento, por força da lei, ao ser mandado arquivar, obrigava a autoridade a justificar o arquivamento. Me elogiava muito, repetia elogios do meu caráter, dignidade e tudo, dizia que as acusações eram infundadas, não deviam ser consideradas e, em função disso, mandava arquivar porque não havia nada contra mim. Isso foi publicado nos jornais. O *Estado de São Paulo* publicou tudo isso, fazendo uma reportagem completa, dizendo a verdade sobre o caso Parasar. Contou tudo isso que eu estou dizendo aqui. Eu tenho tudo isso escrito. E continuou. Mas daí a pouco novamente continuou a haver acusações. Os jornais de tempos em tempos, repetiam essas acusações todas e eu não tinha como fazer para me defender. Então chegou em 1985, o brigadeiro, ministro da Aeronáutica, era Otávio Júnior Moreira Lima, e eu novamente pedi em carta um ofício a ele, solicitando a abertura de um novo processo, para poder me justificar porque as acusações nos jornais, nas revistas, na televisão, no rádio, continuavam me acusando e eu não podia fazer nada: eu não podia processar o homem porque toda a documentação era sigilosa. Eu solicitei ao ministro da Aeronáutica a liberação do sigilo. E o ministro da Aeronáutica tinha dito que eu não tinha nada com isso, que não tinha nada contra mim. Então o ministro da Aeronáutica demorou mais um mês, deu despacho, arquivando também, dizendo que tinha ouvido o Alto Comando e revisto toda a documentação referente ao caso, nada tinha contra mim, não tinha fato novo, não existia nada contra mim, e em consequência arquivaram e acabou. Mas o chefe do gabinete dele mandou também um ofício para mim posteriormente, dizendo: “Brigadeiro Burnier, o ministro da Aeronáutica acha que isso é um assunto particular entre o senhor e o capitão Sérgio. Se o senhor quiser levar adiante, acha que deve ir para a Justiça Civil.” Eu fiquei indignado, no entanto não podia fazer nada. Eu queria que a ação da Justiça Militar julgasse o caso, em seguida constatasse que ele estava mentindo, e em seguida, a Justiça Militar ia poder acusá-lo e fazer um inquérito contra ele. Mas não, o ministro da Aeronáutica achou que não tinha nada contra mim e que não podia fazer nada. Chegou em 1989, na TVS de São

Paulo, no programa do gordo Jô Soares, *Jô Soares 11 e meia*, fez uma entrevista com Sérgio Macaco, naturalmente combinados antes, e durante 45 minutos, dois tempos, um primeiro só ele com o Jô, depois ele com o Jô e mais dois artistas: uma moça cantadora de música subversiva e outro que é fabricante de letras das músicas. É um compositor de Belo Horizonte, um rapazinho, que falou que é contra os militares, que tem horror dos militares, etc. Nesse programa o capitão Sérgio assacou mais duas mentiras contra a minha pessoa. Então, em face dessa entrevista do Sérgio, requeri à empresa TVS, ao senhor Sílvio Santos, o direito de resposta. Ele me respondeu em seguida dizendo que autorizava, e queria mandar passagem para mim, queria custear a minha estadia em São Paulo. “Não quero nada disso, só o direito de resposta. Marcar dia e hora para eu ir lá.” Marcaram dia e hora, fui, e durante 45 minutos rebati tudo o que ele falou, inclusive coloquei o Jô Soares pela primeira vez num embaraço danado, porque o obriguei a ler tudo aquilo que estava escrito no relatório do CISA e da documentação sigilosa que havia sido liberada pelo ministro da Aeronáutica. Mas independente disso tudo, eu ainda abri um processo contra o capitão Sérgio no Supremo Tribunal Federal do meu país. Porque nessa época eu ainda acreditava que funcionasse como órgão realmente de justiça. Então, em 1989, eu entrei com esse processo contra ele. O ministro Sanches era o relator do processo, foi relator da queixa-crime. Essa queixa-crime obrigou o ministro Sanches a solicitar à Câmara dos Deputados licença para processar o capitão Sérgio, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, porque Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho foi eleito suplente de deputado, e com a saída desse vice-governador do estado do Rio de Janeiro, o Roberto D'Ávila, ele assumiu a função de deputado federal pelo PDT. Ficou um ano e pouco só. Mas nesse meio tempo, na campanha eleitoral que foi feita para a eleição de 1988, se não me engano, ele, capitão Sérgio, distribuiu panfletos no Rio de Janeiro, em que falava do caso Parasar. No panfleto, havia o retrato dele, seu número de deputado e tudo. E mais: nas acusações que estava fazendo repetia todas aquelas infâmias anteriores e inventava mais uma. E na entrevista que ele deu no Jô Soares, ele também repetiu essa nova acusação contra mim. Era a quarta! A primeira era de que eu tinha sido responsável pelo uso do Parasar na operação de rua. A segunda, que eu tinha mandado explodir o gasômetro. A terceira que eu tinha mandado explodir o Ribeirão das Lajes. E a quarta, agora nesse panfleto e na entrevista que deu ao Jô Soares – e foi por isso também que eu iniciei o processo – dizia que eu, brigadeiro Burnier, quando adido no Panamá, fiz o curso da JID (Junta Interamericana de Defesa), e nesse curso, junto com outros oficiais generais da FAB, havíamos combinado um plano de entrega da Amazônia aos pára-quedistas americanos, mediante o pagamento de um

empréstimo formidável ao Brasil. E o Jô Soares perguntou: “Então o Brasil perderá uma parte do seu território?...” “Sim, mas em compensação receberia uma ajuda financeira de tal ordem, um novo superplano Marshall, que deixaria a vida do povo brasileiro em condições iguais às do europeu.” Na resposta que o Sílvio Santos deixou eu fazer, falei e obriguei o Jô Soares a ler os documentos. Ele tentou fugir ao assunto e eu insisti até ele ler. Tenho isso gravado em casa. E nessa entrevista eu disse a ele: “Primeiro, adido da Aeronáutica no Panamá não tem nada a ver com a JID. A JID é Junta Interamericana de Defesa, e é em Washington. Eu nunca fui da JID. A JID não tem curso. A JID é uma junta interamericana de oficiais gerais de todas as forças armadas de todos os países das Américas em Washington. A defesa da área americana. E o Colégio Interamericano de Defesa é um colégio que também é em Washington, não tem nada a ver com a JID e é do Conjunto Interamericano de Defesa também, mas é um curso para oficiais superiores e não para oficiais gerais. Segundo, eu nunca estive lá, nem na JID nem em Washington, eu estive no Panamá. Eu estive dois anos no Panamá. Então esta é a ofensa que ele faz a mim, de que eu, junto com os pára-quadistas americanos, estaria disposto a entregar esse nosso território aos americanos com a conseqüente regalia para o Brasil de receber esse superplano Marshall de empréstimo para transformar o povo brasileiro em condições iguais de vida à do europeu. Bom, a Câmara dos Deputados demorou um ano e meio, e por duas vezes foi reperguntado pelo Supremo Tribunal Federal, que dizia que nunca tinha número para julgar o caso, se autorizava ou não o processo. Até que chegou 1991, ele não foi reeleito, e em 15 de janeiro deixou de ser deputado. Então requeri ao Supremo Tribunal, já que não era deputado mais, que o Supremo Tribunal passasse o processo ou para a jurisdição federal em São Paulo ou para o Rio de Janeiro. De acordo com a lei, pode ser no local em que se deu o crime ou no local onde moram os responsáveis, os autores da causa e os responsáveis. Aí foi mandado consultar o Conselho Geral da República, o auditor, Consultor Geral da República, o doutor Junqueira, que deu um despacho dizendo que não, que ele não podia, que o processo tinha que continuar no Supremo Tribunal Federal porque ele tinha cometido o crime quando era deputado. Então devia continuar em julgamento lá. Então o ministro Sanches mandou fazer a citação dele aqui no Rio de Janeiro. Saiu a ordem para a Justiça Federal e chegou no Tribunal de Justiça Federal aqui do Rio. O presidente mandou citar o capitão Sérgio em casa. O funcionário foi na casa dele, e em vez de citar a ele, citou o filho dele. Imagina que absurdo! Veio a informação de volta e o presidente, sem verificar nada, mandou de volta para Brasília, para o Supremo Tribunal Federal. Aí o ministro Sanches viu que estava tudo errado, despachou, anulando

tudo aquilo, mandando fazer nova citação dizendo à Justiça aqui do Rio que quem tinha que ser citado era o autor. Um absurdo! Isso atrasou em mais seis meses a nova consulta. Chegou aqui, ele foi citado, veio para Brasília, chegou na mão do Sanches. Aí o capitão Sérgio foi intimado a apresentar a defesa prévia. Na defesa prévia ele pediu para desgravar a fita que eu tinha entregado como prova contra ele, na petição que fiz ao Supremo. O ministro Sanches mandou me perguntar e eu não concordei, instruído por meu advogado, e disse: “Negativo, aquilo era a prova do crime. Então só devia ser desgravado quando virasse processo, não tinha virado processo ainda, ainda estava em inquérito. No dia 4 de novembro de 1991, o ministro Sanches mandou tudo isso para a Consultoria Geral da República. Em 4 de janeiro de 1993, a Consultoria Geral da República mandou para o Supremo Tribunal Federal a informação de que, tendo em vista ser crime de imprensa, estava em prescrição judicial. Já haviam se passado dois anos e ele achava conveniente que fosse arquivado. Neste meio tempo, em novembro de 1991, o capitão Sérgio estava fazendo um processo, pedindo o direito de promoção a brigadeiro, já que tinha sido anistiado e já era coronel da reserva. Tinha entrado com esses documentos em 1989/1990. Quando chegou no final de 1991, no julgamento, o ministro-relator Vieira de Melo e o ministro Ilmar Galvão propuseram que não fosse recebido seu pedido de promoção, porque ele não tinha direito a nada. Aí o ministro Marco Aurélio Melo, primo do presidente Collor, pediu vista do processo e ficou com esse processo na mão durante um ano e meio e o julgamento foi suspenso. Em dezembro de 1992, nesse julgamento final, nesse processo, o ministro Marco Aurélio Melo deu despacho, deu um voto arrasador contra mim e contra o brigadeiro Márcio Sousa Melo, ministro da Aeronáutica, falando de torpe vingança de nossa parte contra um pobre capitão da Aeronáutica. No final, achava que ele devia ter recebido o documento para fazer o julgamento, dizendo que o capitão Sérgio devia ser promovido em caráter excepcional a brigadeiro, baseado na suposta existência de duas punições sobre uma mesma falta. E com relação à passagem dele para a ativa ou não, dependeria do Ministério da Aeronáutica. Os outros ministros começaram a votar. O ministro Brossard fez uma verdadeira catilinária contra a minha pessoa, baseada na carta do brigadeiro Eduardo Gomes, escrita ao presidente Costa e Silva, arrasando com a minha dignidade, com a minha moral e com a do ministro Márcio também. Enfim, todos os ministros, mas principalmente o Brossard e o próprio Marco Aurélio me atacaram. Aí os outros ministros votaram também. Só um ministro não votou porque não estava lá. Era o Moreira Alves. Todos eles votaram e foi fechado o julgamento. Em 1992 ainda, depois dessa decisão, tirei cópia de todo o processo, escrevi uma carta violenta ao Marco Aurélio

Melo, uma carta de umas 15, 18 páginas dizendo a ele todas as verdades que eu queria dizer, do absurdo que ele tinha feito e em protesto contra o voto que havia proferido, após um ano e um mês após o pedido de “Vistas”, período no qual não havia apurado nada a respeito das falhas existentes no processo (Voto Saneador) nem pedido qualquer outra informação ao ministro da Aeronáutica, sobre a veracidade da segunda punição, sem base em outra falha disciplinar do capitão (a falsa acusação feita pela carta de 5 de outubro de 1968). Posteriormente, no dia 10 de fevereiro de 1993, solicitei ao ministro da Aeronáutica novo Conselho de Justificação. Pedia ao atual ministro da Aeronáutica, para abrir um inquérito contra mim para apurar se era verdade tudo aquilo. Se fosse, quem devia ser expulso da força aérea era eu. O ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo, até a data de hoje não resolveu, mas em outubro desse ano, por indicação minha, mostrei ao ministro da Aeronáutica que a defesa que o Ministério da Aeronáutica tinha feito no processo do Sérgio acerca de sua promoção tinha sido toda errada desde o início, e apontava inclusive os erros que haviam sido cometidos no processo no Supremo Tribunal Federal. Mostrava que, em vez de julgar como se fosse um pedido – inclusive o relator devia ter pedido um voto saneador, como às vezes se diz, para apresentar em defesa de cada um deles – não foi dado direito nenhum de defesa à União, e que eu não podia interferir. Não tinha condições de interferir porque pela lei só quem tiver prejuízo material é que pode requerer. E o caso é que tinha havido tanto erro no processo do Sérgio que havia a possibilidade de fazer uma ação rescisória. Então conversei com um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, que me deu um parecer. Mostrei ao Consultor Geral da Aeronáutica, em Brasília, mostrei ao ministro da Aeronáutica, e eles acharam então que podia ser feita a ação rescisória. Em 1993 ainda, o ministro da Aeronáutica, mesmo pressionado pelo STF, não quis e não pode cumprir a decisão de promover o capitão Sérgio a brigadeiro, porque é um ato exclusivo do presidente da República (conforme a constituição brasileira). Em consequência, remeteu ao presidente da República a exigência do STF. O presidente da República, após algum tempo, acabou cumprindo a decisão do STF de promover o capitão Sérgio a brigadeiro, mas, no seu despacho, dá ao ministro da Aeronáutica a determinação para que pleiteie uma ação rescisória junto ao advogado da União, para anular o julgamento feito, anulando a promoção do capitão Sérgio. O Ministério da Aeronáutica ainda estuda o pedido de ação rescisória e tem o prazo até novembro de 1994 para obter, do advogado da União, o pedido de abertura da ação rescisória junto ao STF. A ação rescisória, de acordo com a lei, só pode ser feita quando há prejuízo material para a ré, o que dificulta a possível ação direta minha, brigadeiro Burnier, num pedido inicial também de ação rescisória, por ter sido

prejudicado moralmente, cabendo, portanto, aguardar o início da ação rescisória da União – que teve prejuízos materiais, pagamento de vencimentos e indenização atrasados – para poder solicitar a entrada de um pedido de litisconsorte junto com a União. O Supremo está em recesso, só volta em fevereiro. Mas como o prazo vai até dezembro de 1994, ainda tenho esperança que isso prossiga, embora essa revolta surda provoque um mal que você não faz idéia. Não há de ser nada. Eu vou ter saúde para ver esse caso ir até o fim. Isso é o que eu gostaria de falar a respeito do caso Parasar, para vocês terem uma idéia do absurdo que há 21 anos eu venho sofrendo, sem ter cometido um deslize na minha vida, mas por falta de coragem moral de alguns companheiros militares e, principalmente, por causa da vingança que grande parte do jornalismo brasileiro, todo da esquerda, vem fazendo contra a minha pessoa. Acabei também de ganhar um processo que já está há três anos para ser executado, contra Milôr Fernandes, por causa de um artigo que ele publicou no *Jornal do Brasil*. Não abri contra o Zuenir Ventura porque eu não queria combater, não tinha dinheiro para fazer, porque isso tudo custa dinheiro. Mas ganhei contra o Milôr Fernandes e o *Jornal do Brasil* está condenado pela Justiça em primeiro e segundo recursos, a pagar 18 salários mínimos por dia de atraso da publicação do meu direito de resposta ao artigo que o Milôr Fernandes escreveu ali contra mim, em 1989 ou 1991. Mas quero agora o final. O que realmente me causa mais mágoa é o Supremo Tribunal Federal através desses ministros. Porque o julgamento do Sérgio contra mim foi feito e acabado enquanto o meu contra o capitão Sérgio, que estava com os mesmos relatores, não andou. Quer dizer que os ministros não olham. O relator era o Ilmar Galvão e o outro, anterior, foi o Sanches, que foi presidente do Supremo. Todos eles foram relatores no meu processo contra o Sérgio, mas não deram uma palavra no julgamento do Sérgio sobre o meu caso. Quer dizer, eles não estão ligados nas coisas, e a gente não pode, o sistema que está montado impede que você possa agir num caso desses, porque você não é a parte. Só quem pode agir é a União. A União, o Ministério da Aeronáutica e o próprio Ministério Público, que é o doutor Junqueira. E você, como parte que está sendo ofendida e avacalhada, não pode fazer nada. Não tem como intervir, não tem como pedir para tomar parte no negócio. Não pode. Porque pelo processo, pela processualística do processo, não se pode intervir em nada. Pois bem. Essa é a minha grande mágoa da Justiça do meu país. Realmente é uma verdade. Da pátria nós não devemos esperar nem mesmo compreensão por todas as coisas que se faz, mas é uma mágoa violenta que fica na gente. Acho que respondi à pergunta.

4ª Entrevista: 30.12.1993

João Paulo Moreira Burnier

M.A. - Brigadeiro, o senhor gostaria de falar alguma coisa a mais sobre a documentação relativa ao caso Parasar, não é isso?

J.B. - É verdade. Eu também trouxe aqui para deixar entregue a vocês documentos que comprovam aquilo que estava exposto na minha declaração sobre o caso Parasar. Posteriormente, quando se fizer a revisão na entrevista vou inserir esses documentos, cada um em seu lugar certo. O primeiro documento é a declaração que fiz em 1978, quando recrudescer pela imprensa o caso Parasar. Era o início da distensão feita pelo general Geisel, se não me engano, e eu escrevi uma carta ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Araripe Macedo. O nome dele todo é Joelmir Campos de Araripe Macedo. Nessa carta de 40 e tantas páginas, eu faço menção a todo caso Parasar, desde o princípio até aquela época. Porque naquela época ainda não havia surgido a quarta mentira desse nefando capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. Nessa carta eu faço também menção às gravações que foram feitas das conversações com o jornalista do *Correio da Manhã*, Edmundo Muniz. Mostro aqui tudo que tinha acontecido, na realidade, na verdade, com o caso Parasar, e mais uma vez eu mostrava que não tinha nada a ver com o caso. Falo das três mentiras que o capitão Sérgio havia inventado: que eu teria dado ordem para o Parasar ser usado no combate da subversão de rua dos estudantes em 1968; que na reunião do dia 14 de junho de 1968 eu teria dito frases, pensamentos, a respeito de matar durante a paz para poder depois aprender a matar na guerra; e também a terceira mentira, feita quando ele já estava desesperado, porque já estava sem esperança nenhuma, já tinha sido punido pelo ministro da Aeronáutica, após a averiguação feita pelo pessoal do gabinete do brigadeiro Sousa e Silva. Ele, desesperado, procurou obter apoio do brigadeiro Eduardo Gomes, através do brigadeiro Itamar Rocha e do brigadeiro que estava como chefe do Gabinete do Itamar, que era o brigadeiro Lucena. Bom, em função disso, ele começou a espalhar para fora e dentro da Aeronáutica a terceira mentira, para obter aqueles apoios que precisava. Essa mentira consta na carta que escreveu no dia 5 de outubro, de Recife, ao brigadeiro Itamar. Só viemos mais tarde a captar esta cópia dessa carta, cópia de uma cópia que ele mesmo mandara fazer. E nessa carta, sem querer, mas irremediavelmente, ele se comprometia a dizer que eu, a portas fechadas, antes da reunião de 14 de junho, teria feito essa proposta de utilizar o Parasar no combate à subversão de rua. Então com esta terceira mentira ele encerrava a situação toda. Mas isso já era feito em 1969. Houve um processo de investigação sumária, e nessa investigação se comprovou que ele era incorrigível, que

continuava transmitindo aos oficiais e sargentos as versões caluniosas que fizera anteriormente, e então foi pedida a cassação dele, que foi efetuada em setembro de 1969 pela Junta Militar. Ele foi reformado como capitão e seus direitos políticos cassados por dez anos. Posteriormente, em 1979, 1980, na campanha eleitoral que vinha depois da distensão, ele, para se candidatar a deputado, fez uma campanha e inventou a quarta mentira sobre proposta que eu teria feito nessa reunião do dia 14 de junho. Veja que 12 anos depois é que ele veio a falar disso, porque ele não tinha mais nada o que dizer. Inventou essa, porque na época estava na moda falar de ecologia, da Amazônia e tudo mais. Então ele inventou que eu e vários oficiais gerais da força aérea, no Panamá, tínhamos combinado com os americanos entregar parte da Amazônia aos norte-americanos para obter um empréstimo, o superplano Marshall, que nos daria bilhões e bilhões de dólares, e permitiria ao povo brasileiro passar a ter um padrão de vida igual ao do europeu. Essa farsa infame e repetida num programa de TV, na TVS lá de São Paulo, é que me levou a processá-lo junto ao Supremo Tribunal Federal, mas, infelizmente, pela lentidão da manobra da Câmara dos Deputados, ele, eleito suplente de deputado e depois assumindo a cadeira no lugar de Roberto D'Ávila, que era o vice-governador do estado do Rio de Janeiro, conseguiu ludibriar a situação, e a justiça demorou tanto, inclusive para fazer a citação dele, que acabou esse processo em 1991 caindo em prescrição judiciária. E com isso o ministro Sanches e o ministro Ilmar Galvão, que eram relatores desse meu inquérito contra ele, acabaram votando contra mim absurdamente no pedido de promoção dele a brigadeiro, que começou em 1991 e terminou em 1992. Inexplicavelmente bem encaminhado pelo tal ministro Marco Aurélio Melo, primo do ex-presidente Collor, e que permitiu dar a esse elemento uma situação privilegiada. Em 1992 e 1993, nós e o Ministério da Aeronáutica contestamos essa decisão numa ação rescisória que está entregue no Supremo Tribunal Federal para poder fazer a anulação desse julgamento, porque os erros que o Supremo Tribunal Federal cometeu naquele primeiro julgamento de 1992 foram de tal ordem, que impedia o direito de defesa da União, além de fazer injúrias contra a minha pessoa e à pessoa do marechal Márcio Sousa e Melo, e com isto fazer cair aquela proteção de ele ser promovido a oficial general. Bom, então vamos aos documentos. O primeiro deles é a carta que escrevi ao brigadeiro Araripe em 1978 com o recrudescimento na imprensa desse caso Parasar. E ficou como caso Parasar apenas porque a mídia na época, já bastante infiltrada, insistia através da revista *Veja*, jornal *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, em transmitir diariamente essas coisas. Então pedi ao ministro Araripe...

[FINAL DA FITA 9-A]

J.B. - ... providências. Está nesse documento meu pedido de providências ao brigadeiro Araripe. Em função disso, o brigadeiro Araripe mandou emitir, para todas as unidades da Força Aérea Brasileira, um documento feito pelo CISA, em 1978. Em 14 de abril de 1978, ele emitiu esse relatório parcial do CISA sobre o caso Parasar, mandando comunicar a todas as unidades da Força Aérea Brasileira, para conhecimento de todos, a verdade sobre o caso Parasar. Mostrando que eu nada tivera com o caso. Faço a entrega aqui também da cópia do tal relatório mal escrito e mal preparado pelo capitão Sérgio, que entregou ao brigadeiro Itamar, tentando mostrar que eu, brigadeiro Burnier, na reunião de 14 de junho, teria feito afirmações levianas e graves com relação ao treinamento militar que se dá aos soldados: que deviam treinar na paz para matar na guerra. Esse documento, que ele entregou ao brigadeiro Itamar, foi posteriormente ao conhecimento do ministro da Aeronáutica que mandou o brigadeiro Sousa e Silva fazer a averiguação, e nessa averiguação ficou constatado que o capitão Sérgio havia mentido em tudo. Foram ouvidos todos os oficiais presentes na reunião, e nenhum deles confirmou as palavras do capitão Sérgio. A cópia desta documentação toda também está na justiça. Esse documento aqui é o documento inicial do caso Parasar, com a autorização feita pelo Ministério da Aeronáutica. Posteriormente, o brigadeiro ministro da Aeronáutica, em face desse documento e depois das averiguações do brigadeiro Sousa e Silva, mandou um ofício secreto ao brigadeiro Itamar comunicando que tudo aquilo que o capitão Sérgio tinha feito, tudo aquilo era falso. Ele tinha usado trechos, palavras da minha exposição, e mudando o sentido da coisa, teria dado essas informações, trocando e fazendo intencionalmente tudo isso. Além disso, dá uma explicação do que foi feito na reunião do dia 14 de junho, e por fim, pune o capitão Sérgio no dia 11 de setembro de 1968. Pune o capitão Sérgio com 25 dias de prisão. Ele e o capitão que também o auxiliou nas acusações, embora nenhum dos dois tenha tomado parte nas operações de terra. O Sérgio só tomou parte da reunião de 14 de junho, mas esse capitão que foi punido também com ele, nem na reunião do dia 14 de junho estava presente. Pois bem. O brigadeiro Márcio puniu o capitão Sérgio com 25 dias de cadeia. O quarto documento é uma carta que o capitão Sérgio escreveu ao brigadeiro Itamar em 5 de outubro de 1968, de Recife, carta particular. Esta carta caiu em poder do nosso serviço de informações somente em 1969. E, com isso, nós ficamos constatando que o capitão Sérgio continuava agindo maldosamente e subrepticamente na difusão de informações contra

oficiais gerais, tanto do Exército quanto da Aeronáutica. E constatado que ele era incapaz de se corrigir, nós então pedimos um Processo de Investigação Sumária contra ele, e ele foi punido, sendo reformado como capitão e cassados seus direitos políticos por dez anos. A cópia desse documento também está aqui presente. Neste outro, aparece a propaganda política do capitão Sérgio. É o quinto documento que mostra a propaganda política do capitão Sérgio em panfletos distribuídos aqui no Rio de Janeiro, em que nesses panfletos aparece a quarta acusação dele contra mim. Naquela época estava em moda essa história da Amazônia, então ele surge dizendo que eu, brigadeiro Burnier, e todos os oficiais gerais que fizeram curso da JID, tínhamos planos para entregar a Amazônia. Está tudo errado, porque a JID não é curso, é uma junta interamericana de defesa de oficiais gerais, e eu nunca estive nela. Então tudo isso aqui é falso, ele inventou essa história toda para poder dar ênfase, e poder fazer sua propaganda política. Por causa dessa propaganda e por causa da entrevista que ele deu na TVS, no programa *Jô Soares Onze e Meia*, eu iniciei um processo contra ele na justiça comum, encaminhando ao Supremo Tribunal Federal uma petição pedindo um inquérito e a punição dele. Esse processo demorou dois anos, como já disse várias vezes, e acabou caindo em prescrição judicial no fim de dezembro. Está aqui também a cópia desse documento. Posteriormente, as acusações tinham recrudescido de novo na mídia, na imprensa falada, escrita e televisionada, e eu pedi ao brigadeiro Délio Jardim de Matos, em 1979, a abertura de um inquérito dizendo que se fosse verdade aquilo que o capitão Sérgio dizia de mim, então eu é que devia ser julgado e punido. O brigadeiro Délio, depois de verificar tudo, deu um belíssimo despacho e mandou arquivar o processo. E no arquivamento ele declara que nada foi averiguado contra mim e faz uma série de elogios da minha conduta, da minha profissionalidade. Bom, então esse documento está aqui também com o despacho da publicação do boletim do estado-maior da Aeronáutica. Tudo isso era documentação considerada sigilosa e fui obrigado a pedir o direito de desclassificação. Em 1985, como recrudescia de novo a campanha jornalística contra a minha pessoa, porque o inimigo não me perdoava por eu ter feito um inquérito contra eles em 1964 nem ter combatido a subversão em todos os seus sentidos. Em função disso, eles não me perdoavam e continuavam a me perseguir. Então repetiam todas as acusações no jornal. Novamente pedi ao ministro da Aeronáutica, agora o tenente brigadeiro Júlio Moreira Lima, que também depois de receber meu pedido mandava arquivar com um despacho muito bom, depois de ver toda a documentação e ouvir o Alto Comando da FAB. Então essa é a documentação

que eu trago aqui para fazer parte daquelas declarações que fiz a respeito do caso Parasar. Muito obrigado.

M.A. - Brigadeiro, em 1970, o senhor vai para o comando da 3ª Zona Aérea aqui no Rio de Janeiro. Como eram as suas relações com o comandante do I Exército, que era o Sizen Sarmento, não é isso? E foi nessa época também que aconteceu o caso Stuart Angel. Houve algum preso ou presa cuja resolução o impressionou?

J.B. - Com relação à primeira parte da pergunta, que é sobre meu relacionamento com o general Sizen Sarmento, devo revelar o seguinte. O meu relacionamento com o comandante do I Exército, o general Sizen Sarmento, era franco, porque havia total confiança entre nós. Naquela época havia sido mandado distribuir, para todas as forças armadas, uma decisão do governo militar de que a segurança interna, no caso de dificuldade por parte das polícias estaduais, ficaria a cargo do Exército, secundado pelas forças da Marinha e da Aeronáutica. Então, no Rio de Janeiro, o general Sizen Sarmento era o comandante do I Exército, era o chefe de toda a segurança na área. O general que estivesse de serviço na unidade que estivesse em evidência ou de prontidão, recebia instruções para executar as operações de apoio às forças das Polícias Militares e das Polícias Cíveis estaduais. Então, no Rio de Janeiro, o general Sizen Sarmento dava as ordens que eram executadas pelos outros comandantes de unidades do Exército; e nas áreas da Aeronáutica e da Marinha, também subdivididas pelo Exército e com o conhecimento da Aeronáutica e da Marinha, era feita a segurança interna quando as polícias militares e civis dos estados não tinham condições de executar sua missão precípua de manter a ordem e a segurança do povo, da população.

M.A. - Eu queria perguntar, como é que o senhor veio para o comando? O senhor saiu do CISA e veio direto para a 3ª Zona Aérea?

J.B. - Vim para a 3ª Zona Aérea em 1970, no dia 25, se não me engano, de setembro ou de outubro. Mas vamos continuar na resposta a essa primeira parte da pergunta que você me fez. Sobre o nosso relacionamento com o general Sizen Sarmento e a organização interna da segurança, acho que deu para entender tudo. Bom, com relação à segunda parte da pergunta, eu quero fazer agora uma pausa para recordar alguns fatos, para poder prosseguir. Com relação a esse caso do Stuart Angel que a senhora me perguntou, acontece

que eu nunca tive, nem na época nem até a data de hoje, qualquer informação de que esse senhor, esse subversivo, teria sido preso pela Aeronáutica e sofrido qualquer maltrato por parte do pessoal da Aeronáutica. Nenhum registro, nenhuma informação, até esta data. E o envolvimento do meu nome nesse caso foi provocado por alguma revista, por algum jornal, e até mesmo pelo filho de Zuzu Angel, num livro que escreveu citando a mim como um dos responsáveis pela tortura que ele teria sofrido no Galeão. De acordo com as informações dele, publicadas nos jornais, ele teria sido preso na base aérea do Galeão. Não é verdade, porque não há até hoje nenhum registro disso. Essa notícia surgiu muito tempo depois por causa de um subversivo que foi preso e condenado pela Justiça Civil e Militar à prisão perpétua: primeiro pena de morte, depois transformada em prisão perpétua. E depois, inexplicavelmente, esse subversivo foi anistiado por essa anistia completamente desastrosa que foi feita no governo Figueiredo. Foi ele quem iniciou essas acusações. Essa acusação do envolvimento do meu nome nesse caso do senhor Angel Stuart foi feita por esse subversivo chamado Alex Polari, um dos membros que atuou nos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço, e foi um dos autores da morte de um dos guarda-costas desses embaixadores. Esse Alex Polari, inexplicavelmente e gratuitamente, talvez até como desejo de torpe vingança, de auxílio à campanha que estava sendo feita contra a minha pessoa, declarou por escrito ao auditor da Auditoria da Aeronáutica, que eu, brigadeiro Burnier, teria sido o causador da morte desse Stuart Angel na base aérea do Galeão, fazendo ele aspirar o escapamento de um jipe para ser morto asfixiado. Esse absurdo, essa infâmia que esse Alex Polari escreveu nunca foi comprovado, não pode ter sido comprovado, porque inclusive nunca tive contato com esse homem, nunca soube da prisão desse homem, desde aquela época até a data de hoje. Sei apenas aquilo que os jornais publicaram e o que ele escreveu. Sobre o absurdo dessa acusação, não posso fazer nada. Foi feita, a mídia aproveitou para transformar isso em noticiário, e também, por outro lado, o próprio filho da Zuzu Angel, que é mãe desse Stuart, fez publicar no livro que eu teria sido o autor dessa morte. Bom, Alex Polari hoje em dia está radicado no interior fazendo parte de grupos, à procura de drogas, no Santo Daime... E esse homem continua nessa situação, mas continua completamente desprovido de qualquer caráter, qualquer senso de dignidade. Bom, esse é o caso Stuart. Posso dizer porque não tenho outra coisa a dizer. Agora, depois desse caso, eu tenho mais uma informação a dar. Além disso, devo declarar o seguinte: eu assumi a chefia do CISA logo na sua criação, no dia 24 de junho de 1968. Era o NCISA, Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica. Nunca fiz um interrogatório. Eu era o chefe, fiz a montagem do serviço, recrutei o pessoal,

João Paulo Moreira Burnier

instruí o pessoal todo quando o CISA adquiriu o equipamento para poder fazer o serviço de informações funcionar. Montei toda a organização e com a autorização do senhor ministro foi despachada ordem para todas as unidades e criada uma rede de todas as unidades da Força Aérea Brasileira para atender ao serviço do CISA. Captar informes e colher informações, e a parte operacional também era também dirigida nesse sentido, através dessa cadeia de informações, de operações que eram formadas pelo próprio CISA. Nunca fiz interrogatório pessoalmente, a não ser de dois ou três oficiais, inclusive alguns até colegas de turma meus, que foram obrigados a passar para a reserva por atitudes incompatíveis com a dignidade e com a situação do oficial da Força Aérea Brasileira. Além disso, eu assisti a dois, talvez, interrogatórios de alguns presos políticos, mas nenhum deles me impressionou porque nunca houve nada de anormal. E de todas as informações que eu tive, nunca tive nenhuma de que nos interrogatórios feitos pelo serviço de informações da Aeronáutica, tivesse havido algum excesso, alguma tortura ou qualquer coisa semelhante. E olha que todos os dias nós recebíamos informações, tinha uma vigilância muito grande, porque todo serviço de informações tem o pessoal operacional, mas também tem a parte que eles chamam de sistema interno. Nós fiscalizamos os nossos próprios operadores. E a prova disso é que os dois únicos casos em que nós constatamos que houve excesso por parte dos nossos operadores foi o caso de um sargento que permitiu, não sei se foi ele exatamente, quebrar uma ampola de gás sulfídrico no interior de uma kombi em que estava aquela terrorista Jessie Jane, que tomou parte no primeiro seqüestro de avião da Cruzeiro do Sul aqui na base aérea do Galeão. O seqüestro foi abortado, porque inclusive houve o ataque ao avião, nós cobrimos o avião com espuma contra incêndio, depois um dos nossos agentes entrou no avião, houve um tiroteio interno, um dos subversivos usou a própria arma contra si matando-se, e a Jessy James e mais um outro foram presos quando foi evacuado o avião; eles foram presos na pista do Galeão. Ela tinha sido levada nessa kombi para a auditoria. Nessa ocasião, esse sargento então estourou essa ampola de gás sulfídrico e isso trouxe um mal estar muito grande a ela, e um protesto grande dela. Com isso, nós tomamos providências contra o sargento. Contra ele já havia também a acusação de que havia se apropriado de algumas roupas de um subversivo, roupas, camisas e calças, num dos aparelhos que foi invadido por nós. Então ele foi punido disciplinarmente e foi retirado definitivamente do serviço de informações da Aeronáutica. E nunca mais tomou parte de qualquer atividade dentro desse serviço. Um outro caso que acabou também tendo desfecho completo foi o do tenente-coronel aviador, cujo nome não desejo dizer aqui. Ele já está na reserva hoje em dia, mas na ocasião, por uma questão

sexual, resolveu procurar contato com uma das prisioneiras, e era uma terrorista subversiva, esposa de um outro terrorista, de um outro subversivo, que, aliás, era filho também de um oficial general, de um brigadeiro médico da Aeronáutica. Tentou conquistá-la, cortejando-a, e foi pego em flagrante, porque nós fizemos escuta a respeito dele, a respeito das suas ligações, e o pegamos conversando com essa moça, dando informações de como ela seria interrogada no dia seguinte pelo serviço. Face a prova apresentada, ele não pôde negar e acabou confessando sua atitude, sua má atitude, e então foi punido também disciplinarmente e excluído do serviço de informações e de segurança da Aeronáutica. Nunca mais trabalhou nisso. E mais do que isso. Um ou dois anos depois pediu reserva, e hoje em dia está vivo e está na reserva da Aeronáutica. Agora, nunca mais trabalhou nisso. Essas são as informações que eu tenho a respeito. Agora, eu, pessoalmente, nunca fiz interrogatório. Então não posso garantir que nunca houve nada porque eu tenho vários serviços internos que procuravam averiguar como eram feitos esses serviços lá. Mas não tenho nenhuma outra informação de qualquer outra atitude má por parte dos operadores na parte da Aeronáutica.

M.A. - Brigadeiro, o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre as técnicas no interrogatório?

J.B. - Posso falar, entretanto essas técnicas de interrogatório são afeitas mais aos membros do serviço de informações, principalmente da parte operacional. E isso é ligado internamente ao pessoal do serviço de análise. Porque tanto o interrogatório pode ser feito no próprio local de ação, por exemplo, no estouro de um aparelho. O aparelho em geral é como é chamado um apartamento ou uma casa em que os subversivos se reúnem para conjumar as suas operações. Nós, quando estouramos, descobrimos um deles, prendemos quem está lá e lá fazemos o interrogatório imediato. Então imediatamente entra uma equipe de interrogadores que fazem o interrogatório. A própria gente que estourou o aparelho pode fazer o interrogatório. Na mesma hora ele transmite por telefone ou por escrito, posteriormente é obrigatoriamente por escrito, e dá para o serviço de análise, que é a parte de análise de informações que fica dentro do serviço de informações. Pois bem. Essas análises, informações colhidas assim em primeira mão, permitem muitas vezes que desloquemos outras equipes para fazer novos encontros, novas diligências em outras áreas. Para poder haver velocidade de ação. Os interrogatórios em geral eram feitos por pessoal já mais especializado, segundo relatório, segundo interrogatório, por pessoal especializado,

no revezamento continuado, e uma das técnicas do interrogatório é fazer cansar o interrogado. Por exemplo, você começa a interrogar às duas horas da tarde e chega às cinco horas da manhã do dia seguinte, ele ainda está sendo interrogado. Porque vão trocando os interrogadores. São técnicas que se usam. E em todo curso de informações você aprende a fazer isso. Uns chegam, ameaçam: “Olha, você vai sofrer punição por isso.” Aí um outro diz: “Não, eu sou amigo, olha ele é muito bruto, ele é muito nervoso.” Então procura ser amigo do interrogado para poder colher informação. Aí fica padrinho, amiguinho, aí vem outro mais violento, mais zangado: “Não, nada disso, tem que dizer a verdade, o que você ia fazer com fulano?” Aí daqui a pouco vem outro. Então isso são técnicas que a gente aprende durante o interrogatório. E mais também. Você precisa saber alguma coisa a respeito do preso para poder interrogar, e saber se ele está dizendo mentira ou não. Então se ele está dizendo mentira: “Não. Repete”. Faz ele repetir 20 vezes. No cinema a gente vê isso, em todo lugar. Então são técnicas que se aprendem no curso de informações. Como também tem a técnica de abrir fechadura, abrir cadeado, abrir porta, com técnicas especiais, utilizando equipamentos, aparelho de escuta, aparelhos dos tipos mais interessantes do mundo. Tem até antena parabólica, que surgiu assim e consegue ouvir uma pessoa falando, conversando com outra no outro edifício, a 50, cem metros de distância. Você escuta tudo que se diz naquela sala, desde que a janela esteja aberta. Um outro aparelho de escuta que se enfia através da parede, um tubinho de 30, 20 centímetros de comprimento que capta tudo que se passa nessa sala e é regravado imediatamente no aparelho lá de fora. Isso nós utilizamos também com o brigadeiro Teixeira aqui na 3ª Zona Aérea. Deixamos o aparelho de transmissão dentro do porta-bandeira, do móvel porta-bandeira ao lado da cadeira dele, no comando da 3ª Zona, para escutar. No outro edifício em frente a recepção era gravada. Tudo o que ele falava lá, nós escutávamos na Fronape, que é um escritório aqui em frente. Então isso são sistemas, são equipamentos que você conhece. Máquina fotográfica com um metro de lupa, de lente de um metro de distância que fotografa cinco quilômetros, e a fotografia sai como se fosse a cinco metros de distância. Essas máquinas fotográficas e esses equipamentos foram comprados. Todo serviço de informações que se preze tem que ter tudo isso. Máquina fotográfica de filme rápido para poder filmar documentos no escuro, no infravermelho. Enfim, todos os equipamentos que são usados num serviço de informações normal. Descrever para a senhora aqui é preciso que se dê um curso. Não é possível não. Eu não posso.

M.A. - O general Fiúza de Castro disse que uma das primeiras medidas que ele tomava antes de ir para o interrogatório, era que o preso tirasse a roupa. Que era uma forma de deixá-lo um pouco...

J.B. - Isso talvez fosse um processo que se usasse na Polícia do Exército. Ou dentro do DOI-CODI, ou seja o que for. Agora, no sistema nosso que nós aprendemos, o interrogatório era feito com a pessoa normalmente como estava, e o interrogatório era feito para levá-la à contradição. Obrigá-la, interrogá-la continuamente para levá-la ao cansaço e à contradição, para desmoralizá-la moralmente e poder tirar dela o máximo de informações. Alguns casos davam resultado, outros casos não. Muitas informações nós obtínhamos dessa maneira, e outras que não conseguíamos obter, entregávamos para outro serviço de informações... O próprio sujeito pedia para ser ouvido, porque às vezes existe essa preocupação de que um interrogador seja melhor do que o outro. Mas o sistema normalmente é válido. Essa história de tirar a roupa para ser ouvido, eu nunca ouvi falar. Nunca vi isso em interrogatório. As afirmações que a senhora está me fazendo de que o general Fiúza disse que a primeira coisa a fazer num interrogatório era tirar a roupa, isso realmente acontece e é uma preocupação do serviço de informações fazer uma vistoria completa no preso. Se é mulher ou se é homem. Agora, essa obrigatoriedade de tirar a roupa, não. Mas a obrigatoriedade de tirar e vestir a roupa de novo, é para evitar que houvesse alguma ampola de veneno para o preso tomar, para se suicidar, o que era muito comum. Principalmente na KGB, a polícia política russa, o espião quando caía em poder do inimigo, tomava uma cápsula de cianureto e se matava. Então, fazíamos isso para evitar um suicídio, pois a morte prematura iria impedir o acesso a informações que nós desejássemos. Daí a necessidade de se fazer uma fiscalização, uma vistoria completa no preso, de cima a baixo, dentro dos sapatos, dentro dos cabelos, na roupa, para ver se ele tinha algum objeto, algum aparelho de escuta, alguma arma. Isso era obrigatório. Tanto essa preocupação era válida, que um sargento nosso, lá na Bahia, foi morto por um subversivo que teria escondido uma pistola na manga da sua camisa, e quando o sargento deu as costas, ele alvejou o sargento na nuca e o matou. Em Foz de Iguaçu também um tenente do Exército foi alvejado por uma prisioneira dentro de um jipe, com uma arma de um tiro só. Quando ele deu as costas para ela, ela tirou da manga da própria roupa uma pistola que estava costurada e atirou no oficial. Quer dizer, essas coisas aconteceram em vários casos. Mas tirar a roupa do preso e interrogá-lo nu não é uma técnica normal de interrogatório. Com relação à última parte da pergunta, ou seja, se eu havia me

impressionado por algum depoimento ou pela resolução e decisão de algum prisioneiro ou subversivo da época, devo declarar que eu nunca guardei na minha lembrança qualquer coisa referente à situação de qualquer desses subversivos. Primeiro, porque não era eu quem fazia o interrogatório. Segundo, porque o contato que eu tinha com essa gente era apenas, praticamente, para tomar conhecimento das declarações e ver as atividades operacionais do combate à subversão, em caráter geral e em casos especiais. O que fizemos com relação ao Lamarca, fizemos com relação ao sargento Salgado da Aeronáutica, ao pessoal que tentou raptar o avião da Cruzeiro do Sul, etc. Mas guardo sim, apenas, a convicção de que esses subversivos, na sua maioria eram jovens bastante enxertados das idéias muito comuns na época do padre Lebret e de Marcuse sobre amor livre e sobre gozar a vida em todos os seus sentidos aproveitando o máximo possível. Essas idéias deram início, praticamente, à avalanche no mundo, primeiro na França, na Sorbonne, naquela época de 1968. Depois no Brasil, também em 1968, e levaram os jovens brasileiros a se meterem com drogas.

[FINAL DA FITA 9-B]

J.B. - Então todos eles, drogados, começando essa atividade ilegal dessa maneira, e destruindo suas próprias juventudes, foram se transformando em verdadeiros robôs. E se imiscuíram dessas idéias de que era preciso defender a liberdade, mas uma liberdade sem limite, sem controle de direitos, sem quaisquer controle de obrigações e deveres. Então essas idéias começaram a perturbar a mocidade brasileira, levando os subversivos marxistas a se aproveitar dessas teorias para fazer o combate à suposta ditadura militar, que de ditadura não tinha nada, pois o governo estava apenas defendendo e procurando evitar que houvesse tumulto e desordem no país. E a prova disso foi o 30º Congresso da UNE que foi feito em Ibiúna, estado de São Paulo, no dia 11 de outubro de 1968 e que resultou na prisão de 1.280 e tantas prisões. Era preciso ver as fotografias, para vocês verem o que se passou lá e para acreditarem no que estou dizendo: era uma fazenda alugada pela UNE, e lá, jovens, moças e rapazes, faziam amor livre na vista de todos, tomavam drogas, um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida. Precisa ler a documentação da época, ver as fotografias da época, para poder saber a que níveis tão baixos chegou a degradação moral desses rapazes, levados por falsos líderes, por líderes indignos que os levavam a esse procedimento. Um exemplo, um verdadeiro marco na guerra da subversão foi esse congresso da UNE lá em Ibiúna, mostrando a degradação a que chegou essa rapaziada,

João Paulo Moreira Burnier

essa juventude, levada por essas lideranças falsas, essas lideranças que praticamente destruíam a própria dignidade da pessoa humana. Era isso o que eu queria dizer a respeito dessa pergunta. Eu devo declarar ainda alguma coisa a respeito da data que assumi o Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica e da data em que passei o serviço. Assumi o Serviço de Informação e Segurança da Aeronáutica na data de sua criação, no dia 25 de julho de 1968. Aí começou-se a fazer a montagem, depois a organização, depois o funcionamento do núcleo. No dia 9 de abril de 1970, passei a chefia do núcleo para um outro companheiro e me dirigi para a 3ª Zona Aérea. Nesse mesmo dia assumi o comando da 3ª Zona Aérea e no meu lugar no Serviço de Informação e Segurança da Aeronáutica assumiu o brigadeiro do ar, Carlos Afonso Delamora. Fui para a 3ª Zona Aérea nesse dia, onde fiquei até 1971. Passei esse cargo em 1971, quando se deu a saída do brigadeiro Márcio do ministério, sendo substituído pelo brigadeiro Araripe. Saí da 3ª Zona Aérea e vim para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica. E em 1972 fui para a reserva.

M.A. - Brigadeiro, por que se deu o afastamento do Sousa Melo do Ministério da Aeronáutica e o seu conseqüente afastamento da ativa pouco tempo depois?

J.B. - Nesta época o brigadeiro Márcio de Sousa Melo vinha desenvolvendo uma atividade muito grande no Ministério da Aeronáutica, elevando bastante o poder político da Aeronáutica dentro do comando da revolução como também promovendo a reorganização do ministério, dando-lhe conceito novo. Criou o Comando Geral do Ar, que nada mais era do que o Comando da Força Aérea, dando um comando único a todas as unidades de combate da força aérea. O tenente brigadeiro que fosse o comandante geral do ar comandaria todo o poder militar da força aérea e isso dava ao Ministério da Aeronáutica um desenvolvimento muito grande de atividades mais modernas, de utilização do poder aéreo, tendo como característica principal a unidade de comando e a mobilidade das suas unidades aéreas. Além disso, o conceito do brigadeiro Márcio junto ao governo e junto à opinião pública estava num crescendo muito grande, por causa das suas atividades corretas e pela maneira como estava dirigindo o Ministério da Aeronáutica. Isso, naturalmente, despertou na direção geral da República, que estava entregue ao general Médici e que tinha como chefe de gabinete o general Figueiredo, uma certa preocupação com relação à Aeronáutica. Porque o brigadeiro Eduardo Gomes, que era da corrente contrária à do brigadeiro Márcio, provocava incidentes de toda ordem, e em especial, querendo ainda,

com sua figura já bastante caída, bastante caquética devido à idade, dar instruções sobre como devia ser dirigido o Ministério da Aeronáutica, e discordando, principalmente, da reorganização do ministério que o brigadeiro Márcio tinha feito. Essa reorganização desmontava duas meninas dos olhos do brigadeiro Eduardo Gomes dentro da força aérea, dentro do Ministério da Aeronáutica. A primeira era a diretoria de Rotas Aéreas, que incluía todo o controle de tráfego aéreo e todo o controle dos aeroportos. O Ministério da Aeronáutica, ao fazer a diminuição do poderio da diretoria de Rotas e do poderio da diretoria de Material da Aeronáutica com a criação do Comando Geral do Ar, contrariava em muito a vontade do brigadeiro Eduardo Gomes. E através do seu principal seguidor, o brigadeiro Délio Jardim de Matos, colega de turma do general Figueiredo, que por sua vez era chefe de gabinete do general Médici, o brigadeiro Eduardo Gomes vinha fazendo interferências diretas provocando uma desinteligência entre o presidente Médici, de quem nós éramos muito amigos e próximos porque tinha sido chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Isso, conseqüentemente, vinha trazendo inconveniências no relacionamento entre o presidente da República e o ministro da Aeronáutica. E isso também era instigado pelo general Figueiredo, que por sua vez era instigado pelo brigadeiro Délio, que por sua vez era influenciado pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Foi realmente uma época muito ruim para a Aeronáutica e para a revolução porque começaram a abrir brechas naquela muralha que era a Revolução de 64. Naquela muralha que era a união dos militares na Revolução de 64. E isso culminou com a ocupação do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, onde ficava o comandante da 4ª Zona Aérea. Houve lá uma greve dos funcionários e o aeroporto não podia fechar. Então o Ministério da Aeronáutica, através do seu comandante da 4ª Zona Aérea, ocupou militarmente o aeroporto. E isso provocou, por parte do presidente Médici e do general Figueiredo, uma reação muito grande contra o ministro da Aeronáutica. O ministro da Aeronáutica foi obrigado a desfazer essa ocupação, e com isso já houve uma desinteligência grande. Daí em diante, todas as vezes que o ministro Márcio ia despachar com o presidente, ele sentia uma espécie de oposição do próprio presidente às suas decisões, à apresentação de suas soluções. Acresce-se também que houve na Aeronáutica, nessa época, a denúncia de que havia um caixa dois no meio do grupo de oficiais intendentess da Aeronáutica. E esse inquérito começou, avassaladoramente, a acusar uma porção de elementos que tomavam parte dessa caixinha. Isso envolveu cerca de seiscentos oficiais intendentess e teve uma repercussão muito grande contra determinados elementos, em especial filhos de oficiais generais que eram ligados diretamente ao brigadeiro Eduardo Gomes. Culminou com a nomeação do

brigadeiro Estrela para encarregado desse inquérito, que deslocou para a área de Cachimbo os principais acusados para serem interrogados, porque toda vez que havia interrogatório no Rio de Janeiro o brigadeiro Estrela não conseguia fazer interrogatório, tal era o número de telefonemas de partidários do brigadeiro Eduardo Gomes e do brigadeiro Délio. Não que estivessem a favor dos intendentes, mas porque queriam proteger esses oficiais que estavam sendo acusados porque tinham servido com eles. Bom, o brigadeiro Estrela então, preocupado com isso, se deslocou para a área de Cachimbo levando os oficiais intendentes com ele. O presidente Médici, informado pelo general Figueiredo dessa atitude do brigadeiro Estrela, determinou o regresso do brigadeiro Estrela na mesma hora e sua destituição de encarregado do inquérito. Isso foi outro golpe sério no relacionamento entre o presidente da República e o ministro da Aeronáutica. Posteriormente esse inquérito revelou graves irregularidades por parte desses oficiais intendentes, tanto da chefia da Intendência como até em todas as outras unidades da Aeronáutica. Isso resultou em que vários oficiais foram para a reserva e houve quase que um abalo na estrutura moral do Ministério da Aeronáutica na parte de Intendência. Pois bem. O brigadeiro Márcio também foi atingido nisso, porque o presidente da República havia prejudicado a ação do encarregado do inquérito. Tudo isso por influência do general Figueiredo e do brigadeiro Délio, ouvindo conselhos do brigadeiro Eduardo Gomes. Bom, esses incidentes todos foram provocando esse mal-estar até que, quando o brigadeiro Márcio levou uma lista de oficiais gerais para serem promovidos, o presidente da República, que normalmente despachava na hora com ele, deixou para o dia seguinte. E provocou outro mal-estar muito grande. O brigadeiro Márcio, então, se sentindo desautorado, atingido na sua autoridade, resolveu pedir demissão. E ainda fizemos tudo para o brigadeiro Márcio não pedir demissão, mas nessa época já estava vingando a idéia de que devia haver uma distensão na parte da revolução para poder começar a redemocratização do país. Essa última atitude levou o brigadeiro Márcio então a pedir demissão. O general Médici aceitou e colocou no seu lugar o brigadeiro Campos de Araripe que, ao assumir o Ministério, trocou a oficialidade do seu gabinete e, mais do que isso, recebeu toda a oficialidade oriunda dos antigos grupos ligados ao brigadeiro Eduardo Gomes. Esse desentendimento provocou uma verdadeira mudança na orientação da presidência da República com relação aos oficiais revolucionários da Aeronáutica e foi aí que se iniciou realmente a derrocada da oficialidade que tinha tomado parte da Revolução de 64 que começou a ser ignorada nas promoções. Até é bom lembrar, porque eu fiz declarações anteriores a esse respeito, que a minha promoção a brigadeiro tinha sido no governo Costa e Silva. E eu disse na ocasião

que aquela promoção prematura, em que eu havia passado à frente de 13 coronéis mais antigos, iria provocar, no futuro, inveja e desagrado por parte da continuação da política do Ministério da Aeronáutica. E não deu outra. Isso provocou a queda do brigadeiro Márcio e a vinda do brigadeiro Araripe. Começou a haver então um objetivo claro e simples de fazer a minha saída e de outros oficiais que tinham sido promovidos prematuramente, que tinham tido prioridade na promoção a oficial-general na época do general Costa e Silva. E isso é fácil constatar. A saída do brigadeiro Márcio foi em 1971, e no final desse ano, quando da relação dos brigadeiros a serem promovidos a major brigadeiro, o meu nome e o nome de mais quatro oficiais, os brigadeiros Horácio Machado, Roberto Hipólito da Costa, Coqueiro e Delamora, não entraram na lista. E com isso, em 1972, nós fomos obrigados, de acordo com a lei feita pelo próprio general Castelo Branco no princípio da revolução, a passar para a reserva prematuramente, cortando nossas carreiras. Essa foi a origem da saída do brigadeiro Márcio do Ministério da Aeronáutica, e posteriormente, da minha própria passagem para a reserva em 1972. Isso é o que tenho a declarar. A saída do brigadeiro Márcio levou à ascensão, no Ministério da Aeronáutica, do brigadeiro Araripe que, junto com sua equipe, preparou as correções que eles achavam que deviam ser feitas nas promoções ou na perda de promoção dos oficiais que tinham sido “caroneados”, vamos dizer assim, em 1968, na época do general Costa e Silva. Então eu, brigadeiro Burnier, e mais aqueles brigadeiros todos, não constaram da lista de promoção a major brigadeiro, havendo vaga para isso. Então eles fizeram tudo para que, tirando nosso nome da lista, nos obrigassem a passar para a reserva num futuro próximo. Quando o brigadeiro Araripe assumiu o Ministério da Aeronáutica, um dos seus primeiros atos foi me tirar do comando da 3ª Zona Aérea e me transferir para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica. Antigo local em que servia o brigadeiro Fábio Cintra e o brigadeiro Délio Jardim de Matos. Então passei para essa diretoria e aí me envolvi no trabalho. Vi depois a não inclusão do meu nome na lista de escolha para promoção a major brigadeiro, e em 1972, nós, de acordo com a lei criada no governo Castelo Branco, fomos passados para a reserva por não termos tomado parte da lista de promoção. Sem qualquer outra motivação nós fomos obrigados a passar para a reserva, apesar de termos naquela época protestado e feito um documento escrito solicitando reverificação dos motivos que nos levaram a não ser colocados na lista de escolha. Não foram dadas soluções, porque naquela época não se dava solução, não se dava satisfação dos atos do Alto Comando, e com isso eu não fui promovido, sendo obrigado a passar para a reserva.

M.A. - E a sua ida para essa diretoria de documentação era um tipo de punição?

J.B. - Não, não era bem punição. Era tirar das minhas mãos, das mãos dos oficiais revolucionários, unidades que tinham algum poder militar. A minha transferência para a Diretoria de Documentação Histórica, me colocava na posição de não ter tropa sob meu comando. E como eu, outros oficiais também: o Delamora e outros.

M.A. - O Delamora também foi para o CISA nessa ocasião?

J.B. - Não. O Delamora saiu do CISA. Todos esses seis oficiais foram retirados das suas funções. O Roberto Hipólito, que era comandante da 1ª Força Aérea Tática, que é a parte de aviação de combate, também foi tirado de lá, e assim foram todos transferidos para outras funções menos expressivas, com a finalidade de preparar a nossa passagem para a reserva. Isso foi o que aconteceu meses, dias depois, quando o nosso nome não constava da lista de promoção.

M.A. - E o senhor sabe, o senhor lembra, quem foi para o CISA depois do Delamora?

J.B. - Não. Não sei. Não sei responder porque não me recordo, não me preparei para essa pergunta, e não procurei averiguar.

M.A. - Brigadeiro, qual a sua avaliação dos governos Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo?

J.B. - Quanto ao governo Costa e Silva, ele recebeu, antes mesmo de ser governo, o primeiro ato terrorista que houve contra a revolução. Foi o ataque a bomba que foi feito no aeroporto de Guararapes quando ele era candidato, em que morreu o jornalista que já foi citado por nós, o almirante Fernandes e em que ficaram feridas 14 pessoas. Quando ele assumiu o governo, já então sentia-se que havia por parte dos grupos marxistas uma reorganização, com a disposição de levar às últimas conseqüências, ou melhor, partir para a luta armada no combate ao governo militar que fora instituído em 1964. Então, logo no início do governo Costa e Silva, em 1968, começaram a espocar reações de estudantes, de trabalhadores, provocados pelo grupo marxista que estava se reorganizando. E com isso começou a haver várias atividades violentas de rua. Aí apareceu esse líder estudantil, Vladimir Palmeira, que fez levar à Passeata dos Cem mil

aqui no Rio de Janeiro, que levou a distúrbios sérios e que obrigou o Exército a tomar medidas de ocupação da cidade para manter a ordem. São Paulo também teve repercussão muito grande, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, começou a haver uma série de atitudes muito pesadas. Essas reações são, praticamente, uma herança que recebeu o general Costa e Silva dos marxistas e dos políticos descontentes com a vitória da Revolução de 64. A coisa culminou e tornou-se muito séria quando o próprio Congresso negou o direito de ser processado o deputado Márcio Moreira Alves, que havia praticamente ofendido as forças armadas no discurso feito na Câmara. Com isso veio a promulgação do Ato Institucional nº 5, que deu plenos poderes ao presidente da República, e isso também trouxe uma série de atos punitivos, violentos, contra esse grupo de descontentes. Com isso, as reações começaram a surgir, e me lembro perfeitamente que naquela época, em Brasília, esses elementos todos se reuniam em vários locais e provocavam atividades políticas para perturbar a continuidade do governo. Mesmo assim, ele continuou o desenvolvimento que o general Castelo Branco havia dado ao país e a reorganização administrativa do país. Mas foi surpreendido por uma doença, um súbito mal que o atacou em 1969. Ele foi obrigado a ser retirado da presidência e a Junta Militar assumiu. Já nessa época, o general Costa e Silva, que era um elemento fundamentalmente da revolução, foi substituído por uma Junta Militar também composta por elementos da revolução. Mas, nessa época, os elementos do Exército principalmente que não eram revolucionários de verdade, mas que estavam esperando a oportunidade para politicamente ascenderem ao poder, começaram a fazer perturbações com relação ao trabalho da junta, levando ao descontentamento em várias áreas das forças armadas. Tanto que foi difícil a campanha que se estabeleceu dentro das forças armadas na busca de um candidato substituto para o presidente Costa e Silva, já que ele em seguida faleceu e teria que ser substituído. E nessa campanha apareceu o general Bentes, que era de um grupo mais ligado à área socialista do Exército, mas mesmo assim o general Médici foi escolhido, praticamente pela cúpula das unidades militares do Exército. E a Aeronáutica e a Marinha não tiveram grande entusiasmo pela sua figura porque o general Emílio Garrastazu Médici também tinha sido um revolucionário quase de última hora. Mas ele foi escolhido pela influência do general Geisel, em especial, e de outros que não tinham tomado parte em coisa alguma na Revolução de 64, mas que estavam ansiosos para aproveitar a oportunidade de ascender ao poder, e também pelas artimanhas e articulações feitas pelo coronel Golberri do Couto e Silva, que era da reserva e tinha passado para general apenas porque tinha ido para a

reserva. Golberi não foi general na ativa. Foi oficial coronel. Mas esses homens todos, magoados porque estavam um pouco afastados da direção, influenciaram e conseguiram, politicamente, levar as forças do Exército a indicar o general Emílio Garrastazu para presidente da República. Isso foi o primeiro sintoma de que a revolução estava abalada nos seus alicerces, pelas divergências internas da conduta no procedimento da Revolução de 64. Com relação ao governo do general Médici, ele iniciou com medidas bem calculadas e bem feitas, levando o país, no exercício da sua função de presidente, a ter um desenvolvimento acima do normal. Vamos dizer assim, foi a fase áurea do desenvolvimento brasileiro. O governo Médici foi a fase áurea do desenvolvimento do país e da nação. Mesmo assim na área política ele não teve atitudes drásticas de punição a políticos que continuavam agindo para dificultar a atividade dos revolucionários de 1964 e, principalmente, influenciados pelo seu chefe de Gabinete, general Figueiredo, que por sua vez, era ligado diretamente ao coronel Golberi do Couto e Silva, elemento que tinha trabalhado no governo do general Castelo Branco, elemento sobre o qual nós tínhamos e temos dúvidas até hoje sobre sua posição ideológica. Nós achávamos que o Golberi era um elemento bastante socializado ou socialista. E com os conselhos do general Golberi, com a influência do general Figueiredo, o general Médici levou o país a um desenvolvimento muito grande, econômico e financeiro, e mesmo de organização, mas deixou de ter a preocupação de preparar o país para uma possível distensão, uma possível volta à democracia. O final do seu governo não pôde conter a influência do general Geisel e havia companheiros desgostosos com a política da revolução, que não dava oportunidade de ascender à direção do país. Não pôde conter o trabalho subreptício do general Geisel, e ele conseguiu obter uma votação clara, tranqüila, para sua indicação à presidência da República no próximo governo. E aí, quando terminou o governo Médici, apesar de todas as oportunidades que ele teve, do grande desenvolvimento que ele trouxe ao país, ele teve a infelicidade de ter de aceitar a indicação para presidente do general Geisel. O general Médici teve uma atuação muito boa na parte administrativa e na parte econômica do país. Mas na parte interna, isto é, no comando revolucionário, ele auxiliou, e muito, as divergências que haviam dentro das forças armadas, em especial, atendendo à situação, na minha opinião pessoal, de que ele sem se perceber ou percebendo, levou ao afastamento da maioria dos oficiais que tomou parte da Revolução de 64, das rédeas do comando da orientação política do país. E com isso, a força da revolução começou a decrescer violentamente, e começou a surgir a idéia de que o país deveria voltar a um regime democrático, embora não tivesse

havido nenhuma preparação por parte da revolução, da parte educacional, da parte da mídia, tanto na imprensa falada, escrita como na televisionada. E os quadros, os professores não tinham sido bem preparados, e já começavam a ser formadas turmas de advogados, turmas de médicos, enfim, turmas de profissões liberais já bastante abaladas nas suas convicções, e mais do que isso, não havia uma defesa conveniente, correta, do que tinha sido a Revolução de 64.

[FINAL DA FITA 10-A]

J.B. - As críticas a essa revolução aumentaram e surgiu na opinião pública a idéia de que devia haver uma redemocratização mais urgente.

M.A. - Brigadeiro, o senhor mencionou que durante o governo Médici os quadros mais revolucionários foram afastados das principais funções de comando, não é? Isso aconteceu só na Aeronáutica ou aconteceu também nas outras forças?

J.B. - Também aconteceu no Exército e na Marinha. E a prova disso foi o seguinte: quando entrou o governo Geisel, foram nomeados para ministro da Aeronáutica e direções das forças armadas grupos que realmente pouco tinham a ver com a Revolução de 64. Eram apenas oficiais acomodados, oficiais mais administrativos do que oficiais que tivessem tomado parte ativa diretamente na eclosão do movimento de 1964. Tanto no Exército como na Marinha.

M.A. - Mas isso já começou no governo Médici?

J.B. - No governo Médici. Exatamente. O ministro do Exército do presidente Médici, general Orlando Geisel, não tomou parte na conspiração de 1964 por influência do irmão, Ernesto Geisel, que era seu chefe de gabinete e que prejudicou muito a atuação do general Médici e ajudou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a perderem ou a terem afastados os seus dirigentes todos. O general Orlando Geisel que, aliás, era muito melhor que o irmão, de qualquer maneira, também não tinha sido um revolucionário de primeira linha. E o general Ernesto muito menos ainda. Tanto que o incidente que houve logo depois a revolução, entre ele, o general Costa e Silva e o general Sarmiento, demonstra isso com clareza. Foi ouvida uma discussão em que o general Geisel disse de viva voz, que ele não

tinha sido revolucionário, mas sim revolucionário de última hora. Isso foi em 1964. Com relação ao governo do general Geisel, esse militar era uma personalidade ativa, mas principalmente muito arrogante, e embora não tivesse sido um revolucionário em 1964, veio escudado na influência do irmão, o general Orlando Geisel, que praticamente o conduziu a ser candidato à presidência da República. Desde o início do seu governo, ele foi demonstrando o seu desagrado com os elementos revolucionários de 1964, e ao mesmo tempo, ouvindo as artimanhas e as articulações do coronel Golberi do Couto e Silva, general da reserva e de pijama, que era do seu governo. Essas articulações foram levando o general Geisel pouco a pouco, a afastar cada vez mais, dos comandos todos aqueles oficiais que tinham participado da Revolução de 64. Por outro lado, houve a morte do seu ministro do Exército, um general que havia sido nomeado, mas que faleceu e não pôde assumir a direção do Exército. Então foi nomeado o general Sílvio Frota, que era um oficial de cavalaria, muito ativo, muito querido nas forças armadas, mas que o general Geisel começou a sentir que estava criando grande influência dentro do Exército. Então, instigado pelo general Golberi do Couto e Silva, que conseguiu a adesão do general Hugo de Abreu, seu chefe da Casa Militar, o general Geisel, destituiu o general Sílvio Frota do Ministério do Exército, alegando que o general Frota estava fazendo conspiração para derrubá-lo do governo. E quando não era verdade. O general Sílvio Frota, infelizmente nessa época não quis levar o país a uma outra revolução, não quis tomar uma atitude mais séria e permitiu que os outros grandes comandos do Exército aderissem à atitude do general Geisel sendo ele, Frota, trocado pelo general Bethlem, que assumiu o Ministério do Exército. Esse incidente foi um dos mais sérios que houve no governo Geisel, embora ele já tivesse anteriormente mostrado suas atitudes ao tirar do comando do IV Exército o general Ávila Melo, por causa do suicídio do jornalista Herzog e do operário Fiel, que se suicidaram na prisão. Essa situação foi posta em dúvida, e colocava em responsabilidade o general Ávila pelo que havia se passado nas prisões do IV Exército e na Operação Bandeirante, que havia sido criada para continuar controlando a ação de subversivos dentro da área de São Paulo. Esse conjunto de atitudes cada vez mais levava a crer que o general Geisel realmente era influenciado pelo general Golberi. Ele era mais voltado para a área do socialismo do que outras coisas. Há até um fato grave denunciado pelo próprio general Abreu, que inicialmente foi favorável a ele, mas que, posteriormente, saindo da chefia do gabinete, escreveu dois livros violentos contra a personalidade e o procedimento do general Geisel durante sua carreira militar e durante a época em que foi presidente da República. Mostra que numa ocasião em que o general Frota, então ministro do Exército,

foi chamado à presidência, numa época em que já estava havendo a dissensão entre ele e o presidente, o general Geisel colocou numa folha de papel, no despacho normal com o Frota e disse: “Aqui estão as medidas revolucionárias, aqui estão as medidas de esquerda. E eu acho que nós devemos fazer um governo de centro-esquerda.” E fez um círculo grande. E o general Frota então ficou impressionado, preocupadíssimo com o encaminhamento das idéias do general Geisel a respeito da ideologia que devia ser seguida pelo país, pelo governo. Essa série de incidentes, essa série de informações e essas séries de coisas levaram a estabelecer-se uma situação bastante difícil para a continuação do poder revolucionário. Mesmo assim, o general Geisel durante o seu governo extinguiu o AI-5 e também acabou com a Lei de Segurança Nacional. Isso foi independente de ele ter tomado também atitudes de cassações de mandatos de deputados federais, estaduais e municipais, tudo na base de corrupção, mas não na base política. E com isso foi levando seu governo, prometendo fazer novas eleições, uma distensão para a volta do país à redemocratização, com as eleições livres e tudo mais. Esse governo Geisel já começou a quebrar o ritmo do crescimento brasileiro e a fazer gastos demasiados. Foi ele um dos responsáveis pelo início da política da área nuclear, uma medida talvez prematura demais e mal preparada que levou a um fracasso que até hoje estamos sofrendo as conseqüências.

M.A. - O senhor participou da campanha do general Frota para presidência da República?

J.B. - O que acontece é o seguinte. Isso é uma grande falsidade. Queriam dizer que o general Frota estava querendo se candidatar à presidência da República. O general Frota não tinha nenhuma intenção de assumir a presidência da República. Apenas a mídia vinha forçando isso para provocar ainda mais, na minha opinião pessoal. Isso também foi insuflado pelas artimanhas do general Golberi do Couto e Silva, para provocar animosidade maior entre o Frota e o presidente Geisel.

M.A. - Havia um grupo de parlamentares que defendia essa candidatura no Congresso.

J.B. - Exatamente. Mas isso era tudo artimanha, articulação provocada por Golberi, que na minha opinião, era o grande espírito diabólico de influência no governo Geisel. E isso tudo levou, com a queda do general Frota do Ministério, a que o general Geisel ficasse de campo aberto para escolher praticamente o seu candidato. O que recaiu na pessoa do general Figueiredo, que acabou sendo eleito e assumiu o governo em seguida. Bom,

quanto à minha apreciação do governo Figueiredo, desde o início ele já veio preparado para continuar o trabalho do general Geisel, dando a nós todos, na época, a certeza de que ele vinha numa continuidade perigosa de ação referente à ação revolucionária de 1964. O general Figueiredo, embora tivesse o ufanismo de ter sido nas forças armadas um elemento tri-coroadado, ou seja, um elemento que tinha sido o primeiro lugar na Escola de Formação da Escola Militar, primeiro lugar na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e primeiro lugar na Escola do Estado-Maior do Exército, apesar de demonstrar com isso ter sido um excelente aluno, uma excelente colocação na sua formação militar, nunca teve uma ação muito grande em unidades militares. Ele foi sempre mais voltado para a área política e para atitudes de funções que o levassem à parte administrativa dentro do Exército. Mas ele era muito ligado ao pessoal da Sorbonne, em especial ao general Golberi. E, claro, automaticamente, ao general Ernesto Geisel, que não tinha sido um revolucionário, em hipótese alguma. E começou a tomar atitudes que foram do ridículo até o cômico. São vários fatos que na época foram citados, de atitudes suas, devido ao seu gosto por cavalos, e que levaram à repercussão na imprensa e a bastantes comentários a respeito de atitudes ridículas que ele tomou. Inclusive, quando foi a Florianópolis, ele foi desacatado por vários estudantes e saiu à rua para agredi-los pessoalmente. Depois esses estudantes foram processados e finalmente foram absolvidos, porque ele mesmo retirou a queixa. Ele não soube pesar a responsabilidade e as obrigações de um primeiro mandatário do país, levando também a comentários muito desairosos com relação à sua vida particular. O general Figueiredo não trouxe benefício algum para o desenvolvimento do país. O seu governo foi bastante fraco nesse sentido, mas deu um impulso muito grande à redemocratização. Na minha opinião, a coisa mais grave que aconteceu no governo dele foi ter permitido e promulgado uma anistia que ignorou os crimes de sangue, permitindo que terroristas e assassinos fossem anistiados e voltassem a tomar parte da vida política do país. Ele, praticamente, ao fazer essa anistia antecipada ou, melhor dizendo, fora de época, permitiu que nas eleições seguintes houvesse a concorrência desses elementos maus que tinham sido anistiados. Fez voltar toda essa gente má que tinha sido alijada pela Revolução de 64 à direção do governo. Então a nova Câmara dos Deputados, o Senado, a própria presidência da República, foram pleiteados por pessoas que eram absolutamente despreparadas ou isentas das influências anteriores à Revolução de 64. O general Figueiredo praticamente cometeu a maior injustiça que pôde ser feita contra os revolucionários de 1964, contra aqueles homens que impediram que esse país se tornasse uma república sindicalista ou mesmo um satélite direto da União Soviética. E o grande

interesse, na época, em 1964, dos marxistas era transformar o Brasil na primeira potência dentro da América do Sul, dentro das Américas, acima de Cuba até, porque a população brasileira e o território brasileiro eram de muito maior vulto que Cuba. Essa atitude do general Figueiredo foi verdadeiramente responsável por tudo o que se passou a partir daí. Na eleição seguinte ao seu governo, permitiu que a campanha das “Diretas já” se estendesse, não teve força para segurar essa situação, e então essa gente toda voltou votando, e saiu candidato o Tancredo. E mesmo, na própria indicação dentro da Arena, para escolha do candidato, ele conseguiu eliminar tanto o Maluf, como conseguiu eliminar o Andreazza, que na nossa opinião, era a única esperança que tínhamos de que o governo, de que o país continuassem em boas mãos. Mas infelizmente, ele tergiversou de tal maneira, seguindo as artimanhas do general Golberi, que conseguiu esfacelar a Arena, e com isso a eleição foi vitoriosa por parte do PMDB, com a eleição de Tancredo Neves. E, não sei se por sorte, má sorte ou boa sorte, faleceu antes de tomar posse e assumiu a presidência o vice-presidente José Sarney que, aliás, também não podia ter assumido, porque mais uma vez no Brasil houve uma grave ingenuidade deixando que um vice-presidente assumisse a presidência, sem ter sido eleito. Quem foi eleito foi Tancredo Neves, não o Sarney. Sarney apenas acompanhava a eleição de Tancredo Neves, que era o presidente. E devia ter sido feita uma nova eleição para fazer uma nova escolha, porque o presidente não tinha assumido. Fizeram um arranjo no Congresso Nacional para poder dar posse ao senhor José Sarney para presidente da República. E na minha opinião, foi o pior governo da revolução. Não, pior não, foi quase igual ou continuação do governo Geisel, com piores atitudes, pelo menos morais e pelo menos psicológicas, com relação aos homens da Revolução de 64. Ele, o general Figueiredo, foi um revolucionário de 1964, embora demonstrasse em seu governo que desaprendeu tudo o que tinha aprendido ou jogou por terra todos aqueles ideais que a Revolução de 64 tinha levantado para dar ao país uma nova feição, uma nova força. Ele praticamente ajudou muito aos antigos inimigos do Brasil, que na nossa opinião eram esse pessoal de 1964, da área do presidente João Goulart, que queriam ver a destruição da nossa sociedade, a destruição dos nossos ideais, das nossas convicções políticas, culturais e religiosas. Queriam transformar, levar o país para a área socialista, marxista. Bom, ele também não deixou, ele não preparou. Mais ainda, ele continuou na mesma política do Geisel, não preparou o corpo docente das faculdades, o corpo docente dos colégios. Então a formação de professores, tanto da área do curso superior como do curso médio e do primário, foi eivada de elementos completamente contrários à política democrática, à instituição da democracia no país. Não

combateu as acusações que faziam contra os governos militares, não combateu as afirmações que faziam contra as atitudes militares e a necessidade da instituição dos atos institucionais que levaram à punição desses elementos e, com isso, deixou o país começar uma democracia fraca, uma democracia sem personalidade, dirigida por deputados e senadores bastante comprometidos com as idéias socialistas da época. O que culminou, posteriormente, nesta Assembléia Constituinte que fez uma constituição que não é nem presidencialista nem parlamentarista, e que está trazendo dificuldades imensas a qualquer dirigente do país na obtenção de uma política de contenção da inflação, bem como da própria orientação do país. E permitiu mais do que isso. Que o orçamento do país, o orçamento da República, que deve ser da responsabilidade total da área executiva, seja manobrado pela área legislativa, levando a esse absurdo que aconteceu agora, com essa instituição dessa CPI do orçamento. Um orçamento feito pelo Executivo é totalmente transformado, porque é dado de presente, é permitido que deputados e senadores ponham emendas a seu bel-prazer, para se beneficiarem amanhã dos seus eleitores, dos municípios que vão receber as suas ajudas e, conseqüentemente, obter votos dos seus cabos eleitorais e tudo mais. Essas emendas na lei de orçamento levam também à corrupção, como foi constatado agora pela CPI. A facilidade com que são liberadas essas verbas e o não controle dessas despesas por parte da administração pública federal é um absurdo.

M.A. - Brigadeiro, em que momento o regime militar deveria ter acabado? Acabou cedo demais, tarde demais, ou acabou na hora certa?

J.B. - Ao invés de responder diretamente, se foi cedo demais, tarde demais ou na hora certa, eu devo dizer o seguinte. A Revolução de 64 teve um objetivo principal: evitar que o Brasil se transformasse num satélite soviético. Se transformasse em mais um satélite da comunidade marxista mundial. Em segundo lugar, seria o combate à corrupção. O governo Castelo Branco deu início a uma série de atividades que realmente estavam cumprindo os objetivos da revolução. A ascensão do general Costa e Silva à presidência da República recebeu o impacto das reações dos anti-revolucionários ou do pessoal marxista contrário às atuações punitivas do governo revolucionário. Mas, infelizmente, o general Costa e Silva foi acometido de uma doença grave que o impediu de continuar o seu governo. Durante a Junta Militar, dos três ministros militares, após o general Costa e Silva ficar doente, surgiram dentro da própria revolução, dentro do próprio seio das forças armadas, orientadas por políticos descontentes e políticos punidos pela Revolução de 64, reações

achando que era hora de a revolução acabar e voltar ao regime democrático. Houve a eleição do general Emílio Garrastazu Médici, que levou o país administrativamente e economicamente a um desenvolvimento muito grande, mas que cometeu um grave pecado. Não preparou esse país, não preparou a sociedade, não preparou as lideranças civis, nem conseguiu abafar a ânsia de poder de grupos militares que estavam querendo se assenhorear da direção do país. O governo Médici é que devia ter iniciado, devia ter preparado o país para a redemocratização, sem anistia, impedido que os castigados pela Revolução de 64 pudessem concorrer aos postos eletivos da futura volta à democratização do país. Porque a Revolução de 64 era antes de mais nada democrática. Queiram ou não queiram, todos os militares da Revolução de 64 eram desejosos da volta à democracia. Todos nós queríamos a volta à democracia. Nós queríamos a volta à democracia com o alijamento e a retirada daquelas falhas administrativas que existiam e que permitiram que o país chegasse ao ponto em que chegou de desordem e de desorganização tal qual estava em 1964. Infelizmente, o general Médici, entusiasmado e influenciado talvez pelo resultado do seu governo, se esqueceu que a continuidade tinha que ser lembrada. Que o país continuaria. E que teria que preparar isso. E não houve essa preparação. O general Médici devia ter feito isso, mas não fez. Esqueceu de fazer, não fez e, infelizmente, envolvido por um entusiasmo desse desenvolvimento deixou-se levar pela política e pelos meandros da intriga que os oposicionistas da revolução faziam. Foi obrigado a fazer vários atos de punição e não permitiu a redemocratização do país. Não permitiu a preparação dos quadros civis para tomar conta do país. Se tivesse sido feita a eleição, mesmo sem nenhuma preparação, mas com o afastamento daquele pessoal cassado pela Revolução de 64 nos governos Costa e Silva e Médici, nós teríamos tido um parlamento com outros nomes de grande porte, outras pessoas, com outros pensamentos, homens de origem democrática, homens de bem, que poderiam ter levado esse país a muito melhor destino. Infelizmente, com a vinda do general Geisel e governo Figueiredo, tivemos a anistia prematura, que foi dada pelo general Figueiredo que permitiu eleições livres nas quais concorreram todos aqueles que tinham sido punidos. Aí vemos a barbaridade e a influência de Leonel Brizola, de Genoíno, e de outros líderes políticos, como o próprio Ulisses Guimarães.

[FINAL DA FITA 10-B]

J.B. - Então, a influência desses homens cassados e que voltaram a ter direitos políticos e acesso à mídia, formou um corpo de candidatos que você não tinha escolha para escolher.

Não tinha escolha para selecionar. E o mau trabalho do general Figueiredo dentro da Arena, destruindo praticamente aquela organização, levou o país a ser governado por uma Câmara e um Senado de homens completamente contrários à Revolução de 64, contrários a seus princípios e voltados, quase na sua totalidade, para a área socialista. É isso que eu tinha a dizer. A respeito dessa pergunta, é preciso não esquecer do que eu disse nessa entrevista anteriormente. O general Costa e Silva sempre foi contrário à indicação de oficiais gerais para continuarem os governos revolucionários. Ele sempre foi favorável a dar a direção do país a um civil. A briga dele desde o início da revolução, desde a indicação do general Castelo Branco, sempre foi essa. Ele sempre quis um civil. Por quê? Essa é a prova principal de que ele sempre foi um homem voltado para a área democrática. Tanto que no governo dele, poucos dias antes de ele ficar doente, ele estava já numa preparação de uma constituição que fosse uma redemocratização do país. E nessa ocasião, muita gente pensava que ele, coração mole, queria fazer voltar a liberdade. Não queria não. Ele queria era transformar esse país, sem dar chance aos inimigos do passado. Ele queria continuar o país, transformar o país. Desde o início ele queria entregar o país aos civis. Mas os outros companheiros não deixaram e os próprios governadores na época eram favoráveis a que o governo fosse entregue ao general Castelo Branco, contrariando a vontade do general Costa e Silva. Então, na ida do general Médici para o governo, ele já não podia opinar, porque já estava doente, estava fora de si e morreu. Isto deu continuidade a esse sistema de governos militares, contrariando aquelas idéias do general Costa e Silva que, na minha opinião, era o maior democrata que havia dentro da Revolução de 64 e que era uma prova de que todos nós queríamos a democracia no país. Tínhamos feito a revolução para impedir que esse país passasse a ser uma ditadura proletária, ao invés de continuar numa democracia. Porque o comunismo estava avançando, estava levando o país à desordem, e o que eles queriam era justamente isso para poder tomar conta do país sob uma ditadura proletária. Mas nós não queríamos isso, nós queríamos era manter o país numa democracia liberal como estamos até hoje. Mas não se deixou aparecer essa idéia, não se revelou isso durante o governo Médici. E com isso, se deu continuidade aos governos militares. Saiu Médici, saiu Geisel, saiu Figueiredo. E o Figueiredo, infelizmente, deixou recrudescer aquilo que nós não queríamos que acontecesse. Estava dando uma anistia prematura e permitiu uma democratização completamente errônea. Uma democratização que permitiu que os maus elementos também concorressem às eleições no país. E como a mídia estava toda ela na mão dessa gente, essa mídia criou o ambiente para serem eleitos esses elementos que tinham sido alijados pela Revolução de 64 da vida

política do país. Infelizmente voltaram todos eles, e estão até hoje influenciando e prejudicando sensivelmente o desenvolvimento do país. Estamos com uma perda tremenda de tempo e um atraso tremendo por causa desse erro ou por essa má sorte que tivemos com o falecimento do general Costa e Silva, com sua saída do governo e a entrada do general Médici que se esqueceu dessa principal situação, que era a preparação das lideranças civis para ocuparem a direção do país num regime democrático.

M.A. - Como o senhor reagiu ao movimento de transição? O Brasil estava preparado, no seu modo de ver, para ser comandado por civis?

J.B. - Bom, nessa época eu já estava na reserva. Assisti, fora do serviço ativo, na reserva, aos desmandos do governo Geisel e, pior, à falta de decisão e à falta de orientação do governo do general Figueiredo. A anistia eu acho que foi dada prematuramente. O povo brasileiro, mesmo sem uma preparação do general Médici, poderia ter sido convocado para eleições diretas no governo Médici, porque não tendo havido anistia, não tomariam parte nas eleições, não poderiam ser eleitos, aqueles indesejáveis que foram eliminados da vida política do país com a Revolução de 64, pelos governos Castelo Branco e Costa e Silva e no próprio governo Médici. Então nós teríamos tido novos nomes, nomes diferentes na relação dos eleitos para senadores e deputados, e teríamos condições, nessas eleições, de indicar também um candidato civil que pudesse fazer o país voltar à democracia, o que nós sempre desejamos no meio militar. Pelo menos aqueles que fizeram a Revolução de 64. Mas nessa época, nós já estávamos alijados do serviço ativo. Nós e a grande maioria dos oficiais da Aeronáutica, do Exército e da Marinha que tinha tomado parte efetiva na Revolução de 64. E, conseqüentemente, assistíamos bastante apreensivos, bastante preocupados e fazendo todos os esforços para evitar o que aconteceu, e que infelizmente não fomos capazes de evitar. A distensão feita pelo general Geisel, e finalmente, a anistia dada pelo general Figueiredo, ampla e completa, permitiu a volta total dessa gente aos postos eletivos. E, em conseqüência, houve a preparação de uma constituinte e de uma constituição que está infelicitando, está travando o desenvolvimento do nosso país durante quase dez anos. Então, na minha opinião, a redemocratização deveria ter sido feita durante o governo Médici. Sem anistia coisa alguma. Tinha sido feita a campanha eleitoral, com o desenvolvimento político de partidos e, conseqüentemente, a escolha e a seleção de candidatos que não tivessem nada a ver ou não estivessem comprometidos com a situação de 1964. Então eu acho que a democratização do país foi prematura, a oportunidade era

outra. Não devia ter havido anistia antes da redemocratização. A anistia, a permissividade do governo Figueiredo preparado pelo general Geisel é que permitiram essa volta, inequivocamente confusa, da democracia brasileira, o que espero seja corrigido em parte pelas atuais medidas que vão ser tomadas nas mudanças constitucionais que deve haver agora em 1994.

M.A. - Olhando de hoje, qual o legado positivo dos governos militares e quais as suas falhas?

J.B. - Os principais resultados dos governos militares foi na área de desenvolvimento do país. Nós tivemos um grande desenvolvimento industrial, um grande desenvolvimento organizacional. Basta consultar todas aquelas grandes obras que foram feitas nos governos militares para se chegar à conclusão do que foi, na parte de desenvolvimento, o trabalho dos governos militares. Entretanto, o prematuro lançamento e a má orientação na constituição das usinas nucleares, ou melhor, no desenvolvimento da energia atômica, da energia nuclear, foi uma falha grave do governo Geisel. Agora, com relação às grandes falhas dos governos militares, acho que a principal delas foi não ter feito uma redemocratização sem anistia. Isto devia ter sido feito no governo Médici, embora também ele tivesse nessa época se esquecido de duas áreas importantíssimas, que eram a área educacional e a área judiciária. Mas mesmo sem essa preparação na área judiciária e na área educacional, nós teríamos tido muito melhor resultado se tivéssemos feito a redemocratização do país, campanha eleitoral e redemocratização com eleição de um presidente civil, eleições de senadores e deputados federais, sem ter dado anistia. E a anistia deveria ser dada posteriormente pelos seus próprios congressistas, e estudada com mais atenção, mais vagar, num governo civil já em plena democracia, porque não estaria eivada de revolta, das vinganças, e principalmente da reorganização da equipe socialista que estava tentando levar esse país à destruição em 1964. Então a grande falha foi na área educacional e na área judiciária, e principalmente, na redemocratização com a anistia prematura feita antes da redemocratização. Essas foram as falhas principais. Na parte educacional não foram preparadas, não houve preparação alguma da parte do corpo docente das faculdades, das escolas de formação secundária e primária, com relação ao que é democracia e ao que é o regime socialista para evitar que o povo ficasse sendo enganado, como continua sendo pelos atuais políticos que dizem que o socialismo é uma assistência social. Socialismo não é assistência social. Socialismo é uma coisa muito séria, é uma

política, é uma ideologia, voltada para a parte econômica, é uma ditadura, uma imposição de medidas que supostamente pode-se pensar possam ser levadas à distribuição de bens, mas na realidade, é uma utopia. A União Soviética, após 70 anos da sua revolução, acabou se degradando e não conseguiu obter resultado algum. Porque é impossível evitar e impedir a vontade humana de guardar para si e para os seus familiares aqueles bens que, com o fruto do seu trabalho, conseguiu obter e guardar para o seu benefício pessoal e para o futuro. E também na parte judiciária, não se procurou modificar o código do processo judiciário, permitindo a atual situação de que um processo, o mais curto que se pense, leve dois ou três anos para ser solucionado. Então, se é um processo criminoso, leva até cinco anos, seis anos para ser resolvido. Se é um processo político, esse então é quase que interminável. Um processo de ressarcimento econômico, esse leva dez anos para ser solucionado. Todos eles por causa das dificuldades dos pequenos direitos que estão inseridos ali, direitos sem quaisquer obrigações, levando a um retardamento violento, seja ele em que área for. Não houve essa preparação, não houve essa melhoria. E mais. Não houve também a criação de algum órgão capaz de fiscalizar o próprio poder judiciário. O poder judiciário fica sendo absoluto quando o poder executivo é fiscalizado pelo poder judiciário e pelo poder legislativo. E o judiciário não tem nenhuma fiscalização, levando à corrupção de juízes, tanto já na sua nomeação como durante o desenvolvimento do seu trabalho normal. Eram estas as falhas principais da Revolução de 64 que gostaria de mencionar.

M.A. - Brigadeiro, obrigada por essa longa entrevista e a gente volta a conversar quando o senhor ver a transcrição.

J.B. - Bom, eu espero que, no futuro, quando vier a revisão, possa me lembrar de alguma coisa a mais e possa retificar alguma que não tenha ficado bem explicada. Muito obrigado à senhora, muito agradecido.

[FINAL DO DEPOIMENTO]*

* A fita 11-A não foi gravada integralmente.